

# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XLVI



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
2025

# SUMÁRIO

## **LÂMINA DE ENXÓ DE CACELA (ALGARVE). BREVE REFLEXÃO ACERCA DE ARTEFACTOS ARQUEOLÓGICOS INTERPRETADOS COMO ISOLADOS**

Mário Varela Gomes e Pedro Miguel Callapez ..... 5

## **O CRASTO DE PALHEIROS EM TRÁS-OS-MONTES DURANTE O 1º MILÉNIO A.C. COMO PRETEXTO PARA REFLETIR SOBRE AS DIVISÕES CRONOLÓGICO-CULTURAIS TRADICIONAIS NAQUELA REGIÃO**

Maria de Jesus Sanches ..... 29

## **LA EDUCACIÓN EN LA SOCIEDAD FENICIA DURANTE EL I MILENIO A.C.**

Juan Antonio Martín Ruiz ..... 63

## **A NECRÓPOLE ALTIMEDIEVAL DO LARANJAL E A SUA RELAÇÃO COM O CEMITÉRIO DE MOUROS**

Isa Branco ..... 79

## **UM ELEMENTO DE ARCADA ROMÂNICA NO MOSTEIRO DE S. MIGUEL DE REFOJOS**

Francisco Manuel Veleda Reimão Queiroga e Francisco Sá Reimão Queiroga ..... 103

## **UM SELO CISTERCIENSE NA BASE DO BRASÃO DO ANTIGO CONCELHO DE EIRAS (COIMBRA)**

Saul António Gomes ..... 121

## **PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA – GESTÃO E FRUIÇÃO DE UM SÍTIO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO**

João Carlos Cardoso dos Santos ..... 131

**NOTA DA REDAÇÃO** ..... 147

## **AINDA A SÉ DE LISBOA: EM TORNO DA QUESTÃO DA REVERSIBILIDADE DOS ESPAÇOS SAGRADOS**

Hermenegildo Fernandes ..... 149

# LÂMINA DE ENXÓ DE CACELA (ALGARVE). BREVE REFLEXÃO ACERCA DE ARTEFACTOS ARQUEOLÓGICOS INTERPRETADOS COMO ISOLADOS

Mário Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências - Academia Portuguesa da História - Academia  
Nacional de Belas-Artes - Associação dos Arqueólogos Portugueses  
mv.gomes@fcs.unl.pt

Pedro Miguel Callapez

CITEUC - Centro de Investigação da Terra e do Espaço da Universidade de Coimbra - Observatório Geofísico e  
Astronómico - Grupo de Investigación Paleolbérica, Universidad de Alcalá  
zepallac@gmail.com

## ABSTRACT

An amphibolite hoe blade, chipped and polished, apparently found out of context, although in a late Miocene fossil site located in the Cacela creek (S. Portugal), is made known. Despite being a fortuitous find, it allowed us to question its possible functions and similar occurrences of such artifacts, attributing to them, contrary to what is accepted by most researchers, significant importance in the context of socio-religious practices, possibly linked to fertility and the transcendent world.

Keywords: Hoe blade; Amphibolite; Ritual Laying; Neolithic; Cacela.

## RESUMO

Dá-se a conhecer lâmina de enxó, lascada e polida, de anfíbolito, aparentemente encontrada descontextualizada, embora em jazida fossilífera do Miocénico superior da ribeira de Cacela. Apesar de corresponder a achado fortuito, permitiu problematizarmos, tanto sobre as suas possíveis funcionalidades como sobre ocorrências semelhantes de tais artefactos, atribuindo-lhes, contrariamente ao que é aceite pela maioria dos investigadores, significativa importância no âmbito de práticas sócio-religiosas, possivelmente ligadas à fertilidade e ao mundo transcendente.

Palavras-chave: Lâmina de enxó; Anfíbolito; Deposição Ritual; Neolítico; Cacela.

## O ACHADO

Um de nós (PMC), quando em agosto de 2018 prospetava jazida de fósseis, situada a cerca de 100 m a jusante da ponte de Cacela Velha, encontrou casualmente o artefacto agora dado a conhecer.

Aquele surgiu parcialmente soterrado no solo aluvionar, jazendo sobre a superfície de contacto com estratos ricamente fossilíferos, mas não integrava qualquer estrutura ou estava associado a algum outro artefacto, indicando encontrar-se descontextualizado.

Apesar de se tratar de testemunho aparentemente avulso, julgámos importante sobre ele tecermos algumas considerações e abordarmos problemática, muito pouco estudada, no que concerne aos achados liminarmente interpretados como isolados, ou descontextualizados, de utensílios pré-históricos e indicarmos interpretações assumidamente subjetivas, do que poderão ter constituído testemunhos de práticas deposicionais.

O exemplo de que partimos, destaca-se, sobretudo, pela singularidade da jazida onde o artefacto foi encontrado. Nela abundam pequenos fósseis de bivalves e gastrópodes marinhos, mas também dentálios e dentes de peixes, em que a preservação tafonómica é excecional (SANTOS *et alii* 1998; PEREIRA, MOURA e PERNA 2003; BRANDÃO 2008; MARTÍNEZ-GRAÑA *et alii* 2021). Lavadas pelas águas da ribeira, as suas conchas com formas exóticas, tantas vezes ainda conservando restos das colorações que as ornamentavam, foram por certo perceptíveis a olhares mais atentos e imbuídos pela crença, como que *ludus naturae* recreados em cenários imaginários de gerações de antanho.

## AMBIENTE NATURAL

A jazida fossilífera da ribeira de Cacela encontra-se junto a Cacela Velha, na faixa litoral que medeia entre as cidades de Tavira e de Vila Real de Santo António, no extremo leste do Barlavento Algarvio (Fig. 1). No seu todo, compreende um alinhamento descontínuo de pequenos afloramentos ricos de fósseis miocénicos, expostos pela erosão fluvial ao longo do troço jusante da ribeira de Cacela (Fig. 2). Neste pequeno vale húmido e frondoso, em que o sombreado do coberto vegetal e a presença de água corrente ao longo de todo o ano, contrastam com a secura das vertentes circundantes nos calores do estio, encontra-se um dos sítios clássicos da Paleontologia portuguesa, descoberto para a ciência em meados de 1850, época em que Charles Bonnet (1816-1867), ao tempo da I.<sup>a</sup> Comissão Geológica de Portugal, publicou a descrição geológica do Reino do Algarve.

A jazida e a ribeira são como um todo uno, pois não teria sido possível a exposição da primeira, sem que o trabalho erosivo milenar do encaixe fluvial obrasse a lenta exumação dos níveis fossilíferos e de miríades dos seus pequenos fósseis. Neste espaço natural dinâmico e de contrastes, a ribeira de Cacela evidencia-se por entre as geoformas suaves que integram a faixa sedimentar detrítica local, bordejadas pelos derradeiros encharcamentos do sistema lagunar da ria Formosa. O seu sulco erosivo impõe-se na paisagem local, consentindo um pequeno curso de água encaixado em níveis de siltes e de arenitos muito finos, friáveis, da sucessão miocénica local, pertencente à Formação de Cacela (MANUPELLA *et alii* 1987; LEGOINHA 2003).

O troço principal deste arroio é moderadamente sinuoso e apresenta orientação NNW-SSE, ao longo de pouco mais de 3 km de extensão, conseqüente à disposição da estrutura geológica regional. Ele drena regularmente e de forma perene para a ria de Cacela, a partir de uma cabeceira com cursos detríticos, que recebe águas pluviais de um dédalo de colinas com metapelitos e grauaques paleozoicos, representativos da Formação de Mira, no setor da Zona Sul Portuguesa (OLIVEIRA 1992), marginal ao extremo leste da bacia meso-cenozoica do Algarve (PAIS 1982; PAIS *et alii* 2000, 2012; TERRINHA *et alii* 2006). No seu percurso descendente, após abandonar esse troço de montante, atravessa unidades calcárias mesozoicas, por vezes cortadas por corpos filoneanos,

como sucede junto à EN125, para se impor como o elemento de drenagem dominante localmente, na planura sedimentar tabular, moldada em unidades do Miocénico marinho.

A confrontação com a ria faz-se frente à barra de Cacela, através de embocadura que segmenta o longo alinhamento de uma paleoarriba quaternária e confronta com a ria de Cacela, entre o Lacém, a Fábrica e o extremo sudoeste de Manta Rota. A histórica Cacela Velha, com o seu amuralhado e casario seculares, constitui aqui um ponto culminante, notável, dominando o extenso setor de litoral que medeia entre a foz do rio Guadiana e Cabanas, pelo menos desde a Época Islâmica (VALENTE *et alii* 2013; GARCIA 2015).

O espaço de Cacela, da sua ribeira e dos seus lugares naturais, desde sempre congregou condições para um povoamento precoce, mesmo na Pré-história Recente. O clima sempre ameno, a abundância de água potável e de recursos naturais, assim como a diversidade dos ecossistemas litorais e a disponibilidade em terras aráveis, constituíram razões que fundamentam a ocupação do território, como, aliás, o comprovam monumentos sepulcrais próximos, como os de Quinta da Nora e Herdade da Marcela (VEIGA 1866), que ainda hoje coroam a envolvente de Cacela, testemunhos de um Megalitismo sempre omnipresente na região. A ribeira de Cacela seria, então, uma rota da água, fonte de vida, que ligava as serranias xistentas do *hinterland* próximo – ao tempo, territórios de caça, de percursos e circuitos de trocas com o interior do sudoeste peninsular –, com as terras arenosas, agricultáveis, da faixa litoral e o domínio marinho circundante, onde atividades aquáticas como a pesca e a recolção, de moluscos e de crustáceos, constituiriam importante fonte de recursos alimentares.

#### SINGULARIDADE E DIVERSIDADE

Considerando a preservação excecional dos seus registos biogénicos, a ribeira Cacela insere-se numa tipologia de jazidas fossilíferas designada, genericamente, por *Fossil-Laggerstätten* (SEILACHER, REIF e WESTPHAL 1985). Estas constituem como que janelas abertas sobre o passado, em que a conjugação de fatores subjacentes ao ambiente deposicional e aos processos de fossilização foi particularmente favorável, resultando na presença de associações fósseis com elevado grau de preservação de partes esqueléticas, ou ainda, inibição da biodegradação-decomposição de partes brandas (FERNÁNDEZ-LÓPEZ 1986).

No caso de Cacela, para além dessa preservação excecional e da concentração significativa de fósseis, acresce a elevada diversidade taxonómica das associações presentes, em que, no seu todo, mais de 160 espécies de moluscos foram contabilizadas (CIVIS *et alii* 2000), dos quais não menos de 85 de bivalves (SANTOS 2000: p. 185). A estes moluscos acrescem numerosos outros taxa, entre invertebrados, peixes e cetáceos, e foraminíferos, permitindo estimar a biodiversidade da associação presente em mais de 250 espécies. Este contexto é ímpar e singular na Paleontologia portuguesa.

As primeiras descrições da fauna miocénica de Cacela e da sua sucessão estratigráfica devem-se a Pereira da Costa (1866-1867), Cotter (1879, 1904), Dolfus, Cotter e Gomes (1903-1904) e Choffat (1950; estudo póstumo). A taxonomia e idade da macrofauna da jazida viriam a ser retomadas, ainda que décadas mais tarde, por Bourcart e Zbyszewski (1940), Chavan (1940), Ferreira (1951), Brébion (1957), Freneix (1957) e Glibert e Van de Poel (1965-1970), no âmbito de estudos sobre o Miocénico português, iniciados após a vinda de Georges Zbyszewski (1909-1999) para Portugal.

Mais recentemente, a Formação de Cacela foi cerne de estudos de redefinição do quadro estratigráfico do Miocénico da Bacia do Algarve (ANTUNES *et alii* 1981, 1990, 1997; PAIS 1982; ANTUNES e PAIS 1992a, 1992b; ANTUNES 1993), neles se incluindo precisões biostratigráficas sobre

nanofósseis calcários (CACHÃO 1995; CACHÃO *et alii* 1998) e associações de foraminíferos (LEGOINHA 2001; 2003), que sugerem idade dentro do Tortoniano a Messiniano. Também Studencka e Zieliński (2013) apontam para possível idade messiniana dos níveis arenosos amarelados do topo da unidade.

Quanto às faunas com caráter excepcional, a sua composição taxonómica foi retomada por González-Delgado, Andrés e Sierro (1995), Civis *et alii* (2000) e Santos (2000, 2005), sobretudo nos bivalves, sendo que aspetos relacionados com a tafonomia da jazida e a paleoecologia das suas faunas mereceram ainda a atenção de Santos e Boski (1998), Santos e Mayoral (2008) e Rico-Garcia *et alii* (2006). São várias as coleções conservadas em instituições internacionais, com destaque para o repositório do Museu Geológico, em Lisboa.

Segundo perspectiva atual, a jazida fossilífera da ribeira de Cacela compreende uma sucessão de estratos com aproximadamente doze metros de espessura, que se inicia sobre um conglomerado conquífero rico em grandes valvas desarticuladas de moluscos bivalves, assente em discordância sobre um substrato mesozoico, possível Triásico (LEGOINHA 2003: p. 201). Seguem-se níveis fiáveis de silte e arenito fino, de tom acinzentado, muito ricos em pequenos fósseis, incluindo abundantes naticídeos coloridos, dentálios e pequenos dentes de peixe. Terá sido sobre este conjunto que a deposição votiva da enxó se processou. Por cima destes níveis, a coloração das fácies arenossiltosas passa para amarelo-alaranjado e a densidade de fósseis começa a decrescer. À entrada da Fábrica reconhece-se, ainda, nível rico de concreções carbonatadas que forneceu grande dente de *Carcarocles megalodon* e vértebras de cetáceo.

## O ARTEFACTO

Trata-se, conforme indicado em epígrafe, de lâmina de enxó, afeiçãoada sobre lasca de anfíbolito ou horneblendito, de grão fino, possuindo cor cinzenta- escura (7.5YR 3/0)<sup>1</sup>.

Há muito que fratura amputou parte de um dos bordos laterais, tanto no volume proximal como no mesial, dedução derivada de mostrar cor idêntica à das faces.

Apresenta contorno de forma trapezoidal, com três lados retos e um ligeiramente arqueado, correspondendo ao gume, assim como secção retangular. A sua pouca espessura permite que a classifiquemos no grupo das enxós delgadas, distinguindo-se das espessas e mais robustas.

Foi, depois de lascada, regularizada por picotagem, a que se seguiu o tratamento através de abrasão das faces, sem que apagasse a totalidade dos vestígios do afeiçãoamento anterior, tendo havido maior cuidado no polimento do gume. Este apresenta secção em bisel, apenas ligeiramente assimétrica, mas mesmo assim capaz de caracterizar a funcionalidade da peça como enxó, que seria transversalmente fixada à extremidade de um cabo de madeira e utilizada, entre outras funções, para escavar o solo ou desbastar madeira. Ela possui proporção que evidencia a importância da largura do gume em relação à sua altura.

Tanto o gume como a extremidade proximal, ou talão, mostram negativos de pequenas lascas, por certo resultantes dos trabalhos a que foi submetida.

Mede 0,093 m de comprimento, 0,066 m de largura máxima, no gume, e 0,016 m de espessura, no volume proximal, onde é algo mais robusta. Pesa 195 gr.

## A MATÉRIA-PRIMA

As ocorrências naturais de rochas duras, anfibólicas (anfíboloxistos ou xistos horneblêndicos), são desconhecidas no Algarve, existindo grandes afloramentos das mesmas em Trás-os-Montes

---

1. Segundo as *Munsell Soil Color Charts*, Baltimore, 1975.

(Morais e Bragança) e no Alto Alentejo, em zonas que integram o maciço varisco do complexo Ossa-Morena (Abrantes, Ponte de Sor, Montargil, Avis, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Arronches) (CARDOSO e CARVALHOSA 1995: pp. 145-146; LILLIOS 1997: p. 148; CARDOSO 2022: pp. 47-49). Estas terão fornecido aquela tão importante matéria-prima para a confecção de artefactos picotados/polidos, em bruto (blocos tabulares), em lingotes paralelepípedicos ou pré-formatados, tanto à Estremadura, como ao sul do território hoje português, onde se inclui o Algarve.

Análises petrográficas realizadas para 24 artefactos de pedra polida, procedentes de níveis do Calcolítico Inicial e Pleno do povoado de Leceia (Oeiras), permitiram determinar que 16 deles (66,7%) ou 2/3 (oito lâminas de machados e uma de enxó), foram produzidos em anfibolitos, utilizando os restantes o dolerito, traquito, andesito, microssienito, cherte e o xisto argiloso (CARDOSO e CARVALHOSA 1995: pp. 136, 138). Os autores citados concluem que as lâminas de enxós observadas, produzidas em andesito, cherte e xisto argiloso, ofereceriam menor resistência mecânica em relação à esperada das lâminas de machados, escopros e martelos, submetidos a trabalhos mais violentos, usando-se para tal preferencialmente os anfibolitos (CARDOSO e CARVALHOSA 1995: p. 138). K. Lillios (1997: pp. 155-156) estudou os artefactos polidos de anfibolito de três povoados calcolíticos da Estremadura; Zambujal (Torres Vedras), Leceia (Oeiras) e Pragança (Cadaval), concluindo, entre outros aspetos que naquele primeiro eles correspondiam a 72% do total, no segundo a 78% (valor bem diferente do apresentado por Cardoso e Carvalhosa) e no terceiro a 55%. Esta redução expressiva seria explicada pela maior distância daquele assentamento à costa ou ao vale do rio Tejo, por onde mais circulariam os anfibolitos vindos do Alentejo.

Podemos concluir que a peça agora dada a conhecer tem proveniência alóctone em relação ao local onde foi encontrada, distando dele pelo menos cerca de 180 km, em linha reta, se considerarmos a sua origem na zona de Montemor-o-Novo, a ocorrência de anfibolitos, mais próxima do Algarve. Tal indica-nos a circulação de pessoas e/ou bens, a distância significativa, desde o seu contexto de extração e produção inicial ao da utilização primária ou secundária.

Importa recordar que muitos autores têm explicado a assinalável presença de artefactos produzidos em anfibolitos, neolíticos e calcolíticos, na Estremadura, através da existência de redes de trocas com a região do Alto Alentejo, designadamente com o sílex, ali raro (CARDOSO 2022: pp. 48-49). Este modelo não é aplicável ao Algarve, onde as formações geológicas contendo sílex são não só escassas, como aquela matéria-prima apresenta fraca qualidade, no que concerne à facilidade de talhe e resistência mecânica. Todavia, não nos podemos esquecer do sal, abundante na costa algarvia, dada a fácil evaporação da água do mar, devido às altas temperaturas do ar, produto muito requerido por todas as sociedades humanas, usado sobretudo como conservante.

Análises destrutivas para caracterização petrográfica e geoquímica (*x-ray fluorescence*), através de lâmina delgada, poderão indicar a origem da rocha utilizada na lâmina de enxó de Cacela e permitir aprofundar certos aspetos paleoetnológicos.

Por ora podemos somente colocar hipóteses sobre os contactos das populações neolíticas da costa sul, do território hoje português, e as zonas de aprovisionamento de anfibolitos, através de trocas sociais, talvez cíclicas, de tributos, oferendas, mas também decorrentes de expedições ou da circulação de pessoas, tanto individualmente como em grupos.

## FÓSSEIS EM OUTRAS INTERPRETAÇÕES

A lâmina de enxó acima descrita foi encontrada em plena rica jazida fossilífera. Assim, a questão que julgamos pertinente é a seguinte: Será que a presença de fósseis, vindos de um passado remoto ou ancestral, nas proximidades do achado agora dado a conhecer, terão dado origem ao comportamento simbólico que aquele artefacto eventualmente protagonizou? Conhecemos

como os fósseis, desde cedo, estimularam, em termos sensoriais e cognitivos, as sociedades humanas pretéritas, passando muitos deles a integrar lugares sacralizados, conforme acontece com afloramentos rochosos contendo esses vestígios, interpretados pelos nossos antepassados, ou contextos votivos, nomeadamente funerários, onde se depositaram tais ocorrências, que já os distantes neandertais recolhiam e colecionavam.

Como se referiu, a jazida fossilífera de Cacela é cientificamente conhecida desde meados do século XIX, destacando-se devido à quantidade e variedade das espécies nela existentes, onde preponderam os restos de moluscos marinhos (bivalves e gasterópodes) e, em menor número, escafópodes e crustáceos, datados entre sete e nove milhões de anos (Miocénico Superior). Ela foi primeiramente estudada por Pereira da Costa (1866), tendo posteriormente recebido a atenção de diversos investigadores (BRANDÃO 2008). A lâmina de enxó ali encontrada testifica a presença humana durante o Neolítico ou Calcolítico e, conforme sugerimos, ligada a atividade de carácter simbólico ou ao mundo conceptual.

Aliás, conchas fósseis, seres morigenos ou nascidos do mar, evocariam aquele, a sua imensidão salgada, rica em diversificados recursos alimentares, mas também a ideia de renascimento cíclico através das marés e dos diversos comportamentos das suas águas. Não esqueçamos que, segundo a mitologia grega, a deusa Afrodite, da suprema beleza e sexualidade, terá nascido de uma concha. Pequenas conchas de *Cypraea* representavam, no mundo fenício-púnico, a deusa Astarte/Tanit, da fertilidade (JOLEAUD 1933: p. 167). Segundo C. J. Jung (1967: p. 373), a palavra mar (pt.) *mare* (it.), *meer* (al.), ou *mer* (fr.), teria raiz idêntica à de mãe, indicando a conceção cosmogónica das águas primordiais.

O interesse despertado pelos fósseis em certos humanos, dadas as suas formas, matérias-primas, cores, brilhos, texturas e outros atributos que nos escapam, porventura associados a terem pertencido a seres desaparecidos, encontra origens remotas com o *Homo Erectus* do Paleolítico Inferior, desenvolvendo-se com o *Homo Sapiens Neanderthalensis*, durante o Paleolítico Médio. No século XIX foi descoberto dente de tubarão fóssil em nível acheulense de Stoke Newington (Londres) (OAKLEY 1975: p. 16). Mais tarde, os neandertais europeus haveriam de seleccionar, recolher, transportar e guardar fósseis diversos, por vezes constituindo pequenas coleções. Alguns de tais ecofactos podem ter sido usados como adereços ou amuletos, acreditando-se possuírem poderes mágicos, talvez mesmo profiláticos e apotropaicos. Mais de uma dezena de sítios arqueológicos da Europa (Espanha, França, Itália, Áustria) e Norte de África, contendo vestígios de ocupação devidos à presença dos primeiros homens modernos (*Homo Sapiens Sapiens*), entregaram fósseis, por vezes recolhidos a cerca de 150 km do local onde se encontraram, que serviram como adornos ou a propósitos mágico-religiosos (JOLEAUD 1933: pp. 151-152; OAKLEY 1975: pp. 8, 16-17). Este tipo de comportamento, ligado à superestrutura sagrada, haveria de sobreviver nos tempos ulteriores e, até, alcançar a contemporaneidade.

Em Portugal têm surgido fósseis em diversas jazidas pré-históricas, nomeadamente tardo-neolíticas e calcolíticas, como crinóides, equinodermes e dentes de tubarões miocénicos (VEIGA, 1886: pp. 151-153, p. 262, est. D; SERRÃO e VICENTE 1980: p. 34; CARDOSO e ANTUNES 1995: p. 200, pp. 203-208; CARDOSO 2021; LOZANO-FRANCISCO *et alii* 2021). Todavia, grande dente de tubarão (*Charcharocles megalodon*, Agassiz), chegado até nós fraturado, procede de sepultura da Antiguidade Tardia da necrópole de Poço dos Mouros (Alcantarilha, Silves), possivelmente devido ao seu valor apotropaico, atribuição que haveria de ser considerada para tais ecofactos, durante as Idades Média e Moderna europeias (GOMES 2002: pp. 359, 380-382). J. Leite de Vasconcellos (1897: pp. 127-128, nota 5; 1985: pp. 233- 234) mencionou o achado de dentes de tubarão fósseis em sepulturas da Idade do Bronze de El Argar (Almería) e nos níveis neolíticos de Cueva de Los Toyos (Murcia), dados a conhecer por H. e L. Siret (1890), assim como o seu uso em amuletos, de

França, Itália e sul de Portugal, onde eram tidos como caídos do céu, referindo exemplar encastoadado em ouro. J. L. Cardoso (2021: pp. 253, 263-265, Figs. 2, 10) identificou alterações antrópicas em dentes fósseis de tubarão, indicando a utilização daqueles em artefactos que desconhecemos, mas talvez como adornos.

A importância dos fósseis na criação de aspetos míticos dos mundos egípcio e greco-romano antigos, foi tratada por L. Siret (1922), seguindo trabalhos pioneiros de Georges Cuvier (1769-1832). Aqueles relacionam-se com o surgimento das primeiras espécies, a existência de seres monstruosos, a antiguidade do mundo e da vida ou de fenómeno como o Dilúvio Universal, constituindo fonte inspiradora para alguns autores clássicos, entre os quais Hesíodo (ca 750-650 a.C.) e Lucrecio (*Titus Lucretius Carus*, 99-55 a.C.) (MAYOR 2000: p. 5).

Recordemos que longa representação de colubrídeo, conhecida por “Bicha Pintada” (Vila de Rei, Castelo Branco), terá interpretado e reutilizado rasto de trilobite (*Cruziana*), aprofundado e regularizado, a que se associou, em uma das extremidades, gravação de forma losangular, representando a cabeça. Elementos do ambiente natural envolvente e a presença do icnofóssil, conduziram à criação do santuário rupestre, possivelmente durante tempos proto-históricos (GOMES 1999; CARVALHO, ROMÃO e CACHÃO 1999; CARVALHO e CACHÃO 2005; CARVALHO 2010: pp. 118-119). Outras ocorrências de icnofósseis contribuíram na criação de lendas, ligadas a cosmogonias e a interpretações de âmbito mágico-religioso, como as “Cobras Pintadas” de Penha Garcia, as “Penhas Escrividas” de Guadramil ou as “Letras” de Figueiró dos Vinhos (CARVALHO e CACHÃO 2005: p. 85; CARVALHO 2010: p. 119).

Até ao passado século, conservavam-se na igreja de Santos-o-Velho, conjunto de fósseis de equinodermos (ouriços-do-mar), do Cretácico, tidos como as pedras com que foram lapidados os santos mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia, ao tempo do imperador Diocleciano. Acreditava-se, segundo muito antiga tradição, que aquelas veneradas pedras mostravam a cruz de Santiago e conservavam manchas do sangue então derramado, que hoje sabemos serem impressões de elementos anatómicos fossilizados e impregnações ferruginosas (CARDOSO 2023).

Aspeto afim do anteriormente mencionado corresponde à representação de biface cordiforme acheulense, talhado em sílex, na obra a óleo sobre madeira, do pintor da corte de Luís XI de França, Jean Fouquet, de ca 1455. Ali foi retratado o nobre Étienne Chevalier, acompanhado por Santo Estêvão, este segurando livro sobre o qual se observa o biface, tido com um dos instrumentos do seu martírio por lapidação (Staatliche Museen zu Berlin) (KEY *et alii* 2023: p. 3, Fig. 1).

Julgamos pertinente recordar que, em certas zonas da Europa, alguns fósseis foram igualmente considerados aerólitos, ceráunias ou “pedras de raio” (JACQUARD 1894: p. 158; PAN 1943: p. 97; LAMING-EMPERAIRE 1964: p. 42).

As propriedades dos fósseis não nos deixaram de atrair e de maravilhar, mesmo quando desconhecemos as espécies a que pertenceram e o tempo em que existiram quando seres vivos. Eles seriam muito mais atraentes para os nossos antepassados, dado que os seus conhecimentos sobre a origem daqueles era bem menor do que aquele que dispomos, integrando-os no mundo mágico-religioso e do maravilhoso, que hoje os afasta da fascinante dimensão sobrenatural, mas capaz de os incluir nas grandes problemáticas ideológicas que sucessivamente têm vindo a enriquecer a espiritualidade científica.

## GESTOS DE BIOGRAFIAS REMOTAS?

A ausência do cruzamento de informação sobre a essência e o que representam certos artefactos para as sociedades etnográficas atuais ou pretéritas, não tem permitido o desenvolvimento de possíveis explicações para muitos testemunhos de comportamentos humanos pré-históricos,

nomeadamente para artefactos encontrados avulsamente, no geral considerados sem interesse científico, relegados para alguns estudos marginais ou simplesmente deixados de fora da investigação. Tidos como objetos perdidos, abandonados ou descartados, porque deixariam de ter utilização prática, são as interpretações comuns e simplistas, atribuídas a tais ocorrências, embora quase sempre discordantes com o estado pristino que muitos deles apresentam, ou com a sua capacidade funcional (CARDOSO 1984: p. 66).

A problemática dos chamados “achados isolados”, já foi abordada por um de nós (MVG), no respeitante a armas produzidas em ligas de cobre, referindo-se a hipótese de terem constituído, na sua maior parte, atos deposicionais, com carácter ritual (GOMES, CALADO e NIETO 2004: pp. 123-124). Em sociedades não consumistas e de não mercado, com acesso restrito a bens, não se perdem ou rejeitam, artefactos que foram obtidos através de trabalho árduo ou até resultantes de complexos sistemas de trocas, de ofertas ou heranças, nem tão pouco o que então possivelmente se acreditaria ser mais do que hoje entendemos como objeto ou ferramenta. Uma lâmina de machado ou de enxó, de pedra picotada e polida, não estaria desligada da matéria-prima que lhe deu origem, de quem e como a produziu, das dificuldades na sua obtenção, dos segredos da sua manufatura e *chaîne opératoire*, ou utilizou, como e em que foi usada, talvez mesmo se acreditasse que possuíssem valor mágico ou carga espiritual como as concepções animistas explicam. Não raro, em diferentes sociedades, artefactos ligados com a subsistência são convertidos em elementos de prestígio ou passam a fazer parte de práticas religiosas e do mundo sagrado, conotados com certos antepassados ou com divindades, podendo participar em diversos discursos, dada a polissemia quando inseridos em universo simbólico. Alguns de tais artefactos possuiriam importância por terem sido obtidos ou usados por alguém com estatuto social diferenciado, ou porque carregavam história e poderes ancestrais (KOPYTOFF 1986, pp. 60-68; WHITE 1992: p. 541; GOSSELAIN 2000: p. 189). O valor mágico atribuído às armas e, até, as mitologias criadas em seu torno, foram estudados por, entre outros autores, M. Eliade (1976: pp. 16-17). Talvez resida aqui a explicação de ser insignificante a percentagem de artefactos neolíticos de anfibolito polido, retrabalhados ou reutilizados em novas ferramentas.

No respeitante às lâminas de machados e de enxós, neolíticas e calcolíticas, de pedra picotada e polida, a etnografia ensina-nos que a sua especial utilização, no abate de vegetação para arroteamento dos solos e o trabalho nestes, conferiu-lhes, graças a tal desempenho, significativo simbolismo, assumindo o carácter de verdadeiros emblemas das sociedades camponesas, talvez representando valores complementares e metafóricos. Elas terão passado de artefactos utilitários ou ferramentas, talvez com alto valor de troca em sistemas pré-monetários, a peças de prestígio e aparato para, dada a sua importância, serem consideradas artefactos votivos, por excelência, de contextos funerários, como de outros ligados com a fecundidade e o bem-estar em geral, desde os primórdios da neolitização e até ao surgimento das ligas metálicas resistentes (Idade do Bronze), com que foram, em parte, substituídas. Recordemos que durante o Calcolítico foram produzidas, sobretudo na Estremadura, pequenas reproduções de enxós encabadas, de calcário, cuja fragilidade permitiria apenas que aceitemos o seu uso ritual, nomeadamente votivo (CARDOSO, CANINAS e HENRIQUES 2023). A mesma situação terá ocorrido com a pequena goiva de mármore, encontrada no povoado calcolítico do Escoural, claramente inapropriada, dada a sua grande fragilidade, para com ela se executar qualquer trabalho (GOMES, NINITAS e BORRALHO 2012-2013: pp. 30, 44, 59, Fig.7).

Ainda se acredita, em diferentes sociedades etnográficas, que certos artefactos agrários são capazes de transmitir à terra, energia que a fertiliza, estimulando-a, tendo em vista a obtenção de colheitas abundantes e o conseqüente bem-estar das populações. No concernente aos machados e enxós de pedra picotada e polida, tais qualidades residiriam nas suas lâminas, sendo estas capazes

de representar a totalidade do artefacto (*pars pro toto*), pois os cabos de madeira e fáceis de obter, teriam pouco valor económico e, portanto, também simbólico. Por isso, em muitos casos, apenas as lâminas terão sido depositadas, em contextos votivos, funerários ou não.

O valor simbólico dos artefactos de anfibólito no Calcolítico da Estremadura dever-se-ia, segundo K. Lillios (1997: pp. 155-157), à escassez dos mesmos, dada a sua origem exógena, mas também por terem origem em território possuindo impressionantes paisagens megalíticas, conduzindo à elaboração de construções míticas. Trata-se do que A. Appadurai (1966: p. 71) chamou “*cultural economies of distance*”, onde a valorização de certos artefactos se ficou a dever aos lugares específicos, mais ou menos longínquos e até remotos, da origem das matérias-primas em que foram elaborados. Todavia, não podemos descurar a importância funcional daqueles, edificando conjuntura causal complexa, em que emprestariam estatuto social diferenciado aos seus detentores, representando a força capaz de transformar a natureza, mas ainda conhecimento, poder e liderança.

Lembremos, integrados naquela primeira vertente, os enterramentos, acompanhados por lâminas de machado e de enxó de pedra polida, pressupondo terem sido colocados nas mãos, ou próximo delas, dos indivíduos inumados em sepulcros proto-megalíticos, na posição de *decubitus* dorsal. Este aspeto encontra-se ilustrado, entre outros casos, pela sepultura de Madre de Deus 2 (Mora) (LEISNER e LEISNER 1959: est. 23; GOMES 2006: pp. 277-288, Fig. 9).

Outras práticas da ritualização funerária, envolvendo lâminas de machados e/ou de enxós, são para nós menos explícitas em termos simbólicos, como quando aqueles se encontraram soterrados junto á base de esteios megalíticos, conforme deparámos, com lâmina de enxó, na Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz), que jazia encostada ao primeiro esteio do lado esquerdo da sua câmara (GOMES 1997: pp. 53, 56, 61). Será que tal deposição teria como objetivo a proteção dos mortos ali tumulados, segundo a interpretação mais corrente, mas claramente simplista?

Um dos autores (MVG) detetou as lâminas de um machado e de uma enxó juntas, talvez primitivamente ligadas por tecido ou corda, depositadas frente ao menir 1 de Padrão (Vila do Bispo), onde duas amostras de conchas de espécies marinhas, provenientes de estrutura de combustão situada junto ao monólito, foram datadas pelo método do radiocarbono em 5480-5242 cal. A.C. e 5580-5350 cal. A.C., quando calibradas a 2 *sigma*, indicando raro comportamento humano ritual do Neolítico Antigo (GOMES 1997a: pp. 176-177).

Junto ao volume proximal do menir 1 de Adreineira (Vila do Bispo) encontraríamos lâmina de enxó, de sienito, sem sinais de utilização, e fragmento de dormente de mó manual de grauvaque, ambos certamente ali ritualmente depositados (GOMES e SILVA 1987: p. 43, Fig.14; GOMES, 1997a: pp. 165-166, Fig. 18). Também descobrimos lâmina de machado, de anfibólito, junto à superfície do volume proximal do menir 1 do Monte da Sabrosa (Bensafrim). Apresentava localização idêntica, lâmina de machado da coroa de sustentação do menir 32 do Cromeleque e Alinhamento da Portela de Mogos (Évora), o monólito maior e central deste recinto megalítico, tal como enxó, naquela mesma rocha, que jazia na estrutura de implantação do menir 35, que integra alinhamento de monólitos (GOMES 1997b: pp. 36, 38).

Aos exemplos indicados, de lâminas de machados e de enxós, encontrados fazendo parte, ou constituindo, evidentes deposições rituais, poderíamos somar alguns outros, designadamente as lâminas de machados, com pequenas dimensões, perfurados no volume proximal, para serem pendurados, talvez ao pescoço, denunciando, uma vez mais, o seu desempenho simbólico, embora a função primária daqueles primeiros fosse principalmente ligada ao trabalho da terra e ao abate de estruturas lenhosas. O geógrafo grego Pausanias (110-180) (*Descrição da Grécia*, X, 14, 1) referiu as oferendas de machados votivos feitas a Apolo, no seu santuário de Delfos, assim lhes conferindo conotação solar e relevando a importância que tais armas desempenharam na celebrada luta protagonizada por aquela divindade contra as forças do Caos.

As lâminas de machados de pedra e depois metálicas foram, muito possivelmente, os mais importantes artefactos usados em práticas deposicionais na Europa Atlântica, desde o Neolítico à Idade do Bronze Final. Elas constituíram as ferramentas multifuncionais mais úteis criadas pelo Homem, encontrando-se presentes desde os primórdios da sua existência. Simbolicamente, o poder de tais artefactos residiria principalmente no seu gume, porque apto para cortar, ferir e matar.

### CERÁUNIAS OU PEDRAS DE RAIOS

Ainda em tempos recentes, lâminas de machados e de enxós de pedra polida, eram designados, pelas populações rurais europeias, e não só, por pedras de raio, pedras de trovão, centelhas ou coriscos, acreditando-se serem geradas por astros ou genericamente no firmamento, como por raios dele caídos e formados aquando do seu violento contacto com o solo. As populações rurais gregas ainda denominam tais artefactos por *astropelekia*, ou seja, “machados do céu” (CARTAILHAC 1889: p. 4).

Gregos e romanos chamaram àqueles ceráunias (de *keraniae* = representações de raios ou da tempestade) (PARIS e ROQUES 1909: p. 195), *Iuppiter lapis* ou *lapis fulminis*, que encontramos, nomeadamente em Plínio o Antigo (*Gaius Plinius Secundus*, 23-79) (Plínio, *N. H.*, II, 59; XXXVII, 51) conferindo-lhes idêntica origem. Templo em Roma (Campidoglio), dedicado a *Iuppiter Tonans* foi, segundo Suetónio (*Gaius Suetonius Tranquillus*, 69-141) (*De Vita Caesarum, Augustus*), mandado erigir pelo imperador Augusto, em virtude de ter escapado incólume à queda de raio, enquanto um seu criado, que seguia perto, foi por ele fulminado, durante a campanha da Cantábria (27-25 A.C.) (LANDUCCI GATTINONI 1989; GUSSO 2005: p. 46; RÚA ALLER e GARCÍA ARMESTO 2010: p. 61). Todavia, a tradição histórica romana indica que o primeiro templo da cidade, erguido aquando da sua fundação, dedicado a *Iuppiter Feretrius* (aquele que fere), foi mandado erguer por Rómulo (ca 753 A.C.) e guardava lâmina de machado de pedra que materializava o raio, símbolo daquela divindade.

Durante o Período Helenístico, o raio, a cornucópia e a águia, eram símbolos de poder, associados a Zeus, expressados, entre outros suportes, em numismas (CARROCCIO 2010).

Claudiano (Claudius Claudianus, ca 370-406), nos alvares do século V, em elogio que dedicou à imperatriz Serena (*Laus Serenae Reginae*, vs 77, 78), neta de Teodósio e esposa de Flávio Stilicone, registou que, entre outras ofertas feitas àquela soberana, faziam parte ceráunias, encontradas em grutas dos Pirenéus (CONSOLINO 1986; GARCÍA CASTRO 1988: p. 432; GUALANDRI 2010). Autores clássicos, como o gramático Solino (*Gaius Julius Solinus*, sécs III-IV), também as referem, por vezes como prodígios, possuindo propriedades protetoras, o mesmo ocorrendo com o gramático grego Timóteo de Gaza (séc. V), que recomendou o uso de lâminas de machados de pedra polida, tendo em vista proteger as casas, ou Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha (*Isidorus Hispalensis*, 560-636) (*Etymologium Libri*, XVI, 4) (SANTYVES 1936: p. 16; FARAONE 2014: pp. 2, 17). O bispo de Rennes Marbote (ca 1035-1123), foi autor da obra *Liber Lapidum*, onde enumera as virtudes dos minerais, incluindo capítulo (XXVIII) intitulado *Ceraunia*, tida como “pedra celeste”. Ele refere uma das variedades daquela (pirite), que diz encontrar-se em Portugal, afirmando o seu carácter protetor contra a tormenta e os seus raios, até à capacidade de conceder sorte e bons sonhos a quem a possuísse. Conhecem-se, no Mediterrâneo Oriental, tais artefactos, com inscrições gregas e imagens gravadas, dos séculos III e IV, usados como amuletos (FARAONE 2014; GOMES 2024).

Foi, muito possivelmente, com tal crença, que romanos, no atual Witham (Reino Unido), terão depositado quarenta e quatro bifaces, talvez como atributo a Júpiter, cujas imagens por vezes surgem associadas ao raio (KEY 2023: p. 2).

Em Portugal, lâminas de machados e de enxós, de pedra polida, têm sido recuperadas em sítios contendo testemunhos proto-históricos, conforme ocorreu no depósito votivo secundário de Garvão (Ourique) (séculos IV-III a.C.), ou em estrato dos finais da II Idade do Ferro da Citânia de Briteiros, onde

a pequena lâmina de enxó foi atribuído “carácter amulético ou simbólico” (CARDOZO, 1951: p. 462, est. II-1) e nomeadamente da presença romana, como Conimbriga, ou em minas exploradas durante a romanização (Mina dos Monges, Montemor-o-Novo; Mina da Carrasca, Sabugal; Mina da Serra da Queiriga, Sátão) (COIMBRA 2023: pp. 602-603). E foi ainda Suetónio (*De Vita Caesarum, Galba*), que na obra antes referida, registou a caída de raio, em lago da Cantábria, onde se encontraram doze lâminas de machados. Grande lâmina de machado de anfíbolite ( $h=0,280$  m), polida e possuindo perfuração bicónica no terço proximal, não existindo sinais de utilização, foi encontrada na zona de ligação com o mar da lagoa de Óbidos (LILLIOS, READ e ALVES 2000).

No século XVI, o médico e mineralogista Michele Mercati (1541-1593), que foi responsável pelo jardim botânico do Vaticano, duvidou da origem astral das “ceráunias cuneiformes” e concluiu serem armas usadas por comunidades humanas anteriores à descoberta dos metais (MERCATI 1717: pp. 241-245; CARDOSO e GONÇALVES 2020). Também o naturalista italiano Ulisse Aldrovani (1522-1605), na obra *Musaeum Metallicum*, menciona as ceráunias como possíveis artefactos primitivos (ALDROVANI 1648: pp. 609-612).

Nos alvares do século XVIII, quando a intuição, o dogma e a fé, foram substituídos pela experimentação e a razão, na criação científica, na Alemanha, Andreas Helwing (1717), interpretou as ceráunias como utensílios produzidos pelo Homem (GAUDANT 2007: p. 109). Em França, o naturalista Antoine Laurent de Jussieu (1686-1758), apresentou, na Academie des Sciences, em 1723, trabalho intitulado “*De l’origine et des usages de la pierre de foudre*”, onde mencionou as tradições e as referências clássicas àqueles artefactos, que colocou em paralelo com exemplares provindos do continente americano e ainda então usados pelas suas populações indígenas (JUSSIEU 1753; DACOSTA 2006). O mesmo objeto de estudo seria discutido na Academie des Inscriptions et Belles-Lettres, em 1735, por Nicolas Mahudel (1740), sob os títulos perentórios, “*Les Monnuments les plus anciens de l’industrie des Hommes, et des Arts reconnus dans les Pierres de Foudre*”, e “*Sur les prétendues pierres de foudre*”, onde se volta a comparar indústrias líticas europeias com americanas, concluindo tratar-se de idêntico estado civilizacional, obras citadas por Émile Cartailhac (MAHUDEL 1740; CARTAILHAC 1877: pp. 10-12; 1889: pp. 10-12; HAMY 1906; GOODRUM 2002).

Deve-se a Augusto Filipe Simões (1875), ter sido quem primeiramente sintetizou, no nosso país, aquela informação sobre as ceráunias, identificadas como lâminas de machados de pedra polida, não deixando de referir a relação dos raios com Júpiter.

José Leite de Vasconcellos (1880: pp. 75-77, 1881, 1882: p. 63, 1885: pp. 43-44; 1892: p. 7, 1897: pp. 403-404, 1920, 1967: pp. 229-233, 1986: pp. 99-102) haveria de muito escrever sobre as crenças e superstições ligadas às pedras de raio, tema gerador de problemáticas que, nos finais do século XIX e nos inícios da centúria seguinte, também seduziu outros autores, portugueses e estrangeiros (CARTAILHAC 1877, 1889: pp. 2-11; NADAILLAC 1885: pp. 6-8, 11-13; JACQUARD 1894; EVANS 1897: pp. 56-65; BAUDOIN e BONNEMÈRE 1904; COGELS 1907; LAMING-EMPERAIRE 1964: pp. 38-44).

Joseph Déchelette (1928: pp. 10-11; 1928a: pp. 479-484) referiu a grande difusão na crença tradicional entre as sociedades europeias, de as lâminas de machados e de enxós, de pedra polida, estarem associadas ao raio e ao trovão, acreditando-se caídas do céu, talvez mesmo possuindo origem solar. Elas seriam capazes de proporcionarem proteção, fertilidade e prosperidade, tal como também trata a possível existência de culto do machado, na Europa pré e proto-histórica.

Antigas tradições populares na Península Ibérica mencionam as muitas qualidades e propriedades das “pedras de raio”, desde a proteção dos fenómenos meteóricos à ação profilática e apotropaica de males diversos, em pessoas ou animais, chegando a considerarem-se talismãs e património familiar, que se mantinha de geração em geração. Acreditava-se então que também podiam purificar a água, prever o tempo, proteger os rebanhos e as culturas, de males diversos, designadamente de pragas e

até curar doenças renais, dermatológicas, reumatismos, oftalmias, mordeduras de serpentes ou de outros animais peçonhentos, para o que, por vezes, se usava o pó extraído dos gumes. Tais artefactos chegaram, durante a Idade Média, a constituírem valiosas oferendas reais (CARTAILHAC 1877: pp. 10-12; PAN 1943: pp. 97-99; GARCÍA CASTRO 1988: p. 439; RÚA ALLER e GARCÍA ARMESTO 2010; CRUZ SÁNCHEZ 2019: pp. 89-92).

Concorreu para a difusão das crenças mencionadas, a enorme disseminação, que podemos classificar como transcontinental, daqueles artefactos, o fato de jazerem no solo, por vezes a profundidades assinaláveis, as suas morfologias, mas sobretudo a grande capacidade conceptual das populações iletradas, capazes de criarem narrativas, derivadas de diversas interpretações, tanto ligadas à explicação da sua existência, como às propriedades apotropaicas que lhes eram conferidas. Eles possuíam poder para defender dos raios, do fogo, de calamidades e de muitos outros males, conforme enunciámos, ou proporcionariam sorte, conduzindo José Leite de Vasconcellos (1920) a explicar a sua presença em minas romanas e ulteriores, tal conforme ocorria em muitas habitações de norte a sul de Portugal, onde eram colocados atrás das portas de entrada, nas paredes ou nas coberturas (PROENÇA JÚNIOR 1910: p. VIII; CHAVES 1917: pp. 74-75; DIAS 1963: p. 156; DIAS 1970: p. 234; SALVADO 2004: pp. 52-58; VIEIRA 2019: pp. 167-170)<sup>2</sup>.

Interessa à localização dos achados de tais artefactos, antiga tradição registada na Europa Central que conta a colocação daqueles nos campos agrícolas, a seguir às sementeiras, de modo a proporcionarem a sua defesa, contra predadores diversos e os elementos naturais adversos, como a poderem proporcionar colheitas abundantes (GELLING e DAVIDSON 1969: p. 147).

## CONCLUSÃO

Apesar de chegada aos nossos dias desprovido de associação a monumento, a qualquer outra estrutura ou a artefactos, conforme referimos, a enxó de Cacela bem pode corresponder a deposição de carácter ritual, onde a terra, para nós entendida como comum e indiferenciada, terá constituído recetáculo com significado particular, mas que nos escapa. Recordemos a cerimónia que, segundo Homero (928-898 A.C.) (*Od.* XI, 24-28), Ulisses realizou em honra de todos os mortos, não deixando restos físicos, ao escavar, com a sua espada, fossa no solo que recebeu três libações, com leite e mel, vinho doce e água, sobre as quais deitou cevada branca.

No povoado do Neolítico Médio de Castelo Belinho (Portimão) (V milénio A.C.), algumas pequenas fossas, por certo com carácter ritual, não continham artefactos, guardando outras apenas fragmentos de recipientes de cerâmica, enquanto uma (est. 26) continha lâmina de forte machado, de grauvaque polido, e outra (est. 27) grande lâmina de enxó, naquela mesma rocha e igualmente polida. Estes testemunhos, caso fossem encontrados isolados, não teriam a valorização que lhes atribuímos e aumentariam o número de artefactos tidos como perdidos ou descartados (GOMES 2021: pp. 94, 97-98, 103-104).

Refira-se, a propósito, a descoberta fortuita de muitas lâminas de machados ou de enxós, de pedra polida, enterradas no solo a assinaláveis profundidades, aspeto que os fenómenos de sedimentação quase sempre não explicam. Este aspeto encontra-se traduzido na crença popular generalizada, da queda dos céus de raios que deram origem a tais artefactos ao penetrarem no terreno, não sendo raro que tal profundidade tenha sido quantificada.

---

<sup>2</sup> Na casa burguesa lisboeta em que nasci e vivi pequena parte da minha vida (MVG), existia lâmina de machado de anfibolito polido, encontrada na Lourinhã, tida como eficaz protetora dos raios, e que ainda hoje conservo. Na Caramujeira (Lagoa), quando ali dirigi escavações em 1975, foi-me amavelmente oferecida, lâmina de machado polido, que o seu possuidor ali encontrou e guardava em orifício da parede interior da sua habitação, junto à porta de entrada, associada a velha ferradura, para que naquela não penetrassem raios ou maus-olhados. Todavia, na casa de meu pai, na Ericeira, aquando de fortes trovoadas, que chegavam a cortar a energia elétrica, para aquele primeiro fim acendia-se uma vela ou lamparina, junto de bonita imagem barroca de Santa Bárbara e as mulheres presentes rezavam o padre-nosso ou o terço, em voz alta.

Aqueles achados, ou parte deles, ao terem sido depositados no solo, como lançados às águas de mananciais, rios ou lagoas, ritualmente colocados fora de uso ou sacrificados, conforme também terá ocorrido com alguns recipientes de cerâmica ou outros artefactos, sugerem comportamentos derivados de construções metafóricas ligadas à fertilidade, ao mundo subterrâneo e funerário, dos antepassados ou transcendente.

As deposições de lâminas de machados ou de enxós, importantes meios de produção, denunciam a sua alta função simbólica, criada pela sua origem, matéria-prima, textura, cor, morfologia, valor material ou emocional, etc. É possível que tais ações ocupassem ou criassem áreas consideradas como tendo significado socio-religioso, cujos atributos hoje escapam ao nosso entendimento.

Julgamos importante rever os chamados achados isolados e para eles tentar procurar explicações menos simplistas que a grande maioria das que lhes são atribuídas. Alguns de tais artefactos integraram evidentes práticas deposicionais, conforme exemplos que citámos, por certo ligados com a fertilidade dos solos, mas talvez também com a humana, de especial importância, por exigência das próprias economias agrárias. No caso de estudo, agora apresentado, julgámos ser pertinente considerar a associação simbólica do artefacto neolítico à rica e muito evidente jazida fossilífera, onde preponderam as conchas, símbolos universais de fecundidade, nascimento e renascimento, muitos deles tidos como contendo virtudes mágicas, conforme já estudado por diversos investigadores (ELIADE 2004: pp. 176-211). Afinal, o que nos separa do reino animal não é a criação e manipulação de símbolos?

#### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao avaliador, Prof. Doutor João Luís Cardoso, a indicação de dois importantes textos de sua autoria.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALDROVANI, Ulisse (1648), *Musaeum Metallicum*, tomo I, Bologna, Giovanni Battista Ferroni.
- ANTUNES, Miguel Telles; BIZON, Germaine; NASCIMENTO, António; PAIS, João (1981), Nouvelles données sur la datation des dépôts miocènes de l'Algarve (Portugal) et l'évolution géologique régionale, *Ciências da Terra*, 6, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 153-168.
- ANTUNES, Miguel Telles; CIVIS, Jorge; DABRIO, Cristino José; SIERRA, Francisco Javier; GONZÁLEZ-DELGADO, José Ángel; FLORES, José A.; PAIS, João; VALLE, Maria (1990), El Neogeno del Algarve (Portugal) y de la cuenca del Guadalquivir (España), *Actas de Paleontología*. 68, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 65-73.
- ANTUNES, Miguel Telles; ELDERFIELD, Henry; LEGOINHA, Paulo; PAIS, João (1997), The Neogene of Algarve, in GONZÁLEZ-DELGADO, José Ángel; SIERRA, Francisco Javier; PAIS, João (Coord. de), *The Guadalquivir Basin and Algarve, Field Trip Guide 2*, IV RCANS Congress, Salamanca.
- ANTUNES, Miguel Telles; PAIS, João (1992a), The Neogene and Quaternary of Algarve, *Ciências da Terra*, 2, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 57-72.
- ANTUNES, Miguel Telles; PAIS, João (1992b), 4 - Cenozóico. Estratigrafia, Algarve oriental, in OLIVEIRA, José Tomás (Coord.), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/200 000. Notícia explicativa da Folha 8*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 64-67.
- ANTUNES, Miguel Telles; PAIS, João (1993), The Neogene of Portugal, *Ciências da Terra*, 12, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 7-22.
- APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimension of Globalization*, Minneapolis/London, University of Minnesota Press.

- BAUDOIN, Marcel; BONNEMÈRE, Lionel (1904), Les haches polis dans l'histoire jusqu'au XXIX<sup>ème</sup> siècle, *Bulletins de Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, série v, 5, Paris, Société d'Anthropologie de Paris, pp. 496-548.
- BONNET, Charles (1850), *Algarve (Portugal). Description Géographique et Géologique de Cette Province*, Lisbonne, Académie Royale des Sciences.
- BOURCART, Jacques; ZBYSZEWSKI, Georges (1940), La faune de Cacela en Algarve (Portugal), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 21, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 3-61.
- BRANDÃO, José Manuel (2008), Uma colecção centenária, de fósseis de Cacela: um *património museológico com relevância científica e histórica*, *Core, Repositório do Laboratório Nacional de Engenharia Geológica*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Geológica.
- BREBION, Philippe (1957), Le *Mitra fusiformis* des couches tortoniennes de Cacela est une espèce nouvelle: *Mitra pereirai* n. sp., *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 241-242.
- CACHÃO, Mário (1995), *Utilização de Nanofósseis Calcários em Biostratigrafia, Paleoceanografia e Paleoecologia. Aplicações ao Neogénico do Algarve (Portugal) e do Mediterrâneo Ocidental (ODP 653) e à Problemática do Coccolithus pelagicus*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- CACHÃO, Mário; BOSKI, Tomás; MOURA, Delminda; DIAS, Rui; SILVA, Carlos Marques; SANTOS, Ana; PIMENTEL, Nuno; CABRAL, João (1998), Proposta de articulação das unidades sedimentares neogénicas e quaternárias do Algarve (Portugal), *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 84, Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, pp. 69-72.
- CARDOSO, João Luís (1984), Breve nota sobre um artefacto pré-histórico encontrado na serra de Sintra, *Arquivo de Cascais*, 5, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, pp. 65-67.
- CARDOSO, João Luís (2021), Coleccionadores de fósseis: os dentes de tubarão miocénicos das estações pré-históricas portuguesas, in GONÇALVES, Victor dos Santos (Dir. de.), *Terra e Sal. Das Antigas Sociedades Camponesas ao Fim dos Tempos Modernos. Estudos Oferecidos a Carlos Tavares da Silva*, Estudos e Memórias, 16, Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 249-268.
- CARDOSO, João Luís (2022), Matérias-primas não metálicas de origem geológica na Pré-História do Ocidente Peninsular: contributo para o conhecimento da sua exploração, circulação e utilização, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe Ciências*, 48, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, pp. 39-77.
- CARDOSO, João Luís (2023), As “pedras de lapidação dos santos mártires de Lisboa, *Vita Prima. Santo António em Portugal*, Museu de Lisboa, EGEAC, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 74-81.
- CARDOSO, João Luís; ANTUNES, Miguel Telles (1995), Dentes de tubarão miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 199-211.
- CARDOSO, João Luís; CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco (2023), As “enxós” votivas de calcário, um objecto ideotécnico característico do Calcolítico da Estremadura: a propósito da recolha de um exemplar em Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira), in FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira; CORREIA, Miguel Filipe (Coord. de), *Amanhar a Terra: Arqueologia da Agricultura (do Neolítico ao Período Medieval)*, Palmela, Município de Palmela, pp. 323-328.
- CARDOSO, João Luís; CARVALHOSA, António de Barros (1995), Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 123-151.

- CARDOSO, João Luís; GONÇALVES, Maria Isabel (2020), Mercati, a *Metallotheca Vaticana* e as representações de artefactos pré-históricos na Europa do Renascimento, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 26, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 105-122.
- CARDOZO, Mário (1951), Escavações na Citânia de Briteiros. Campanha de 1951, *Revista de Guimarães*, LXI (3,4), pp. 455-472, IV ests.
- CARROCCIO, Benedetto (2010), Come Zeus: aquila, fulmine e cornucopia segni dei poteri nelle monete ellenistiche, in M. C. CAETABIANO, C. RECCUIA, E. SANTAGATI (Dir. de), *Tyrannis, Basileia, Imperium. Forme e Pressi e Simboli del Potere Político nel Mundo Greco e Romano, Giornate Seminariali nel Mondo Greco e Romano in Onore de S. N. Corrolo Langher*, Messina, Pelorias 18, pp. 363-374.
- CARTAILHAC, Émile (1877), *L'Âge de Pirre dans les Souvenirs et Superstitions Populaires*, Paris, Reinwald et Cie.
- CARTAILHAC, Émile (1889), *La France Préhistorique d'Après les Sépultures et les Monumemts*, Paris, Félix Alcan Éditeur.
- CARVALHO, Carlos Neto de (2010), Os fósseis como património para todos, *Escola Aberta do Património. Paleontologia - O Regresso dos Dinossáurios*, Idanha-a-Nova, Centro Cultural Raiano, pp. 115-127.
- CARVALHO, Carlos Neto de; CACHÃO, Mário (2005), A “Bicha Pintada” (Milreu-Vila de Rei). Paradigma eclético das hierofanias com origem bioglfica, *Zahara*, nº 5, Abrantes, Centro de Estudos de História Local de Abrantes, pp. 77-90.
- CARVALHO, Carlos Neto de; RAMOS, Joana; CACHÃO, Mário (1999), A “Bicha Pintada” (Vila de Rei, Portugal): uma história de património (bio)conturbado, *I Seminário sobre o Património Geológico Português*, Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, 9 pp.
- CHAVAN, André (1940), Les fossiles du Miocène supérieur de Cacela, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 21, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 61-106.
- CHAVES, Luís (1917), Sobrevivências neolíticas de Portugal. Vestígios líticos, em concordância ou paralelismo e na toponímia, *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 4, Lisboa, Universidade de Lisboa, pp. 55-81.
- CHOFFAT, Paul (1950), Géologie du Cénozoïque du Portugal, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 30 (suplemento), Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 1-182.
- CIVIS, Jorge; PAIS, João; GONZÁLEZ-DELGADO, José Angel; LEGOINHA, Paulo (2000), Síntesis paleontológica del Tortonense Superior de Cacela (Algarve, Portugal), in *XVI Jornadas de la Sociedad Española de Paleontología / I Congreso Ibérico de Paleontología*, Évora, Universidade de Évora Portugal, pp. 10, 11.
- COGELS, Paul (1907), Céraunies et pierres de foudre : histoire et bibliographie, *Bulletin de l'Académie Royale d'Archéologie de Belgique*, 4, Bruxelles, Académie Royale d'Archéologie et d'Histoire de l'Art de Belgique, pp. 1-36.
- COIMBRA, Fernando (2023), A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas «pedras de raio», *Arqueologia em Portugal, 2023 Estado da Questão*, Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 599-610.
- CONSOLINO, Franca Ela (1986), *Claudiano, Elogio de Serena*, Collana di Classici Greci e Latini, Venice, Marsilio Editore.
- COSTA, Francisco António Pereira da (1866), *Gastéropodes dos Depósitos Terciários de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- COTTER, José Cândido Berkeley (1879), Fósseis das bacias terciárias marinhas do Tejo, do Sado e do Algarve, *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 7(26), Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 112-122.

- COTTER, José Cândido Berkeley (1903-04), Esquisse du Miocène marin portugais. Algarve, in DOLLFUS, Gustave F.; BERKELEY COTTER, José Cândido; GOMES, Jacinto Pedro, *Mollusques Tertiaires du Portugal. Planches de Céphalopodes, Gastéropodes et Pélécy-podes laissées par F.A. Pereira da Costa, accompagnées d'une explication sommaire et d'une esquisse géologique*, Lisboa, Comissão do Serviço Geológico de Portugal, pp. 39-44.
- CRUZ SÁNCHEZ, Pedro Javier (2019), Ceraunias, amuletos y piedras mágicas en el mundo tradicional, *Aguanaz*, 2, pp. 85-108.
- DACOSTA, Arsenio (2006), Del origen y de los usos de la piedra del rayo. Edición y notas del texto de Antoine de Jussieu (1723), *Revista de Folklore*, 309, pp. 105-108.
- DECHELETTE, Joseph (1928), *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine, vol. I - Archéologie Préhistorique*, Paris, Éditions Auguste Picard.
- DECHELETTE, Joseph (1928a), *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine. vol. II - Archéologie Celtique ou Protohistorique, Âge du bronze*, Paris, Éditions Auguste Picard.
- DIAS, Jaime Lopes (1963), *Etnografia das Beiras, Contos, Lendas, Mitos e Narrativas, Costumes, o Trajo, os Penitentes, Tradições, Crenças e Superstições, Notas Etnográficas e Históricas*, 9, Lisboa, Livraria Ferrin Lda.
- DIAS, Jaime Lopes (1970), *Etnografia da Beira. A Alimentação, Contos e Narrativas. Costumes. Vida Agrícola. Crenças e Superstições. Cancioneiro. Notas Etnográficas e Históricas*, 10, Livraria Ferrin, Lisboa
- DOLLFUS, Gustave; COTTER, José Cândido Berkeley; GOMES, Jacinto Pedro (1903-1904), *Mollusques du Tertiaire du Portugal. Planches de Céphalopodes, Gastéropodes et Pélécy-podes Laissées par F. A. Pereira da Costa, Accompagnées d'une Explication Sommaire et d'une Esquisse Géologique*, Lisboa, Comissão do Serviço Geológico de Portugal.
- ELIADE, Mircea (1976), *Histoire des Croyances et des Idées Religieuses.1. De l'Âge de la Pierre aux Mystères d'Éleusis*, Paris, Éditions Payot.
- ELIADE, Mircea (2004), *Images et Symboles. Essais sur le Symbolisme Magico-Religieux*, Collection Tel, Paris, Éditions Gallimard.
- EVANS, John (1897), *The Ancient Stone Implements, Weapons and Ornaments of Great Britain*, 2nd ed., London, Longmans, Green and Co.
- FARAONE, Christopher Athanasious (2014), Inscribed Greek thunderstones as house - and body-amulets in Roman times, *Kernos*, nº 27, pp. 1-27.
- FERNÁNDEZ-LÓPEZ, Sixto (1986), La Tafonomía: un subsistema conceptual de la Paleontología, Coloquios de la Cátedra de Paleontología, *Publicaciones de Departamento de Paleontología*, 41, pp. 9-34.
- FERREIRA, Octávio da Veiga (1951), Os pectinídeos do Miocénico do Algarve, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 32, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 153-180.
- FRENEIX, Suzanne (1957), Lamellibranches nouveaux du Miocène du Portugal, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 227-239.
- GARCIA, Cristina (2015), Cacela-a-Velha en el contexto de las actividades marítimas del Gharb-al-Andalus, *Onoba, Revista de Arqueología y Antigüedad*, Huelva, Universidad de Huelva, 3, pp. 205-215.
- GARCÍA CASTRO, Juan Antonio (1988), Mitos y creencias de origen prehistórico: «Las Piedras de Rayo», *Espacio, Tempo y Forma*, serie I, Prehistoria, tomo I, pp. 427-443.
- GAUDANT, Jean (2007), Aux sources de la Préhistoire: les céraunies, ces pierres étranges supposées tombées du ciel, *Travaux du Comité Français d'Histoire de la Géologie*, 3ème série, tome 21, pp. 98-112.
- GELLING, Peter; DAVIDSON, Hilda Ellis (1969), *The Chariot of the Sun and Other Rites and Symbols of the Northern Bronze Age*, London, J. M. Dent & Sons Ltd.

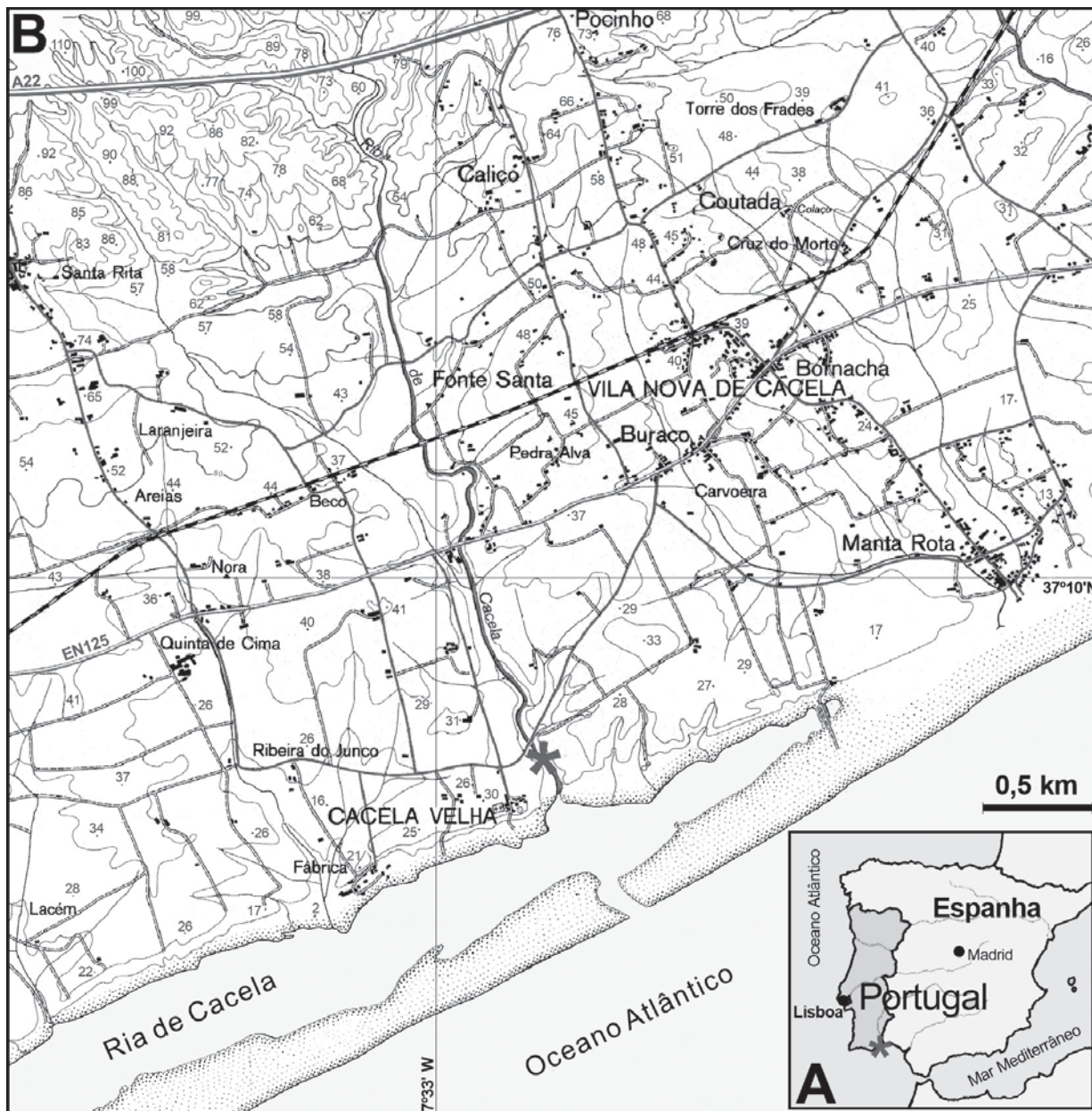
- GLIBERT, Maxime ; VAN DE POEL, Luc (1965-1970), Les bivalves fossiles du Cénozoïque étranger des collections de l'Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique, *Mémoires de l'Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique*, 2<sup>ème</sup> série, vols 77, pp. 1-112 ; 78, pp. 1-105; 81, pp. 1-82; 82, pp. 1-108; 83, pp. 1-152; 84, pp. 1-185, Bruxelles, Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique.
- GOMES, Mário Varela (1997), Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992, *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*, 1, Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, pp. 39-69.
- GOMES, Mário Varela (1997a), Megalitismo do Barlavento Algarvio. Breve síntese, *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal, 11-12, pp. 147-190.
- GOMES, Mário Varela (1997b), Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico, in SARANTOPOULOS, Panagiotis (Dir. de), *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora, pp. 35-39.
- GOMES, Mário Varela (1999), A “Bicha Pintada” (Vila de Rei, Castelo Branco) e as serpentes na Proto-História do Centro e Norte de Portugal, *Estudos Pré-Históricos*, 7, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 221-240.
- GOMES, Mário Varela (2002), A necrópole visigótica de Poço dos Mouros (Silves), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5(2), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 339-391.
- GOMES, Mário Varela (2006), A estela de Casal de Insalde (Paredes de Coura), *O Arqueólogo Português*, série IV, 24, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 267-288.
- GOMES, Mário Varela (2021), Fossas rituais, não funerárias, em aldeia do V milénio A. C. (Castelo Belinho, Portimão, Algarve), in GONÇALVES, Victor dos Santos (Dir. de), *Terra e Sal. Das Antigas Sociedades Camponesas ao Fim dos Tempos Modernos. Estudos Oferecidos a Carlos Tavares da Silva, Estudos & Memórias*, 16, Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 89-104.
- GOMES, Mário Varela (2024), Edges up. A short note on the possible meaning of the unhafted axe-blades on Stonehenge sarsen stones, Capo di Ponte, *Expression. The International Journal of Conceptual Anthropology*, 44, pp. 11-13.
- GOMES, Mário Varela; CALADO, Davide; NIETO, José Maria (2004), Machado de bronze, de Bernardinheiro (Tavira), Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), pp. 119-124.
- GOMES, Mário Varela; NINITAS, João; BORRALHO, Rita (2012-2013), Artefactos líticos do povoado calcolítico do Escoural (Montemor-o-Novo), Montemor-o-Novo, *Almanson*, 2<sup>a</sup> série, nº 10, pp. 5-60.
- GOMES, Mário Varela; SILVA, Carlos Tavares da (1987), *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*, Faro, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- GONZÁLEZ-DELGADO, José Angel; ANDRÉS, Inmaculada; SIERRA, Francisco Javier (1995), Late Neogene Molluscan faunas from NE Atlantic (Portugal, Spain, Morocco), *Geobios*, 28, Amsterdam, Elsevier, pp. 459-471.
- GOODRUM, Matthew Robert (2002), The meaning of ceraunia: archeology, natural history and the interpretation of Prehistoric stone artefacts in the eighteenth century, London, *The British Journal for the History of Science*, 35(3), pp. 255-269.
- GOSSELAIN, Olivier P (2000), Materializing identities: an African perspective, *Journal of Archaeological Method and Theory*, 7(3), Berlin, Springer Science, pp. 187-216.
- GUALANDRI, Isabella (2010), Un “generalissimo” semibarbaro suocero e genero di imperatori: Stilicone in Claudiano, Milano, *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano*, LXIII(III), pp. 33-61.

- GUSSO, Maximo (2005), Il prodigio del fulmine nell'antichità, Vittorio Veneto, *Quaderni del Circolo Vittoriese di Ricerche Storiche*, 8, pp. 41-62.
- HAMY, Ernest-Théodore (1906), Matériaux pour servir à l'histoire de l'archéologie préhistorique, I. Le mémoire de Mahudel sur les pierres de foudre (1737), Paris, *Revue Archéologique*, 4ème série, 7, pp. 239-259.
- HELWING, Georg Andree (1717), *Lithographia Angerburgica, sive Lapidum et Fossilium*, Districtu Angerburgensis, Litt. J. Shelteri, Regiomonti.
- JACQUARD, Edouard (1894), Céraunies ou pierres de tonnerre (Silex taillés-Haches de pierre), Dax, *Bulletin de la Société de Borda*, 9ème année, pp. 157-163.
- JOLEAUD, Léonce (1933), Le rôle des coquillages marins fossiles et actuels dans la magie berbère, in *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 150-174.
- JUNG, Carl Gustav (1967), *The Collected Works, Symbols of Transformation*, 5, Pantheon, Princeton, Princeton University Press (Bollingen Series XX).
- JUSSIEU, Antoine Laurent de (1753), De l'origine et des usages de la pierre de foudre (mém.lu en 1723), Paris, *Histoire de l'Académie Royale des Sciences, année 1723*.
- KOPYTOFF, Igor (1986), The cultural biography of things: commodization as process, in APPADURAI, Arjun (Dir. de), *The social life of things*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-91.
- LAMING-EMPERAIRE, Annette (1964), *Origines de l'Archéologie Préhistorique en France. Des Superstitions Médiévales à la Découverte de l'Homme Fossile*, Paris, Éditions A. et J. Picard et Cie.
- LANDUCCI GATTINONI, Franca (1989), Iuppiter Tonans, Fenomeni Naturali e Avenimenti Storici nell'Antichità, Roma, *Contributi dell'Istituto di Storia Antica*, 15, pp.139-153.
- LEGOINHA, Paulo (2003), Upper Miocene planktonic foraminifera from Algarve. Chronostratigraphical implications, *Ciências da Terra*, 15, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 199-208.
- LEGOINHA, Paulo (2001), *Biostratigrafia de foraminíferos do Miocénico de Portugal (Bacias do Baixo Tejo e Algarve)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter & Co.
- LILLIOS, Katina T. (1997), Amphibolite tools of the Portuguese Copper Age (3000-2000 B.C.): a Geoarchaeological approach to Prehistoric economics and symbolism, *Geoarchaeology: An International Journal*, 12(2), New Jersey, John Wiley & Sons, pp. 137-163.
- LILLIOS, Katina T.; READ, Caroline; ALVES, Francisco (2000), The axe of the Obidos lagoon (Portugal): an uncommon find recorded during an underwater archaeological survey (1999), Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(1), pp. 5-14.
- LOZANO-FRANCISCO, Maria del Carmen; PELÁEZ, Vera; LUÍS, José; SIMÓN-VALLEJO, Maria D.; CORIÉS SÁNCHEZ, Miguel; MORALES-MUÑIZ, Arturo (2021), Fossils in archaeological sites: the case of the Neolithic necropolis of El Tesoro (Torremolinos, Málaga), Madrid, *2nd Iberian Zooarchaeology Meeting, Book of Abstracts*, pp. 28, 29.
- MAHUDEL, Nicolas (1740), Sur les prétendues pierres de foudre (mém. lu en 1735), Paris, *Histoire de l'Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres, avec les Mémoires de Lettres (depuis 1734 jusques et y compris 1737*, XII, pp. 163-169,
- MANUPELLA, Giuseppe; RAMALHO, Miguel; TELLES ANTUNES, Miguel; PAIS, João (1987), *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000. Notícia explicativa da folha 53-B Tavira*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

- MARBODE (1799), *Liber Lapidum*, Göttingen, Typis Ioam Christian Dieterich.
- MARTÍNEZ-GRAÑA, Antonio; LEGOINHA, Paulo; GOY, José Luis; GONZÁLEZ-DELGADO, José Angel; ARMENTEROS, Ildefonso; DABRIO, Cristino; ZAZO, Caridad (2021), Geological-geomorphological and paleontological heritage in the Algarve (Portugal) applied to geotourism and geoeducation, Basel, Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI), *Land*, vol. 10.
- MAYOR, Adrienne (2000), *The First Fossil Hunters. Paleontology in Greek and Roman Times*, Princeton, Princeton University Press.
- MERCATI, Michele (1717), *Metallotheca-Opus Posthumum*, Roma, Officina J. Maria Salvioni.
- NADAILLAC, Jean François Albert du Pauget, Marquis de (1881), *Les Premiers Hommes et les Temps Préhistoriques*, tome I, Paris, G. Masson Éditeur.
- OAKLEY, Kenneth Page (1975), *Decorative and Symbolic Uses of Vertebrate Fossils*, Pitt Rivers Museum Occasional Papers on Technology, 12, Oxford, Pitt Rivers Museum, University of Oxford.
- OLIVEIRA, José Tomás (1992), Paleozóico, Estratigrafia, Zona Sul Portuguesa, in OLIVEIRA, José Tomás (Coord.), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/200 000. Notícia explicativa da Folha 8*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, pp. 17-38.
- PAIS, João José Cardoso (1982), *O Miocénico do Litoral Sul Português. Ensaio de Síntese*, Estudo complementar para obtenção do grau de Doutor. Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- PAIS, João; CUNHA, Pedro Proença e; PEREIRA, Diamantino; LEGOINHA, Paulo; DIAS, Rui; MOURA, Delminda; SILVEIRA, António Brum; KULBERG, José Carlos; GONZÁLEZ-DELGADO, José Angel (2012), *The Paleogene and Neogene of Western Iberia (Portugal): A Cenozoic Record in the European Atlantic Domain*, Berlin, Heidelberg, Springer (Springer Briefs in Earth Sciences).
- PAIS, João; LEGOINHA, Paulo; ELDERFIELD, Henry; SOUSA, Lúcia; ESTEVENS, Mário (2000), The Neogene of Algarve (Portugal), *Ciências da Terra*, 14, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 277-288.
- PAN, Ismael del (1943), Aspectos etnológico-geográficos de Portugal (Folklore hispano-português), Madrid, *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología y Prehistoria*, XVIII(1-4), pp. 5-216.
- PARIS, Pierre; ROQUES, Gabriel (1909), *Lexique des Antiquités Grecques*, Paris, Albert Fontemoing Éditeur.
- PEREIRA, Hélder; MOURA, Delminda; PERNA, Fernando (2003), Valorização da jazida fossilífera de Cacela (Parque Natural da Ria Formosa, Algarve): uma nova abordagem, *Ciências da Terra*, número especial V, Caparica, Universidade Nova de Lisboa, pp. 150-152.
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares de (1910), *Archeologia do Districto de Castello Branco: 1ª contribuição para o seu estudo*, Edição do Autor, Leiria, Typographia Leiriense.
- RICO-GARCIA, Alberto; AGUIRRE, Julio; CIVIS, Jorge; GONZÁLEZ-DELGADO, José Angel; ALFONSO-GAVILÁN, Gaspar (2006), Tafonomía cuantitativa del yacimiento de Cacela (Tortonense superior; Algarve, Sur de Portugal), *Geogaceta*, 40, Madrid, Sociedad Geológica de España, pp. 207-210.
- RÚA ALLER, Francisco Javier; GARCÍA ARMESTO, María Jesús (2010), Usos y creencias de la piedra del rayo en León, Valladolid, *Revista de Folklore*, ano II, 344, pp. 61-68.
- SAINTYVES, Pierre (1936), *Pierres Magiques: Bétyles, Haches-Amulettes et Pierres de Foudre. Tradicions Savantes et Tradicions Populaires*, Paris, Librairie Émile Nourry.
- SALVADO, Maria Adelaide (2004), Trovões e trovoadas-crenças e superstições no interior da Beira, Castelo Branco, *Estudos de Castelo Branco*, nova série, 3, pp. 19-58.
- SANTOS, Ana Alexandra Guerreiro (2000), *Bivalves marinhos do Miocénico superior (Tortoniano superior) de Cacela (Algarve, Portugal)*, Dissertação de Mestrado, Faro, Universidade do Algarve.

- SANTOS, Ana Alexandra Guerreiro (2005), *Tafonomia e Paleocnologia do Neogénico Superior do sector Cacela, Huelva (SE da Ibéria)*, Tese de Doutoramento, Faro, Universidade do Algarve.
- SANTOS, Ana; BOSKI, Tomás (1998), Estudo paleoecológico da Ribeira de Cacela (Miocénico Superior) (Algarve): uma abordagem preliminar, *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 84(2), Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, pp. 157-160.
- SANTOS, Ana; BOSKI, Tomás; CACHÃO Mário; SILVA, Carlos Marques; MOURA Delminda; FONSECA, Luís Cancela (1998), Jazida fossilífera de Cacela (Parque Natural da Ria Formosa, Algarve): um exemplo de Património Paleontológico a salvar. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 84(2), Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro, pp. 26-29.
- SANTOS, Ana; MAYORAL, Eduardo Jesús (2008), Bioerosion versus colonization on Bivalvia: A case study from the Upper Miocene of Cacela (SE Portugal), *Geobios*, 41, Amsterdam, Elsevier, pp. 43-59.
- SEILACHER, A.; REIF, Wolf-Ernst; WESTPHAL, Franck (1985), Sedimentological, ecological and temporal patterns of Fossil Lagerstätten, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B, Biological Sciences*, 311, pp. 5-23.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha; VICENTE, Eduardo Prescott (1980), A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro). Negrais (Sintra), Porto, *Arqueologia*, 1, pp. 28-35.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1875), Estudos prehistoricos em Hespanha e Portugal, *Artes e Letras*, 4ª série, nº 1, pp. 30,31.
- SIRET, Henrique; SIRET, Luis (1890), *Las Primeras Edades del Metal en el Sudeste de España*, Barcelona, Tipografía Henrich y Cª.
- SIRET, Luis (1922), Le rôle des fossiles en Mythologie, *L'Anthropologie*, 32, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 203-213.
- STUDENCKA, Barbara, ZIELIŃSKI, Grzegorz (2013), Strontium isotope dating of bivalve faunas from the Upper Miocene Cacela Formation, eastern Algarve, Portugal: evidence from Messinian bivalve fauna, *Geological Quarterly*, 57(4), Varsaw, Polish Geological Institute - National Research Institute, pp. 665-686.
- TERRINHA, Pedro; ROCHA, Rogério; REY, Jacques; CACHÃO, Mário; MOURA, Delminda; ROQUE, Cristina; MARTINS, Linea; VALADARES, Vasco; CABRAL, João; AZEVEDO, Maria do Rosário; BARBERO, Luis; CLAVIJO, Emilio; DIAS, Ruben; MATIAS, Hugo; MADEIRA, José; SILVA, Carlos Marques da; MUNHÁ, José; REBELO, Luís; RIBEIRO, Carlos; VICENTE, José; NOIVA, João; YOUNG, Nasreddine; BENSALAH, Mohamed Khalil (2006), A Bacia do Algarve: Estratigrafia, Paleogeografia e tectónica, in DIAS, Rui; ARAÚJO, António; TERRINHA, Pedro; KULLBERG, José Carlos (Dir. de), *Geologia de Portugal no Contexto da Ibéria*, Sociedade Geológica de Portugal e Universidade de Évora, Évora, Portugal, pp. 247-316.
- VALENTE, Maria João; GOMES, João de Deus; GOUFA, Eliana; GARCIA, Cristina Tété (2013), Primeiros dados sobre as faunas de invertebrados do Largo da Fortaleza de Cacela Velha (Vila Real de Santo António, Portugal): da alimentação à caracterização ecológica, in MELRO, Samuel; CORREIA, Susana (Coords.), *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche - Serpa, Ayuntamiento de Aroche, pp. 1175-1190.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1880), Tradições das pedras, *Era Nova, Revista do Movimento Contemporâneo*, 2, Lisboa, pp. 75-80.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1881), Notas de Prehistoria II- Pedra de raio, *O Pantheon. Revista de Ciencias e Letras*, 23, Porto, pp. 364, 365.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1882), *Tradições Populares de Portugal*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & Cia.

- VASCONCELLOS, José Leite de (1885), *Portugal Pre-Historico*, Lisboa, David Corazzi Editor (Bibliotheca do Povo e das Escolas).
- VASCONCELLOS, José Leite de (1892), *Sur les Amulettes Portugaises*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1897), *Religiões da Lusitânia*, I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1920), Ceraunias, *O Archeologo Português*, 24, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 87-93.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1967), *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, IX, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1985), *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1986), *Tradições Populares de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Coleção Temas Portugueses).
- VEIGA, Sebastião Phillipés Martins Estácio da (1886), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VIEIRA, Alexandra (2019), Raios e coriscos, *Revista Memória Rural*, 2, Carrazeda de Ansiães, Museu da Memória Rural, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, pp. 162-173.
- WHITE, Randall (1992), Beyond art: toward an understanding of the origins of material representation in Europe, *Annual Review of Anthropology*, 21, Palo Alto, Annual Reviews, pp. 537-564.



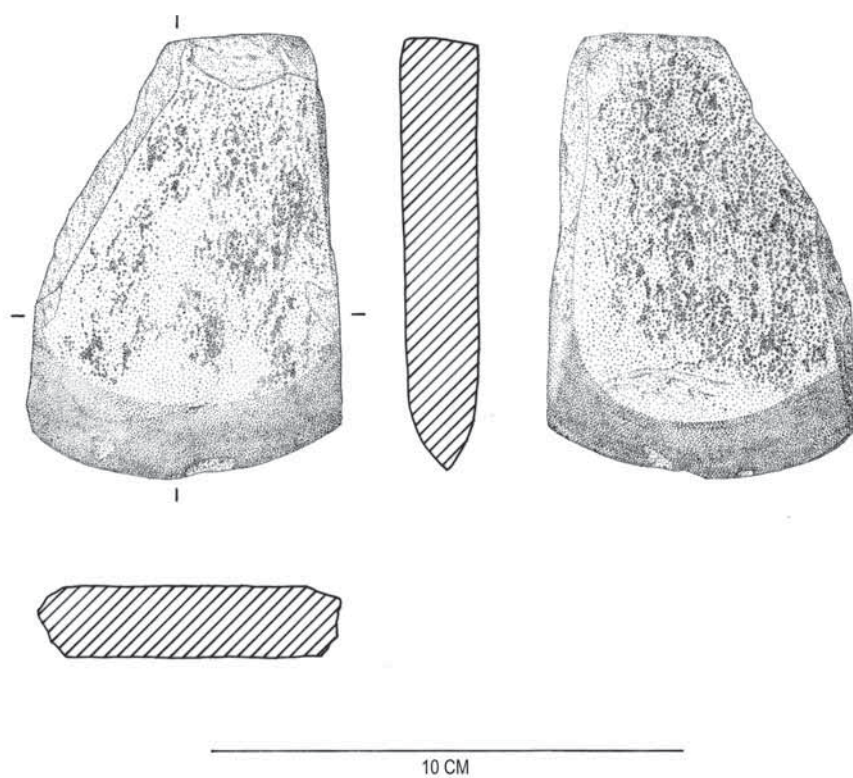
**Fig. 1:** Localização do achado da lâmina de enxó de Cacela (segundo a *Carta Militar de Portugal* na escala 1:25 000, série M888, folha n.º 600 - Vila Real de Santo António, 3.ª ed., Instituto Geográfico do Exército, 1980).  
A - Localização no território português; B - Localização no espaço de Cacela Velha, a jusante da ponte sobre a ribeira de Cacela.



**Fig. 2:** Vista da jazida fossilífera de Cacela (fotos P. M. Callapez). A - Panorâmica do afloramento, após limpeza do leito da ribeira, sendo visíveis os estratos miocénicos de siltes glauconíferos e arenitos finos, amarelados, intercalados com estratos compactos de arenito grosseiro, da Formação de Cacela. B - Detalhe do local onde a enxó foi encontrada, observando-se o contacto entre a cobertura aluvionar de tom acastanhado e níveis inferiores da unidade estratigráfica, de silte glauconífero acinzentado, muito fossilífero.



**Fig. 3:** Aspeto do anverso e do reverso da enxó de Cacela (fotos J. Gonçalves).



**Fig. 4:** Desenho da enxó de Cacela (seg. J. Gonçalves).

# O CRASTO DE PALHEIROS EM TRÁS-OS-MONTES DURANTE O 1º MILÉNIO A.C. COMO PRETEXTO PARA REFLETIR SOBRE AS DIVISÕES CRONOLÓGICO-CULTURAS TRADICIONAIS NAQUELA REGIÃO

Maria de Jesus Sanches  
CITCEM<sup>1</sup> - FLUP  
mjsanches77@gmail.com

## ABSTRACT

This article focuses the occupation of Crasto de Palheiros (Murça, Portugal) during the 1st millennium BCE, reassessing phases II (Late Bronze Age) and III (Iron Age). Based primarily on radiocarbon dates, stratigraphic analyses, and ceramic studies, it discusses the Late Bronze Age occupation of this settlement, which serves as the foundation for a reevaluation of the settlement patterns in “interior” Trás-os-Montes during the same chronological-cultural period (12th to 5th centuries BCE). Of particular significance in this discussion is the comparison with the Fraga dos Corvos site, especially regarding the problematic transition from Late Bronze Age to Iron Age and, within this context, the establishment of continuities and changes in material culture. The article highlights the idiosyncratic cultural dynamics within broader cultural relationships with the Iberian coastal regions and the Meseta

Keywords: Crasto de Palheiros; Late Bronze Age-Iron Age; Pottery Studies; Northwestern Iberia

## RESUMO

O artigo aborda a ocupação do Crasto de Palheiros (Murça, Portugal) durante o 1º milénio a.C., reavaliando as fases II (Bronze Final) e III (Idade do Ferro). Fundamentando-se principalmente em datas de C14, análises estratigráficas e estudos ceramológicos, discute-se a ocupação do Bronze Final neste povoado, o qual constitui o mote para reavaliar o povoamento de Trás-os-Montes “interior” no mesmo período cronológico-cultural (séc. XII a V a.C.). Merece destaque nessa discussão, a comparação com o sítio Fraga dos Corvos, particularmente no que respeita à problemática da transição Bronze Final/Idade do Ferro e, dentro desta, ao estabelecimento de continuidades e mudanças na cultura material. Sublinham-se as dinâmicas culturais idiossincráticas dentro de relações culturais amplas com o litoral peninsular e a Meseta.

Palavras-chave: Crasto de Palheiros; Bronze Final-Idade do Ferro; Estudos Ceramológicos; Noroeste da Península Ibérica

## 1. PREÂMBULO

Passadas quase duas décadas sobre a publicação da Monografia do Crasto de Palheiros (SANCHES, 2008), a revisão de alguns dos materiais (principalmente cerâmicos), motivada pela pequena intervenção de 2017 no Recinto Superior — Plataforma Superior Norte<sup>2</sup>, a par de uma nova data de C14 para esta área, realizada sobre *Triticum espelta* (SANCHES 2024, no prelo), tornou necessário que trouxéssemos de novo a debate a questão da ocupação do Crasto de Palheiros durante o 1º milénio a.C., que identificamos com as “fases” II e III deste sítio arqueológico: Idade do Bronze Final e Idade do Ferro. E, dentro desse 1º milénio, que avaliássemos tanto em termos espaciais como materiais, a ocupação, ou ocupações, datadas de entre o os inícios do séc. IX e os inícios do VI a.C., atribuídas a Crasto II no quadro da investigação que tem vindo a ser realizada em Trás-os-Montes e/ou regiões adjacentes.

Para este facto concorrem assim, e também, os resultados das escavações e prospeções realizadas em povoados, recintos, abrigos ou outro tipo de jazidas difíceis de definir terminologicamente, datadas, ou atribuídas à Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro desta região alargada e que, embora na maioria dos casos contem somente com publicações parcelares, já facultam dados que permitem, pelo menos regionalmente, questionar o registo arqueológico sobre o que tendemos a valorizar ali em termos de cultura material. Ou seja, perguntar se em vez de lamentar a ausência de indicadores crono-culturais claros, num enquadramento histórico-cultural, e que frequentemente podem plasmar materiais de excepção — metálicos ou cerâmicos —, vindos de outras paragens, ou emulados localmente, não devemos valorizar igualmente os materiais da vida quotidiana, rotineira, repetitivos e que parecem quase imutáveis ao longo do tempo, que, com cronologias mais seguras, responderão melhor à caracterização destas comunidades. Neste quadro, salientamos o papel do Crasto de Palheiros para este debate que, em suma, é o do povoamento regional, pois que conta com 29 datas de C14, três das quais situadas cronologicamente na primeira metade do 1º milénio a.C., período que, por facilidade de expressão, designamos por ora de Bronze Final.

De entre as estações regionalmente mais bem conhecidas pelas publicações, destaca-se a Fraga dos Corvos — povoado e Abrigo 2 —, um esporão alargado, rochoso, na meia encosta no-roeste da Serra de Bornes, sobranceiro à veiga de Macedo de Cavaleiros, rodeado de uma muralha em talude. Neste, J. C. Senna-Martínez coordenou uma equipa de escavações continuadas, precisamente nos anos que se seguiram ao final daquelas do Crasto de Palheiros — 2003 — (SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2010; LUÍS *et alii* 2012; REPRESAS 2013; LUÍS 2016). Terão sido precisamente as campanhas realizadas entre 2011-17 aquelas que, nas palavras de Senna-Martínez e colaboradores, terão fornecido a mais significativa informação para a compreensão do “final da Idade do Bronze e transição para a Idade do Ferro, entre o final do séc. VIII e o início do VI BC” (SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022a: p. 371 e p. 377), o que justifica em parte esta reflexão. Tais dados, recolhidos em contextos estratigráficos que exigem leituras críticas, e com datas de C14 (do sector A) inicialmente não aceites (LUÍS 2016, Tabela 10, p. 286), mas que sofreram reinterpretção recente (SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022b)<sup>3</sup>, revelam-se efetivamente fulcrais numa região tão parca em dados estratigrafados, e apontam, por sua vez, o intervalo definido entre o final do séc. VIII e o início do V a.C. Porém, da dificuldade da articulação dos diversos tipos de artefactos (metálicos, cerâmicos) e sequências estratigráficas da Fraga dos Corvos com contextos regionais próximos, nomeadamente com o do Crasto de Palheiros, advém à equipa uma grande dificuldade na sua inserção em “períodos” cronológico culturais discretos — Bronze Final e/ou Idade do Ferro —, patente no título de 2013 “Existe uma

---

<sup>2</sup> Feita com o objetivo de assegurar a regularidade e estabilidade da plataforma para os visitantes; o “restauro” foi precedido de escavação. Os trabalhos foram financiados pelo Município de Murça.

<sup>3</sup> Datas que serão discutidas mais adiante.

Idade do Ferro em Trás-os-Montes oriental?” (REPREZAS 2013). Pergunta académica com fito de discussão futura, mas em cujo texto se intui a vontade de abordar esta estação como idiossincrática, atribuindo-a posteriormente à fase transicional entre a Idade do Bronze e a I do Ferro regional (do séc. VI a. C. em diante) (REPREZAS 2014:156).

Nesse sentido, urge retificar, melhor caracterizando, a ocupação da Idade do Bronze (leia-se, da primeira metade do 1º milénio a.C.), comparativamente à da Idade do Ferro no Crasto de Palheiros, já publicada em 2008 (SANCHES 2008). Dado o carácter não exaustivo e as circunstâncias em que foi publicada a monografia<sup>4</sup>, a que acrescem as naturais reflexões sobre os registos originais — ou seja, interpretação das sequências estratigráficas e seus processos de formação — alguns pormenores, ou ideias menos claras merecem ser esclarecidas, incluindo alguns aspetos das matrizes estratigráficas constantes na tese de Dulcineia Pinto (PINTO 2011, 1), mas que continuam a fornecer um quadro geral da ocupação do sítio. Objetiva-se assim um mais específico contributo do Crasto para o conhecimento do 1º milénio em Trás-os-Montes onde se inscreve a “fronteira” que aqui se costuma estabelecer entre a Pré e a Proto-história.

## 2. CRASTO DE PALHEIROS. LOCALIZAÇÃO E SÍNTESE DOS TRABALHOS PUBLICADOS RELATIVOS ÀS OCUPAÇÕES DO 1º MILÉNIO A.C. E VIRAGEM DA ERA.

Como tem sido amplamente divulgado, o Crasto de Palheiros (Murça-Portugal) localiza-se nas terras baixas da bacia de Mirandela, imediatamente defronte da Serra de Passos-Santa Comba-Garraia (altitude máxima-900), que lhe fica a norte (Fig. 1 e 2). Assenta numa crista quartzítica que é o topo duma dobra anticlinal, partilha da mesma natureza geológica daquela Serra — o xisto quartzítico —, e integra-se na rede hidrográfica do Tua pois que é circundado pelo rio Tinhela e, particularmente, pela meândrica Ribeira d`Aila. Pertence ao concelho de Murça, distrito de Vila Real, com as seguintes coordenadas geográficas: 41,402909 Lat. N; 7,380212 Long. W; 593 m de alt. absoluta.

Foi classificado como Sítio de Interesse Público (SIP) pela Portaria nº 406/2010<sup>5</sup>. As escavações arqueológicas desenvolveram-se entre 1995 e 2003, delas dando conta de forma sintética um estudo monográfico com data de 2008 (SANCHES 2008), divulgado ao público em Junho de 2009 por altura da abertura oficial do Centro Interpretativo, localizado junto do sítio.

Adianta-se desde logo que, embora o Crasto tenha altitude absoluta modesta, esta não o é na circunstância topográfica imediata e periférica. Dada a sua localização como crista soerguida sobre terras mais baixas, é um local inóspito, muito batido pelos ventos (Fig. 3), sendo mais abrigadas as plataformas intermédias e baixas da zona leste (Fig. 4 e 5) e nordeste, e, em menor grau, as da zona norte, aonde se manifestam de modo mais claro as ocupações como povoado do Bronze Final e da Idade do Ferro. A transformação do sítio, em virtude das construções do 3º milénio a.C., que monumentalizaram a colina (na fase construtiva e ocupacional I), terão alterado a topografia original deste relevo residual, facultando não somente mais plataformas adequadas à instalação de áreas habitacionais — traduzidas em áreas contínuas horizontais, ou pouco inclinadas —, como “chãos” facilmente transformáveis e aproveitáveis para construções, ou para neles se enterrarem cabanas (devido à concentração de pedra seca nos taludes e plataformas). Os rochedos e mesmo blocos aparentemente tombados (em tempos anteriores), em conjunto com aquela microtopografia, reserva ainda espaços abrigados, sendo nestes que se identificam ocupações da Idade do Bronze Final (fase II) (Fig. 4, 5, 7). Na Idade do Ferro (fase III), como se disse acima, a ocupação também parece ter

---

4 Monografia realizada no contexto do projeto de musealização do Crasto de Palheiros, obrigatoriamente publicada até 2008, com número de páginas restrito, e aonde o estudo de materiais, particularmente das cerâmicas, se encontrava em curso. Esta foi grandemente completada na Tese de doutoramento de Dulcineia Pinto (PINTO 2011), na qual baseamos muitas das presentes observações.

5 DR, 2ª série, nº 114 de 15-06-2010.

sido mais intensa nestas áreas mais abrigadas, (Fig. 3, 4, 5), mas esta é ainda uma conclusão provisória até novas escavações porque não consegue contemplar as destruições do recinto superior<sup>6</sup>, muito afetadas pela erosão.

Domina uma paisagem alargada em redor e dele se avistam, até longa distância, relevos e locais que a arqueologia indica como ocupados no Bronze Final — Fraga dos Corvos —, e particularmente na Idade do Ferro (PINTO 2017), aonde destacamos o Castelo dos Mouros do Cadaval (ALMEIDA *et alii*, 2024). Sublinhamos ainda a sua relação com a Serra de Passos-Santa Comba Garraia — nomeadamente com os seus ecossistemas, outros recursos e sítios ocupados no I milénio a.C. — e, estrategicamente, com a via natural que a atravessa no sentido norte-sul: a Ribeira d’Aila. Esta, ocupando uma falha geológica, é rica em nascentes e liga os territórios aplanados (planaltos) da região de Valpaços aos do Baixo Tinhela/Tua (Bacia de Mirandela), apartados aqui pelos relevos da supracitada Serra.

Das publicações mais pertinentes, que indicamos abaixo na bibliografia, devemos reter, para o que interessa ao objetivo deste texto que, mau grado a destruição de alargadas áreas, foram identificadas sequências estratigráficas, materiais arqueológicos e estruturas habitacionais (onde incluímos macrorrestos e material osteológico), que se dataram de modo absoluto pelo C14 (SANCHES 2008; SANCHES e PINTO, 2008).

Estas datações, juntamente com o estudo tipológico dos materiais (PINTO 2008a; 2008b; 2008c; 2011; 2019) formalizaram a ocupação do Crasto no Bronze Final e Idade do Ferro (fases II e III) (SANCHES e PINTO 2006). A intervenção de 2017 já contou com o estudo da cerâmica ali recolhida (PÉREZ IGLESIAS 2018), confirmando a presença de estratos e estruturas da I do Ferro que teriam sido também expressivas no recinto superior, não fosse a erosão, e ainda uma data de C14 (SANCHES 2025, no prelo), que consta também nesta publicação.

### 3. CASTRO DE PALHEIROS NO BRONZE FINAL

3.1. Cronologia absoluta e características principais dos contextos que forneceram materiais do Bronze Final

O quadro 1, e a Fig. 8, recolhem as datas absolutas correspondentes ao 1º milénio a.C. Foram reconsideradas aqui duas datas: a Ua 22217 e CSIC-1319, que vieram juntar-se àquela anteriormente publicada para esta fase: CSIC-1282, configurando no seu conjunto a fase II.

No caso da CSIC-1319 (900-802 cal. AC), a amostra provém do recinto superior, zona leste (PSL), tendo sido retirada de um estrato de terra queimada [7]<sup>7</sup> junto do penedo de maior dimensão — que a curva do talude calcolítico (TEL), e posterior arranque da muralha da I do Ferro protegeu da erosão total —, e ainda alguma cerâmica lisa e decorada (Fig. 7, nº 1; Fig. 5). Na lisa encontram-se troncocónicos, um bojo que indica perfil anguloso (vaso de colo?), e fundos planos. Na decorada, há sobretudo decoração plástica (5 fragmentos) da organização XXVI de S. Barbosa. Cordão digitado,

---

6 Numa estação com esta dimensão torna-se necessário guiar a leitura espacial, ainda que em nota. Assim, o recinto superior, definido por um mega talude contínuo desde a ocupação calcolítica, é a parte mais soerguida do Crasto, incluindo as unidades espaciais de escavação: Plataforma Superior Leste (PSL) e Plataforma Superior Norte (PSN) e respetivo talude. O recinto inferior é igualmente definido pelo talude exterior (Calcolítico), sendo concêntrico relativamente ao primeiro e inclui as seguintes unidades espaciais de escavação (tratadas neste texto): Plataforma Inferior Leste (PIL), Talude Exterior Leste (TEL, na contiguidade espacial da PIL com área habitacional; Plataforma Inferior Norte (PIN), Talude Exterior Norte (TEN, na contiguidade espacial da PIN), com área habitacional (Fig.5).

7 Na escavação denominámos as unidades estratigráficas como “Ix”, e assim aparecem nas diferentes publicações. Porém, dado que se trata de estratos discretos (ou interfaces), optámos nesta publicação pela denominação mais corrente: a colocação entre parêntesis retos das unidades estratigráficas/estratos, ou interfaces. Chama-se a atenção para o facto de que cada uma das diferentes áreas de escavação contarem com uma numeração de estratos que começa em [1]. Deste modo, existe, por ex., o estrato [28] na plataforma inferior leste (PIL) e o [28] na área norte/talude, que não são o mesmo estrato, apesar de, coincidentemente, datarem ambos do Bronze Final. Sempre que julgarmos haver lugar a dúvidas de nomeação estratigráfica, estas serão aqui esclarecidas.

cordão inciso, grupo de cordões paralelos entre si e outros discordantes e saliência mamilares (BARBOSA 1999: Quadro 2)<sup>8</sup>.

A data CSIC 1282 (919-793 cal. AC) já antes publicada, provém da [25] que se conservou vestigialmente na Plataforma Inferior Leste (PIL), subjazendo às ocupações mais antigas da I Ferro (Fig. 6; Fig. 7: 2). A este contexto associam-se outros na mesma posição topográfica (em termos sequência estratigráfica e relação espacial), como o [24] e [28]<sup>9</sup>. Outros contextos do Bronze Final (fase II) desta plataforma já não se encontram em sequência espacial com a amostra datada.

A data Ua 22217 (774-418 cal. AC), provém do estrato [28.1-vala 1], do talude norte (TEN) (Fig. 7, nº 4). Esta zona — e não somente a vala 1 — foi também reinterpretada à luz do registo fotográfico, dos seus conjuntos cerâmicos e dos desta área, estudados, entretanto, e na sua totalidade, por D. Pinto (PINTO 2011), e que conduziram à interpretação de que a metade oeste do talude registava bastante cerâmica da fase II em estratos já superficiais<sup>10</sup>. Na vala 1 (e vala 2) mantem-se a cronologia calcolítica para os contextos da base [20, 20.13, 101a e 101b] e, possivelmente, [21]. Serão do Bronze Final os contextos [28], [20.12], e, em parte [57]<sup>11</sup>, estando ainda os materiais misturados com aqueles calcolíticos e da I do Ferro nos restantes contextos (SANCHES 2008: Fig. II.16). O estrato [28.1] é contínuo, mas espacialmente localizado e só pôde ser escavado na vala de 2 m de largura. Consiste em terra queimada e carvão pequeno e encima o estrato [28] — terra cinzenta —, devendo corresponder o seu conjunto [28+28.1] ao que restaria duma ocupação habitacional nessa área. Esta, ou estas ocupações — pois desconhecemos se se processou mais do que uma ocupação continua por área — estende-se hipoteticamente por uma área de 12 metros no sentido longitudinal do talude/vala (norte-sul). Refira-se que neste contexto [28] foi ainda exumado um peso de fuso (fusaiola) em cerâmica (PINTO 2011, 2: Est. XLV-5), em forma de tronco de cone duplo, e de um fragmento de fíbula de cotovelo em bronze binário com vestígios de chumbo, proveniente de [20.12], quadrícula 28/40 (PINTO 2008b:142, Quadro 104 e Fig. II.31-5; 2017). Daqui [28] provém também um fragmento cerâmico decorado com fila de mamilos de formato piramidal, perfeitamente geométricos, numa clara mimetização de rebites de recipientes metálicos (Fig. 12: 5), além de outras formas lisas. Porque apresenta uma grande amplitude cronológica, optamos, mais adiante, por a circunscrever ao final do séc. VI a.C.

### 3.2. Características espaciais e materiais da ocupação do Bronze Final

#### 3.2.1. Os espaços ocupados

As datações apontam para ocupações situadas entre o início do IX e o final do V a.C. Porém, a estratigrafia articulada com datações e cerâmicas características da Idade do Ferro — nomeadamente decoradas *a peine/penteadas*<sup>12</sup>, e/ou com impressões triangulares e incisões (ou impressões) de círculos concêntricos ou espirais (Fig.12: 1 e 2), entre outras características do conjunto ceramológico —, indica que pelos meados do séc. V terá mudado neste sítio a cultura material e, igualmente,

---

8 Em SANCHES e PINTO, 2008, está na Figura II.24, a organização decorativa XXIV2: a e b; XXIV3; XXIV4: a e b. Não foi possível, na altura, relaciona-la com nenhuma forma pois trata-se de bojós.

9 Como se disse atrás, no texto, a referência estratigráfica consta nos cortes publicados na monografia (SANCHES, 2008), e nas matrizes e cortes da Tese de Dulcineia Pinto (PINTO 2011, 1), tendo sofrido, ambos, alguma reinterpretação no presente texto.

10 Seria mais correto dizer “estratos tornados superficiais” pois nesta “nova entrada no sítio”, já só restavam pedras pequenas e cascalheira, recusada, porque pouco úteis, para as construções das aldeias vizinhas.

11 [57] corresponde à destruição do talude, na sua área oeste, motivada pela extração de pedra.

12 Concordamos com Raquel Vilaça na denominação destas cerâmicas da I Ferro como decoradas “a peine”, ou “peinadas” para as cerâmicas da I do Ferro (segundo a denominação dos autores espanhóis) (VILAÇA 2022), justificando-se aqui duplamente tal escolha dada a quantidade de cerâmica penteada calcolítica cujos “pentes”, forma de os usar e organizações decorativas diferem claramente desta.

o modo de o habitar. As datas Ua-22218, Ua-22219, na área habitacional do talude leste, e a data CSIC-1962, na plataforma inferior norte (PIN) conferem localização temporal a três dos contextos desta fase inicial do povoado da I do Ferro, que se centram genericamente entre 500 e 400 a.C. (Fig. 8 e Tabela 1). Admitimos, assim, uma ocupação anterior que não ultrapassaria este limiar de 500 a.C. (finais do séc. VI a.C.)

Em face da má conservação de diversos estratos do Bronze final e até do material cerâmico nalgumas áreas (se comparada com a da Idade do Ferro), parece-nos aceitável conjecturar se estas ocupações do Crasto na primeira metade do 1º milénio a.C. não refletirão ocupações que durariam somente umas décadas de cada vez, porventura em regime de mobilidade plurianual, tendo-se repetido até finais do séc. VI a.C. Por sua vez, a boa conservação de alguns estratos — por ex. [109.1] na plataforma leste, e [99], na plataforma norte — indicaria a sua fraca exposição à intempérie e, quiçá, pouco tempo decorrido até que foram recobertos por outros da I Bronze (no caso do [99]), ou da I do Ferro (no caso do [109.1]). A sequência estratigráfica indica que estes últimos são datados do séc. VI-V a. C. (CSIC-1962-2371±36- 545-386, cal. 2σ para 91,1% de probabilidade) na plataforma norte/zona 3 (Quadro 1; Fig. 7, nº 3), aonde fazemos uma leitura aproximativa ao intervalo da data. Claro que se trata duma hipótese a considerar em futuros trabalhos neste sítio e mesmo nesta região aonde as três datas do nível 5 da Fraga dos Corvos (Setor A) cobrem o período que vai do final do séc. VIII aos inícios do V (LUÍS 2016: tabela 10; SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022b: 75 - Table 1)<sup>13</sup> (Fig. 8a).

Adiantamos que em nenhuma das 4 zonas identificadas do Bronze Final — 1, 2, 3 e 4 — deparámos com estratos espessos, facto que pode denunciar estâncias pouco prolongadas no tempo, como já referimos, embora outros fatores destrutivos naturais, mas principalmente antrópicos, devam ser tidos em conta nesta discussão.

Sintetizando as características da ocupação diremos que a escavação mostrou que em período anterior à construção de muros ou muralhas na I do Ferro, tanto a plataforma inferior leste (PIL) como a norte (PIN) seriam bastante mais alargadas, e suscetíveis de terem sido ocupadas em toda a sua extensão (Fig. (7)). Inserir-se-ia aí as ocupações no seio dos empedrados calcolíticos (que foram frequentemente removidos total ou parcialmente, ou somente revolvidos), aonde pudemos identificar ainda as zonas 2 e 4.

Na zona 2 (plataforma inferior leste/PIL), ocupada posteriormente pelo Recinto L (Fig. 5 e 4) identificamos 4 áreas espacialmente descontínuas, variando entre 3 e 10 m<sup>2</sup> (Fig. 7, nº 2). Uma primeira (com 10 m<sup>2</sup>), mais a sul, inclui um murete [24] associado a terra negra [25]; a que lhe é adjacente, além de terra negra [25], por vezes com aspeto “humoso” [28], insere uma estrutura de combustão [25.1] (Fig.6)<sup>14</sup>. Já perto do muro do Recinto L temos os estratos [100], [102] e [107], e, sob aquele muro, por sobre a antiga curva do talude calcolítico, o [109.1], aonde é clara a ablação tanto do empedrado calcolítico, como da espessa camada de ocupação que lhe subjazia<sup>15</sup>.

Tendo já comentado acima a escassa informação da zona 1 (Fig. 7: 1; Fig. 4 e 5), aonde um estrato de terra queimada e alguns fragmentos de possível “piso” [7], que não ocupava mais de 2m<sup>2</sup>, mas que indica uma ocupação na zona superior, então em plataforma e abrigada dos ventos de norte, diremos que numa mesma cronologia antiga (inícios do séc. IX a.C.) a área leste terá tido

---

13 Todas as datas são do nível 5 (sondagem 2) e são aqui calibradas a 2σ para 91,1% de probabilidade: Sac 2645 [467] - 2440±45 BP- 826-545 AC; Sac 2646 [467/582] - 2580±45 BP- 756-406 AC; Beta 331982 [636] 2440±30 BP - 751-408 AC.

14 Foi recolhido um molde em rocha xistenta (fragmentado) — de machado numa face e possível faca na outra — na interface deste [28] com a [1b] /Idade do Ferro (quadrícula X11), pelo que não podemos garantir o seu contexto seguro, sendo provável que seja já da I do Ferro (PINTO 2008: Foto II.30) dadas as diversas evidências de fabrico local de artefactos metálicos (em bronze) nesta fase III (PINTO 2011, 1, pp. 546-549).

15 Existem diversos estratos identificados como [109]: [109. 1], [109. 2] ou [109.3] (SANCHES, 2008, ed: Fig. II.13. Somente o estrato [109. 1] se atribui a esta ocupação. Ver ainda (PINTO, 2011, 1: Est. XXVI), prevenindo que nesta publicação a matriz não identifica as “variantes” do [109], ou seja, assume o [109] como [109.1].

estruturas habitacionais percíveis entre os 567 e os 579 m, com incidência particular na plataforma definida entre os 567 e os 570 m de altitude (Fig. 7 e 4).

Na área norte (zonas 3 e 4) (Fig. 7: 3 e 4; Fig. 3) a ocupação detetou-se entre 560 e 564m, sendo provável que se estendesse por toda a plataforma, entre os 565 e os 570m, pelo menos na zona abrigada atrás da grande massa de penedos, como fazem supor as sequências estratigráficas aonde os estratos de destruição sob e em torno da área do caminho foram mobilizados (ex. [75] [54], [16], [17], [18], etc.). Mas as ocupações da I do Ferro têm também aqui uma grande densidade e persistência temporal, às quais atribuímos muitas destruições das sequências mais antigas. Com efeito, a zona 3 (que não está representada à escala na Fig. 7) registou, em escavação, 3 áreas muito próximas, mas descontinuas, tendo em comum o facto de os sedimentos se integrarem no seio dos empedrados calcolíticos, ou se sobreporem àqueles. Sublinhe-se ainda que na zona da entrada calcolítica, à época já “condenada”, foram lançadas mais umas pedras de suporte, a que se associam sedimentos desta fase II [58.1]. Uma área superior a 20m<sup>2</sup> define-se em torno e sob a U Hab. 11 — estratos [89], [94] / Quadrículas 33-36/38-39, mas é espacialmente descontínua porque “cortada” precisamente por estratos da mais antiga ocupação da I do Ferro no sítio [115] = [110]. Outra, quase contígua a esta, conservou-se num mínimo de 8m<sup>2</sup> (quadrículas 38-39/38-40) — estratos [98], [99], [121] e [58] —, podendo ocupar, no máximo, 13m<sup>3</sup> (vestígios mais destruídos). A prova de que estas ocupações se estendiam pela “primitiva” plataforma empedrada (Calcolítica), está no facto de se terem identificado estratos muito vestigiais, e com mistura de cerâmica calcolítica, precisamente na sua curva/início do talude [71.1], [78], [61]. Esta zona 3 só foi parcialmente escavada e está bastante destruída numas áreas (aonde intervimos) e menos destruída noutras (que ali foram deixadas como reserva para futuras escavações).

O mesmo aconteceu com a zona 4, aonde a nossa intervenção teve o objetivo de bloquear o acesso, rasgado, em diagonal, pelas máquinas por sobre o talude exterior (TEN). Já descrevemos acima (ponto 2.1.) os estratos da vala 1. Há a acrescentar que a decapagem da zona mais a oeste do talude, pôs a descoberto o estrato [57] que, embora muito revolvido, podemos associar, pelos materiais, ao [28] da vala 1. Em conjunto, indicam que este espaço da zona 4, cuja pendente até lhe advém também da do solo geológico, foi usado igualmente no aproveitamento das estruturas calcolíticas, quiçá pela implantação de cabanas a cotas altimétricas diferentes. Contando somente com a área oeste do talude, e descontando a mobilização de materiais pela força da gravidade, diremos que, virtualmente, as estruturas deste período se distribuiriam por uma área de c. de 80 m<sup>2</sup>. Não podemos, porém, assegurar a “densidade” da ocupação (Fig.7: 4).

Adiantamos que na área habitacional (da fase III) do talude exterior leste (TEL), provavelmente devido à exígua área escavada — uma vala de 4m de largura (adjacente à zona 2) —, se comparada com aquela decapada (ou escavada) no talude norte, não se identificaram estratos do Bronze Final, mas antes da fase mais antiga da I do Ferro (fase III-1), datados genericamente dos finais do VI e todo o sec. V a.C. (pelas amostras Ua-22218, Ua-22219), como acima se referiu.

Tendo em consideração o estado de conservação dos estratos — medido pelo dos materiais cerâmicos, a que acresce o grau de fragmentação destes últimos — realizado por Dulcineia Pinto (PINTO 2011), podemos adiantar que, à exceção do [109.1] — na plataforma inferior leste (PIL), mas já na quebra para o talude—, todos parecem apontar hiatos de ocupação. Ou seja, a exposição dos materiais cerâmicos a fenómenos naturais antes de serem recobertos por estratos da fase III. Esta situação é particularmente pertinente na plataforma inferior norte (PIN), na área sob a U Hab. 12 (zona 3), aonde existe uma interessante sequência da fase II — [99]-[98]-[121]-[58] —, que é coberta por um espesso estrato da fase III-1 ([110] = [115]). Porém, os estratos [98] e [58] — intercalados na sequência — estão bastante degradados (PINTO 2011: 1, Est. XXXIII e p. 163-164). Não temos modo de medir de modo exacto, estes hiatos temporais pois se aparentemente apontam interregnos

de ocupação no sítio, também podem traduzir a destruição natural de cabanas (de materiais perecíveis) e a sua construção em espaços próximos, imediatos ou não.

Abordaremos então a questão da continuidade ou descontinuidade mais adiante, no ponto destinado à discussão, aonde conjugaremos os dados já expostos com os do estudo do conjunto cerâmico.

### 3.2.2. Fragmentos e recipientes cerâmicos

As cerâmicas que apareceram em estratos intactos ou revolvidos, foram estudadas em termos comparativos — quanto às características técnicas e formais — e ainda ao estado de conservação, com aquelas dos estratos da Idade do Ferro. Deste estudo (PINTO 2011; 2019), extraiu-se um número mínimo de formas, tratamento de superfícies e de decorações, embora estas não se possam expressar em termos estatísticos discretos, nem admitem distinções tipológicas entre as diferentes áreas de ocupação. No mesmo estudo se procedeu à caracterização das pastas cerâmicas (estudo técnico), donde a coleção do B Final (fase II) é observada em termos intercomparativos com a da fase I (Calcolítica) e III (I. Ferro), visando a observação dos diferentes aspetos da continuidade ou descontinuidade técnica (elaboração) ao longo do tempo. Ou seja, o conjunto das pastas cerâmicas identificadas e/ou separadas por grupos — I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI — dizem respeito às 3 fases (incluem todos os contextos), sendo, num segundo momento, averiguada a sua relevância estatística em cada um.

Em síntese, tanto a análise macroscópica como química mostrou que a matéria-prima poderia ter sido recolhida, na sua totalidade, em barreiros locais ou regionais, ainda que nem todas pareçam provir do mesmo “barreiro”. Em termos técnicos, a característica principal é a da continuidade regional no modo de fazer, desde o Calcolítico à Idade do Ferro, com uso dominante no Bronze Final das pastas I, III, VII e X. Na fase II a preferência global é, assim, por pastas do fundo pré-histórico regional (Calcolítico), caracterizadas pela sua grande compactidade e pouco brilho (I, III, VII)<sup>16</sup>, destacando-se mesmo a feitura dominante de recipientes com pasta I (com mais de 30% tanto na área leste como norte)<sup>17</sup>. Registe-se também que no Bronze Final a pasta X<sup>18</sup> já é relativamente rara, assim como nos contextos da I do Ferro mais antigos (com % em torno a 7%), acabando por desaparecer nos mais recentes. Essa continuidade, até ao desaparecimento na fase mais recente da I do Ferro, regista-se também com a pasta I. Em síntese, além das pastas de fundo pré-histórico (algumas das quais perduram pela Idade do Ferro adiante, como a I, III e VII), inicia-se também o uso da pasta VIII<sup>19</sup>, mais micácea, com claro uso na fase posterior, o que constituirá um certo indicador de continuidade global entre

---

16 Ver sua definição em: PINTO 2011, 2, p. 93 e seguintes.

17 As pastas I, II e III usam a mesma argila, mas diferenciam-se entre si pela quantidade e dispersão dos mesmos desengordurantes (ENP). A I é muito homogénea, de aspecto baço, compacta e difícil de partir, com % de desengordurante (ENP) muito baixa (c. de 5%), formados por quartzos, feldspatos (possivelmente adicionados como têmpera) e uma rocha xistenta/mica; estes ENP são finos (particularmente a mica) ou médios, estando estes últimos (em quartzo) por vezes caoticamente distribuídos. Foi bem batida/trabalhada (aspecto visível, por ex., na regularidade da distribuição dos ENP). A pasta II é característica de recipientes de pequenas dimensões, com tratamento de superfície muito cuidado (brunido ou polido), mas não pertence ao fundo pré-histórico calcolítico. A III é mais grosseira que a I nos seus ENP, mas revela, ou um processo de decantação, ou uma trituração prévia ao fabrico (PINTO 2011, 2: p. 98-102). A VII é mais grosseira e pesada que a I e III (e a II); pouco homogénea e muito porosa, é muito rudimentar (em termos comparativos), sujeita a tratamento exíguo (mesmo no seu batimento), tendo sido interpretada como um modo opcional, mas bem aceite, de elaborar determinados recipientes sem recurso a um grande investimento por parte de comunidades — conheciam bem outros modos mais elaborados —, sendo de sublinhar a sua continuidade de uso desde a fase I, passando pela II e III (do Calcolítico à I do Ferro).

18 A pasta cerâmica X é de qualidade média: pouco homogénea, compacta, pouco resistente e porosa, tendo ENP genericamente mal distribuídos, sendo os de quartzo de maior dimensão (micas e feldspatos pouco visíveis/raros); aponta para o uso da argila tal como era recolhida (não decantada). É pouco dura e pouco resistente e com pouco brilho (PINTO 2011, 2: p. 112).

19 É homogénea, compacta, resistente, apresenta brilho metálico de micas (tem elevada % de micas), mas é fácil de quebrar, embora não esboroe com facilidade, sendo característica da I do Ferro (PINTO 2011, 2: p. 109-110).

o Bronze Final e a I do Ferro do sítio, sendo este também o caso, já registado, há longa data, por M. Martins no curso médio do Cávado, na fase II (Transição Idade do Bronze-Idade do Ferro (MARTINS 1990: p. 148).

No que concerne ao tratamento de superfícies, que é o que lhe confere o “aspecto” mais visível, um aspecto importante da estética, registam-se duas tradições: a) a que se relaciona com a Pré-história local, com recipientes polidos, de formas globulares construídos com pastas de tipo I, III, VII e X, apresentando, geralmente, cores escuras; b) a inovadora que tem superfícies rugosas, cepilhadas ou areadas, de cores predominantemente vermelhas-escuras, pretas ou amarelas, dominantes nas pastas de tipo VI e VIII.

A tabela geral de formas foi publicada em 2008 (PINTO 2008, Fig. II-25) e nunca alterada. Indicam-se de seguida as formas que, tendo sido sujeitas a revisão, se mantêm nessa tabela, que continua a servir de referência.

Assim, em termos de formas, as que apontam para a permanência (em comparação com o Calcolítico) são, em primeiro lugar, as taças em calote/segmento de esfera, ou em semiesfera, (B1) podendo ter bordo esvasado (B2) (Fig. 9: 1, 2, 3, 6). Taças em tronco de cone, altas com fundo plano (B3a) (Fig.12:6); taças troncocónicas de paredes rectas (B3b e B4) (Fig. 9: 5, 9) e vasos de colo curto, com curva acentuada no bojo (simulando “carena suave”), e fundo plano ou aplanado (B6a, B6b), embora sendo raros, são discrepantes relativamente aos contextos pré-históricos locais calcolíticos, mas continuam na I do Ferro (sob diversas formas, mas já sem perfis angulosos) (Fig. 10:8 , 9), sendo de sublinhar que a forma B6b se apelida muitas vezes de “urna” (Fig. 10:8). B13 e B14 referem-se a recipientes de corpo subcilíndrico ou ovóide, alongado/alto e com fundo provavelmente plano, sendo levemente fechados. Aqueles com boca precedida dum pequeno estrangulamento (B14), são também usados na I do Ferro (Fig.10:3). Esféricos altos, abertos, de fundo plano ou plano-convexo, estrangulamento sob o colo, e bordo exvertido (B5a e B5c) podem apresentar, nessa forma, diversos índices de profundidade, configurando-se como semiesféricos de bordo muito esvasado em B5c, aonde podem ter fundo plano ou plano-convexo. Mas também se podem relacionar com, ou ter dado origem, à forma 6b da I do Ferro, aqui com corpo em perfil em S mais acentuado (PINTO 2008, Fig. II-26). Um só vaso alto, de corpo bicónico e, possivelmente, duas asas arrancando daquela curva na pança, tem ainda espigado inciso marcando horizontalmente a base da(s) asa(s) — forma B17 (Fig. 10:6), sendo parecido a algumas formas em “garrafa” de contextos do Bronze médio e final da região litoral. No grupo de taças de carena média, com boca levemente fechada (que são raras) — B5d, B8 e B11 — foram distinguidas variantes em função do perfil e da abertura da boca. Assim, B5d e B8 têm boca mais fechada, mas o perfil desta última (Fig. 10:1) é bastante anguloso, podendo relacionar-se com formas/taças de âmbito de *Cogotas I*. Esta relação “cultural” estende-se igualmente à taça B11 (rec. nº 1003), de corpo tendencialmente subcilíndrico, carena média e decoração incisa (profunda) na pança, bordo e lábio (Fig. 9:7), que, pela sua idiosincrasia, não estranharíamos que fosse peça importada. Estes recipientes de corpo anguloso, ou carenado, não estão presentes no Calcolítico; porém, pelo menos as taças, parecem estar noutros contextos pré-históricos regionais mais tardios — como no Medal (GASPAR *et alii* 2014) ou na vizinha Mamoa 1 do Castelo-Murça — e irão perder-se durante a I do Ferro.

Vasos globulares de colo estrangulado, por vezes com colo curto — B12c — (Fig. 10:4) ou de perfil em S mais suave, parecem anunciar já algumas formas da I do Ferro aonde acabam por dominar os de perfil em S.

Descrevemos, por fim, o vaso 474 (Fig. 10:7), que parece ser exemplar único no Crasto e foi incluído na forma 19. Em justeza estratigráfica/contextual não pode ser atribuído ao

Bronze Final já que dá corpo (com mais 2 vasos) ao ritual fundacional da área habitacional do Talude Leste, datada do séc. V (PINTO e SANCHES 2022). Esta forma composta de colo alto (subcilíndrico) terminando em boca fechada, na continuidade de uma pança ovóide assente em fundo plano-convexo, tem ainda duas asas arrancando do colo, bem perto da boca. Exibe um perfil anguloso, com “ombro”, tendo ainda a particularidade de todo o seu colo e base das asas terem sido decoradas pela incisão (profunda) de motivos de tendência geométrica, em disposição metopada, simulando o que parece ser uma fila de antropomorfos esquemáticos de mãos dadas, a rodear todo o colo. Aliás, toda a parte superior do recipiente se nos assemelha a um “pescoço” decorado (PINTO 2019), interpretação que, embora pessoal, deve ser tida em conta na aproximação ao universo simbólico destas populações da Idade do Ferro inicial. Se esta forma e decoração parecem remeter para contextos extrarregionais do Bronze medio e Final — como é o caso, por ex., dos potes da forma 8 da região do Cávado (BETTENCOURT 1999), ou dos 3 recipientes decorados (da forma 8) da Bouça do Frade (JORGE 1987: Fig. 32, 35 e 43) —, por outro, esse “pescoço decorado” — com “colar” de linhas incisivas longas, verticais, paralelas entre si (no interior e exterior do recipiente) — também nos parece evidente no recipiente nº “1 -CP-03-2372”, do início da I do Ferro no Crasto (Fig. 12: 3), e que se integra na mesma forma genérica. Este, porquanto tenha perfil muito mais suave que aqueles de Baião ou Cávado, tem também no Crasto os seus precedentes na I do Bronze Final (Fig. 12:5).

A maioria dos vasos é lisa, mesmo assim por vezes com tratamento de superfície em espatulado ou polido, outras vezes “cepilhado” / vassourado (PINTO 2011, 1), ou mesmo brunido, como se disse acima. Nas decorações sublinhamos: a) a decoração plástica/em relevo (mamilos e cordões) (Fig.12:5); b) a incisa e, após a pasta seca, igualmente incisa/rasgada, de tipo “*Baiões*” (Fig.9:8); c) a incisa funda e/ou excisa de tipo *boquique* (um só recipiente) (Fig. 9:7); d) as linhas incisivas — normalmente formando faixas sob o bordo (taças) —, desenhando triângulos (Fig.9:2 e 3), ou dispendo-se paralelamente de modo vertical no colo do recipiente (Fig. 12:5); e) as linhas espatuladas (linhas incisivas largas, pouco profundas). Devemos acrescentar o “espinhado” sobre o lábio e a meio da pança/carena, além de alguns bordos denteados (Fig. 9:5; Fig. 10:4).

## 4. CRASTO DE PALHEIROS NA IDADE DO FERRO

### 4.1. Cronologia absoluta

Todas as datas do quadro 1 e Fig. 8 se encontram atualmente publicadas (SANCHES 2008; SANCHES 2025 no prelo).

Apesar dos problemas insanáveis que permanecem na calibração de datas do 1º mil. AC — nomeadamente entre 2500 e 2400; ou, ainda, em torno a 2200 BP (JORDÁ PARDO *et alii* 2020) — temos de aceitar as suas contingências e procurar, pelo menos, caracterizar a transformação do povoado nos seus momentos essenciais.

Como se disse acima, a fundação do povoado da I do Ferro centra-se genericamente entre 500 e 400 a.C. (Fig. 8 e Tabela 1) em todas as suas áreas mais baixas (plataformas e taludes). As datas do TEL: Ua-22219 (747-364 cal AC) e Ua-22218 (736-382 cal. AC), datam o ritual fundacional nessa área e que consideramos o ritual fundacional do povoado (SANCHES e PINTO 2022), aonde se articula com as cerâmicas mais arcaicas (nas pastas e formas, não na decoração) da I do Ferro. As datas, Ua-18527 (387 – 107 cal AC) e CSIC-1219 (402-198 cal. AC) são também os contextos mais antigos desta área da Plataforma inferior Leste sendo, apesar de tudo, de perceber que os valores alargados da data Ua-18527, que data o contexto [87] — e que se situa na base da ocupação de alguns quadrados —, deverão decorrer da amplitude (margem de erro) da data inicial BP. De igual modo, na área Norte, CSIC-1962 (785-326 cal. AC) data o contexto que do ponto de vista estratigráfico se encontra na base da

ocupação dessa área (e melhor se conservou), relacionando-se igualmente com as cerâmicas mais arcaicas. Na sua análise global, articuladas com a estratigrafia, correspondem ao que denominámos de fase III-1<sup>20</sup>.

A continuidade da ocupação da Plataforma Inferior Leste (ainda nesta fase III-1) documenta-se pelas duas datas que a seguir nomeamos. São as datas ICA\_17C/1150 (394-206 cal AC)<sup>21</sup>, o que levou à reavaliação estratigráfica e contextual da amostra que deu a data CSIC-1406 (401-210 cal. AC.). Por sua vez, na Plataforma superior Leste, aonde já valorizáramos uma camada vestigial do Bronze Final, também consideramos a que a recobre, da I do Ferro, acompanhada de algumas cerâmicas (vasos de perfil em S marcado), cuja data é CSIC-1281 (350 AC-viragem da Era, com o intervalo de 208-38 AC em 84,7% de probabilidade). Ou seja, talvez por falta de escavações alargadas no recinto superior, por ora este exhibe uma ocupação mais recente que as áreas mais baixas.

Um elevado número das datas restantes — Ua-22883, Sac-1972, CSIC-1805, CSIC-1404, CSIC-1405, CSIC-1403, CSIC-1279, Sac-1970, CSIC-1691— referem-se ao incêndio, já desenvolvido noutras publicações, que terá ocorrido na viragem da Era, ou, provavelmente, por volta de 80-100 AD, e que afetou também de modo claro, por ex., uma U Habitacional no Recinto Superior (CSIC-1691).

#### 4.2. As mais marcantes transformações espaciais e arquitetónicas do povoado

Sem que possamos criar subfases discretas dentro da ocupação da Idade do Ferro, adiantaríamos que há um período fundacional em torno dos meados/finais do séc. VI-inícios do V a.C., e uma ocupação progressiva das zonas mais abrigadas, nas plataformas mais baixas, tanto na área leste como no norte, sem que o povoado mostre ter qualquer construção demarcadora pelo exterior<sup>22</sup>. O ato fundacional da ocupação da área do talude leste (TEL) reveste-se de grande importância pela conjugação de 3 recipientes cujas formas, pastas e decorações — muito diferentes entre si — associam, num só rito, tradições arcaicas (inscritas na tradição) e atuais (PINTO e SANCHES 2022: Fig. 5) (Fig.10: 7 e 9). As Unidades habitacionais — indicadas por anteparos, lareiras, adobes/barro de revestimento — distribuem-se por toda a parte mais baixa, entre 560 e 570 m de altitude.

Por volta do final do séc. III/início do II, parece que o povoado se expande para as plataformas superiores — datas CSIC-1281 e ICA-17C/1133, mantendo-se a ocupação na área habitacional do talude leste (TEL) (Ua-22882). Embora não haja nenhuma amostra que date de modo exacto a fundação do muro do Recinto L — pois foram goradas as tentativas de datar a Estrutura de Deposição Funerária (EDF) que se lhe associa<sup>23</sup> (Fig.5) (NUNES e RIBEIRO 2000), ou que com ele se relacionem de modo estreito —, é na sequência estratigráfica e artefactos que apoiamos a interpretação de que este recinto pétreo terá sido construído aproximadamente no mesmo período. Ou seja, entre o séc. III e o II a.C. (em torno ao ano 200), aonde, a par da expansão espacial povoado — com eventual fundação da muralha do Recinto Superior<sup>24</sup> —, se construiu esta alongada cerca pétreia (Fig. 5). Na realidade a sua entrada monumental encosta também à muralha do Recinto Superior, embora não

---

20 Dulcineia Pinto interpreta as datas desta fase III-1 como estando compreendidas entre 600/500 e 300/200 a.C. (PINTO 2019: p. 43), num leque cronológico que atende ao intervalo máximo das datas, argumentando nós aqui uma interpretação algo diferente no que respeita ao início do povoado.

21 Que foi realizada diretamente sobre *Panicum miliaceum* recolhido na camada inferior, 2b (SANCHES 2025).

22 Em função da limitada área escavada, que nunca se fez contra a muralha do recinto superior, aonde esta se encontra conservada, julgamos estar ainda por aferir se teria existido, nesta fase inicial, uma cerca/muralha rodeando esta parte soerguida do sítio, ou se esta pertence a uma fase intermédia da vida do povoado. (Ver as duas notas seguintes)

23 É interpretada como sendo uma estrutura fundacional do muro do Recinto L.

24 Esta é uma hipótese interpretativa, aduzidos que foram os motivos na nota anterior. Por razões que se prendiam com compromissos com a Camara Municipal (musealização final do sítio), tivemos de intervir nas zonas mais destruídas do sítio, como temos vindo a repetir. Para sabermos se o povoado da I Ferro começara com uma cerca “formativa” do Recinto superior, teríamos de escavar a sua zona leste, que está bem conservada e inclui mesmo uma entrada monumental.

saibamos, em termos estruturais, de que modo se fez. Ou seja, se se trata de um adossamento a uma estrutura prévia<sup>25</sup>, que aqui se traduz num torreão<sup>26</sup>, se são uma e mesma estrutura.

Esta reconfiguração arquitetónica do povoado, que agora também divide duas áreas habitacionais (a da plataforma e a do talude leste) marca um investimento continuado no sítio, e, por certo, uma mais visível e determinante reorganização do espaço. Com efeito, dentro do Recinto L, as unidades habitacionais incendiadas (de uso posterior) (SANCHES e PINTO 2008) mostraram que ali foram desenvolvidas atividades particulares de armazenamento de bens agrícolas e de consumo — particularmente no seu extremo sul (LEITE *et alii* 2018: Fig. 9) —, a par de consumo rotineiro e calendarizado/ritualizado (SANCHES 2016). O fabrico de contas de vidro com lamelas de ouro é também de realçar, numa área que ainda só se escavou parcialmente.

De acordo com a intenção deliberada de conferir a esse espaço funções sociais particulares, compreendemos a singularidade do ato ritual de deposição de relíquias na sua fundação (ou seja, na EDF), que compreendem, no seu conjunto, restos de ossos de crânio humano (provavelmente descarnados noutro lugar, ou que até tenham circulado já como relíquia), e outras “coisas”: pendentes em bronze e conta de vidro azul (Fig.11). Esta deposição marca, a nosso ver, um espaço liminar com múltiplos sentidos. Se ao estar inserido no muro da cerca/recinto, divide áreas habitacionais em uso, por outro, naquela localização espacial específica, separa igualmente a zona sul do Recinto L (de armazenamento e consumo calendarizado), daquela da zona “industrial” e com unidades habitacionais de uso rotineiro (LEITE *et alii* 2018: Fig.9).

#### 4.3. Algumas notas sobre o conjunto cerâmico da Idade do Ferro

Dado que este assunto foi objeto de publicação (PINTO 2011; 2019), deixamos aqui somente as notas que nos parecem mais pertinentes.

Os contextos datados da fase III-1, a mais antiga, são aqueles aonde se verificam mais continuidades com o conjunto da primeira metade do 1º milénio a. C. Tais semelhanças manifestam-se tanto à escala das pastas cerâmicas (executadas maioritariamente na pasta I), como na forma dos recipientes aonde se mantêm, por ex., muitos fundos plano-convexos. As % de decoração são sempre baixas, mas os conjuntos cerâmicos não se podem comparar por discrepância quantitativa. Porém, nas técnicas e organizações decorativas, observa-se que, embora continuem os cepilhados, espigas, decorações plásticas e bordos denteados (Fig. 9:5) emergem desde logo dois conjuntos, duas imagéticas (PINTO 2019: p. 41) que irão marcar daí em diante os conjuntos ceramológico da Idade do Ferro: os “*penteados/decorações a peine*” e os estampilhados, estes últimos particularmente na zona leste do povoado (Fig. 12: 1 e 2). Chamamos aqui a atenção para o recipiente da Fig. 12-2, recolhido na base da sequência estratigráfica da primitiva /quebra da plataforma (PIL), cuja decoração, complexa, é feita por incisão a punção, ou espátula larga (faixa no colo), a que se seguem duas filas de espirais/círculos concêntricos (incisos/desenhados a pente) intercaladas de uma fila de incisões a pente. Uma 5ª fila de motivos triangulares é impressa a matriz (Organização XXXIV3c). Estes estampilhados, ainda que raros, surgem já na fase de Transição Bronze Final/Ferro (fase II da Bacia do Cávado), afirmando-se na fase seguinte (fase III) (MARTINS 1999; BETTENCOURT 1999). Porém, não estão ausentes na Meseta, nem Alto Côa, como o é, de entre outros exemplos, o do Sabugal (OSÓRIO 2005).

Embora este texto não discuta os diversos artefactos metálicos do sítio (que são sobretudo adornos), não podemos deixar de referir o quão importante, e identitária, será a imagética impressa para os habitantes do Crasto pois que, precisamente, um dos pendentes de bronze da EDF tem tam-

---

25 Ver comentário da nota anterior.

26 Muito destruído pela pilhagem de pedra, mas ainda bem visível.

bém uma faixa decorativa complexa que junta, em sequência, duas filas de impressões triangulares, intercaladas de impressões em pérola (Fig. 11: 3 e 5). Assemelha-se assim ao vaso supracitado (que foi exumado num estrato abaixo da EDF), numa estética que parece fazer dos recipientes decorados (a estampilha) materiais exóticos, de grande significado social e ideológico. Por sua vez, o outro pendente (em meia-lua), é também impresso com uma matriz “em âncora”, a qual faz sobressair, novamente, elementos em pérola, e cujo efeito decorativo lhe confere maior circularidade e exuberância. A expressão regional dessa imagética “em âncora” será de avaliar em futuros estudos, atendendo a que um pendente em bronze em forma de âncora foi exumado na Fraga dos Corvos (sector A), integrável no Bronze Final por uma parte da equipa (MARTÍNEZ *et alii* 2022b), mas já de “Transição Bronze Ferro” por J. Represas (REPRESAS 2014).

Por fim, devemos sublinhar a importância da decoração *a peine*, que se manterá igualmente em toda a vida do povoado, com percentagens que variam espacialmente, representando entre 7% a 26% da cerâmica decorada (Fig. 12:1).

Deste conjunto de estratos mais antigos provém ainda os fragmentos do *Krater* (pintado de preto e laranja avermelhado) (Fig.11:1).

## 5. CONTRIBUTOS PARA UMA DISCUSSÃO

Se a cronologia absoluta indica uma fase antiga (fase II do Crasto), entre aproximadamente 900 e 500 a.C., e o início da fase III (III-1) é colocada por volta de 500 a.C., esta parametrização, argumentada em 1.1 e 4.1, decorre da sobreposição temporal, durante o séc. VI a.C., entre a data Ua-22217 (fase II) — com alargado intervalo de confiança —, e aquelas, mais coesas e sobreponíveis entre si, do início do povoado da I do Ferro<sup>27</sup>. Também se escora em dois outros indicadores: i) a distribuição espacial e consistência estratigráfica dos estratos que, aparentemente sem qualquer interrupção, dão origem a uma longa ocupação da Idade do Ferro — no caso da fase III-1 —, que se prolongará por cerca de 550 ou 600 anos, até ao (final?) séc. I AD, por comparação com os da fase II — espacialmente descontínuos e pouco espessos; ii) as mudanças no repertório cerâmico (e metálico) que, embora na continuidade da fase II, carregam, logo no início da fase III, novas estéticas e estilos — os *peinados* e os *estampilhados*. Estas últimas apontam dinâmicas culturais ainda mal definidas com regiões geográficas amplas, voltadas a Oriente e a Sudeste, no caso das decoradas *a peine/peinadas*, quer com os seus vizinhos próximos — Fraga dos Corvos (REPRESAS 2014), Crestelos-Mogadouro<sup>28</sup> ou mais distantes, da Beira alta/Beira interior — Castelo Velho da Meda, Sabugal (Guarda) (OSÓRIO 2005; 2006; VILAÇA 2022) —, e das regiões de Salamanca - Cáceres (ÁLVAREZ SANCHÍS 2010), no caso das decoradas *a peine*. E voltadas a Oeste e a Noroeste, no caso das cerâmicas estampilhadas, com ênfase para círculos concêntricos (MARTINS 1990; BETTENCOURT, 1999), ainda que estas surjam também no Alto Côa e Meseta. É também nessas relações de intercâmbio alargadas, por certo integradas em práticas de economia política, que se integra o *Krater* púnico, e o caldeiro, datado desta fase III-1 (PINTO 2008b; SANCHES 2016).

Nesta cronologia ampla — séc. X- IV/III — se alberga a discussão, de há décadas, entre o que deve ser considerado Bronze Final, Idade do Ferro e, nas últimas décadas, a fase de “transição Bronze-Ferro” (MARTINS 1990; BETTENCOURT 2005; 2013: p. 37), “Proto-história antiga” (VILAÇA 2000), ou “Soto Formativo” (ESPARZA 2016) na vizinha Zamora e Salamanca, aonde também A. Blanco (BLANCO-GONZÁLEZ 2010) opta pelo de “Transición Bonce-Hierro”. Em suma, a fronteira e simultânea ligação cronológica e cultural entre a Pré-história e a Proto-história, que difere entre os

---

27 Ua 22218; Ua-22219 e CSIC-1962.

28 Observação pessoal de cerâmicas decoradas *a peine* em Crestelos.

autores, e se adapta às regiões (e desenvolvimento da investigação nestas), de modo que, R. Vilaça em data mais recente, já abandona aquele termo (VILAÇA 2022). A discussão centra-se normalmente no período que medeia entre o séc. VII e o VI a.C. (ou VII/VI-IV, no caso de A. Bettencourt (2005)), no qual, se atendermos somente ao intervalo temporal, inscreveríamos a metade final da fase II do Crasto. Tal discussão decorre, repetimos, do impulso de novos trabalhos de campo em diferentes regiões que, a partir da década de 1980, nelas consolidaram as características do povoamento do Bronze Final — antes dependente sobretudo de achados (metálicos) com frágeis contextos —, porquanto mais complexo e heterogéneo do que se supunha (VILAÇA 1995; JORGE, 1996), sobretudo porque se aborda num contínuo temporal e espacial, enraizando culturalmente, pelo menos nos meados do II milénio a.C. (Bronze médio, quando este se conhece) (BETTENCOURT 2013; VILAÇA *et alii* 2020). Em Trás-os-Montes, que abordamos não como província administrativa, mas como o conjunto de territórios interiores a leste do Marão (Fig.13), os dados de escavações são menos impressionantes para o período que nos interessa. Embora se tenham escavado ali, e de modo extensivo, dois “castros” — Castelinho (SANTOS *et alii* 2013) e Crestelos (no vale do Sabor), e de modo muito parcial, S. Juzenda -Mirandela (HÖCK 1980) — os dois últimos aparentemente com vestígios do Bronze Final, a ausência de uma publicação detalhada naqueles extensamente escavados impede análises fundamentadas sobre as características arqueográficas, espaciais e de evolução temporal. Ficam-nos informações mais circunstanciadas do Crasto de Palheiros e Fraga dos Corvos.

Assim, por razões de espaço, e não porque não sejam relevantes ao tema, optámos por não abordar, no território de Trás-os-Montes, os achados metálicos, estátuas-menires, ou mesmo arte rupestre<sup>29</sup>, que acarretariam, desde logo, grande discussão cronológica.

Centrando-nos nas ocupações do Crasto de Palheiros diremos, por um lado, que o povoado do Bronze Final é uma instalação *ex-novo*, passado mais de um milénio sobre a ocupação prévia. Por outro, que a transição Bronze Final - Ferro se pode estabelecer pelos meados do séc. VI / inícios do V a.C., se atendermos à ocupação efetiva deste relevo residual por sociedades agro-pastoris e metalúrgicas a partir dessa data, numa configuração de povoado aberto (nesta cronologia) sem cercas ou muralhas de qualquer natureza. Porém, sendo provável que o sítio tenha sido ocupado na fase II até aos meados do séc. VI a.C., de acordo com alguns estratos bem conservados e atendendo à grande continuidade de algumas formas (e pastas) cerâmicas, coloca-se a possibilidade de, pelo menos as mais recentes ocupações desta fase se encontrarem em continuidade com a posterior, o que dificultaria divisão tão assertiva. Em síntese, estamos em crer que as diferentes ocupações da fase II (talvez por algumas décadas de cada vez), sedimentaram nas comunidades regionais que ocuparam a crista, o sentido de lugar para habitar, as referências grupais e memória coletiva, estas sim estruturantes na reocupação tornada intencionalmente tão definitiva que acarretou um ritual fundacional aonde se integram dois recipientes por certo guardados de outros tempos anteriores como memórias, e um outro — um potinho —, característico da I do Ferro.

Como diversos autores referem constantemente, cada região tem percursos singulares, somente agregáveis a uma escala de síntese quando existem dados regionais fiáveis e quantitativamente significativos, o que não acontece com Trás-os-Montes.

Numa tentativa de entendermos o povoamento na I do Bronze Final, elaborámos o mapa da Fig. 13, pois a cartografia, por mais imperfeita que seja, estimula a reflexão. Este mapa, embora com dados diferentes entre si (merecendo uma discussão que destinamos a um texto próximo), mostra um número assaz reduzido de povoados/locais habitacionais: 21. Três casos são sítios dos meados do II milénio, na transição para o Bronze Final (ainda que alguns em áreas adjacentes) — Medal,

---

<sup>29</sup> Com grande expressão nos planaltos de Valpaços e Carrazeda de Ansiães, sendo conhecidas, deste período, as lanças gravadas na Fraga dos Fusos (Sortes, Serra de Nogueira) (SANCHES 2019).

Monte da Poia e Quinta do Rio, Alto das Meadas/Castelo Velho do Monte Meão. Foram elencados objetivando o entendimento de outras “continuidades” espaciais de alguns dos outros sítios, nomeadamente em Fraga dos Corvos (SENNA- MARTÍNEZ *et alii* 2022a). Outros povoados do Bronze Final nos interessam de igual modo, em particular aqueles que têm datas absolutas, como é o caso do Alto de Santa Ana (SANTOS 1995), ou os que contaram com escavações publicadas, especialmente Castelo de Aguiar (SILVA 1999), Quinta das Laranjeiras (RIBEIRO *et alii* 2013), Quinta de São Lourenço (RAMOS 2016) e S. Juzenda. Se é certo que as descobertas seguem as áreas onde se desenvolveram projetos de investigação e/ou arqueologia de salvamento, apresentamos as seguintes hipóteses interpretativas, ainda que de modo necessariamente sintético.

A cronologia absoluta, embora baseada datas com grandes intervalos de confiança e somente em 3 sítios — Alto de Santa Ana<sup>30</sup>, Crasto de Palheiros e Fraga dos Corvos <sup>31</sup> (Fig. 8a) — evidencia i) que o Bronze Final aponta o leque temporal compreendido entre o séc. XIII-IX a.C., em Santa Ana, sobrepondo-se, no séc. IX, às duas datas mais antigas da fase II do Crasto, e, marginalmente, à data Sac-2646 da Fraga dos Corvos (nos finais do IX-inícios do séc. VIII a. C.); ii) as 3 datas de Fraga dos Corvos (todas do nível 5) (LUÍS 2016) sobrepõem-se genericamente à mais recente do Crasto e têm uma distribuição de probabilidades muito “fragmentada “ entre o séc. X e o V a.C., sendo que uma leitura possível dessas probabilidades, poderá apontar o intervalo entre o final do séc. VIII e o início do V a.C. Coincidiria, deste modo, já com a fase III-1 do Crasto, simultaneidade que é visível numa das estilísticas comuns a ambos os sítios — as cerâmicas *peinadas*.

Por sinal, trata-se de 3 sítios com implantação geográfica/topográfica muito diferente entre eles, mas que, no seu conjunto, dão conta da tipologia da quase totalidade dos sítios desta cronologia ampla (registados no mapa da Fig. 13), sempre com domínio amplo à paisagem em redor (nalguns casos, sobre vales de rios), mas afastando-se de ecossistemas de alta montanha<sup>32</sup>: i) relevos residuais dominantes (Crasto de Palheiros, Souto de Escarão, Alto de Santa Eufémia, Castelo Velho de Seixas do Douro); ii) esporões, relevos residuais ou plataformas de meia encosta (Fraga dos Corvos, Adeganha, Crastas de Santiago, Castelo de Aguiar, Castelo dos Mouros do Cadaval), ou em remate de esporão (S. Juzenda, Vila Velha, Castelar/Puio)<sup>33</sup>; iii) pequenos morros baixos (Alto de Santa Ana e Cabanas de Cima). Há ainda a anotar povoados com estruturas negativas em áreas adjacentes ao rio — Terraço das Laranjeiras/Sabor —, e Quinta de S. Lourenço (Bragança), este em zona aplanada (planalto de Bragança) e rica em água.

Se alguns podem ter tido “cercas” ou taludes pétreos, ou em terra e pedra, delimitadores do espaço habitacional — e, aparentemente, indicadores de um mais continuo investimento grupal — S. Juzenda, Alto de Santa (Chaves)<sup>34</sup>, Souto de Escarão, Fraga dos Corvos e, possivelmente, Puio —, na maioria não se detectaram (ou não são visíveis) estruturas delimitadoras. Tal facto aponta para a heterogeneidade formal, espacial, arquitetónica, e aguarda uma investigação futura que atenda também à sua cronologia.

---

30 Recolhidas nas camadas 2, 3 e 4 (SANTOS 1995). Ver Fig. 8.

31 [467] é um nível de ocupação associado a duas estruturas: uma lareira e a uma fossa (LUÍS, 2016:241 e Tabela 10). As datas recolheram-se nas 3 UEs — [467], [467/582] e [636] — do nível 5 (Sector A) SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022 b). Ver ainda a nota 12 do presente texto.

32 Havendo sempre exceções de explicação difícil, apontamos o Souto de Escarão (Murça), em relevo culminante, em torno a 1000 m de altitude e rodeado de uma cerca (identificado pela autora). Embora sem escavações, pode apontar para um sítio doutra natureza, que não um povoado de uso rotineiro.

33 Vila Velha-Vila Real: Endovélico e observação das cerâmicas e material didático respetivo no núcleo museológico; Puio: Data de C14 inédita (Projeto HistPP) e (PINTO 2005).

34 Em Santa Ana, apesar da reduzida área escavada, verifica-se efetivamente a criação de uma “cerca” ou patamar pétreo que escora/sustém as camadas 2 e 3, estando por apurar a sua relação com a camada inferior: cam. 4. Assim, desconhece-se a sequência estratigráfica completa e se a “cerca” rodearia a pequena elevação, ou, pelo contrário, se seria um dispositivo pontual de organização do povoado através duma plataforma, tal como observámos pessoalmente.

Fraga dos Corvos merece um lugar à parte na nossa análise, em face (i) da existência duma muralha em talude rodeando a parte não escarpada do cabeço/esporão; (ii) da riqueza de achados metálicos (em todas as áreas e ainda no Abrigo 2; (iii) da metalurgia local de bronzes binários no Bronze Médio; (iv) da diversidade de artefactos, nomeadamente recipientes cerâmicos — e sua estilística distintiva —, inseríveis, *grosso modo*, no Bronze médio uns (*Cogeces/Proto-Cogotas*) e Bronze Final/Idade de Ferro, outros (lisos, *peinados*) (SENNA MARTÍNEZ *et alii* 2019; SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022a); (vi) da presença de artefactos gravados, em cerâmica e rocha, onde se destaca, como possível adorno, uma placa de grés com cabeça de cavalo (setor A) (SENNA-MARTÍNEZ e LUÍS 2017:97, nº 39). E ainda, (vii) de restos arqueozoológicos de animais domésticos<sup>35</sup> e (viii) datas de C14, dados que constam de diversas publicações já citadas neste texto (por ex., SENNA MARTÍNEZ *et alii* 2019), embora aquelas sejam difíceis de analisar no seu pormenor<sup>36</sup>.

Mesmo assim, e correndo naturais riscos de deficiente interpretação, queremos concorrer positivamente para a análise deste tão importante e idiossincrático sítio transmontano, datável dos finais da Pré-história e inícios da Proto-história.

A implantação inicial faz-se no Bronze Médio, no que é indicado pelas cerâmicas *Cogeces/Proto-Cogotas* que ali têm expressão tão peculiar, incluindo imagéticas impressas a pente, em organizações decorativas que são, em larga medida, sem par noutros sítios. A associação destas cerâmicas *Cogeces* à fundação da muralha em talude — só escavada no setor M — (LUÍS *et alii* 2012)<sup>37</sup>, e simultaneamente, a cerâmicas *peinadas* — a par de artefactos metálicos atribuídos ao séc. VII-VI a.C.<sup>38</sup> —, dever-se-á a (i) fenómenos de transformação natural — erosão, ablação, compactação —, e/ou antrópica de estratos do Bronze Médio, admitida pela equipa nalgumas publicações (LUÍS 2016; REPRESAS *et alii* 2013:77); ou (ii) a uma ocupação sequencial Bronze Médio-Bronze Final/transição I do Ferro. Assim, no setor M, a primeira hipótese pode admitir hiatos ocupacionais (não registados de modo empírico na estratigrafia); a segunda permite pensar numa ocupação temporalmente longa e contínua de cerca de 1 milénio — de c. de 1500 a 500 a.C. Em alternativa, esta última poderia ser mais curta, contínua, tendo início nos finais do II milénio a.C., com extensão temporal até ao séc. V a. C. Ou seja, nesta última hipótese o sítio (setor M) revelaria uma cultura material algo “conservadora” porque identificável com cerâmicas *Cogeces/Proto-Cogotas*, auferindo, por volta do séc. VII/VI a.C., de novos influxos estilísticos também mesetenhos e/ou da região da Beira/Vale do Côa. Com estas afluências de gostos ou de materiais, relacionamos a imagética tendente ao antropomorfismo, observável tanto no recipiente da Fraga dos Corvos (SENNA-MARTÍNEZ e LUÍS 2017:114, nº 26; REPRESAS 2013: Fig. 2 e 4) como no vaso fundacional do Crasto (Fig. 10:7), datado dos finais do séc. VI a.C.

Os resultados das escavações do setor A, se vistos no seu conjunto, revelam uma problemática similar, à exceção de que aqui se encontram níveis mais antigos (pelo menos do 7, mais antigo, ao 3)<sup>39</sup> — aparentemente, sem cerâmicas decoradas *a peine* —, os mesmos que, por sinal, exibem já recipientes de colo alto (por vezes espessado) — formas B1 a B6 — (LUÍS 2016: pp. 28-29) que, a nosso ver, se podem atribuir regionalmente ao Bronze Final ou transição Bronze Final/Idade do Ferro. Possui ainda, como técnicas decorativas pouco usadas, a excisão e *boquique*<sup>40</sup> (LUÍS 2016:

---

35 Sobretudo associados/em sequência à fundação da muralha em talude (setor M): ovinos/caprinos, bovídeos e javali/porco (por esta ordem).

36 Uma das dificuldades advém do facto de não se terem publicado cortes e/ou matrizes estratigráficas.

37 E ainda a estratos revolvidos.

38 Um bronze/9 fíbulas: de tipo Acebuchal (3), Bencarrón (3), dupla mola, anular hispânica; pinça e anel espiralado; ainda faca afalcatada de ferro com rebites em bronze e contas de vidro (LUÍS *et alii* 2012; SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022a).

39 Os mais antigos são o 7 e 6.

40 Facto igualmente verificável no muito revolvido Abrigo 2 aonde aparecem cerâmicas de todas as tipologias detetadas no cabeço.

pp. 279-280). Mas na sua área norte, já este sector regista cerâmicas *peinadas* em contexto (REPREZAS *et alii* 2013: Fig. 7) e, no conjunto do setor A, há metais tardios, do Bronze Final ou Transição Bronze-Ferro<sup>41</sup>. De igual modo, algumas das decorações muito originais, impressas a pente do Setor A — nomeadamente C24, C26 e C27 (LUÍS 2016: p. 30 e Figura 5) —, mas entendidas como sendo *Cogeces/Proto-Cogotas*, assemelham-se bastante àquelas de Castelo de Matos-Baião (FIGUEIRAL e QUEIROGA 1988), sítio que é datado pelo C14 do séc. IX a.C. (QUEIROGA e FIGUEIRAL 1989), de modo que a imagética da cerâmica, principalmente se muito elaborada, nos aconselha cautela quanto à sua validade cronológica, na ausência de estratigrafias conservadas e/ou associações claras a outros artefactos e a datas absolutas.

Configura-se no setor A, ou uma aparente melhor conservação dos estratos — 6 a 7 fases de ocupação —, mercê da qual a diferente estilística cerâmica tem uma atribuição cronológica mais segura, aonde a cerâmica *Cogeces* — estando associada a *boquique* e excisão — marcaria um momento antigo dos meados do II milénio a.C. em diante. Porém, as 3 datas de C14 do nível 5 — caracteristicamente muito antigo — são coesas entre si no seu intervalo temporal, falando dum período que vai do séc. IX ao V a.C. Intrusões da responsabilidade de ocupações posteriores, como admite a equipa (SENNA-MARTÍNEZ *et alii* 2022 b), são explicações viáveis, mas não solucionam o problema da continuidade temporal efetiva na ocupação da Fraga durante um milénio, que não está, a nosso ver, comprovada. Porque, adicionalmente, e de permeio, a ocupação — deposicional (?), de artefactos excepcionais, de bronze, e de uso rotineiro — do Abrigo 2, pode ter ocorrido em diferentes momentos, e manifestar, também como hipótese, essa frequência pontual, mas repetida, da fenda rochosa entre a I do Bronze médio e a Transição Bronze Final/Idade do Ferro.

Na realidade a Fraga dos Corvos é um recinto monumentalizado no início do 1º milénio a.C. — do séc. VIII a final do V a.C. —, fundamental na compreensão deste período em Trás-os-Montes, nomeadamente no que respeita à continuidade do povoamento e ao envolvimento das populações regionais em relações alargadas de economia política. Todavia, no séc. VI/V a.C., e neste âmbito, é paralelizável cronológica e culturalmente com o Crasto de Palheiros, idiossincrático à sua maneira, num período que temos apelidado (já) de Idade do Ferro e cujo povoado se estenderá ali por centenas de anos.

Por fim, são ainda mal conhecidas as tradições cerâmicas do Bronze Final (e igualmente as da I do Ferro) dos territórios interiores de Trás-os-Montes. Com os dados que dispomos, revelam-se bastante heterogéneas, dominando, aparentemente, recipientes lisos, com uma ou outra exceção de cerâmicas de *boquique*, hipoteticamente importadas e/ou mantidas como memória comunitária em cronologias já da viragem do II ao I milénio a.C., ou do início deste. Aquelas polidas/brunidas são também raras, mas o estudo da cerâmica rotineira, tanto do Bronze Final, como da I do Ferro tem ainda um longo caminho a percorrer, a par dos processos formativos dos estratos donde estas se recolhem, pelo que este texto não é do que um contributo modesto à discussão do tema.

## 6. ALGUMAS CURTAS CONCLUSÕES

Da exposição feita, que visou reavaliação da ocupação do Crasto de Palheiros durante o 1º milénio a.C. — sobretudo nas suas fases II (Bronze Final) e articulação desta com a fase III (Idade do Ferro) —, sua comparação com a Fraga dos Corvos e inserção no ainda pouco conhecido povoamento de Trás-os-Montes “interior” entre os séculos XII e V a.C., elencamos, de modo muito sintético, as principais conclusões. Estas apoiam-se ainda em 36 datas de C14: 29 do Crasto de Palheiros, 3 da Fraga dos Corvos e 4 do povoado Alto de Santa Ana, que já foram discutidas.

---

41 Fíbula Bencarrón, 2 pendentes ou terminal de torques em campânula, e lâminas de faca em ferro.

O Crasto de Palheiros assume-se como uma instalação *ex-novo* dum povoado a partir do início do séc. IX a.C. (fase II) nas plataformas intermédias da crista quartzítica, configurando ocupações descontínuas no espaço e, muito provavelmente, no tempo. Vincular-se-ia, porventura, a modelos de ocupações de curta duração, repetidos até à viragem do séc. VI a.C., que aventamos pudessem ter sido de mobilidade plurianual. Se a continuidade espacial e temporal “da ocupação” (se vista no seu conjunto), além de outros aspetos da cultura material (sobretudo pastas e formas cerâmicas) que também se encadeiam na do povoado da I do Ferro (fase III), constituem um marcador de ligação secular de grupos regionais a este relevo residual durante a primeira metade do 1º milénio AC, as alterações que ocorrem por volta dos meados/finais do século VI - inícios do V a.C. são também assinaláveis. Destacamos como aspetos relevantes (i) novas imagéticas na cerâmica: as *peinadas*/decorações *a peine* (com grande representatividade estatística) e as estampilhadas, emoldurando relações simultâneas com a região litoral e interior peninsular e a ocupação, (ii) e a permanência ininterrupta dum grupo humano agro-pastoril e metalúrgico de razoável dimensão que, ao persistir ali por c. de seis séculos, conduziu a grandes transformações arquitetónicas no povoado.

O quadro do povoamento do Bronze Final regional padece de demasiadas lacunas, estreitamente interligadas no prolongamento de dúvidas que suscitam e que decorrem (i) dum reduzido número de estações escavadas, portanto mal conhecidas, (ii) da marcada indefinição do que é “o Bronze Médio” — de que modo pode ser regionalmente definido na sua cronologia e demais aspetos arqueológicos/arqueográficos; (iii) da frugal existência de sítios com (poucas) datações absolutas cada um: Alto de Santa Ana, Fraga dos Corvos e Crasto de Palheiros; (iv) da parca informação sobre povoados que mostram continuidade (aparente) entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, cabendo os conhecidos todos, à exceção de Quinta das Laranjeiras, na categoria de povoados de altura: Crestelos, Fraga dos Corvos, Crasto de Palheiros, Castelo Velho da Meda, Castelo dos Mouros de Cidadelhe, Castelo Velho de Seixas do Douro, Castelo dos Mouros do Cadaval, Souto de Escarão, Vila Velha, Castelo de Aguiar e Castro de Santiago do Monte / Crastras de Santiago (Fig. 13).

Se no Bronze Final se verifica um modelo (ou diversos modelos) de povoamento, aonde a ocupação de zonas baixas imediatas a vales alargados, e de meia encosta ainda detêm um papel relevante, os povoados com continuidade na I do Ferro, que correspondem a cerca de metade daqueles conhecidos para o Bronze Final, ocupam sempre esporões dominantes sobre veigas ou relevos culminantes. Embora possam não ser todos povoados de vida rotineira (como poderá ser o caso de Souto de Escarão), parecem denunciar, na I do Ferro, um arreigamento territorial e uma ligação a seculares vias primárias e secundárias de circulação regional (e extra-regional).

Foi relevante neste texto a comparação entre a Fraga dos Corvos e o Crasto de Palheiros, as mais intensamente escavadas e publicadas em Trás-os-Montes interior, não somente em termos do estabelecimento de paralelismos cronológico-culturais, mas ainda no lançamento de algumas hipóteses interpretativas alternativas e/ou complementares àquelas previamente publicadas pela equipa responsável pelas escavações, aonde aquela mais dissonante (mas igualmente tão carente de comprovação como as restantes) apontaria uma ocupação contínua curta do sítio que, tendo início nos finais do II milénio a.C., se teria estendido até ao séc. V a.C. Como recinto monumentalizado do 1º milénio a.C., com datas entre final do séc. VIII e o início do V a.C., paraleliza na cronologia e na cultura material com o Crasto de Palheiros, mas não no período de monumentalização. No séc. VI/V a.C. (I do Ferro) têm ambos cerâmicas *peinadas* (comprovam-no as datas de C14), mas enquanto Fraga dos Corvos “pereceu” em circunstâncias mal conhecidas, este é período de arranque do secular povoado de Crasto de Palheiros.

## AGRADECIMENTOS

A Dulcineia Pinto pela preciosa ajuda na revisão das cerâmicas, pela discussão e pela cedência de cópias dos originais dos desenhos de cerâmicas, e de que aquela investigadora é autora; a Mónica Corga pela elaboração do mapa da Fig. 13 e a Joana Teixeira pela montagem de diversas figuras.

## BIBLIOGRAFIA

- ABARQUERO MORAS, Javier (2012), Cogotas I, más allá del territorio nuclear. Viajes, bodas, banquetes y regalos en la Edad del Bronce Peninsular, in RODRÍGUEZ MARCOS, José A. y, FERNÁNDEZ MANZANO, Julio (Dir. de), *Cogotas I: una cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica*, Homenaje a M<sup>a</sup> Dolores Fernández-Posse, Valladolid, Universidad de Valladolid, pp. 59-110.
- ALMEIDA, Miguel; SANCHES, Maria de Jesus e CORGA, Mónica (2024), Castelo dos Mouros (Cadaval, Murça): muralhas, moedas e muitas dúvidas por resolver, *Al-madan*, 27 (2<sup>a</sup> série), pp. 34-43.
- BETTENCOURT, Ana M.S. (2013), *A Pré-história do Noroeste Português*, , Braga/Tomar, CEIPHAR e CITCEM (Col. Territórios da Pré-história em Portugal, 2).
- BETTENCOURT, Ana M.S. (2005), O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro? *Cadernos do Museu* 11. Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, pp. 25-40.
- BETTENCOURT, Ana M.S (1999), *A Paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Doutoramento (policopiada).
- BLANCO GONZÁLEZ, Antonio (2010), 'Arqueología de la población' entre la Edad del Bronce y el Primer Hierro (1800-400 AC): sobre procesos migratorios y colonizadores en la Submeseta Norte, *Arqueología Espacial*, 28 (Arqueología de la Población), pp. 361-379.
- BOTICA, Natália; LARRAZABAL, Javier; LUÍS, Luís; MAGALHÃES, Fernanda; ROCHA, Bruna; SOUSA, Rui; SILVA, Luís. (2023). El Alto das Malhadas: restos de ocupación de la Edad del Bronce en el Douro portugués. *Cuadernos De Arqueología de la Universidad de Navarra*, 31, pp. 1-34. <https://doi.org/10.15581/012.31.012>
- ESPARZA, Ángel (2016), Notas sobre la fase Soto Formativo en el poblado de Los Cuestos, *BSAA Arqueología*, 82, pp. 63-85.
- FIGUEIRAL, Isabel e QUEIROGA, Francisco M. (1988), Castelo de Matos, 1982-1986. *Arqueología*, 17, pp. 137-150.
- GASPAR, Rita; CARRONDO, Joana; NOBRE, Luís; RODRIGUES, Z.; DONOSO, Gloria (2014), Espaço para a morte. O Terraço da Foz do Medal (Vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze, *Estudos do Quaternário*, 10, APEQ. pp. 59-72.
- HÖCK, Martin (1980), Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (Concelho de Mirandela), *Revista de Guimarães*, 2, pp. 55-70 (Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular).
- JORDÁ PARDO, Jesús; ABAD-VIDAL, Emilio; PLATAS, I.; ZANDUETA, Valeria; REY CASTIÑEIRA, Josefa; MARIN, Carlos (2020), Cronología radiocarbónica de la Edad del Hierro del Noroeste de Iberia. Diez años después del congreso Interpretierte Eisenzeiten. Fallstudien, Methoden, Theorie, Linz 2008, *Actas do Congresso Internacional Cultura Castreja. Identidade e Transições*, I, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pp. 39-62.
- JORGE, Susana O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas, 2).
- JORGE, Susana O. (1996), Regional diversity in the Iberian Bronze Age - on the visibility and opacity of the archaeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, pp. 193-214.

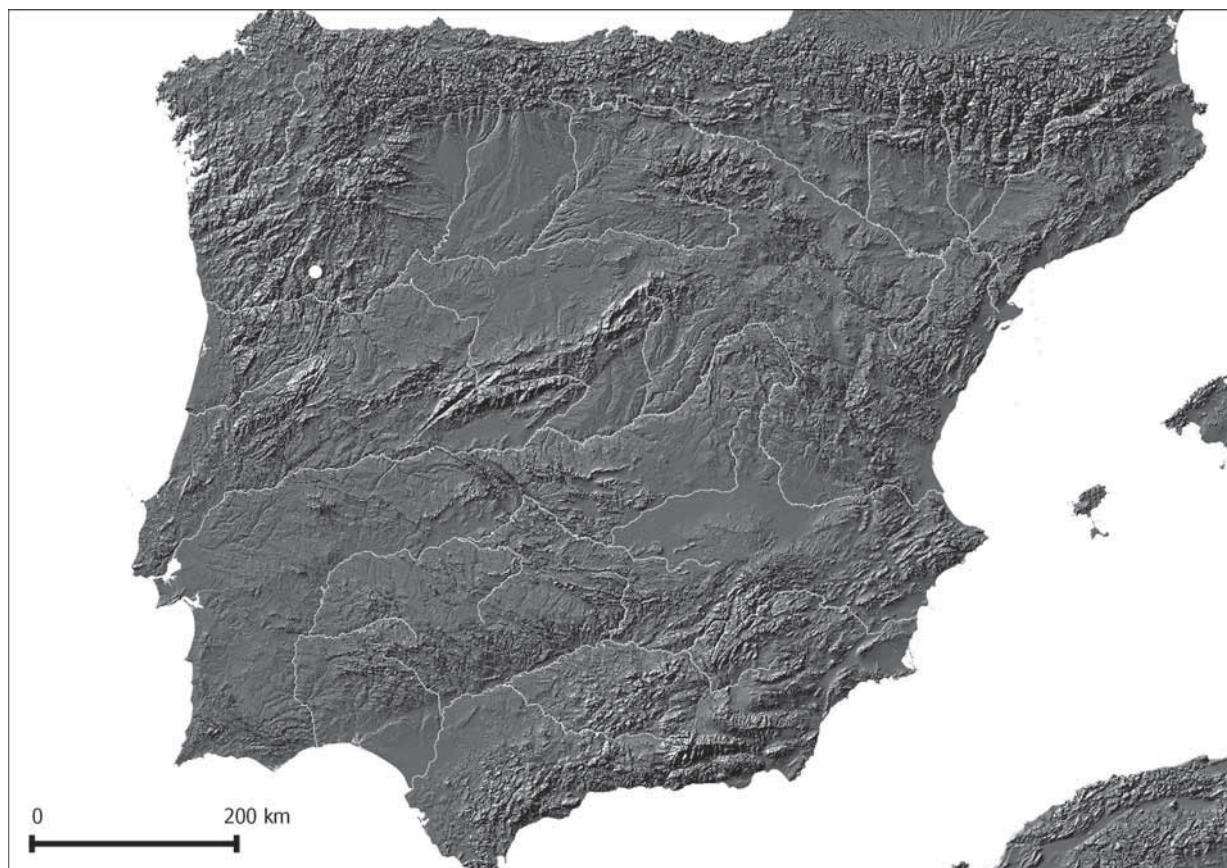
- LEITE, Margarida; TERESO, João; SANCHES, Maria J. (2018), Cultivos da Idade do Ferro no Crasto de Palheiros: novos dados carpológicos da Plataforma Inferior Leste, *Cadernos do GEEvH*, 7 [2] Special Issue: Encontro de Carpológia Ibérica, pp. 40-68.
- LUÍS, Elsa (2016), *Mudança e transformação. Calcolítico, Bronze Inicial e Bronze Médio em Trás-os-Montes Oriental: reflexões a partir dos recipientes cerâmicos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa (policopiada).
- LUÍS, Elsa; REPREZAS, Jéssica; SENNA-MARTÍNEZ, João (2012), A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final? *Cadernos Terras Quentes*, 9, pp.15-53.
- MARTINS, Manuela (1990), *O Povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Monografias, 5).
- NUNES, Susana A.; RIBEIRO, Ricardo (2000), Uma estrutura funerária da Idade do Ferro em contexto habitacional no Crasto de Palheiros – Murça (NE de Portugal), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 5, ADECAP, pp. 23-42.
- OSÓRIO, M. (2009), A Idade do Ferro no Alto Côa: os dados e as problemáticas, in SANABRIA MARCOS, P. (Dir. de), *Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*. Junta de Extremadura, Museo de Cáceres, p. 95-115 (Memorias, 9).
- OSÓRIO, M. (2005), Contributos para o estudo do I milénio a. C. no Alto Côa, Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia, *Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, pp. 35-65.
- PÉREZ IGLESIAS, ANDREA (2018), *Estudo do material cerâmico e os seus contextos na Plataforma Superior Norte do Crasto de Palheiros (Murça). Contribución para a interpretación da ocupación Calcolítica do Recinto Superior*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PINTO, Dulcineia (2005), Notas Para a Caracterização da Estação do Puio-Picote, Miranda do Douro, *Portvgalia*, Nova série, 26, pp. 77-112 (<https://tinyurl.com/3jr35n4n>).
- PINTO, Dulcineia (2008a), Recipientes cerâmicos da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro, In SANCHES, Maria de Jesus (Dir. de), *O Crasto de Palheiros - Fragadas do Crasto. Murça-Portugal*, Município de Murça, pp. 128-134 e Fig. II. 25, 26, 27, 29.
- PINTO, Dulcineia (2008b), Artefactos metálicos do Crasto de Palheiros, in SANCHES, Maria de Jesus (Dir. de), *O Crasto de Palheiros - Fragadas do Crasto. Murça-Portugal*, Município de Murça, pp. 142-150 e Fig. II.30, 31.
- PINTO, Dulcineia (2008c), Algumas notas finais relativas às materialidades do Crasto de Palheiros durante a Idade do Bronze Final/Idade do Ferro, in SANCHES, Maria de Jesus (Dir. de), *O Crasto de Palheiros- Fragadas do Crasto. Murça-Portugal*, Município de Murça, pp. 150-153.
- PINTO, Dulcineia (2011), *O Crasto de Palheiros na Idade do Ferro. Contributo da aplicação de uma nova metodologia no estudo da cerâmica*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (3 vols.), Repositório científico da UC: <http://hdl.handle.net/10316/19994>
- PINTO, Dulcineia (2017), A Idade do Ferro no Vale do Tua. Estudo territorial da ocupação humana entre os sécs. VI/V A.C. e o séc. I D.C. em redor do Vale do Tua- Entre o Douro e Trás-os-Montes, in CARVALHO, Pedro; GOMES, Luís; MARQUES, João (Dir. de), *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua*. I. Porto: EDP S.A./ Edições Afrontamento, pp.171-239.
- PINTO, Dulcineia B. (2019), Contributos Para a Imagética Decorativa dos Recipientes Cerâmicos da Idade do Ferro de Trás-os-Montes: entre a meseta e o litoral português, *Portvgalia*, Nova série. 40, pp. 33-58. (<https://tinyurl.com/pfp3sv3p>).

- PINTO, Dulcineia; SANCHES, Maria de J. (2022), Percecionando Ritos de Consagração e de Reconsagração numa Área Habitacional do Crasto de Palheiros (Murça) na Idade do Ferro, in SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Helena e Teixeira e TEIXEIRA, Joana (Dir. de), *Romper Fronteiras. Atravessar Territórios. Identidades e Intercâmbios durante a Pré-história Recente no interior norte da Península Ibérica*, Porto, CITCEM, pp. 443-471. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-47-3/rom>
- QUEIROGA, Francisco M.; FIGUEIRAL, Isabel (1989), Datações de Carbono 14 para Castelo de Matos, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Famalicão*, 9, pp. 67-69.
- RAMOS, Rui (2016), Quinta de São Lourenço 2: um sítio de fossas da Idade do Bronze no concelho de Bragança, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 11, pp. 53-58.
- REPRESAS, Jessica (2013) Existe uma “I Idade do Ferro” em Trás-os-Montes Oriental? O exemplo da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros), *Cadernos Terras Quentes*, 10, pp. 123-128.
- REPRESAS, Jessica (2014), Problemas da transição do Bronze Final para a Idade do Ferro em Trás-os-Montes Oriental: Primeira notícia sobre o espólio cerâmico do “Sector M” da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros), *Arbotante Património e Innovación*, pp. 151-159 (Actas de las segundas jornadas de jóvenes investigadores del valle del Duero 2012.)
- RIBEIRO, Ricardo; NETO, Nuno; REBELO, Paulo (2013), Relatório Final – Trabalhos Arqueológicos EP 76-Terraço Fluvial da Quinta das Laranjeiras., Neoépica Lda. (policopiado).
- SANCHES, Maria de Jesus (Dir. de) (2008), *O Crasto de Palheiros:Fragada do Crasto, Murça (Portugal)*, C. M. Murça.
- SANCHES, Maria de Jesus (2016), Animal bones, seeds and fruits recovered from Crasto de Palheiros. A contribution to the study of diet and commensality in the recent Pre-history and Iron Age of Northern Portugal. *To feed the body, to nourish the soul, to create sociability. Food and commensality in pre and protohistoric societies*. Coimbra FLUC|CPBA|Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., pp. 85-125.
- SANCHES, Maria de Jesus (2019), Os Primeiros habitantes do território bragançano, in SOUSA, Fernando de (Coord. de), *Bragança: das origens à revolução liberal de 1820*, Bragança, Município de Bragança e CEPESE, pp. 19-67.
- SANCHES, Maria de Jesus (2025, no prelo), A chronological reassessment of *Panicum miliaceum* and *Triticum spelta* at Crasto de Palheiros (Murça, Northeast of Portugal) during the first millennium BCE, *Estudos do Quaternário*, 25.
- SANCHES, Maria de Jesus; PINTO, Dulcineia (2006), Terra, madeira e pedra - materiais para a construção de um povoado proto-histórico de Trás-os-Montes: o Caso do Crasto de Palheiros – Murça, in CORREIA, Mariana; JORGE, Vítor (Dir. de.), *Terra: forma de construir*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, DCTP-FLUP, CEAUCP, pp. 83-90.
- SANCHES, Maria de Jesus; PINTO, Dulcineia (2008), Cronologia e faseamento do Crasto de Palheiros em I, II e III, in SANCHES, Maria de Jesus (Coord. de) *O Crasto de Palheiros - Fragadas do Crasto. Murça-Portugal*, Município de Murça, pp.43-53.
- SANTOS, Filipe.; PINHEIRO, Eulália.; ROCHA, Fábio (2013), O povoado fortificado do Castelinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal), In SASTRE, José; CATALÁN RAMOS, Raul; FUENTES MELGAR, Patricia (Dir. de), *Arqueología en el Valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas*, pp.119-128.
- SANTOS, Paula Mota (1995), O povoado do Alto de Stº Ana, Chaves, in SILVA, Isabel (Coord. de), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa: IPM, p. 117.

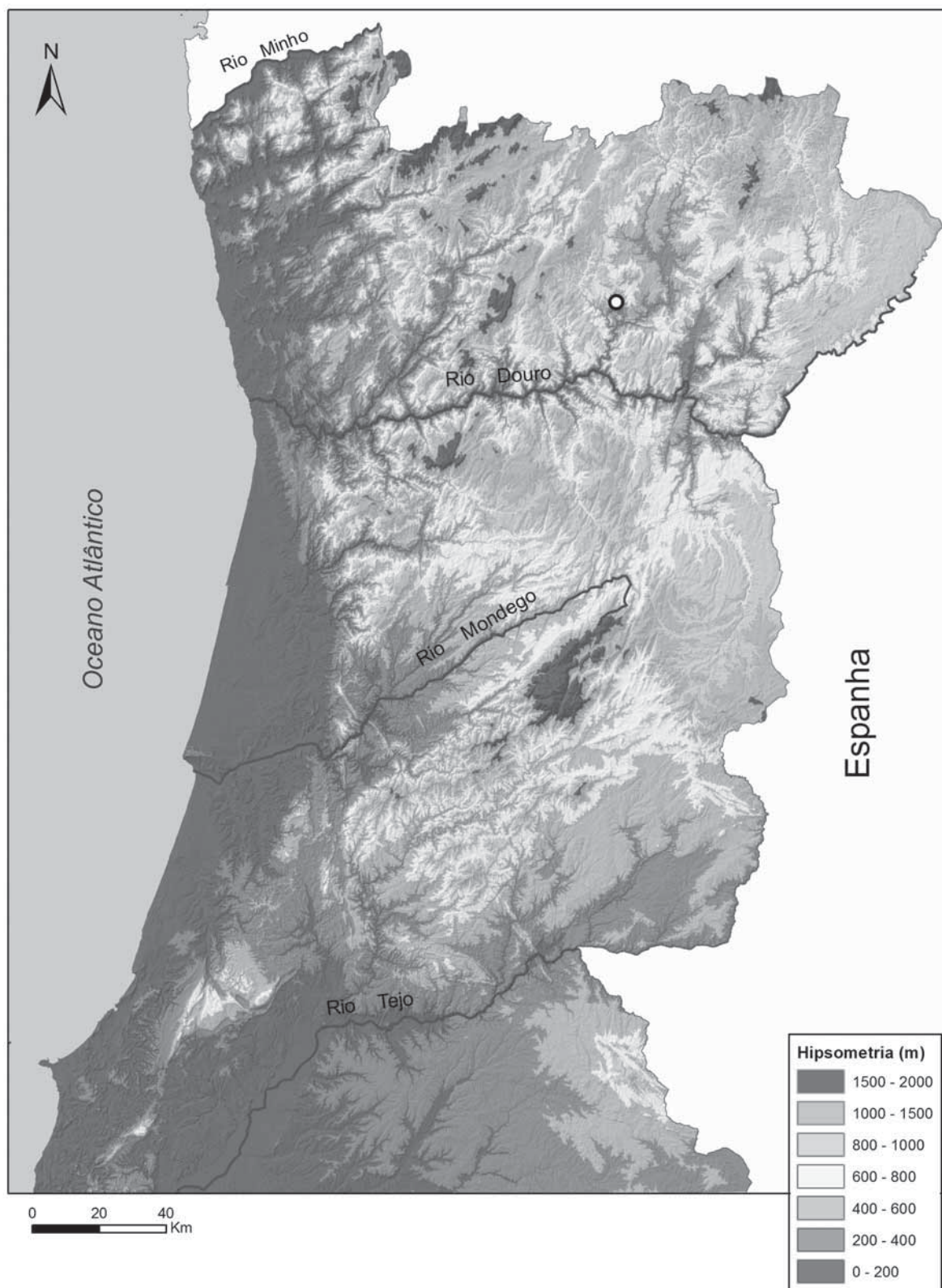
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; LUÍS, Elsa (2017), Pré-história, In 50 Séculos de História de Macedo de Cavaleiros (Catálogo), *Cadernos Terras Quentes*, 14, pp. 35-108.
- SENNA-MARTÍNEZ, João; VENTURA, José.; CARVALHO, Henrique; ARAÚJO, M. Fátima; FIGUEIREDO, Elin; VALÉRIO, Pedro (2010), «Melting the Power» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal), in BETTENCOURT, Ana B.; SANCHES, Maria de Jesus; ALVES, Lara, B.; FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (Dir. de), *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*, BAR International Series 2058. Oxford: Archaeopress, pp. 111-117.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; LUÍS, Elsa; MENDES, Carlos (2019), Fraga dos Corvos Campanha 15 (2017) e Levantamento do Ortofotomapa (2019), *Cadernos Terras Quentes*, 16 pp. 168-184.
- SENNA-MARTÍNEZ, João C.; LUÍS, Elsa; MENDES, Carlos (2022a), Between the Atlantic and the Mediterranean: the Fraga dos Corvos mountain site (Macedo de Cavaleiros, Bragança), in the late bronze age/early iron age transition, in SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Helena e Teixeira e TEIXEIRA, Joana (Coord. de), *Romper Fronteiras. Atravessar Territórios. Identidades e Intercâmbios durante a Pré-história Recente no interior norte da Península Ibérica*, Porto, CITCEM, pp. 371-390. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-47-3/rom>
- SENNA-MARTÍNEZ, João C.; LUÍS, Elsa; MENDES, Carlos; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, M. Fátima e SOARES, Monge (2022b). The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from de Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal), *Ophiussa*, 6, p. 69-83.
- SILVA, Margarida S. (1999), *Recipientes cerâmicos do Bronze Final dos povoados de Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) e da Lavra (Marco de Canaveses). Seu enquadramento regional*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- VILAÇA, Raquel (2005), Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior]. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 13-32.
- VILAÇA, Raquel (1995), *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia 9).
- VILAÇA, Raquel (2022), The borderland of the Beira (Central Portugal) around the II-I millennia BC. Material and imagined representations, vanguards and rearguards in a perpetual motion, in SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Helena e Teixeira e TEIXEIRA, Joana (Coord. de), *Romper Fronteiras. Atravessar Territórios. Identidades e Intercâmbios durante a Pré-história Recente no interior norte da Península Ibérica*, Porto, CITCEM, pp.35-60. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-47-3/rom>
- VILAÇA, Raquel; OSÓRIO, Marcos; FERNANDES, Diana; BOTTAINI, Carlo; SILVA, Sofia (2020), A ocupação Pré-histórica do Cabeço de Caria Talaia (Sabugal, Portugal), *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autonoma de Madrid*, 46, pp. 79-117. <https://doi.org/10.15366/cupauam2020.46.003>

Ref.	BP	±	calibração a 2σ	Contexto	Material carbonizado
PSL II (CSIC-1319)	2682	27	900-802 BC (95.4%)	[7]	cereais&madeira
PIL II (CSIC-1282)	2686	43	919-792 BC (95.4%)	[25]	madeira
TEN II (Ua-22217)	2480	45	774-458 BC (92.0%) 440-418 BC (3.4%)	[28.1]	AMS/mad. selecionada (1)
TEL III (Ua-22219)	2365	45	747-688 BC (7.0%) 666-643 BC (3.1%) <b>565-364 BC (85.4%)</b>	[133] sedimento integro	AMS/ madeira selecionada (1)
TEL III (Ua-22218)	2370	40	736-694 BC (5.3%) 664-648 BC (2.5%) <b>547-382 BC (87.7%)</b>	[140/133] sedimento integro	AMS/ madeira selecionada (1)
PIN III (CSIC-1962)	2371	36	725-705 BC (2.6%) 663-651 BC (1.7%) <b>545-386 BC (91.1%)</b>	[79] lareira	madeira selecionada (1)
PIL III (Ua-18527)	2195	50	387 - 107 BC (95.4%)	[87]	AMS/mad. selecionada (1)
PIL III (CSIC-1219)	2260	47	402-336 BC (33.2%) <b>328-198 BC (62.3%)</b>	[37]	madeira
TEL III (Ua-19117)	2225	40	<b>389-194 BC (93.9%)</b> 186-178 BC (1.6%)	[128]	AMS/ madeira selecionada (1)
PIN III (CSIC-1961)	2208	37	381-174 BC (95.4%)	[73.2]	mad. selecionada (1)
PIL III (ICA_17C/1150)	2260	30	394-348 BC (36.3%) 312-206 BC (59.2%)	[2b] *	AMS/ <i>Panicum miliaceum</i>
PIN III (CSIC-1406)	2284	26	401-352 BC (60.4%) 288-226 BC (33.6%) 220-210 BC (1.5%)	[2b] *	madeira
PSL III (CSIC-1217)	2258	48	402-197 BC (95.4%)	[1/2] topo	cereais&madeira
TEN III (Ua-22882)	2110	45	351-290 BC (10.0%) 226-222 BC (0.2%) <b>210-31 BC (82.3%)</b> 18-8 AD (3.0%)	[20.4]	AMS/ mad. selecionada (1)
PSL III (CSIC-1281)	2116	40	350BC (9.5%) 304BC <b>208BC (84.7%) 38BC</b> 12BC ( 1.3%) 2AD	[0/1]	madeira
PSN III (ICA-17C/1133)	2050	30	159-26 AD (95.4%)	Estrutura 10_ sedimento integro	AMS/ <i>Triticum spelta</i>
PSN III (Sac-1972)	1990	45	102-66 BC (3.4%) <b>60-131 AD (90.7%)</b> 141-158 AD (1.0%) 192-200 AD (0.4%)	[30]	madeira
PSN III (Ua-22883)	2000	45	146-140 BC (0.4%) 108-127 AD (95.0%)	[30]	cereais não identificados, similares a trigo&cevada
PSN III (CSIC-1691)	1922	29	26-208 AD (95.4%)	[7]	cereais&madeira
PIL III (CSIC-1215)	1959	47	44-204 AD (95.4%)	lareira 4	cereais&madeira
PIL III (CSIC-1320)	1979	32	42-120 AD (95.4%)	lareira 1	cereais não identificados, similares a trigo&cevada
PIL III_P m_ (CSIC-1805)	1982	30	<b>43-87 AD (84.6%)</b> 92-118 AD (10.9%)	[31] recolha manual direta	aglomerado de <i>Panicum miliaceum</i>
PIL III_P m_ (CSIC-1404)	1951	26	36-14 BC (3.0%) <b>4-130 AD (91.4%)</b> 144-155 AD (1.0%)	[31] [31] recolha manual direta	aglomerado de <i>Panicum miliaceum</i>
PIL III (CSIC-1405)	2014	26	88-80 BC (1.0%) <b>54-76 AD (94.4%)</b>	[1b/31]	madeira
PIL III (CSIC-1403)	1954	26	38-12 BC (3.9%) <b>3-129 AD (91.6%)</b>	[1b/31]	madeira
PIL III_P m_ (CSIC-1279)	2045	35	<b>160BC (91.8%) 31AD</b> 40-60 AD (3.7%)	[1b/31] [31] recolha manual direta	aglomerado de <i>Panicum miliaceum</i>
TEL III (Sac-1971)	1980	50	94-74 BC (2.0%) <b>56-204 AD (93.4%)</b>	[142.1]	madeira
PIN III (Sac-1970)	2020	45	151-130 BC ( 2.7%) <b>121BC (88.5%) 86AD</b> 93-118 AD (4.3%)	[131.2/16]	madeira selecionada (1)
PIN III (Sac-1973)	1980	50	94-74 BC (2.0%) <b>56-204 AD (93.4%)</b>	[62]	madeira selecionada (1)

Quadro 1 - Datas de C14 do Crasto relativas à ocupação do Bronze Final e I do Ferro



**Fig. 1:** Localização geográfica do Crasto de Palheiros: entre a bacia sedimentar do Douro e as montanhas do Noroeste da Península Ibérica.



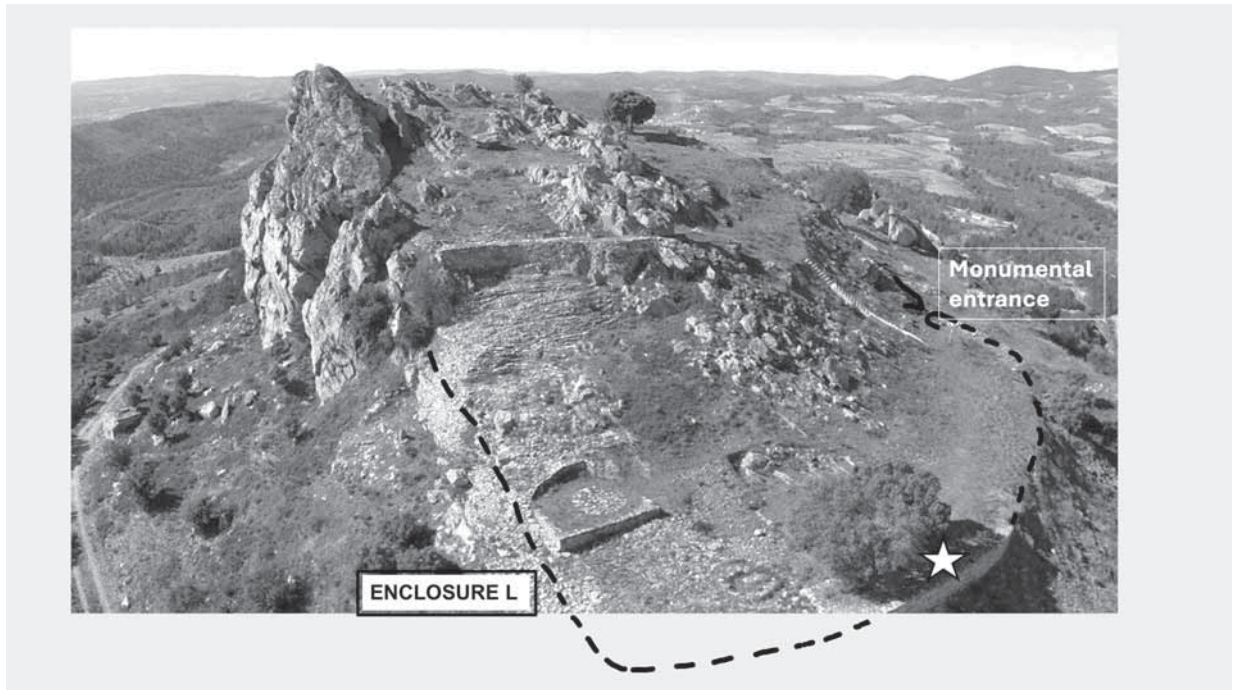
**Fig. 2:** O Crasto de Palheiros no interior norte de Portugal (Trás-os-Montes): bacia do rio Tua.



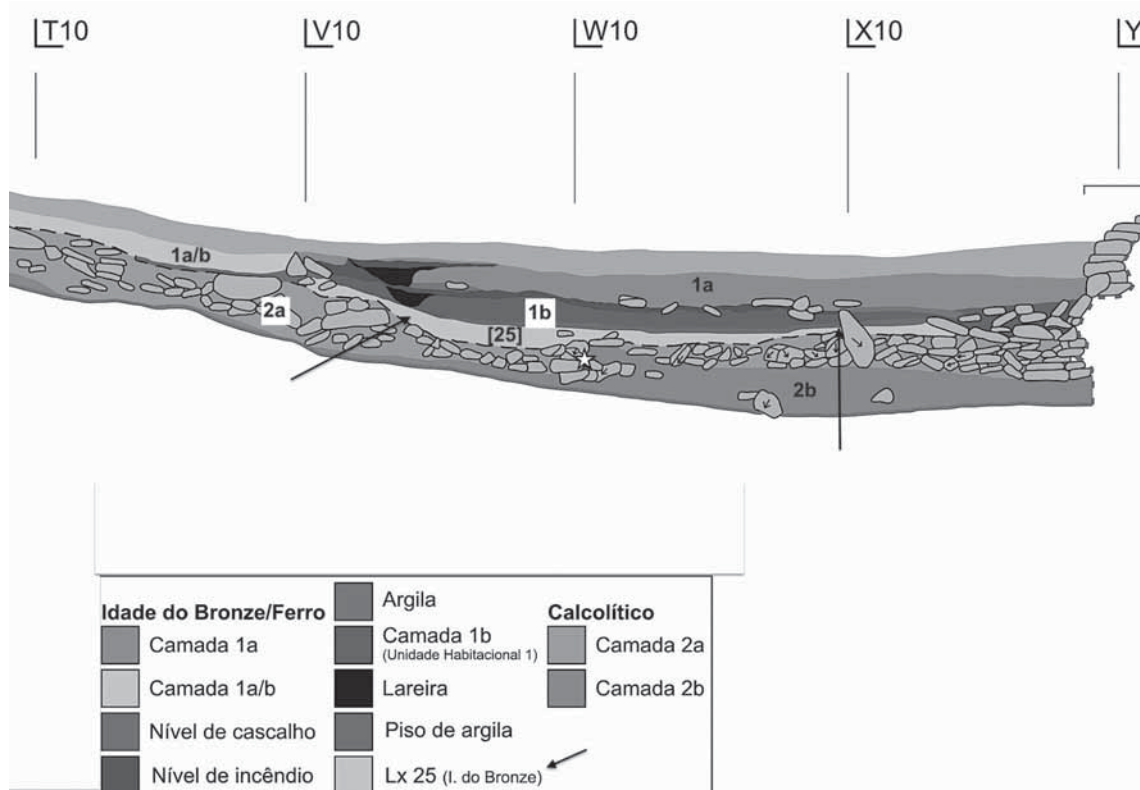
**Fig. 3:** Crasto visto de NNW. Destaca-se como crista quartzítica e observa-se igualmente o Centro Interpretativo.



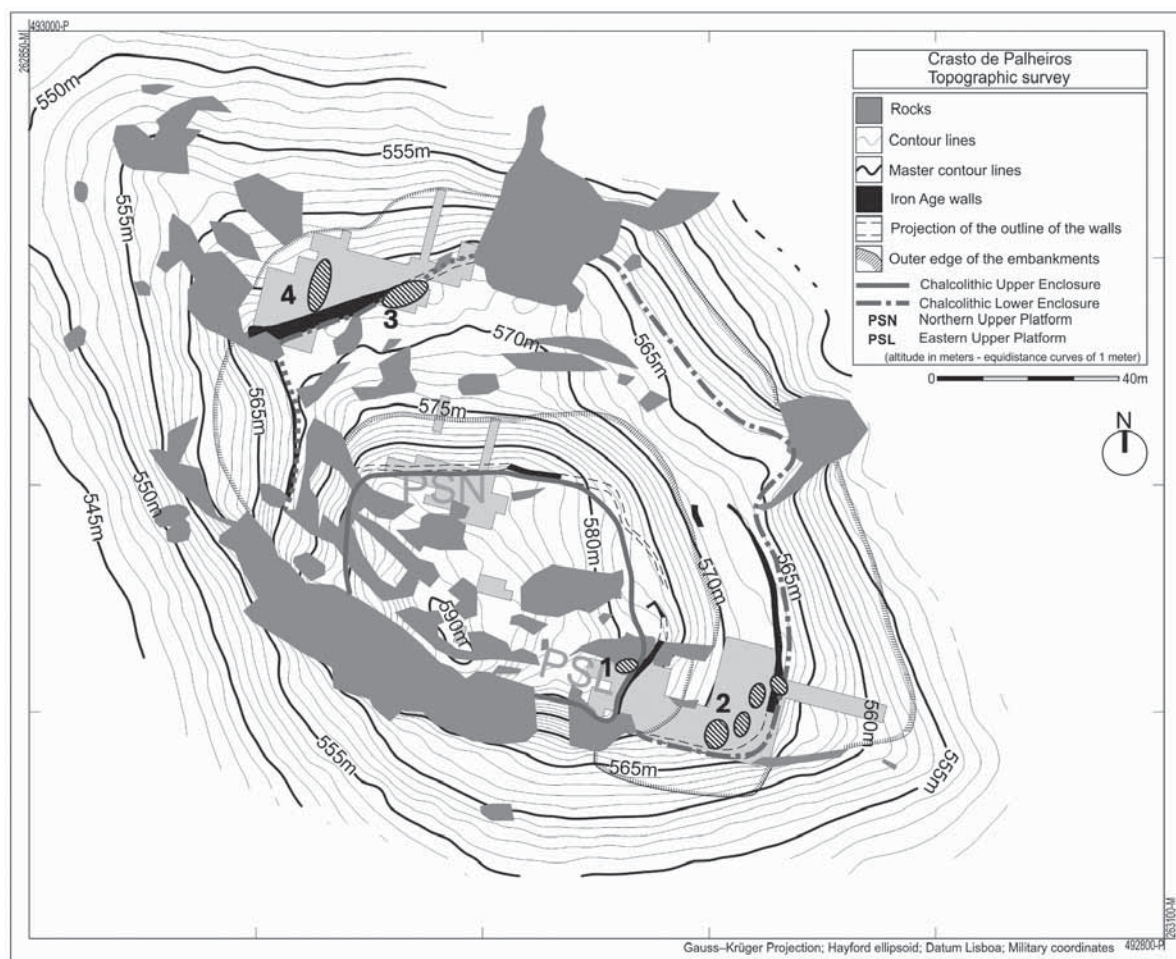
**Fig. 4:** Crasto visto de Leste aquando do final da musealização. São bem visíveis as duas Plataformas (superior e inferior), que configuram os Recintos superior e inferior; e ainda os expressivos taludes péticos (sobre os quais a musealização apoiou acessos/escadas).



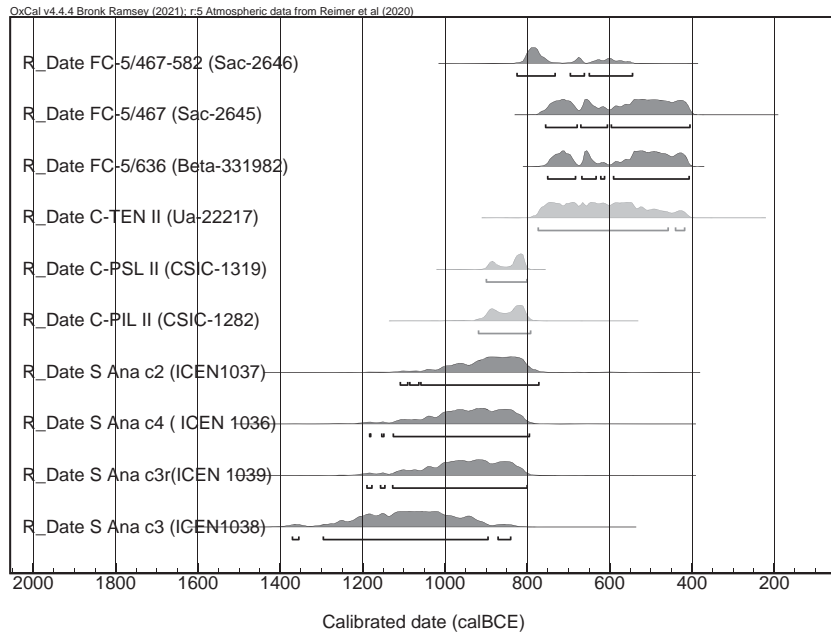
**Fig. 5:** Zona Leste. Observa-se o traçado do Recinto L (Enclosure L), provido de Entrada monumental e, com uma estrela marca-se a localização da Estrutura de Deposição Funerária (EDF). E ainda, nesse recinto, algumas Unidades habitacionais da I do Ferro (restauradas/preservadas). Verificar também a muralha do Recinto Superior, atrás da qual se registam vestígios do Bronze Final (tudo a comparar com o levantamento topográfico da Fig. 7).



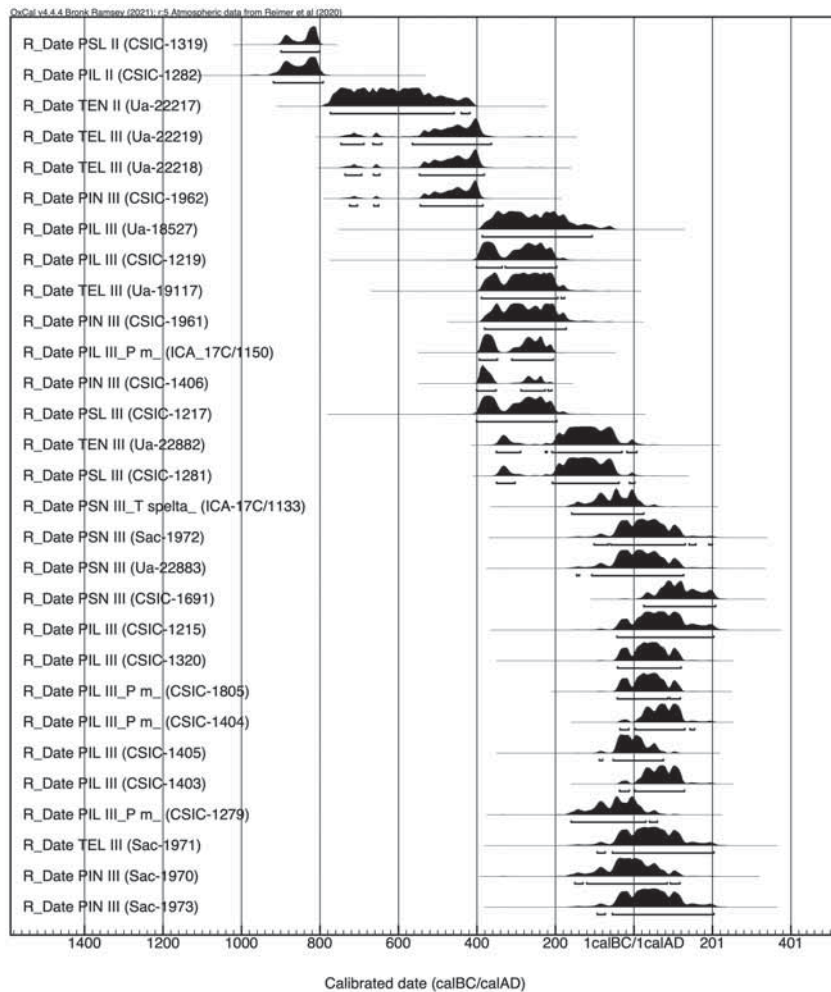
**Fig. 6:** Corte estratigráfico (W-E) na plataforma inferior leste (PIL), aonde se verifica a sequencia estratigráfica, com destaque para a localização do estrato [25], sobreposto à ocupação calcolítica, e infraposto à da I. do Ferro. A quadrícula é de 2 metros.

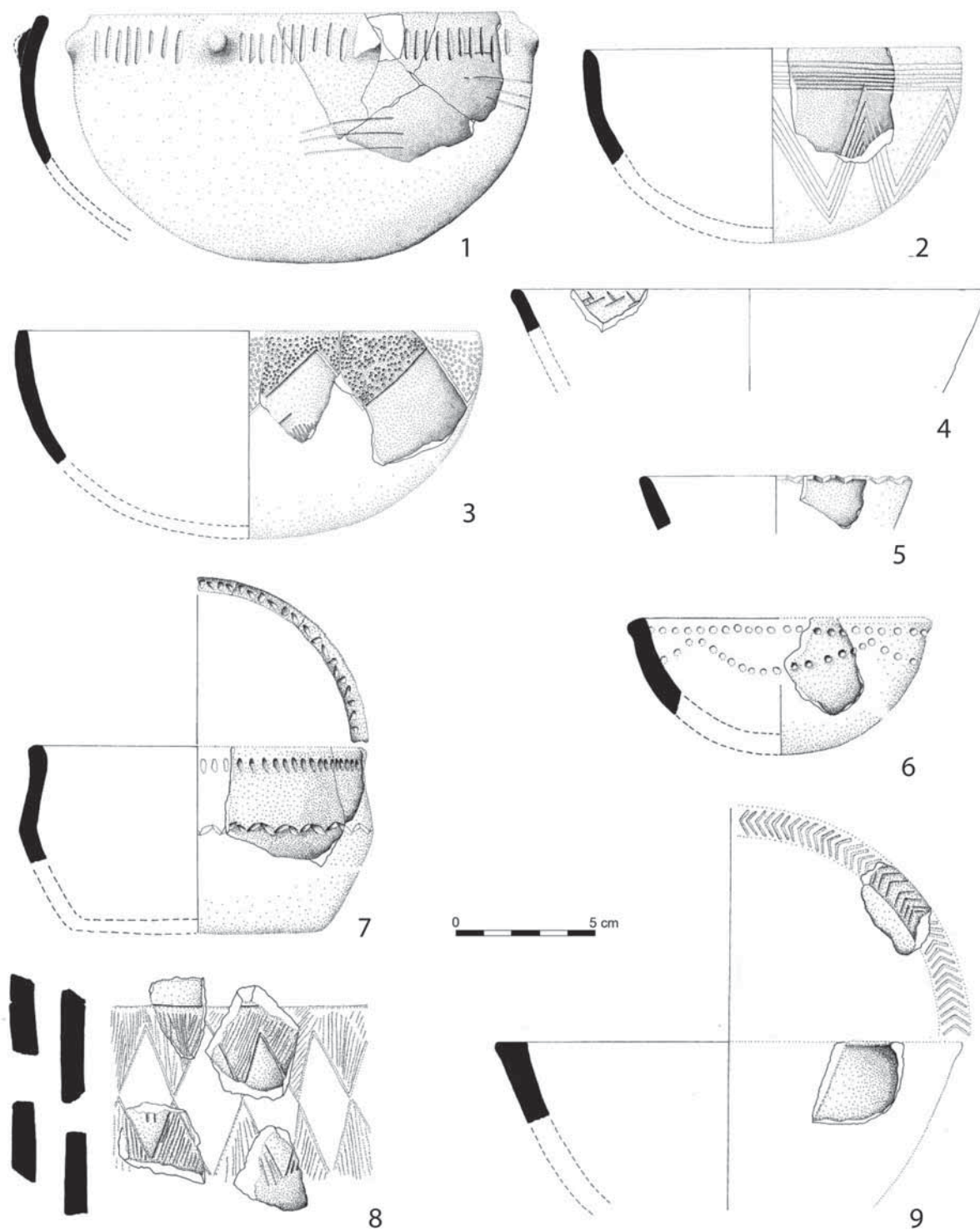


**Fig. 7:** Levantamento topográfico do Crasto de Palheiros. Entre as ocupações, com expressão pétrea, do Calcolítico e da I do Ferro, representam-se as da I do Bronze Final: 1 e 2 na zona leste; 3 e 4, na zona norte (ver descrição no texto).

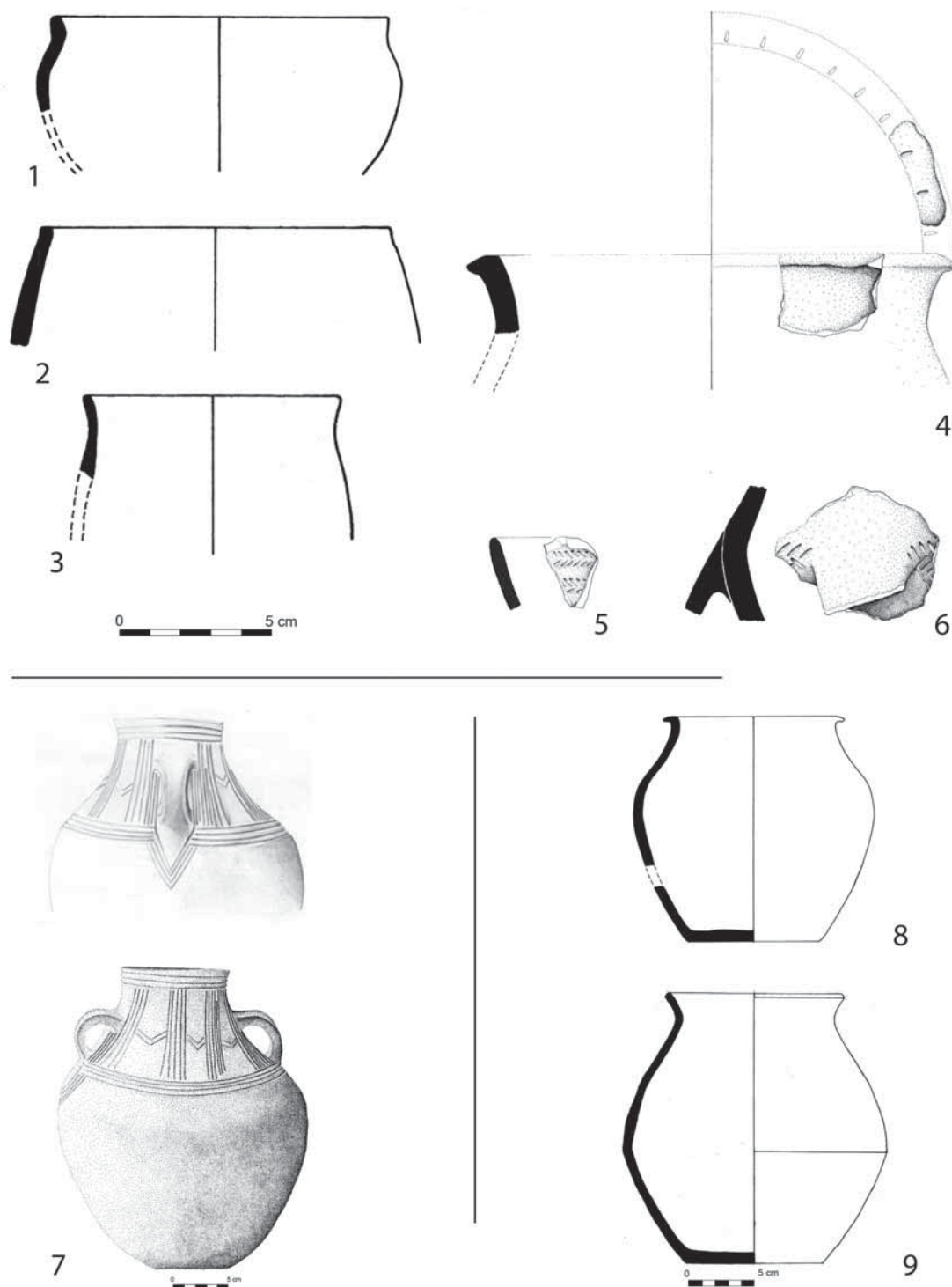


**Fig. 8:** Em cima (8a): comparação das datas absolutas (C14) do Bronze Final (e/ou Transição Bronze Final-I do Ferro) dos povoados de Alto de Sta. Ana (SANTOS, 1995), Crasto de Palheiros e Fraga dos Corvos (LUIS, 2016). Em baixo (8b), representação de datas de C14 do Crasto no Bronze Final e I do Ferro (tudo segundo o programa OxCal- v.4.4).

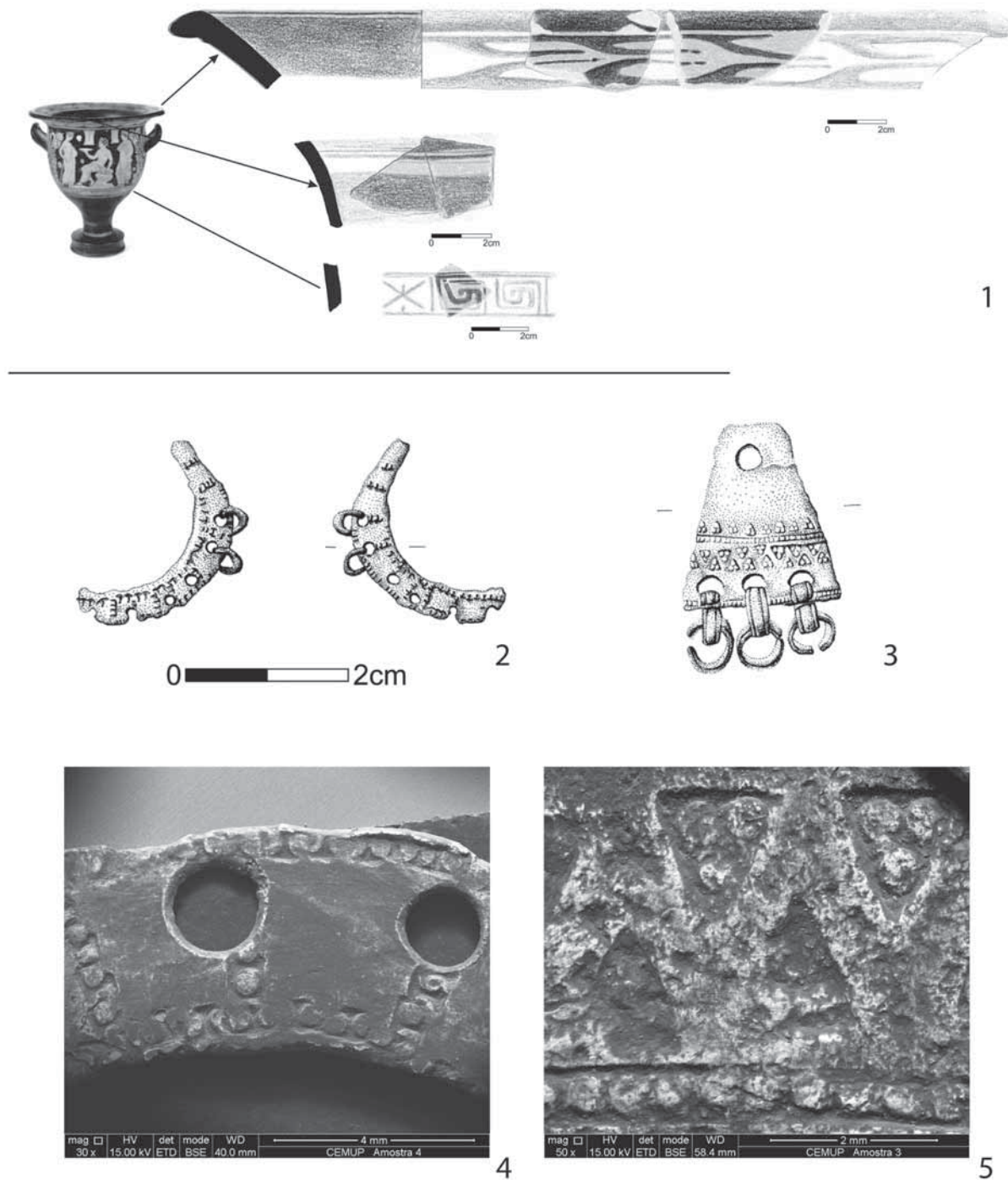




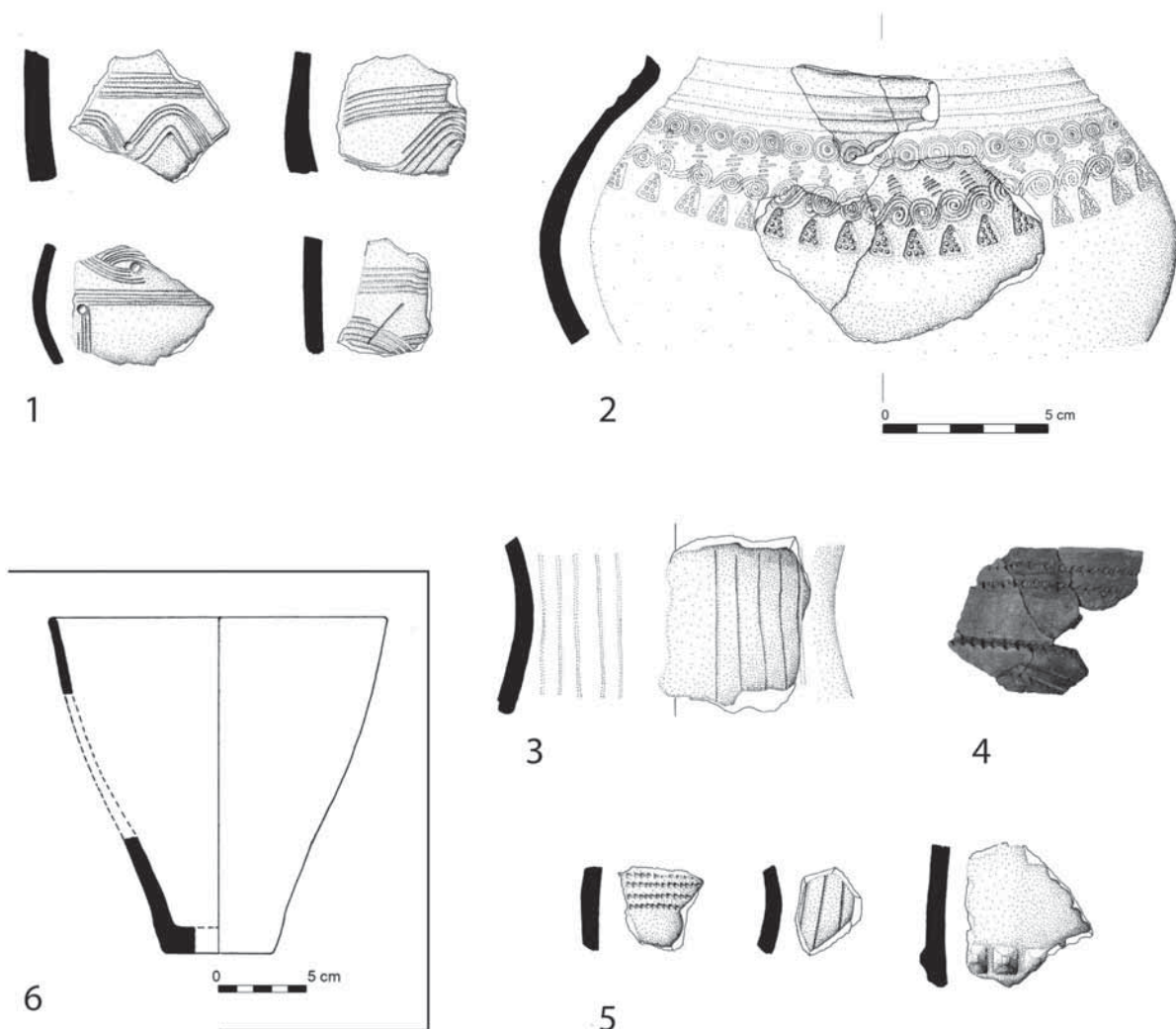
**Fig. 9:** Recipientes e fragmentos do B Final do Crasto de Palheiros. 1, 2, 3, 6- Taças em calote ou semiesfera; 5 e 9- taças de corpo troncocónico; em 7 está o recipiente decorado *Cogotas* (nº1003) e, em 8, aquele tipo *Baiões* (nº462). (Montagem: Joana Teixeira).



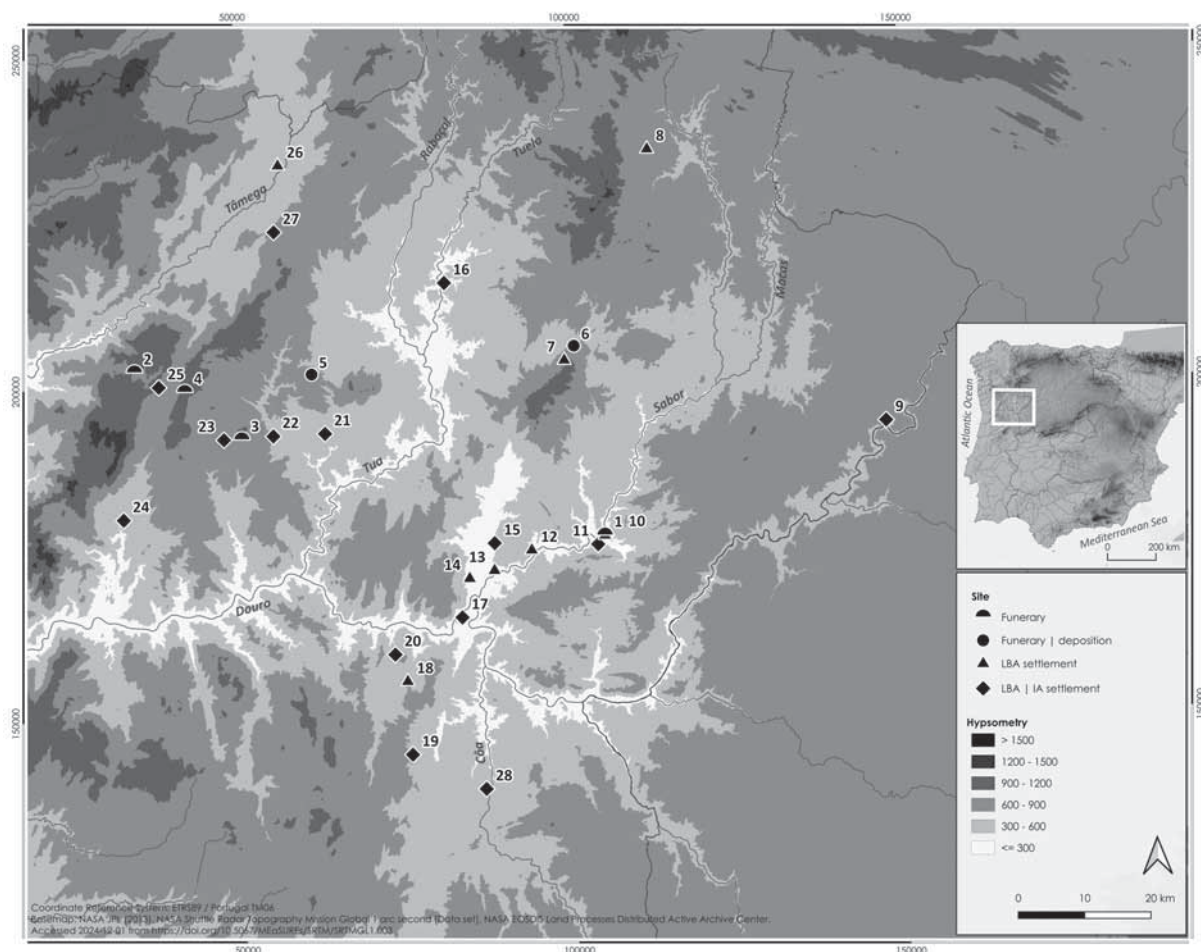
**Fig. 10:** Formas e decorações do B Final (1 a 6, e 8-9), e da I do Ferro do Crasto de Palheiros. 1- Taça lisa de âmbito Cogotas (nº 915); 4- recipiente de colo e perfil em S suave (nº1009); 6- é a pança decorada dum vaso bicónico (nº1018). O 8 também é denominado de “urna” (nº 466). O recipiente 9 (nº 475), da I do Ferro, figura aqui por dificuldade de recuperar, na I do Bronze, uma forma adequadamente informativa/ completa, pelo que representam formas de ambas as ocupações. O recipiente marcado com 7 (nº 474) e 9 (nº 475) fazem parte do ritual fundacional da área leste do povoado na Idade do Ferro (fase III-1). (Montagem: Joana Teixeira).



**Fig. 11:** Artefactos da Idade do Ferro (fase III-1). 1- Krater púnico (com pintura a preto e vermelho vinho); 2 e 4- pente em meia-lua, de bronze, exumado na EDF, com decoração impressa em “âncora”; 3 e 5- pente trapezoidal, em bronze, exumado na EDF, com decoração impressa, muito complexa (triângulos e “pérolas”). (Montagem: Joana Teixeira).



**Fig. 12:** Recipientes diversos do Bronze Final do Crasto —5 e 6—, e da fase III-I (I. Ferro) —1, 2, 3; e ainda da Mamoa 1 do Castelo—4 (recipiente de forma e decoração *Cogotas* (/linha cosida). 1- Cerâmicas “peinadas”; 2- recipiente inciso e impresso a pente, com decoração complexa (nº 1-CP-00); 3- colo de recipiente inciso no interior e exterior (a comparar com o “colo” decorado com linhas incisas do conjunto 5, este do B Final) (1-CP-03-2372); fragmentos decorados a impressão, a incisão e com mamilos de formato piramidal (Montagem: Joana Teixeira).



**Fig. 13:** Sítios habitacionais e funerários atribuídos ao Bronze Final, e Bronze Final/Idade do Ferro, de acordo com as datas absolutas e tipologia da cerâmica e/ou metais. Sítios funerários do Bronze Médio- Final: 1-Medal; 2- M 1 Chã de Arcas (cairn/estrutura secundária); 3- Cabeço Carvalho (necrópole de tumuli); 4- Cista de Carvalhas Alvas 2. Sítios deposicionais do B Final: 5- Dólmen 1 do Castelo; 6- Fraga dos Corvos - Abrigo 2. Povoados: 7-Fraga dos Corvos; 8-Quinta de S. Lourenço 2; 9-Puio/Castelar; 10- Medal; 11- Crestelos; 12- Monte da Poia & Quinta do Rio 16& Zaragata (área de); 13-Quinta das Laranjeiras; 14- Cabanas de Cima; 15- Sra. Castelo Adeganha; 16- S. Juzenda; 17- Alto das Malhadas e Castelo Velho do Monte Meão; 18-Alto de Santa Eufémia; 19- Castelo Velho da Meda; 20- Castelo Velho de Seixas do Douro; 21-Crasto de Palheiros; 22-Castelo dos Mouros do Cadaval; 23- Souto de Escarão ; 24-Vila Velha (de Vila Real); 25-Castelo de Aguiar; 26-Alto de Santa Ana; 27-Castro de Santiago do Monte/Crastras de Santiago; 28-Castelo dos Mouros de Cidadelhe. (Mapa elaborado por Mónica Corga).

# LA EDUCACIÓN EN LA SOCIEDAD FENICIA DURANTE EL I MILENIO A. C.

**Juan Antonio Martín Ruiz**

Universidad Internacional de Valencia

jamartinruiz@hotmail.com

## ABSTRACT

We aim to examine the available information on education in ancient Phoenicia and its colonies, which is not very abundant as literary and archaeological sources are relatively scarce but still allowing us to at least outline its main features. The system was based on an Eastern model, though influenced by the Greek educational sphere within the Hellenistic period, especially among the aristocratic status.

Keywords: Phoenicians; Carthaginians; education; learning; writing.

## RESUMEN

Pretendemos examinar la información disponible sobre la educación en la antigua Fenicia y sus colonias, no muy abundante dada la relativa escasez de fuentes literarias y arqueológicas, pero que nos permite esbozar siquiera sus principales características. Se trata de un sistema basado en un modelo oriental, pero que en época helenística experimentó la influencia del ámbito educativo griego, sobre todo en lo referente a los sectores aristocráticos.

Palabras clave: fenicios, cartagineses, educación, aprendizaje, escritura.

## 1. INTRODUCCIÓN

El notable avance que supuso la aparición del alfabeto a lo largo del II milenio a. C., permitiendo una escritura más cómoda, rápida y precisa al reducir de forma drástica el número de caracteres empleados (BRUGNATELLI 2000: pp. 107-110), no ha significado, por desgracia, que tengamos una información sobre el sistema educativo fenicio comparable a la que existe para otras sociedades de la Antigüedad como pueden ser la griega o la romana.

En buena medida ello se debe a la escasez de datos que nos proporcionan las diversas fuentes de que podemos disponer al respecto. De hecho, los textos escritos sobre este asunto no solo son sumamente escasos y escuetos, sino también tardíos, por cuanto el más antiguo de ellos, como acontece con Cornelio Nepote, se data en el siglo I a. C., al que debemos sumar Dión Casio que vivió entre los siglos II-III d. C., mientras que más reciente todavía es el emperador Juliano el Apóstata puesto que se sitúa en el siglo IV d. C.

Por otro lado, los restos arqueológicos exhumados hasta el momento en relación con este tema son todavía muy parciales y dispersos como iremos comprobando más adelante. En este sentido básicamente contamos con algunos textos epigráficos repartidos por diversos enclaves del Mediterráneo en los que se hace alusión a escribas, así como una serie de abecedarios o alfabetarios de gran interés que han sido documentados en distintos enclaves.

Todo ello ha propiciado que sean muy pocos los estudios dedicados a esta temática, centrados principalmente en su colonia más destacada como es Cartago (SECCI 2012: p. 279), de manera que apenas contamos con bibliografía sobre esta interesante materia. No obstante, y a pesar de estas importantes limitaciones, podemos comenzar a entrever, siquiera a grandes rasgos, algunas cuestiones relacionadas con esta actividad docente de clara ascendencia oriental según podremos comprobar más adelante.

Dadas estas carencias que hemos señalado, creemos de interés dedicar las páginas que siguen a exponer la información que podemos extraer acerca de la enseñanza entre los fenicios a lo largo del I milenio a. C. Como veremos, a pesar de estas limitaciones, podemos establecer algunas de sus principales características formativas, junto con una serie de materiales arqueológicos que cabe relacionar con esta actividad docente.

## 2. LAS INSTALACIONES EDUCATIVAS

Ya desde el III milenio a. C. conocemos varias sociedades orientales que disponían de instalaciones para la enseñanza. Tal sucede, por ejemplo, en Sumer donde las escuelas eran conocidas como la “casa de las tablillas”, al ser este el material que empleaban los alumnos en su aprendizaje. También en Mari se ha excavado parte de una antigua escuela consistente en una simple sala rectangular con una serie de filas con bancadas de arcilla o piedra sobre las que se sentaban los alumnos (KLIMA 1983: p. 214). Del mismo modo, en Grecia nos encontramos con instalaciones muy poco complejas, puesto que solían consistir en una habitación con bancos o incluso sin ellos, disponiendo solamente de taburetes para los estudiantes y una silla con respaldo para el docente (MURCIA ORTUÑO 2024: pp. 231-232). Sin embargo, no debemos olvidar que inclusive en la propia Grecia lo más habitual era que las lecciones se impartieran bajo pórticos o en las propias casas de los maestros (MURCIA ORTUÑO 2024: p. 232), como también se ha sugerido para los fenicios (BONNET 2003: p. 62), por lo que resulta sumamente difícil identificar estos lugares.

En el ámbito fenicio no conocemos por el momento ninguna edificación que con seguridad podamos considerar que fue usada con fines escolares. Y ello a pesar de que hasta el momento se han excavado templos fenicios que han facilitado varios miles de crétulas de arcilla para el sellado de papiros, como sucede en Cartago donde incluso se conoce una estrecha sala rectangular sin bancadas que fue usada como archivo (BERGES 1998: 111) o en Selinunte donde se recuperaron cerca de un millar (ZOPPI 1996: 237-242). No obstante, en Kuntillet' Ajurd, en Gaza, donde se han encontrado varios textos escolares, algunos de ellos fenicios, se excavó un conjunto de carácter religioso que se ha datado en la primera mitad del siglo VIII a. C. Dicho conjunto disponía de un patio con hornos, así como cocina y almacenes, junto con otras estancias con las paredes pintadas. Lo más interesante para el tema que nos ocupa es que una de ellas, de muy reducidas dimensiones, contaba con bancos de piedra corridos recubiertos de yeso y adosados a los dos muros longitudinales, de tal forma que ha sido considerada como una escuela ya que en su interior se hallaron numerosos textos de aprendizaje sobre los que nos detendremos más adelante (HESHEL 1983: pp. 237-238).

A tenor de este hallazgo, cabe admitir que no resulta nada fácil discernir el posible uso pedagógico dado a una determinada estancia, y ello a pesar de que la presencia de bancos adosados está bien documentada en la arquitectura fenicia, puesto que una simple sala en la que se coloquen taburetes o bancadas de madera puede servir a la perfección para los fines deseados. Por ello, solo

el descubrimiento de escritos en su interior podr3a confirmar tal aseveraci3n. Aun as3, la presencia en el enclave chipriota de Kition de varios escribas, supervisores de las tablillas y jefes de escribas, constatada por la epigraf3a (BONNET 1991: pp. 169-170; BELMONTE 2003: p. 356; SCHMITZ 2009: p. 499), avalar3a la existencia de una de estas escuelas en dicho yacimiento, siendo as3 que, adem3s, tambi3n aqu3 se ha documentado un archivo oficial (AMADASI GUZZO e ZAMORA L3PEZ 2000: pp. 140-148). Algo similar acontece en Cartago, al tenerse tambi3n constancia de jefes de escribas, escribas y un escriba de los d3pticos (BONNET 1991: pp. 191-192; BELMONTE 2003: p. 356).

### 3. EL PERSONAL DOCENTE

Ya desde los or3genes de la escritura en Sumer, una de las principales funciones de la educaci3n era la de formar escribas que se encargaran de la contabilidad, los aspectos legales, la correspondencia internacional, etc., tanto de los palacios como de los templos (KRAMER 1985: p. 40). Ahora bien, si en un primer momento, esto es, durante el III milenio a. C., los escribas quedaron circunscritos a dichos 3mbitos, a lo largo del siguiente milenio su actividad se extender3 tambi3n a otros grupos de la poblaci3n (3LVAREZ GARC3A 2021: p. 23).

Respecto al personal docente hemos de suponer que, en un primer momento, esto es, antes del fuerte influjo ejercido por el helenismo, estaba integrado por escribas ya formados. Como no podr3a ser de otra forma, estos escribas fenicios eran herederos de una larga tradici3n mesopot3mica transmitida a trav3s del reino de Ugarit (BONNET 2003: p. 58; 3LVAREZ GARC3A 2021: pp. 23-24). Gracias al papiro egipcio de Wen Am3n y algunos conos de arcilla nos consta que, ya al menos desde el siglo XI a. C., en Biblos contaban con estos operarios, de los que encontramos igualmente noticias en diversas colonias mediterr3neas, sobre todo Cartago y Kition (BONNET 1991: p. 169; BELMONTE 2003: p. 347). En algunas ocasiones sabemos que en la ciudad norteafricana tanto el padre como el hijo ocuparon esta profesi3n -CIS I 3749 y 5698-, algo heredado de los escribas ugar3ticos (MAR3N CEBALLOS e JIM3NEZ FLORES 2001: p. 81), aunque la mayor parte no parece que responden a esta circunstancia (BONNET 1991: p. 152). Aun cuando tenemos la certeza de que entre ellos exist3a una jerarqu3a, con un jefe de escribas *-rb spr-* en la c3spide, estamos a3n lejos de poder establecer con claridad sus funciones (BONNET 1991: p. 152; BELMONTE 2003: p. 356). Un dato muy interesante nos lo ofrece la inscripci3n hallada en el asentamiento chipriota de Kition -CIS, I, 86 A 14-, cuyo texto nos habla de un hombre llamado Abdesmun, considerado hasta hace poco como un jefe de escribas (BONNET 1991: p. 169), pero que recientes estudios han indicado que habr3a ejercido la labor de supervisor de las tablillas de los escribas (SCHMITZ 2009: pp. 499-501), de manera que se encargar3a de revisar los ejercicios realizados por los alumnos sobre este tipo de soporte, y al que podemos sumar un escriba de los d3pticos conocido en Cartago -CIS I 3014- (BONNET 1991: p. 191; BELMONTE 2003: p. 357).

Por otro lado, conocemos dos alusiones a maestros, aunque una de ellas procedente del santuario de Astart3 en Kition en la isla de Chipre -CIS I 14B- se relaciona con el control del agua (YON 1982: p. 252), en tanto otra descubierta en una tumba egipcia de Abusir vincula esta figura con la producci3n de vino (DUSEK e MYN3ROV3 2011: p. 180), de manera que, al menos hasta el momento, no se ha documentado ninguna alusi3n en la que dicho t3rmino se relacione con la educaci3n. Ya en relaci3n con las actividades deportivas sendas inscripciones griegas de Solunto aluden a un *amphipolos* y un *hiertothytoi* que vivieron durante los siglos III-II a. C., as3 como un *gimnasiarca* ya del siglo I d. C. (MISTRETTA 2013: p. 107), cargo este 3ltimo que aparece citado tambi3n en una inscripci3n de Arados datada entre los a3os 25-24 a. C. Este mismo puesto de elecci3n anual y encargado de la supervisi3n de los gimnasios lo vemos representado tambi3n en Biblos, donde otra piedra grabada alude a dos de ellos, as3 como en Tiro, enclave en el que varios ep3grafes los mencionan, uno de ellos de los a3os 188-187 a. C. y otro que se ha fechado entre el 44 y 43 a. C. (DAUBNER 2015: pp. 36-37 y p. 42).

En lo referente a la educación de las personas que integraban la cúspide social, al menos para la Cartago de época helenística, se ha sugerido la existencia de preceptores o pedagogos (FANTAR 1993: p. 394), a veces procedentes de lugares lejanos como acontece con el espartano Sosilo que lo fue de Aníbal (Nepote, *Vitae*, 13, 3). Ahora bien, en este caso concreto debemos tener presente que, como indica el propio autor romano, el líder cartaginés había marchado a Hispania cuando tenía 9 años, por lo que la mayor parte de su educación debió conseguirla fuera de Cartago, lo que explicaría la presencia del espartano (MARTÍNEZ HAHNMÜLLER 2016: p. 182).

#### 4. EL ALUMNADO

La educación básica en Grecia abarcaba desde los 7 a los 14/15 años (MURCIA ORTUÑO 2024: p. 140), pudiendo admitirse una edad similar para el caso que nos ocupa. Puesto que sabemos que Sofonisba falleció a la temprana edad de 15 años, y que posiblemente contrajo matrimonio con 13, podríamos colegir que con esa edad ya habría completado su esmerada educación. Así mismo, cabe estar razonablemente seguros de que entre el alumnado se encontraban escribas, siendo interesante constatar cómo todos aquellos de los que nos han llegado noticia son varones (BONNET 1991: pp. 169-171), lo que sugiere un acceso muy restringido para las mujeres a la educación.

Una inscripción hallada en Tiro nos habla del hijo de un tal Demetrios, aun cuando el nombre no indica que Demetrios fuese forzosamente heleno, el cual llegó a competir como efebo e incluso realizó una ofrenda a Antioco III y su hijo Seleuco, (DAUBNES 2015: p. 37 y p. 42). El término *efebía* vino a denominar en un primer momento el servicio militar ateniense instituido a finales del siglo IV a. C., si bien a lo largo del siglo II a. C. pasó a designar un sistema educativo de carácter superior destinado a la instrucción de los jóvenes pertenecientes a familias aristócratas (MURCIA ORTUÑO 2024: pp. 470-475).

Son abundantes las fuentes clásicas que nos informan cómo los alumnos griegos y romanos aprendían las primeras letras garabateando sobre tablillas de madera enceradas, para lo que precisaban de punzones o estiletos. Solo cuando las dominaban pasaban a escribir con tinta sobre papiros, si bien aquellos que tenían menor poder adquisitivo debían contentarse con practicar sobre conchas o escápulas de bóvidos (MURCIA ORTUÑO 2024: pp. 231-233). Ahora bien, la palabra griega para designar estas tablillas enceradas *-deltós-* procede del fenicio, lengua que, a su vez, lo había tomado del acadio (WEIRAUCH e CAMMAROSANTO 2021: p. 15).

Ya vimos la posible existencia en Kition de un escriba supervisor de las tablillas, al que podemos sumar una inscripción cartaginesa de los siglos IV-III a. C. en la que se hace mención a un escriba de los dípticos (CIS I 3104, BONNET 1991: p. 191; BELMONTE 2003: p. 357). Estas tablillas, llamadas *lh* en fenicio (SCHMITZ, 2009: p. 500), son conocidas en Próximo Oriente desde fechas muy antiguas. Tal sucede con la elaborada con madera de boj que fue utilizada por el capitán del pecio ugarítico de Ulu Burum, hundido en el siglo XIV a. C. (PENDLETON e WARNOCK 1990: pp. 255-258), sin olvidar los fragmentos de otras 16 tablillas de marfil que fueron localizadas en el palacio asirio de Nimrud (HERRMANN e LAIDLAW 2009: pp. 105-106 y pp. 225-228). Así mismo, una interesante pintura mural del palacio de Til Barsip del siglo VIII a. C. nos muestra a dos escribas, uno de ellos escribiendo sobre un papiro y el otro sobre una tablilla (BONNET 2003: p. 58).

Ya en el extremo occidente podemos comentar el santuario fenicio de Huelva de finales del siglo IX a. C., donde se recuperaron punzones de madera y marfil de los que, al menos uno, parece muy adecuado para estos fines, así como un fragmento de madera de una tablilla (Fig. 1) (GONZÁLEZ DE CANALES *et alii* 2004: p. 160 y p. 166; MEDEROS MARTÍN 2021: pp. 43-50). De Tharros en Cerdeña proceden dos tablillas de hueso casi completas y restos de otra que debieron estar unidas, así como un estilete también óseo y dos de bronce. El problema surge a la hora de situarlos temporalmente,

ya que solamente sabemos que estos materiales fueron hallados antes de 1916, lo que no ha sido obstáculo para que se haya sugerido que habrían sido colocadas en el interior de una sepultura romana (ZUCCA 2004: pp. 1533-1541), si bien no deja de ser una mera especulación dada la total falta de contexto. Además, y aunque no tenemos datos puesto que nunca fueron publicadas, se sabe que este mismo yacimiento ha facilitado también varios fragmentos de marfil correspondientes a estas tablillas (ZUCCA 2004: pp. 1538).

## 5. MÉTODOS Y CONTENIDOS

Los escribas *-spr-* fenicios, de los que se han encontrado más de una treintena de testimonios epigráficos (BONNET 1991: pp. 169-171; BELMONTE 2003: p. 348), debían aprender las escrituras de varias lenguas como demuestran algunas inscripciones bilingües y hasta trilingües descubiertas. El aprendizaje tradicional comprendía una serie de conocimientos relacionados con la lectura, la escritura y el cálculo, a los que se sumarían la música y la gimnasia para las elites (MURCIA ORTUÑO 2024: p. 201). A partir del estudio de ejercicios prácticos de diversas sociedades antiguas se han establecido en términos generales hasta once tipos distintos de textos escolares como pueden ser, además de los alfabetos, las agrupaciones de palabras, secuencias de cifras, nombres, meses, etc. (LÉMAIRE 1981: p. 32; BONNET 1991: p. 165). Sabemos que en Ugarit el proceso de aprendizaje comprendía hasta cinco niveles, cada uno de ellos con una dificultad mayor que el anterior. El primero tenía como finalidad el conocimiento de los grafemas, lo que se lograba mediante los abecedarios (CUNCHILLOS 1991: p. 17; BONNET 2003: p. 62). Ya en el segundo se hacía lo mismo pero con grupos de palabras, en tanto en el siguiente nivel el alumnado pasaba a familiarizarse con distintos modelos de documentos. Durante la cuarta fase se accedía a textos de diversas temáticas (médica, legal...), y en la última a escritos de naturaleza poética (HAWLEY 2005: pp. 59-64). No obstante, también existía un modelo educativo que fue conocido en la Antigüedad como “estilo griego”, y que llegará a ejercer una fuerte influencia sobre las elites fenicias y cartaginesas de época helenística (SECCI 2009: p. 153; 2012: p. 282).

Por fortuna, en esta ocasión contamos con varios textos fenicios de aprendizaje relacionados con los niveles más básicos. Aunque se trata de un enclave hebreo, la influencia fenicia en Kuntillet ‘Ajrud es palpable, por lo que diremos que allí se encontraron una serie de grafitos paleohebreos sobre fragmentos cerámicos junto a otros tres fenicios pintados esta vez en placas de yeso, y que se han fechado en la primera mitad del siglo VIII a. C. (MASTIN 2009: pp. 110-114). En estos últimos, que son los que más nos interesan, se copiaron dos veces una serie de palabras relacionadas con fórmulas de bendición, destinados según se ha planteado a individuos no fenicios que no aprendían a escribir, sino a leer (LEMÁIRE 1981: p. 30). Respecto al material empleado para estos textos, placas de yeso, recordemos que este era el soporte mayoritariamente utilizado por los escribas del archivo real fenicio de Idalion en Chipre durante los siglos V-IV a. C. (AMADASI GUZZO e ZAMORA LÓPEZ 2000: pp. 140-142).

Ya en contextos estrictamente fenicios podemos aludir a un fragmento cerámico proveniente del estrato 2 de Sarepta en la antigua costa de Fenicia. Datado entre los siglos V-IV a. C., en el mismo se grabaron mediante incisiones dos líneas de texto fenicio, de tal forma que en la superior se conserva parte de un abecedario y en la inferior un formulario de lectura discutible. Del mismo todavía se polemiza si corresponde a un texto de aprendizaje ya que ambos textos fueron realizados antes de su cocción (WEARNE 2023: pp. 141-142 y p. 150). Sin embargo, la existencia de un indiscutible abecedario realizado también antes de ser introducido en el horno en el yacimiento portugués de Cabeça de Vaimonte (FABIÃO 2001: p. 220), del que hablaremos más adelante, nos lleva a aceptarlo como uno de estos ejercicios escolares.

Por otro lado, la colonia de Selinunte en Sicilia ha proporcionado un fragmento de placa de piedra –NI 47236- que se ha fechado entre los siglos IV-III a. C., aunque lamentablemente carente de un contexto preciso (Fig. 2). En ella se conservan tres líneas de texto fenicio, de tal forma que en la primera se grabaron 17 letras del abecedario semita por alguien que tenía una buena caligrafía, en tanto en la segunda línea se conservan ocho que siguen el orden anterior, pero de una forma más burda, mientras que de la última tan solo se aprecian cuatro signos (DE SIMONE 2013a: pp. 267-269; 2013b: pp. 181-184).

Un nuevo asentamiento siciliano, como es Mozia (Sicilia), y más concretamente su sector K que corresponde a una zona alfarera, ha facilitado un fragmento cerámico amorfo de un ánfora samia de hacia el 500 a. C. (Fig. 3). En su superficie externa se grabó, con una punta muy fina, un abecedario en griego del que se conservan 16 letras y el trazo de otra, con algún error que se intentó subsanar. Fue ejecutado a lo largo de la primera mitad del siglo V a. C. Aunque en este lugar está plenamente comprobada la presencia de componentes poblaciones griegas, algunos errores en su redacción han llevado a pensar que debió ser escrito por un moziense no heleno (FALSONE e CALASCIBETTA, 1991 pp. 693-696). También en un contexto residencial de este mismo enclave se encontró un fragmento perteneciente al pie de una hidría griega fechada en la primera mitad del siglo VI a. C. En su parte externa vemos el nombre de un etrusco, siendo así que en el interno se grabaron 12 letras del alfabeto griego (Fig. 4), al mismo tiempo que se conserva una letra fenicia que se ha valorado como parte del nombre de un fenicio que igualmente deseaba aprender dicha lengua foránea (NIGRO *et alii* 2023: pp. 45-50).

Así mismo, otro más fue localizado en la isla de Cerdeña, caso del hábitat de Tharros, más concretamente en un recinto sagrado sobre un bloque de piedra cubierto de yeso que se ha datado en el siglo IV a. C., y en el cual mediante la incisión se había grabado un texto fenicio consistente en dos series alfabéticas completas, de las que se ha sugerido que pudieran haber sido redactadas por una misma mano, si bien es perceptible la existencia de diferencias en el trazado de algunas letras (GARBINI 1993: pp. 229-230).

Otro abecedario fue descubierto en la zona de Santa Mónica en Cartago, para lo que en esta ocasión se procedió a aprovechar el fondo exterior de un cuenco ático estampillado de barniz negro, que se ha datado como la pieza precedente en el siglo IV a. C. (Fig. 5). En el mismo se había redactado un texto en griego de carácter comercial, tras lo cual se hizo lo propio en buena caligrafía con un abecedario en fenicio del que se conservan hasta 14 signos (SALEM 1991-1992: pp. 117-120).

Más dudoso, en cambio, es el texto TDB 86001 realizado sobre un cuenco gris que fue hallado en el poblado de Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, España), el cual se ha datado entre finales del siglo VIII e inicios del VII a. C. (Fig. 6). Ello es así puesto que presenta cuatro letras escritas post cocción cuya lectura podría ser las cuatro primeras letras del alfabeto, posibilidad que algunos autores aceptan (ZAMORA LÓPEZ 2021: p. 23), pero que otros investigadores rechazan al interpretarlo como un teónimo (CUNCHILLOS 1991: pp. 13-20).

También nos ha llegado alguno fuera del área propiamente fenicia, tal y como acontece con el descubierto en el yacimiento portugués de Cabeça de Vaiamonte en Monforte (Fig. 6). En concreto, nos referimos a un fragmento cerámico que se ha considerado importado, aunque lamentablemente no se conoce el lugar exacto donde fue redactado. En su superficie externa se grabaron hasta cuatro signos en caracteres neopúnicos antes de su cocción, habiendo sido fechado entre los siglos III-II a. C. (FABIÃO 2001: pp. 220-221).

A tenor de los documentos que acabamos de describir, cabe apreciar cómo de los cinco niveles que vimos en la educación ugarítica tendríamos documentados en el posterior ámbito fenicio dos de ellos, como acontece con el primero, que resulta ser el más representado hasta el presente, y

el tercero. Al primer nivel corresponderían los alfabetarios descubiertos en Sarepta, Mozia, Tharros, Selinunte, Cartago, Castillo de Doña Blanca y Cabeça de Vaiamonte. En cambio, los textos de Kuntillet 'Ajrud y Sarepta creemos que se incluirían en la tercera fase dedicada al aprendizaje de distintos tipos de formularios. Aun cuando se han publicado varios epígrafes en los que se ha comprobado la existencia de errores en su redacción, como sucede con las inscripciones del sarcófago de Ahiarim de Biblos, la de Kulamuwa o varias de Mozia y Constantina (AMADASI GUZZO 2015: pp. 137-150), no resulta factible considerarlas como ejemplos de aprendizaje, puesto que todas ellas fueron utilizadas en la función para las que fueron creadas.

Desde el punto de vista cronológico podemos indicar que los ejercicios más antiguos se han fechado en el siglo VIII a. C., si bien son más abundantes los datados entre los siglos V a III a. C., sobre todo en el Mediterráneo central. Así mismo, se ha defendido que estos abecedarios, o al menos algunos de ellos, como se ha planteado expresamente para el descubierto en Tharros (GARBINI 1993: p. 230), no habrían tenido una función didáctica, sino que deben interpretarse desde una óptica religiosa, lo que se vería confirmado por su aparición en contextos sagrados. Sin embargo, aun cuando es verdad que en el mundo antiguo se conocen ejemplos de abecedarios con un simbolismo religioso o mágico, no está claro que deba aplicarse a todos los casos (RODRÍGUEZ RAMOS 2021: pp. 24-29). Además, tampoco debemos olvidar que su aparición en centros culturales fenicios no es en absoluto algo anómalo, por cuanto sabemos que en ellos se custodiaban numerosos documentos y que estas instalaciones contaban con escribas entre su personal (MARÍN CEBALLOS e JIMÉNEZ FLORES, 2011 pp. 80-90). Aunque la mayoría fueron realizados después de su cocción, también existen algunos casos en los que fueron ejecutados antes de su entrada en el horno. Resulta interesante el caso de Mozia, donde los abecedarios hallados sugieren que dos mozienses no helenos que vivieron en el siglo VI a. C. deseaban aprender dicha lengua, siendo curioso que ambos abecedarios se realizaran precisamente sobre fragmentos cerámicos griegos, quizás al tratarse de dos fenicios que comerciaban con ellos. Así mismo, el que la primera línea del abecedario selinuntino fuese realizado por una mano hábil, en contraste con la segunda, claramente más burda, podría interpretarse como un ejercicio práctico en el que el alumno debía copiar un texto del maestro, habiéndose apreciado en esta ocasión dos variantes en su escritura, una de ellas posiblemente siciliana y la otra cartaginesa (DE SIMONE 2013: p. 268).

Sobre el sistema pedagógico empleado por los enseñantes fenicios no tenemos datos directos. Sin embargo, resulta factible considerar que, como fue habitual en todo el mundo antiguo, el método empleado se basaba en una memorización repetitiva, con distintos niveles de creciente dificultad. A ello se uniría una absoluta obediencia por parte del alumno hacia el enseñante, algo que se lograba si era necesario mediante la aplicación de castigos físicos, aunque en el caso de los alumnos criados en familias poderosas dicha circunstancia podía verse cuestionada (MARROU 1985: pp. 13-14; MURCIA ORTUÑO 2024: p. 128).

Una de las escasas alusiones que encontramos en las fuentes clásicas nos la proporciona el emperador romano Juliano el Apóstata (*Orationes*, I, 14-15; 10, 6-55). En ella relaciona la educación de los cartagineses con la de los espartanos al ser común a todos los ciudadanos, tanto si estos estaban destinados a gobernar como si su futuro era ser gobernados. Sin embargo, resulta muy difícil aceptar que la educación cartaginesa fuese similar a la *egogé* espartana, puesto que, como se ha señalado, esta última tenía como única finalidad "*hacer obedientes a los ciudadanos y convertirlos en fieros guerreros*", con la idea de lograr la mayor cohesión social interna posible (MURCIA ORTUÑO 2024: pp. 151-163). En todo caso, y siguiendo en la línea señalada por Juliano, pensamos que, a lo sumo, cabría admitir que en Cartago al menos la educación básica abarcaba a todos los ciudadanos libres, un sistema que, no obstante, excluía a las mujeres aunque les permitía recibir educación en sus casas, y recordemos que hasta la fecha todos los escribas documentados son hombres. De

ser correcta dicha circunstancia, sería obligado admitir que el estado cartaginés asumía los gastos derivados de esta educación, para lo que deberían haber existido, igualmente, escuelas públicas de las que no nos ha llegado ninguna noticia, por lo que se trata de un texto de oscuro significado.

Además, como resultado de la influencia griega sobre la sociedad cartaginesa de época helenística, y muy particularmente sobre sus elites dirigentes (SECCI 2017: p. 7), se ha contemplado la práctica de ejercicios deportivos como una parte de la educación de los jóvenes de las familias aristocráticas. De hecho, la realización de juegos atléticos en Tiro cada cuatro años queda confirmada por una referencia de Macabeos (II, 4, 18-20), a lo que podemos añadir la existencia de gimnarcas en dicha urbe, así como en Arados y Biblos, de manera que se puede aceptar que en ambos lugares hubo gimnasios. Igualmente, en la misma dirección apuntaría la construcción de estas instalaciones en las ciudades de Solunto y Lilibeo (MISTRETTA 2013: pp. 106-118), aun cuando en estos casos se trata de unas fechas avanzadas cuando hacía tiempo que Cartago había perdido el control sobre la isla. En este sentido se ha sugerido que la presencia de estrigiles a partir del siglo IV a. C. en yacimientos como Cartago, Tharros, Nora, Lilibeo, Villaricos o Ibiza, podría interpretarse como una prueba a favor de la existencia de estas prácticas deportivas; estrigiles de los que incluso se conoce un fabricante en Cartago llamado 'rs -CIS I 338- (SECCI 2009: p. 157; 2017: pp. 157-176).

Algunos autores han planteado que esta educación superior versaría sobre aspectos históricos, literarios y filosóficos, además de música y danza (FANTAR 1993: p. 394), modelo en el que es perceptible la influencia helena. Así mismo, se ha sugerido que en la educación de estas elites se incluirían cuestiones relacionadas con la vida militar, como la equitación (MARTÍNEZ HANHMÜLLER 2016: p. 182). Algunas breves alusiones de las fuentes clásicas nos proporcionan retazos de información acerca de la educación que tuvo la clase dirigente cartaginesa. De Aníbal se nos dice que recibió enseñanzas no solo de la propia cultura cartaginesa, sino también de la griega. A este respecto, Cornelio Nepote (*Vitae Anibal*, 13, 3) nos confirma que el líder cartaginés había aprendido a leer y escribir griego gracias a Sosilos de Lacedemonia, además de latín aunque con un marcado acento. De hecho, según recoge Tito Livio (*Historia de Roma*, XXII, 13, 5), para los cartagineses resultaba muy difícil pronunciar los nombres de lugares en latín, señalando igualmente que estos solían hablar dicha lengua con un marcado acento (*Historia de Roma*, XIII, 34, 7).

Sobre la educación dada a las mujeres más poderosas se ha especulado que la princesa tiria Jezabel, asesinada en el siglo IX a. C., debió recibir una educación literaria, así como conocimientos de política exterior al casarse con un monarca extranjero (REILLY 2015: p. 85). En algunas raras ocasiones las fuentes escritas nos ofrecen alguna escueta información sobre una de las mujeres cartaginesas pertenecientes a la más alta aristocracia. Nos referimos a Sofonisba, quien vivió entre los años 218 a 203 a. C., y de la que Dión Casio (*Historia romana*, XVIII, 51-52) comenta que tenía una sólida formación en letras y música, materia esta última de la que se ha considerado que existía una "*educazione musicale cananea*" apenas conocida (FARISELLI 2007: p. 23). En ello no debía diferir mucho de lo que Ovidio (*Ars amatoria*, III, 320-340) recomendaba a las mujeres romanas, las cuales debían saber de canto, danza, música y poesía.

## 6. CONCLUSIONES

A tenor de lo expuesto en las páginas precedentes cabe admitir que nuestro conocimiento acerca del proceso educativo en la sociedad fenicia es bastante limitado, sobre todo dada la carencia de fuentes escritas al respecto. Sin embargo, poco a poco comenzamos a disponer de más información aunque todavía parcial y dispersa. Al menos hasta ahora, los escasos datos disponibles sugieren que los lugares de aprendizaje se localizaban en los templos, siendo el de Astarté en Kition el mejor candidato para ubicar uno de estos centros, así como Cartago. No obstante, lo más probable

es que los jóvenes pertenecientes a las elites dirigentes la adquirieran, o al menos la continuasen, en sus propias residencias, incluyendo también en este caso a las mujeres de más alto rango, por lo que en última instancia el nivel educativo de cada individuo dependía de su estatus social y el poder económico que conllevaba.

Como no podía ser de otra forma, el sistema educativo fenicio muestra un carácter oriental heredado de la experiencia ugarítica, si bien progresivamente irá asimilando elementos griegos. Dicho sistema se basaba en una continua memorización y repetición de los contenidos sin que quedara apenas espacio para la innovación, presentando distintos niveles de complejidad. No solo aprendían a leer y escribir su propia lengua, sino que también lo hacían con el griego sobre todo en la segunda mitad del I milenio, momento en el que el modelo griego fue aceptado como parte del proceso educativo de los varones hijos de las familias más ricas, y ya en época helenística con el latín.

Gracias a la documentación conservada tenemos la certeza de que los escribas ugaríticos debían superar hasta cinco niveles de creciente complejidad. De ellos hemos detectado evidencias entre los fenicios de la Edad del Hierro relacionables con el aprendizaje de abecedarios, los cuales constituyen el primer nivel, así como formularios que conformarían el tercero de ellos. Hasta el presente los ejercicios escolares más antiguos se fechan en el siglo VIII a. C., aunque la mayoría lo hacen entre los siglos V-III a. C., para lo que emplearon como soportes fragmentos cerámicos, placas de yeso y piedra, así como tablillas enceradas. En este sentido hemos de tener presente que se trata de unos materiales “marginales” desde la óptica escritural fenicia, ya que lo más habitual es que emplearan soportes perecederos como pieles, cueros, maderas enceradas y, sobre todo, papiro. De hecho, el detenido análisis de los epígrafes escritos sobre restos cerámicos hallados en el Castillo de Doña Blanca ha permitido comprobar que fueron redactados por personas acostumbradas a escribir sobre papiros, desapareciendo por completo las tablillas de arcilla que caracterizaron los escritos ugaríticos del II milenio a. C. (ZAMORA LÓPEZ 2005: pp. 160-169, p. 180 y p. 188).

Resulta difícil aceptar una relación directa entre la educación cartaginesa y la espartana a raíz del testimonio tardío de Juliano el Apóstata, puesto que esta última solo puede entenderse en el marco de la propia sociedad lacedemonia. A lo sumo parece factible aceptar cierta implicación estatal en lo que podríamos considerar como una educación básica que afectaría únicamente a los ciudadanos libres, puesto que no conocemos ningún nombre de escribas femeninos. En realidad, con los datos actuales parece que solamente las mujeres aristócratas podían aspirar a tener una educación, sin que el resto hubiera tenido acceso al sistema educativo.

## BIBLIOGRAFÍA

- AMADASI GUZZO, Maria Giullia (2015), Errori e sviste in iscrizioni fenicie e punici, in INGLESE, Alessandra (Dir. de), *Saper scrivere nel Mediterraneo antico. Esiti di scrittura fra V e IV sec. a. C.*, Roma. Edizioni Tored, pp. 135-150 y 328-332.
- AMADASI GUZZO, Maria Giullia; ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2000), Pratiques administratives phéniciennes à Idalion, *Cahiers du Centre d'Études Chypriotes*, 50, pp. 137-155.
- BELMONTE, Juan Antonio (2003), Escribas y archivos en el mundo fenicio-púnico, in GONZÁLEZ, Alfredo; VITA, Juan Pablo; ZAMORA, José Ángel (Dir. de), *De la tablilla a la Inteligencia Artificial*, Zaragoza. Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, pp. 341-362.
- BERGES, Dietrich (1998), Los sellos de arcilla del archivo del templo cartaginés, in *Cartago fenicio-púnica. Las excavaciones alemanas en Cartago 1975-1997*, Barcelona. Universidad Pompeu Fabra, 1998, pp. 111-132.

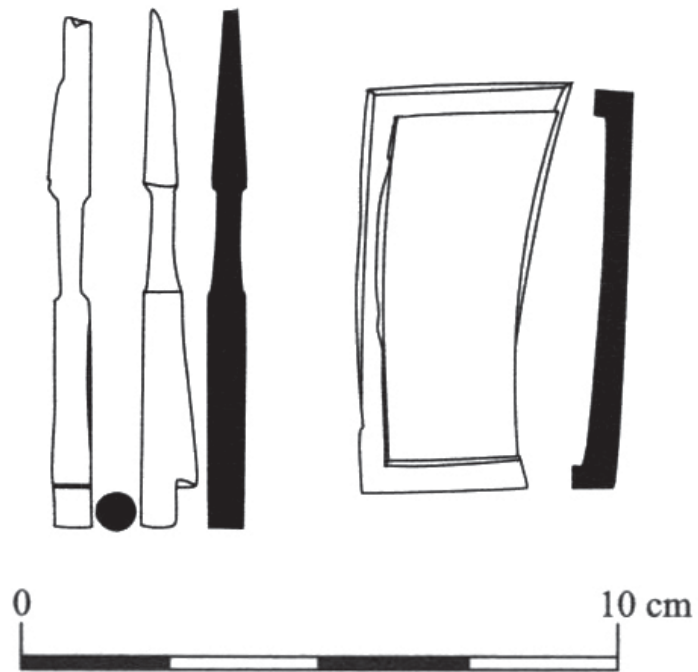
- BONNET, Corinne (1991), Les scribes phénico-puniques, in BAURAIN, Claude; BONNET, Corinne; KRINGS, Veronique (Dir. de), *Phoinikeia grammata. Lire et écrire en Méditerranée*, Namur. Société des Études Classiques, pp. 147-171.
- BONNET, Corinne (2003), Le scribe, in ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (Dir. de), *El hombre fenicio. Estudios y materiales*, Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 57-65.
- BRUGNATELLI, Vermondo (2000), Gli alfabeti semitici del II millennio a. C., in NEGRI, Mario (Dir. de), *Alfabeti. Preistoria e Storia del linguaggio scritto*, Demetra. Colognola, pp. 105-120.
- CUNCHILLOS, Jesús Luis (1991), Las inscripciones fenicias del Tell de Doña Blanca (II), *Sefarad*, 51, 1, pp. 13-22.
- DAUBNER, Frank (2015), Gymnasia: aspects of a Greek institution in the Hellenistic and Roman Near East, In FROOD, Elizabeth; RAJA, Rubina (Dir. de), *Religious Identities in the Levant from Alexander to Muhammed*, Turnhout. Brepolls, pp. 33-46.
- DE SIMONE, Rossana (2013a), Un alfabetario punico da Selinonte, in LORETZ, Oswald, RIBICHINI, Sergio; WATSON, Wilfred; ZAMORA, José Ángel (Coord. de), *Ritual, Religion and Reason. Studies in the Ancient World in Honour of Paolo Xella*, Münster. Ugarti Verlag, pp. 267-270.
- DE SIMONE, Rossana (2013b), Appunti di epigrafia púnica di Sicilia, in ARRUDA, Ana Margarida (Dir. de), *Fenícios e Punicos, por terra e mar*, Lisboa. Universidad de Lisboa, pp. 180-184.
- DUSEK, Jan; MYNÁROVÁ, Jana (2011), Excursus 2: Phoenician and Aramaic Inscriptions on a Phoenician store jar (Excav. No. 826/S/10). A preliminary report, in BARES, Ladislav; SMORÁLIKOVÁ, Květa (Dir. de), *Abusir XXV. The shaft tomb of Menekhibnekau. Volumen I: Archeology*, Prague. Czech Institute of Egyptology, pp. 179-182.
- FABIÃO, Carlos (2001), Importações de origen mediterrânea no interior do sudoeste peninsular na segunda metade do I milenio a. C.: materiais de Cabeça de Vaíamonte, Monforte, in *Os púnicos no extremo ocidente*, Lisboa. Universidade Aberta, pp. 197-228.
- FALSONE, Gioacchino; CALASCIBETTA, Alba Gabriella (1991), Un abecedario greco sur un ostrakon di Mozia, in BAURAIN, Claude; BONNET, Corinne; KRINGS, Veronique (Dir. de), *Phoinikeia Grammata. Lire et écrire en Méditerranée*, Namur. Société des Études Classiques, pp. 661-699.
- FANTAR, Mhamed, H. (1993), La femme á Carthage, in *Homenaje a José María Blázquez*, Madrid. Ediciones Clásicas, vol. I, pp. 391-399.
- FARISELLI, Ana Chiara (2007), Musica e danza in contesto fenicio e púnico, *Itineraria*, 6, pp. 9-46.
- GARBINI, Giovanni (1993), Iscrizioni fenicie a Tharros-II, *Rivista di Studi Fenici*, XXI, 2, pp. 219-230.
- GONZÁLEZ DE CANALES CERISOLA, Fernando, SERRANO PICHARCO, Leonardo; LLOMPART GÓMEZ, Jorge (2004), *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a. C.)*, Madrid. Biblioteca Nueva.
- HAWLEY, Robert (2005), On the alphabetic scribal curriculum at Ugarit, en BIGGS, Robert, MYERS, Jennie; ROTH, Martha (Dir. de), *Proceedings of the 51st rencontre assyriologique internationale*, Chicago. University of Chicago, pp. 57-67.
- HERRMANN, Georgina; LAIDLAW, Stuart (2009), *Ivory from Nimrud VI. Ivories from the North West Palace (1845-1992)*, London. British Institute for the Study of Iraq.
- KLIMA, Josef (1983), *Sociedad y cultura en la antigua Mesopotamia*, Madrid. Editorial Akal, 2ª edición.
- KRAMER, Samuel Noah (1985), *La historia empieza en Sumer*, Barcelona. Editorial Gredos.
- LEMÁIRE, André (1981), *Les écoles et la formation de la Bible dans l'ancien Israël*, Fribourg. Université de Fribourg.

- MARÍN CEBALLOS, María Cruz; JIMÉNEZ FLORES, Ana María (2011), Los santuarios fenicio-púnicos como centro de sabiduría: el templo de Melqart en Gadir, in MARÍN CEBALLOS, María Cruz (Dir. de), *Cultos y ritos de la Gadir fenicia*, Cádiz. Universidad de Cádiz, pp. 77-109.
- MARTÍN, B. A. (2009), The inscriptions written on plaster at Kuntillet 'Arjud, *Vetus Testamentum*, 59, pp. 99-115.
- MARTÍNEZ HANHMÜLLER, Víctor (2016), Los Barca. Una familia aristocrática de Cartago durante el siglo III a. C. Aspectos sociales, económicos y políticos, *Habis*, 47, pp. 171-186.
- MARROU, Henri-Irénéé (1985), *Historia de la educación en la Antigüedad*, Madrid. Editorial Akal.
- MEDEROS MARTÍN, Alfredo (2021), El santuario fenicio de la calle Méndez Núñez-Plaza de las Monjas (Huelva, España) y el inicio de los asentamientos fenicios en la Península Ibérica, *Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 53, pp. 35-57.
- MESHEL, Zev (1983), The israelite religious centre of Kuntillet 'Ajrud, Sinai, *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 52-55, pp. 237-240.
- MISTRETTA, Alessia (2013), Dalla paradromis all'agorá-ginnasio di Solunto. Componente architettoniche e sintaxis topográfico-urbanistica, *Egua Interna. Arqueología y Cultura del Mediterráneo*, 5, pp. 101-119.
- MURCIA ORTUÑO, Javier (2024), *Maestros y discípulos en la antigua Grecia*, Madrid. Alianza Editorial.
- NIGRO, Lorenzo; CAPPELLA Federico; MEELIS, Ilenia; MARAS, Daniele (2023), Un fondo di hidria ritagliato e iscritto da Mozia: convivenza di alfabeti e lingue diverse, *Vicino Oriente*, XXVII, pp. 39-68.
- PENDLETON, Michael; WARNOCK, Peter (1990), Scanning electron microscope aided Wood identification of a Bronze Age wooden diptych, *IAWA Bulletin*, 11, 3, pp. 255-260.
- REILLY, Kendall (2015), *Jezebel: the middle road less taken*, Melbourne. University of Melbourne.
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2013), Los abecedarios íberos: cuestiones, paralelos y revisiones, *Astarté. Estudios del Oriente Próximo y el Mediterráneo*, 4, pp. 13-44.
- SALEM, Ali (1991-1992), Un abécédaire punique trouvé à Carthage, *Semitica*, XLI-XLII, pp. 117-121.
- SECCI, Raimondo (2009), Lo strigile nel mondo púnico: nota preliminare, *Studi Sardi*, 34, pp. 151-177.
- SECCI, Raimondo (2012), Educazione e società a Cartagine en el nord Africa in età púnica, *Ocnus. Quaderni della Scuola di Specializzazione in Bene Archeologici*, 20, pp. 279-288.
- SECCI, Raimondo (2017), Was there a sporting culture in the phoenician and punic world?, *Albharí. Entre Oriente y Occidente. Revista independiente de estudios históricos*, 3, pp. 5-22.
- SCHMITZ, Philip C. (2009), The *spr s lh* "Tablet Scribe" at Phoenician Kition (CIS I 86 A 14), *Journal of the American Oriental Society*, 129, 3, pp. 499-501.
- WEARNE, Gareth J. (2023), Votive Offerings, Graffiti, or Scribal Exercises?. A Note on the grmlq[t] Inscription from Sarepta and the Blessings from Kuntillet 'Ajru, *Vetus Testamentum*, 73, pp. 139-154.
- WEIRAUCH, Katja; CAMMAROSANTO, Michele (2021), Wow! Writing on Wax in Ancient Mesopotamia ant today: Questions and Results from an Interdisciplinary Project, in RAGGETTI, Lucía (Ed.), *Traces of Ink. Experience in Philology and Replication*, Boston. Brill, pp. 5-32.
- YON, Marguerite (1982), Le maître de l'eau à Kition, en *Archéologie au Levant. Recueil à la mémoire de R. Saidah*, París. Maison de l'Orient et de la Méditerranée, pp. 251-263.
- ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2005), La práctica de escribir entre los primeros fenicios peninsulares y la introducción de la escritura entre los pueblos paleohispánicos, *Acta Paleohispánica*, IX, pp. 155-192.

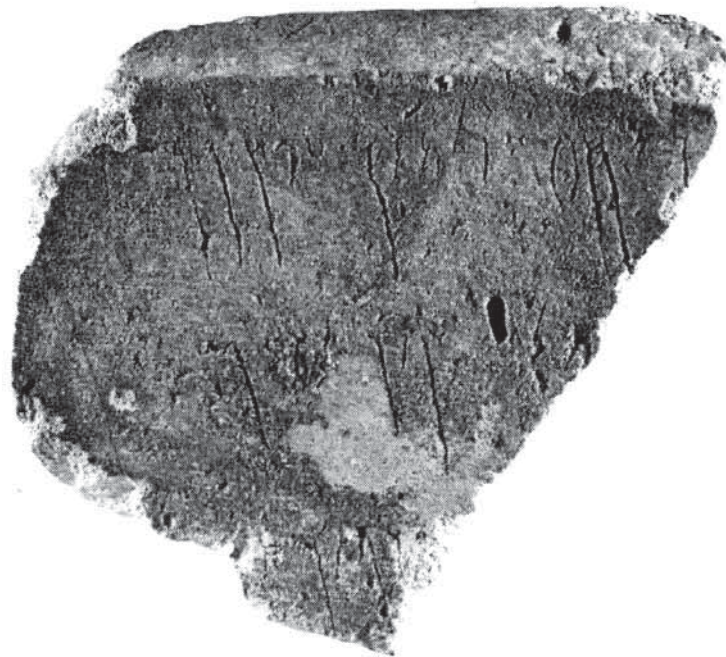
ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2021), Las inscripciones fenicio-púnicas de la Península Ibérica: una historia (epi)gráfica de los fenicios del extremo occidente, in COSTA RIBAS, Benjamín; ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (Dir. de), *Fuentes epigráficas fenicio-púnicas*, Eivissa. Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera, pp. 13-50.

ZOOPPI, Carlo (1996), Le cretule di Selinunte, in BOUSSAC, Marie Françoise; INVERNIZZI, Antoine (Dir. de), *Archivi e sigilli nel mondo ellenistico*, Torino. École Française d'Athenes, pp. 237-240.

ZUCCA, Raimondo (2004), Un codex multiplex da Tharros, in KHANOUSSI, Mustapha, RUGGERI, Paola; VISMARA, Cinzia (Dir. de), *Ai confini dell'Imperio: contatti, scambi, conflitti*, Sassari. Carocci Editore, vol. II, pp. 1535-1542.



**Fig. 1:** Estilete de hueso y fragmento de tablilla de madera de Huelva (Fuente: González de Canales *et al.*)



**Fig. 2:** Abecedario fenico de Selinunte (Fuente: De Simone)

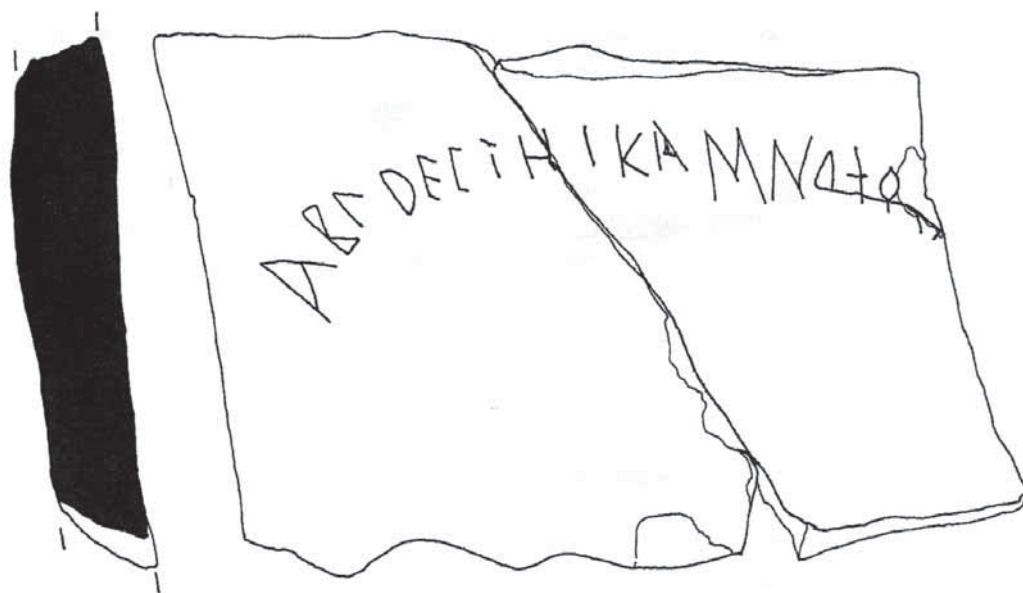


Fig. 3: Fragmento cerámico con alfabetario griego de Mozia (Fuente: Falsone & Calascibetta)



Fig. 4: Abecedario griego de Mozia (Fuente: Nigro et al.)

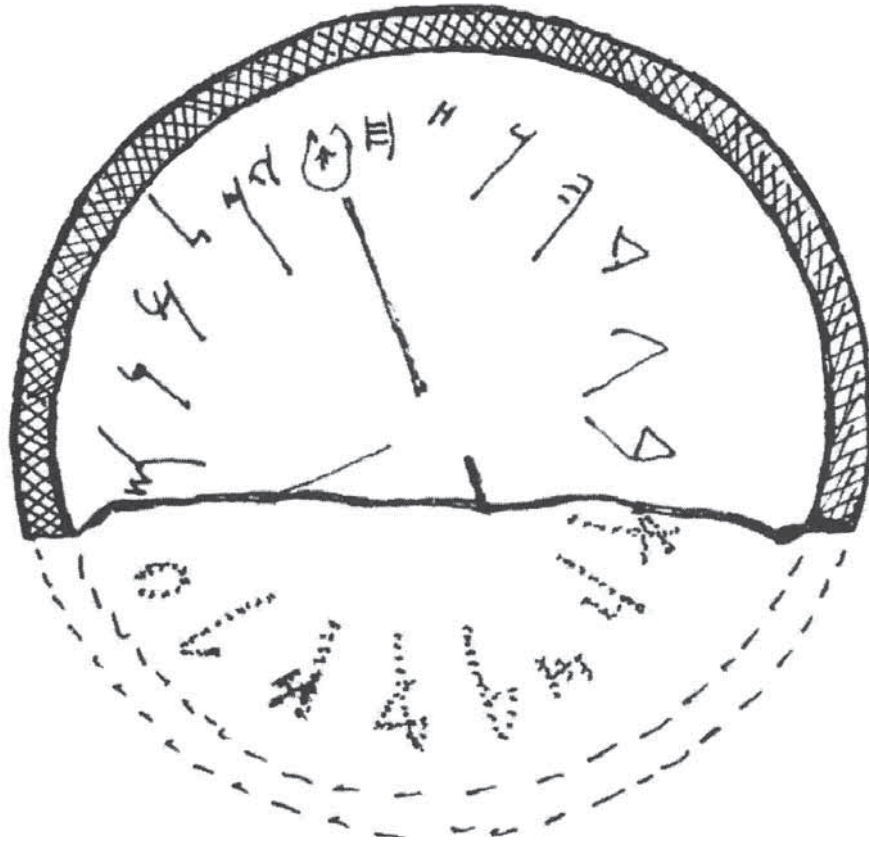


Fig. 5: Fondo cerámico con abecedario fenicio de Cartago (Fuente: Salem)

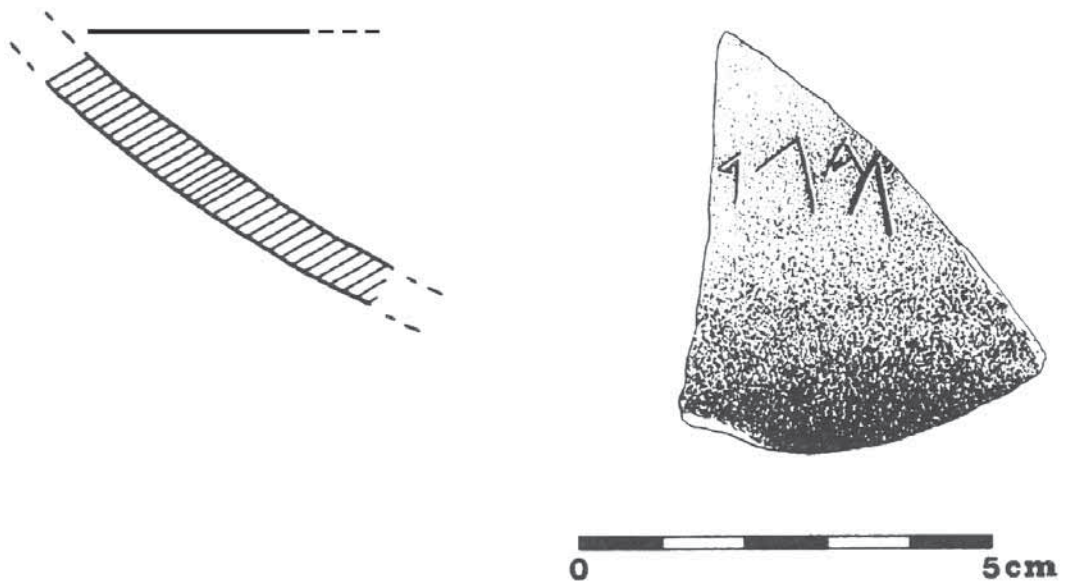


Fig. 6: Posible alfabeto de Castillo de Doña Blanca (Fuente: Cunchillos)



**Fig. 7:** Abecedario de Cabeça de Vaiamonte (Fuente: Fabião)

# A NECRÓPOLE ALTIMEDIEVAL DO LARANJAL E A SUA RELAÇÃO COM O CEMITÉRIO DE MOUROS

Isa Branco

Mestre em Arqueologia pela FLUP  
[isa\\_branco@hotmail.com](mailto:isa_branco@hotmail.com)

## ABSTRACT

The present article focuses on the study of the early medieval necropolis of Laranjal, located in Felgar, Cilhades, and offers an approach to burial strategies, spatial organization, and funerary architecture, funeral rituals, exhumed materials, and the paleodemography of the buried community. This study also seeks to assess the relationship between the burial area and the settlement located nearby, suggesting a long continuity of occupation. Finally, it aims to contribute to the understanding of the cultural and social interactions of the local populations and the capture of external influences, seeking to enrich the history of the present-day region of Torre de Moncorvo.

Keywords: Necropolis; Early Middle Ages; Graves; Settlement

## RESUMO

O presente artigo centra-se no estudo da necrópole altimedieval do Laranjal, localizada em Felgar, Cilhades, e promove uma abordagem às estratégias de enterramento, à organização espacial e arquitectura sepulcral, aos rituais funerários, materiais exumados e paleodemografia da comunidade inumada. Este estudo procura ainda aferir a relação entre a área funerária e o assentamento localizado nas proximidades, sugerindo a vigência de uma longa continuidade de ocupação. Por último, visa contribuir também para a compreensão das interações culturais e sociais das populações locais e a captação de influências externas, procurando contribuir para o enriquecimento da história da atual região de Torre de Moncorvo.

Palavras-chave: Necrópole; Alta Idade Média; Sepulturas; Assentamento

## 1. INTRODUÇÃO

Enquadrada na parte oriental da região de Trás-os-Montes, a necrópole do Laranjal situava-se na margem direita do rio Sabor, numa pequena zona agrícola, no lugar de Cilhades, Freguesia de Felgar, Concelho de Torre de Moncorvo, pertencendo ao Distrito de Bragança.

A par da necrópole, dois outros locais são reveladores de um prolongado período ocupacional em Cilhades: o Castelinho e o Cemitério dos Mouros. O primeiro, distanciado trinta metros para nordeste da necrópole em estudo, foi identificado como um “povoado fortificado” da Idade do Ferro que ocupava o topo de um esporão de substrato xistoso, cuja localização privilegiada se destacava, com um domínio visual sobre o território abrangente e sobre o rio Sabor (Fig. 1). Atualmente sabe-se que a ocupação do Castelinho não se limitou às muralhas monumentais que apresentava. Outros

vestígios desta cronologia foram detectados, nomeadamente, gravuras típicas da arte sidérica com motivos antropomórficos e zoomórficos, espalhadas um pouco por todo o território, inclusivamente na necrópole do Laranjal, fruto de reaproveitamento nas próprias estruturas sepulcrais (SANTOS e LADRA 2016: p. 53; SILVA 2020: p. 20).

A cento e cinquenta metros distanciado para noroeste do espaço funerário, encontrava-se o Cemitério de Mouros, onde foi igualmente documentada uma longa diacronia de ocupação, sendo que os trabalhos arqueológicos aqui realizados permitiram reconhecer um conjunto de estruturas e materiais que demonstram presença humana pelo menos desde a época romana até ao período Moderno-Contemporâneo.

Este local era separado da necrópole do Laranjal pela ribeira de São Lourenço, que poderia assumir-se como limite físico e simbólico entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos. Desta forma, durante o período romano, terá apartado o Cemitério dos Mouros (área habitacional de Cilhades) do Laranjal, que possivelmente teria, por esta altura, funções produtivas - hipótese proposta devido à existência de um forno de cerâmica no local. Na necrópole, apesar das principais evidências antrópicas constarem de construções mais recentes ligadas ao cultivo, havia já indicadores relativos à presença de níveis anteriores de ocupação, como materiais arqueológicos reaproveitados. Os dois espaços terão estado conectados durante uma cronologia alargada, como se comprova pelos testemunhos coevos dos dois sítios arqueológicos (SANTOS e LADRA 2016: p. 58).

A localização estratégica de Cilhades numa zona mais aberta do Vale do Sabor e a existência de uma barca arcaica que, durante séculos, permitiu a comunicação entre ambas as margens, tornou o lugar num ponto fundamental de passagem fluvial (LADRA e COSTA 2020: p. 247) contribuindo para a extensa sequência temporal de ocupação de Cilhades (Fig. 2).

## 2. A NECRÓPOLE ALTIMEDIEVAL DO LARANJAL

Na sequência da decisão da construção de uma barragem hidroelétrica no rio Sabor, foram implementadas medidas de minimização e salvaguarda do património da área afectada. Entre os locais abrangidos, destaca-se Cilhades, alvo de um estudo etno-arqueológico integrado no projeto “Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor” (DORDIO 2015: p. 132). Este contexto representou uma oportunidade singular para desenvolver um plano abrangente de mitigação dos impactes sobre um conjunto alargado de elementos patrimoniais, com especial relevância para os numerosos sítios arqueológicos identificados. O principal documento orientador deste processo — o Plano de Salvaguarda do Património (PSP) — propôs uma abordagem integrada e de longo prazo, centrada na análise das dinâmicas de transformação do território do Baixo Sabor desde a Pré-história até à contemporaneidade. Este plano assumiu, desde o início, que a salvaguarda do património vai além do registo, das monitorizações e da preservação *in situ*, assentando, antes de mais, na produção e disseminação de conhecimento (DORDIO 2015: p. 136). Desta forma, foi necessária a intervenção de diversas áreas disciplinares imprescindíveis ao registo e inventariação patrimonial, entre as quais a arqueologia e a antropologia (FONSECA *et alii* 2013: p. 5).

A presença de um espaço funerário no Laranjal foi denunciada por um antigo jornalista, que mencionou ainda a existência de um lítico epigrafado, encontrado nos meados do século XX, referente, concretamente, a uma ara votiva dedicada ao deus Denso (SANTOS *et alii* 2016: p. 18). Pela abundância de material detetado à superfície, também no espaço envolvente, era evidente que este local seria dotado de extrema relevância arqueológica. A intervenção ali realizada acabou por revelar algumas estruturas funerárias, a par de dispositivos prévios, tais como um forno romano de produção cerâmica e uma estrutura negativa atribuída à Idade do Ferro, que possivelmente estaria relacionada com um contexto de armazenamento (FONSECA *et alii* 2013: p. 31) (Fig. 3).

Muito embora tendo sido apenas parcialmente escavada, foram detetadas na necrópole do Laranjal mais de duas centenas de sepulcros, o que sugere que funcionou como área de enterramento

principal da população de Cilhades, entre o período Tardo-Antigo e o início da Baixa Idade Média. A par da necrópole foram ainda identificadas as ruínas de um pequeno edifício, com indícios (orientação e ligação estratigráfica a algumas sepulturas), de ter sido um espaço religioso (possivelmente a antiga capela de São Lourenço) (FONSECA *et alii* 2013: p. 8) (Fig. 4).

Foi registada alguma variedade na tipologia apresentada pelas sepulturas de inumação, sendo a maioria em caixa, construída em xisto, adequando-se à geologia do espaço em questão. Em paralelo, foram também assinaladas sepulturas em fossa, ou covacho simples, sepulturas de pedra avulsa, com lajes de xisto na horizontal e/ou na vertical e covachos estruturados ou de estrutura mista, constituindo estas últimas, maioritariamente, estruturas com laje na cabeceira e/ou lateral e uma caixa ossário (RODRIGUES 2013: p. 12) (Fig. 5).

Na necrópole do Laranjal verificou-se a adoção do padrão canónico, com predomínio da orientação Oeste-Este (crânio-pés), e a inumação em decúbito dorsal. Em algumas sepulturas foi reconhecida vocação antropomórfica, em resultado da estabilização da região cefálica por lajes, proporcionando que o defunto permanecesse pela eternidade com a face voltada para o céu (BARROCA 1987: p. 127). Tal opção poderá ser articulada com a crença na Ressurreição no Juízo Final, que justificou a orientação tumular na direcção de Jerusalém (AREZES 2017: p. 190; TORRES e MACIAS 1996: p. 37). Relativamente ao posicionamento dos membros superiores, observou-se uma normalização da flexão dos braços sobre a região torácica ou abdominal, com uma variação de 90° a 120° (RODRIGUES 2013: p. 18). Os membros inferiores, na maior parte dos casos, encontravam-se paralelos entre si e em extensão, excepção feita a algumas sepulturas, em que os membros inferiores foram encontrados cruzados, ou com um dos membros semifletidos (RODRIGUES 2013: p. 20). Neste sentido, parece-nos seguro afirmar que tanto o posicionamento em decúbito dorsal com os membros superiores fletidos e os inferiores em extensão, como a própria orientação Oeste-Este, traduzem a adopção de rituais funerários cristãos.

## 2.1. Os Materiais

A grande maioria do material exumado no Laranjal diz respeito a cerâmica, seguindo-se o metal e o vidro, sendo mais escassos os materiais líticos e o osso trabalhado. Na generalidade, a cerâmica encontra-se cronologicamente distribuída entre o período Romano, a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Os vestígios arqueológicos mais antigos concernem a uma fossa, onde foram identificadas cerâmicas com uma escassa variedade tipológica e uma preeminência de potes e mós de vaivém, com cronologia atribuível à II Idade do Ferro (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 16). Este contexto justifica a hipótese de ter existido uma ocupação anterior à funerária e possivelmente em associação com o sítio fortificado do Castelinho, o que corrobora a articulação com as gravuras encontradas no desmonte dos sepulcros medievais (FONSECA *et alii* 2013: p. 8).

Relativamente ao conjunto de materiais imputáveis ao Alto-Império, é pouco expressivo numericamente, assinalando-se o predomínio de jarros. As restantes formas cerâmicas identificadas (potes, talhas, panelas, tampas e tigelas) associadas ao armazenamento, cozinha e mesa, encontram-se parcamente representadas (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 32).

Por seu turno, os vestígios de um forno de produção cerâmica coincidem com o período de maior ocupação do povoado do Cemitério dos Mouros, no decurso da Antiguidade Tardia (GARZÓN *et alii* 2014: p. 8). No contexto da bacia do Douro, o panorama de progressiva regionalização e o contraste estabelecido entre um mundo urbano em processo de desestruturação e um mundo rural que apresenta uma certa vitalidade torna-se ainda mais evidente ao analisarmos a produção cerâmica da segunda metade do século IV e do início do século V d.C. O vale do Douro, e mais especificamente, seu sector nordeste, tornou-se um dos protagonistas da produção cerâmica com a instalação de um número significativo de potenciais oficinas por toda a sua bacia (TEJERIZO GARCÍA 2017: p. 88). Este fenómeno poderá ter-se estendido pelas regiões proximais do Douro, inclusivamente à região do rio Sabor.

Junto à boca do forno foram identificados resíduos de sedimentos alaranjados/ avermelhados ainda *in situ*, provavelmente decorrentes da sua utilização. Correlativos deste mesmo período, há materiais de construção (como telhas, tijolos e argamassa) e fragmentos de cerâmica de produção regional, referentes a imitações de *terra sigillata* hispânica tardia, bastante danificados, e fragmentos de um bordo de vidro de forma não diagnóstica (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 54).

Mais tarde, o Laranjal viria a ser transformado em necrópole, num momento indefinido da Antiguidade Tardia, possivelmente entre os séculos V e VII, hipótese avançada com base no estudo do material metálico de algumas sepulturas (BRANCO 2024: pp. 104-107). Este conjunto, embora com pouca expressividade numérica, revela uma clara uniformidade cronológica. As peças associadas aos enterramentos, para as quais foram reconhecidos paralelos identificados noutros sítios arqueológicos, sugerem um enquadramento balizado entre os séculos V e VII (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 55).

No que concerne ao material da Alta Idade Média, a cerâmica do Laranjal constitui um conjunto essencial e representativo da cronologia em análise, revestindo-se de relevância para a geografia em que se insere. Há um predomínio das formas fechadas, com as panelas e os jarros a destacarem-se (BRANCO 2024: p. 63) (Fig. 6). Ainda que as pastas de alguns fragmentos se apresentem razoavelmente cuidadas, não apresentam fabricos de exceção (Fig. 7). Mais raros são os elementos decorados, sendo que, quando presentes, enquadram-se no repertório ornamental comum deste período, em que avultam as peças com cordão e os motivos incisos, de configuração ondulada (BRANCO 2024: p. 103) (Fig. 8). A nível do material metálico, observa-se que a maioria do acervo concerne a objetos de indumentária, o que é indicativo da prática da inumação vestida (AREZES 2017: p. 233) (Fig. 9 e 10). Foram ainda identificados adereços de adorno pessoal, numismas, pequenos apliques e outros elementos metálicos, associados a possíveis caixões ou padiolas, caso dos pregos, que são habitualmente encontrados em contextos funerários. Devido à sua frequente conexão com as madeiras e conseqüente processo de mineralização das mesmas, estes objetos carecem de estudos arqueobotânicos bem detalhados (VAZ *et alii* 2021: p. 117).

Relativamente aos restantes materiais, foram detetadas contas vítreas opacas de distintas colorações e uma conta de colar em osso trabalhado (BRANCO 2024: pp. 104-107).

Já os materiais da Baixa Idade Média e época Moderna/Contemporânea procedem de contextos secundários, maioritariamente, de camadas de aterro. A nova configuração do local, resultante de um nivelamento do terreno, determinou, aliás, destruição e desmonte dos vestígios do edifício e de algumas sepulturas (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 72).

### 3. O CEMITÉRIO DE MOUROS

Ainda no contexto da construção da barragem do Sabor, foram preconizados trabalhos de escavação no Cemitério de Mouros e em toda a zona envolvente, como medida preventiva de minimização de impactes, de acordo com o Plano de Salvaguarda do Património (DORDIO 2015: p. 136).

Em Cilhades existiam evidências claras de uma continuada ocupação, iniciada na II Idade do Ferro no sítio do Castelinho, classificado como “povoado fortificado” (SANTOS *et alii* 2014: p. 8), com o estabelecimento de uma comunidade proto-histórica no cume de um esporão xistoso, prolongando-se pelas centúrias seguintes em zonas mais baixas e abertas do Vale do Sabor (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 37). Supõe-se, neste sentido, que este povoado, situado a menos de quinhentos metros do Cemitério de Mouros, tenha estado na génese deste habitat (Fig. 11). A parte conhecida do sítio arqueológico é muito limitada para inferir quais poderiam ter sido as características gerais do assentamento; contudo, as diversas estruturas documentadas destacam a continuidade do uso deste espaço ao longo do tempo, configurando-se num verdadeiro palimpsesto, com construções romanas erguidas sobre estruturas sidéricas anteriores e, posteriormente, as edificações medievais sobrepostas a essas mesmas estruturas.

Os níveis estratigráficos mais antigos registados no Cemitério do Mouros, correspondentes à Idade do Ferro, integravam um conjunto de estruturas negativas, nomeadamente, buracos de poste, fossas e vestígios construtivos com paredes de alvenaria de xisto. O parco material recolhido do interior das fossas não permitiu identificar a função a que teriam respondido. De qualquer forma, a ocupação inicial parece inscrever-se numa dinâmica de diversificação das formas de habitat e ocupação diferenciada, sem preocupações defensivas, num contexto de progressiva romanização (SANTOS *et alii* 2014: p. 13).

A segunda fase ocupacional, que remonta ao período Romano, é marcada por um edifício de planta retangular, com vestígios preservados do pavimento e presença de uma lareira, elementos compatíveis com um espaço doméstico de cozinha. O edifício apresenta ainda um buraco de poste sensivelmente a meio da construção, solução que poderá estar relacionada com o sistema de cobertura, ou com a existência de uma eventual divisória interna de madeira (SANTOS *et alii* 2014: p. 45).

Já a fase correspondente à Antiguidade Tardia é caracterizada por uma nova organização espacial, conforme à verificada noutros sítios peninsulares, designadamente, em Madrid, no sítio de La Huelga (VIGIL-ESCALERA GUIRADO 2013: p. 234). Contrariamente às transformações atestadas no mundo urbano, caracterizado pela perda de funcionalidade de edifícios ou amortização de espaços públicos, o rural parece mostrar, para esta cronologia, uma certa revitalização, um período de esplendor e estabilidade produtiva, refletindo as intensas transformações económicas e sociais ocorridas fora das áreas urbanas, patentes, nomeadamente, na reestruturação do povoamento e na intensificação da agricultura (TEJERIZO GARCÍA 2017: p. 80). No sítio em questão, há registo de um edifício de planta retangular com particularidades inovadoras, associadas a utilização doméstica: a presença de um sistema de drenagem, com estruturas para condução de águas rasgado no afloramento rochoso e coberto com lajes de xisto. Um outro aspecto particular desta construção concerne a uma espécie de bancada localizada internamente e encostada à parede Este do dispositivo. No pavimento foi ainda identificada um dispositivo retangular, composto por lajes de xisto, formando uma espécie de caixa. A intervenção arqueológica permitiu detetar várias transformações ocorridas ao longo do tempo de utilização deste edifício, que tiveram implicações na organização do espaço interno e na sua articulação com o exterior. Foi ainda posto a descoberto um conjunto de muros e buracos de poste, que se prolongava para além da área intervencionada, não tendo sido identificados em toda a sua extensão. Os responsáveis pela escavação consideram a hipótese de tais estruturas se destinarem ao suporte de terras e, simultaneamente, à delimitação do espaço. Contudo, o facto de não haver um padrão claro na disposição dos buracos de poste leva-nos a questionar: será que a organização do espaço, como sugerido, é realmente tão linear e funcional como aparenta? Ou será que a disposição desses buracos de poste reflete uma organização mais flexível, dependendo de fatores contextuais que não conseguimos ainda perceber totalmente? Além disso, a descoberta de uma fossa isolada com restos de arqueofauna levanta mais questões sobre as práticas alimentares e de gestão de recursos da época (SANTOS *et alii* 2014: p. 50). Como podemos interpretar a presença dessa fossa dentro do espaço doméstico? Trata-se apenas de um depósito aleatório de resíduos, ou poderia ter-se revestido de algum significado social ou ritual?

Segundo Vigil-Escalera Guirado (2013), muitos dos novos enclaves rurais altimedievais estão localizados nas proximidades de antigas *villae* romanas, embora seja difícil encontrar outra ligação além das marcas de saque de materiais de construção (VIGIL-ESCALERA GUIRADO 2013: p. 234). No caso do Cemitério dos Mouros, nesta cronologia verificou-se uma ocupação mais densa, complexa e diversificada em termos construtivos, com o surgimento de edifícios de plantas não exclusivamente quadrangulares. Foram identificadas quatro estruturas principais que marcam a organização do espaço, com paredes de alvenaria compartimentos e pavimentos diferenciados. Associados a estes edifícios havia buracos de poste, possivelmente relacionados com os sistemas de cobertura. De notar, ainda, que estes se localizavam na parte externa das construções, em posição adjacente à das

paredes, colocando-se a hipótese de se se articularem com a existência de áreas cobertas exteriores. O mesmo parece suceder no assentamento de La Huelga, em Madrid, ainda que numa dimensão bem menor, sítio onde foram detectadas cabanas de solo rebaixado de planta retangular, com cantos chanfrados e vestígios de postes ao longo do eixo longo, especialmente marcados nas extremidades e que presumivelmente, suportariam um telhado vegetal de duas águas (VIGIL-ESCALERA GUIRADO 2013: p. 237). Ainda no Cemitério de Mouros registou-se também um conjunto de alinhamentos que delimitavam três compartimentos dispostos em sequência, com vestígios de pavimentação à base de lajes de xisto. Um dos compartimentos apresentava uma planta quase semi-circular. O compartimento do meio apresentava uma solução mista que combinava paredes retilíneas com paredes encurvadas. Segundo Vigil Escalera Guirado (2013) as três estruturas mais características deste período são as cabanas de solo rebaixado, os silos e os poços (VIGIL-ESCALERA GUIRADO 2013: p. 235). Já Tejerizo García (2017) defende que os silos de armazenamento estarão entre as principais estruturas associadas às aldeias altimedievais, pois remetem diretamente para profundas mudanças na gestão da produção e, portanto, nas relações sociais de produção presentes nas sociedades aldeãs da Meseta Norte a partir do século V (TEJERIZO GARCÍA 2017: p. 117). A vocação dos compartimentos identificados no Cemitério de Mouros permanece pouco evidente, podendo, no entanto, estar relacionada precisamente com a armazenagem de produtos agrícolas (SANTOS *et alii* 2014: p. 50).

Foi igualmente assinalada uma estrutura isolada de planta curva ou arqueada, albergando no interior estruturas circulares que poderão estar relacionadas com embasamentos de fornos (SANTOS *et alii* 2014: p. 51). Os restantes vestígios desta cronologia encontram-se reduzidos a pequenos troços de paredes retilíneas ou encurvadas sem conexão entre si.

Ainda que de ocorrência bastante comum para o período altimedieval, não foram assinaladas no assentamento em estudo, vestígios de cabanas de fundo rebaixado. As estruturas detectadas representam um tipo distinto de arquitetura doméstica, com poucas evidências no contexto arqueológico da Península Ibérica para a Alta Idade Média (TEJERIZO GARCÍA 2017: p. 119). Contudo, tratar-se-ão de estruturas construídas do zero ou existirá a possibilidade de ocupação de estruturas pré-existentes, com a adição de outras soluções perecíveis?

A fase seguinte de ocupação do espaço concerne à Baixa Idade Média. Os vestígios atribuídos a esta cronologia são muito ténues, restringindo-se a dois diferentes alinhamentos desconectados de muros de alvenaria. Para a época Moderna/Contemporânea, as estruturas encontradas no sítio do Cemitério de Mouros dizem respeito à utilização do local como espaço agrícola (SANTOS *et alii* 2014: p. 54).

### 3.1. Os Materiais

Tal como acontece na maioria dos sítios arqueológicos, o acervo material do Cemitério de Mouros é constituído maioritariamente por fragmentos de cerâmica (CARDOSO 2000: p. 45; RODRIGUES 1994: p. 6) que, neste caso, se repartem por várias cronologias, desde a Idade do Ferro até à época Contemporânea, parte substancial dos quais se enquadra no período Romano e na Alta Idade Média (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 38).

De relevar a cerâmica integrável nesta última cronologia pelas suas distintas características, podendo ser agrupada em dois conjuntos: um grupo que apresenta uma evidente correspondência com materiais identificados na Meseta e Norte da Península Ibérica; e um outro, de cariz nitidamente islâmico. Deparamo-nos, assim, com um acervo cerâmico que concilia traços regionais ou oriundos de regiões vizinhas, como a Meseta, com elementos provenientes de outros territórios, possivelmente, meridionais (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 165; ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 49). Apesar de distintos, estes dois grupos complementam-se, uma vez que, além de coexistirem no tempo, partilham formas comuns, como os potes e as painéis.

Relativamente ao primeiro grupo, destaca-se claramente a cerâmica destinada ao uso na cozinha, especialmente na preparação de alimentos ao fogo, nomeadamente as panelas, seguindo-se os recipientes cuja função recai no armazenamento, como os potes, cântaros e talhas, recipientes usuais em contexto doméstico, conservando ainda marcas de fuligem em algumas peças. Este é um elemento comum à maioria dos sítios com cronologias afins em estudo (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 54; ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 221). Salienta-se a limitada diversidade de formas reconhecíveis no conjunto circunstância partilhada com outros sítios com cronologias semelhantes na Península Ibérica, onde se verifica o predomínio das formas fechadas (RODRIGUES 1994: p. 42).

No Noroeste, a partir do século V, e já no quadro da consolidação do poder suevo em Braga, a sofisticada tecnologia cerâmica romana perdeu agentes e conhecimentos, o que comprometeu a manutenção dos altos padrões de qualidade. No seu lugar, surgiram produções mais simples, com o retorno a pastas mais escuras, frequentemente compostas por materiais de qualidade inferior. Também algumas das produções cerâmicas visigóticas evidenciam um declínio notável na qualidade das pastas, nas técnicas de fabrico e nas formas. O fabrico a molde foi deixado de lado, e o torno rápido foi substituído pelo torno lento, o que gerou peças com paredes irregulares e, por vezes, deformadas (ALMEIDA 2003: p. 121). Situação análoga foi experienciada noutros pontos da Península. A título de exemplo, note-se como os materiais do assentamento já mencionado de La Huelga se caracterizam pela presença significativa de panelas modeladas a torno lento, com extrema pobreza decorativa (VIGIL-ESCALERA GUIRADO 2013: p. 242). Também o acervo altomedieval do Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra e as cerâmicas do Baldoeiro apresentam uma variedade formal reduzida, e um predomínio de formas fechadas, com as panelas e potes a serem as mais representativas (RAMOS *et alii* 2014: p. 73; RODRIGUES 1994: p. 42), realidade extensível ao conjunto de recipientes de cozinha do sítio da Torre Velha 3, integráveis num marco cronológico alargado entre os séculos IV e X (VAQUEIRA 2015: p. 83). De qualquer modo, esta tendência para a produção de recipientes fechados poderá eventualmente ser explicada pelos costumes gastronómicos e pelos hábitos de consumo alimentar (SILVA 2014: p. 95).

No grupo da cerâmica islâmica, prevalecem os recipientes igualmente vocacionados para o uso na cozinha e, concretamente, ao fogo, como as caçoilas e os tabaq, assim como a de mesa, destacando-se os recipientes destinados ao armazenamento de líquidos, como jarros e jarras. Relativamente aos tabaq, trata-se de peças de grande diâmetro, com perfil simples, troncocónico invertido ou ligeiramente envasado, de pouca profundidade e superfícies alisadas, fabricadas manualmente. Apresentam pastas grosseiras, com inclusão de abundantes desengordurantes, de grande calibre, referentes sobretudo a quartzo, mica, xisto e componentes orgânicos. Alguns investigadores defendem que os tabaq seriam usados como suportes para cozer o pão no forno ou fogareiro; outros, por sua vez, consideram outras possíveis utilizações, enquanto tampas de formas de armazenamento (ALBA e FEIJOO 2001: p. 351). A ocorrência de discos para cozer pão ázimo está documentada em sítios islâmicos, em associação a formas que perduram desde os contextos emirais e califais até aos almóadas (ALBA e FEIJOO 2001: p. 351). Contudo, já em níveis anteriores, do período tardo-romano, este tipo de recipiente também marca presença, desempenhando funções semelhantes (GUTIÉRREZ LLORET 1990-91: p. 172). Ainda no que concerne ao conjunto islâmico, registe-se a deteção de fragmentos de marmitas, recipientes destinados à confeção de alimentos sobre o lume, predominantemente identificados na zona sul-oriental da Península Ibérica, como em Málaga (Móron) e em Toledo (Veja Baja) (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 176). Ainda neste acervo foi reconhecido um fragmento de cerâmica vidrada, cujas reduzidas dimensões impossibilitaram identificar a forma de procedência. Trata-se de um fragmento de pasta castanho-avermelhada, resultante de cozedura mista. Os desengordurantes, exclusivamente não plásticos, de calibre pequeno, constam de quartzo e mica. O vidrado exterior apresenta tonalidade amarelada, sendo o interior verde muito escuro, uma variação de óxidos comum neste tipo de cerâmica. De acordo com estudos na região do Douro

(ZOZAYA STABEL-HANSEN *et alii* 2012: p. 227), a maioria dos recipientes desse período não possui vidro, sendo poucos os exemplos conhecidos que utilizam essa técnica. No entanto, em Palmela, em contextos emirais, foram encontrados fragmentos vidrados com características semelhantes aos do Cemitério dos Mouros (FERNANDES 2004: p. 13).

No que concerne às técnicas decorativas, observa-se um claro predomínio da decoração incisa, seguida da mista e plástica, com destaque para os cordões digitados, e da impressa. Em paralelo, foi identificada cerâmica pintada (em branco, negro ou vermelho), claramente de influência exógena. Destaca-se ainda o recurso a diferentes técnicas decorativas na mesma peça. Embora a combinação mais comum seja entre a decoração plástica e a impressa, conforme ilustrado pelos cordões digitados, merece menção um fragmento que associa um cordão plástico digitado com pintura branca, apresentando uma solução decorativa híbrida, que combina elementos islâmicos com características decorativas típicas do “mundo cristão” (SANTOS *et alii* 2016: p. 59). Quanto aos motivos, predominam os geométricos, como linhas e/ou traços horizontais, verticais, oblíquos, ondulados, reticulados e pontos, havendo apenas um exemplo de decoração vegetalista (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 222).

Considerando agora o conjunto metálico proveniente do Cemitério de Mouros, verificou-se uma larga expressividade quantitativa de peças de ferro, em detrimento de outras matérias-primas, abrangendo várias cronologias, desde o período romano à época contemporânea (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 270). Entre elas, uma ponta de seta, uma tesoura de ferro, fivela equestre e um fuzilhão de fivela. É também sugerida, pela abundância de escórias de ferro, a existência de atividades de mineração e metalurgia, o que não é surpreendente na região, encontrando-se estas realidades documentadas desde a Idade do Ferro até o século XIX (CUSTÓDIO 2002: p. 64). Neste sentido, parece plausível considerar a vigência de actividade metalúrgica no assentamento.

Registou-se ainda um fragmento de osso trabalhado, que consiste num pedaço de haste de cervídeo. Mais do que propriamente “trabalhado”, seria mais adequado referir que foi “manipulado”, pois apresenta apenas vestígios de ter sido serrado na extremidade distal (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 281). Tradicionalmente, a haste de cervídeo era utilizada no encabamento de facas e navilhas, seja através de um fragmento maciço de cornadura ou por meio de placas para a confecção de talas. A região inicial da haste é uma das áreas anatómicas mais comumente utilizada na fabricação de cabos (ADÁN ALVÁREZ 2003: p. 101).

#### 4. A CONEXÃO ENTRE O ASSENTAMENTO E O ESPAÇO FUNERÁRIO

Neste ponto, procura estabelecer-se algumas conexões entre a necrópole do Laranjal e o Cemitério de Mouros, de forma a tentar aferir a existência de uma relação direta entre as duas áreas. A este propósito, começamos por considerar a implantação no terreno.

Embora separados pela ribeira de São Lourenço, os sítios em questão encontravam-se apartados aproximadamente 150 metros, com a necrópole localizada a nordeste do assentamento. A proximidade geográfica entre os locais sugere uma relação estreita entre as populações que os utilizaram, possivelmente refletindo uma interdependência social e funcional. A diminuta distância entre a necrópole e o assentamento parece indicar que os espaços eram complementares, com a necrópole a servir de área funerária da comunidade.

A ribeira de São Lourenço, além de ser uma barreira natural, poderia também ter um valor simbólico, marcando um limite entre os mundos dos vivos e dos mortos, à medida que corre para sul em direção ao Rio Sabor. Assim, a proximidade entre ambos os espaços pode ter sido determinada não só por fatores logísticos, mas também por considerações espirituais e culturais. A ribeira possivelmente representaria um espaço de transição, onde a passagem entre a vida e a morte era marcada pela travessia de um limite natural (LUÍS 2009: p. 234).

Por outro lado, a distância reduzida também aponta para uma integração funcional entre as áreas com um fluxo constante entre o assentamento e a necrópole. Em termos simbólicos, a proximidade dos dois locais reforça a ideia de um território partilhado, onde as atividades de vida quotidiana e as práticas mortuárias se entrelaçavam.

Da mesma forma, e numa fase prévia à da utilização do Laranjal como necrópole, a pequena unidade industrial, materializada no forno de produção cerâmica (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 54), também ficou apartada da área habitacional (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 35). Um dos motivos que pode explicar esta separação radica na segurança. Os fornos produziam calor intenso e fumo, o que representava um risco de incêndio para as demais estruturas. Além disso, o acúmulo de resíduos da produção, como cinzas e fragmentos de cerâmica, tornaria o ambiente insalubre caso estivesse demasiado próximo das casas (GRAU e ROLDÁN 2007: p. 121).

No que respeita ao contexto histórico, importa registar que, em termos cronológicos, as ocupações dos dois locais coincidem ao longo de uma sequência temporal abrangente, desde pelo menos a II Idade do Ferro, atingindo, em ambos os sítios, o seu auge de ocupação entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 13).

Enquanto no Cemitério de Mouros se verifica uma continuidade de ocupação do local como assentamento, a necrópole do Laranjal experimenta uma transformação espacial. No decorrer do período Romano, o Laranjal era considerado um espaço periférico em relação à área habitacional (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 24). Contudo, na Antiguidade Tardia, a instalação do forno para a produção cerâmica coincidiu com o início do período de maior ocupação do povoado no Cemitério dos Mouros (GARZÓN *et alii* 2014: p. 124). Mais tarde, o Laranjal foi convertido numa necrópole, num momento indeterminado da Antiguidade Tardia, provavelmente entre os séculos V e VII, com base no estudo do acervo metálico identificado em algumas sepulturas (BRANCO 2024: p. 77-85).

Um dos aspetos mais relevantes na análise de um tão vasto conjunto material é, sem dúvida, a ausência de vestígios arqueológicos das produções correspondentes à Baixa Idade Média em ambos os sítios, como se o território tivesse, de facto, passado por um processo de abandono. Notavelmente, esse abandono parece ser confirmado por um documento que menciona a doação, no início do século XIII, do lugar de Cilhades aos povoadores de Mós. O abandono de Cilhades, atestado a partir de diferentes evidências, parece estar relacionado com a reorganização geopolítica dos primeiros tempos da nacionalidade, fazendo com que outros pontos da região adquirissem nova importância para os interesses do poder central (ROSSELLÓ *et alii* 2016: p. 59).

Considerando agora os materiais, note-se que a necrópole do Laranjal e o assentamento do Cemitério dos Mouros partilham várias semelhanças ao nível do acervo recuperado, particularmente no que se refere à cerâmica. Para períodos mais recuados, como a II Idade do Ferro, ambos os locais apresentaram, predominantemente, potes de perfil em S e bordo esvasado ou com bordo em aba soerguida. No entanto, no Laranjal, foram também identificados fragmentos de moinhos de vaivém e outros fragmentos de moinhos manuais (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 111), o que poderá sugerir a ocorrência de atividades de processamento local de produtos agrícolas, como os cereais.

Durante o período romano, a cerâmica encontrada no Laranjal e no Cemitério de Mouros segue uma tendência similar. Embora todas as tipologias cerâmicas presentes no Laranjal também tenham sido reconhecidas no Cemitério de Mouros, este último apresenta uma maior diversidade, tanto em termos de categorias quanto de formas. Além disso, no Cemitério de Mouros, foram encontrados outros objetos associados ao quotidiano, o que reflete um maior nível de ocupação e uma diversidade funcional mais significativa (ALBUQUERQUE *et alii* 2014: p. 113).

É na Alta Idade Média que surgem as principais diferenças entre os dois sítios. Enquanto no Laranjal se regista um predomínio de cerâmica comum, no Cemitério de Mouros observa-se uma clara divisão entre cerâmica comum e cerâmica de cariz islâmico, com um uso predominante de recipientes destinados à cozinha e à mesa, como jarros, especialmente para conter líquidos. Embora

escassos e fora de contexto, no Laranjal foram igualmente identificados fragmentos de jarros semelhantes aos encontrados em contextos emirais, exumados na região de Zamora (TURINA 1994: p. 35), datados entre os séculos IX-X (Fig. 12). Apesar da presença destes recipientes ser comum no mundo funerário, tal como sucede nas necrópoles de Abuxarda, Alcoitão, Murches e Casais Velhos, com cronologias entre os séculos VI e VII (AREZES 2015: p. 236), persistem dúvidas em torno da sua função, ainda que, globalmente, se entenda que não deverão ser considerados como uma evidência de paganismo. Pelo contrário, seria mais adequado vê-los, independentemente da sua função exata, como parte de um ambiente cristão em que coexistem diversos usos, com uma carga simbólica significativa (VIZCAÍNO SÁNCHEZ e MADRID BALANZÁ 2006: p. 462).

Relativamente aos restantes materiais do acervo, é notória a ligação ao quotidiano no Cemitério de Mouros, enquanto que na necrópole se regista um predomínio de adereços e objetos associados à prática de inumação vestida.

A presença de elementos materiais reaproveitados de cronologias anteriores, como lajes gravadas, está documentada tanto na necrópole quanto no Cemitério de Mouros. Apesar das representações geométricas e abstratas serem transversais a várias cronologias, alguns dos motivos identificados, como os cavaleiros antropomorfos e os zoomorfos, constam de representações características da arte da Idade do Ferro e estabelecem relação com as lajes encontradas no Castelhinho. A proximidade com este sítio aparenta ter favorecido a reutilização das mesmas quer no aparelho construtivo das sepulturas, quer nas estruturas amuralhadas do assentamento (FIGUEIREDO e NEVES 2015: p. 1589-1605).

A propósito das influências culturais ou religiosas, importa ressaltar que a presença de cerâmica islâmica em Cilhades não implica, por si só, o domínio islâmico ou a existência de comunidades muçulmanas na região. Existem diversas explicações possíveis para a presença de cerâmicas provenientes do Sul ou produzidas sob influência meridional nestes territórios fronteiriços (CATARINO *et alii* 2020: p. 1512), não significando necessariamente que as práticas funerárias na necrópole do Laranjal seguissem os preceitos islâmicos. A coexistência de diferentes influências culturais na região, especialmente durante o período de convivência entre as populações cristãs e islâmicas, é uma possibilidade plausível. O assentamento pode ter absorvido aspectos da cultura islâmica, conforme evidenciado pela cerâmica, devido ao comércio, movimentações populacionais ou contato direto com comunidades muçulmanas. No entanto, a necrópole, com seus enterramentos tipicamente cristãos, parece refletir uma continuidade das tradições locais e cristãs. Contudo, e uma vez que a necrópole do Laranjal não foi integralmente escavada, não se pode excluir a hipótese de existir uma área de enterramento islâmica. Para uma compreensão mais abrangente deste cenário, teria sido necessária uma investigação mais profunda que tivesse abarcado a intervenção em áreas adicionais, com o intuito de localizar possíveis sepulturas e vestígios materiais muçulmanos, passíveis de trazer novas luzes a respeito das dinâmicas sociais e culturais da região durante este período de transição.

Essa dicotomia entre a cerâmica islâmica no assentamento e os enterramentos cristãos na necrópole pode ilustrar a complexidade da interação entre as populações locais e os influxos externos. Ainda que para o Entre o Douro e Minho, a presença de testemunhos arqueológicos islâmicos seja praticamente nula, foram identificadas cerâmicas cujas características as integram entre exemplares de época emiral na Quinta do Paço Velho em Ponte de Lima; um exemplar de um candil com características que o enquadram no califal, proveniente de Pedrartil, em Penafiel, e alguns exemplares de cerâmica com características caracteristicamente islâmicas no Castelo de Aguiar de Sousa (CATARINO *et alii* 2020: p. 1514).

De acordo com os dados zooarqueológicos, a maioria dos restos faunísticos detectados no sítio do Cemitério de Mouros, provêm de níveis atribuíveis à Alta Idade Média. O javali e o porco estariam entre as espécies mais utilizadas na dieta da comunidade que ali habitou (FIGUEIREDO e SANTOS 2014: p. 143), o que parece contrariar uma eventual adoção da fé islâmica. Moisés, consi-

derado o primeiro legislador da humanidade, proibiu o consumo de carne suína como uma medida para evitar que seu povo contraísse doenças parasitárias, como a Teníase e a Cisticercose, que seriam bastante comuns na época e transmitidas pelos suínos (ORTIGARA 2020: p. 38). Sob influência do judaísmo e previamente à adoção do islamismo, os árabes já haviam excluído a carne de porco da sua dieta (CURVWEN e HATT 1961: p. 152). Com a doutrina de Maomé, esta prática foi formalmente consolidada, e o consumo desta espécie foi completamente proibido pelo Alcorão (VIANA 1970: p. 15). Assim, ainda que tenha sido registado material arqueológico islâmico, é provável que a comunidade não respondesse aos ensinamentos do Alcorão, mantendo-se cristã.

Ainda relativamente aos vestígios da arqueofauna, permitiram atestar um aumento populacional do sítio a partir do período altomedieval, face aos índices registados para a Idade do Ferro (FIGUEIREDO e SANTOS 2014: p. 139). Um aspecto relevante a ressaltar é o incremento do tamanho do gado bovino nos níveis da Alta Idade Média, o que apenas se verifica no Sul de Portugal, para cronologias posteriores (DAVIS 2008: p.1006). Este aumento dimensional é observado em alguns locais do Norte de Espanha, desde a Antiguidade Tardia (COLOMINAS *et alii* 2013: p. 14), o que poderá ser indicativo de trocas comerciais e influências da utilização dos animais mais de acordo com as populações das áreas setentrionais da Península. Em paralelo, tal circunstância poderá decorrer da melhoria da alimentação e/ou da criação seletiva, ligados à necessidade de gado de tração na agricultura.

O mesmo se verifica com o gado ovino e caprino, sendo este tipo de gado o segundo mais comum em quase todas as cronologias no Cemitério de Mouros (FIGUEIREDO e SANTOS 2014: p. 140). Segundo Simon Davis (2008), observa-se um aumento de tamanho em vários sítios arqueológicos do Sul e Centro de Portugal entre o período romano e a Idade Média (DAVIS 2008: p. 1006). Este incremento pode ser explicado por um investimento maior na espécie ovicaprina a Sul, visto serem animais apreciados na dieta islâmica. A Norte de Santarém o mesmo não tem sido verificado, nomeadamente ao nível dos vestígios zooarqueológicos do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, onde as dimensões das ovelhas da época Moderna são bastantes inferiores às das raças modernas (FIGUEIREDO e SANTOS 2014: p. 140). Contudo, no assentamento em estudo, constatou-se que os animais de maior porte provêm de níveis datados da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média. Reproduzirão estes factos evidências de trocas comerciais com o mundo islâmico?

Por último, no que concerne aos estudos antropológicos, note-se que a agricultura e os excedentes agrícolas teriam um papel fundamental no quotidiano da população do Cemitério de Mouros, afirmando-se como a base da sua economia (SANTOS 2015: p. 155). Os resultados obtidos a partir do estudo do material osteológico exumado da necrópole do Laranjal, comprovam um estilo de vida compatível com a realização de actividades agrícolas. A nível ósseo foram identificadas entesopatias, lesões inflamatórias que afetam a área de inserção dos tendões ou músculos nos ossos do esqueleto, surgindo sob a forma de projeções ósseas ou osteófitos (TERESO *et alii* 2013: p. 301), sobretudo a nível do cavado poplíteo, nos ligamentos que se inserem no joelho e no tendão rotuliano, o que é indicativo de um grande stress mecânico de flexão e extensão dos membros inferiores com carga, resultando, no mínimo, de uma grande movimentação das pernas (RODRIGUES 2013: p. 53). Na coluna vertebral, a lombar é a região anatómica mais afetada por artroses, seguida das articulações do joelho e do cotovelo. As causas para o desenvolvimento desta patologia são múltiplas, destacando-se o stress biomecânico no desempenho das tarefas laborais pesadas (ORTNER 2003: p. 12).

As afecções da cavidade oral são indicadoras da dieta alimentar da população em estudo, destacando-se principalmente a perda *ante mortem* de algumas peças dentárias e o desenvolvimento de cáries, que sugerem, para além de uma certa precariedade na higiene oral, uma dieta alimentar rica em hidratos de carbono, nomeadamente cereais (RODRIGUES 2013: p. 52). De acordo com os dados da arqueobotânica, foram identificados grãos de cevada, trigo e aveia no assentamento, com cronologias entre o período romano e a Alta Idade Média (FIGUEIREDO e SANTOS 2014: p. 204), o

que corrobora a dieta aferida. A presença de tártaro e o desgaste dentário indicia um ambiente oral bastante alcalino e uma provável dieta igualmente rica em proteínas (RODRIGUES 2013: p. 52), que pode ser atestada pelos vestígios da arqueofauna já referidos.

Embora os estudos realizados até agora sobre a necrópole do Laranjal forneçam informações valiosas, a realização de análises de ADN e de mobilidade humana poderiam contribuir para a compreensão das origens e relações da população inumada. Investigações semelhantes, como as feitas no Castro de Avelãs, no espaço funerário altomedieval da Torre Velha (TERESO *et alii* 2013: p. 304), mostram que estes tipos de análise têm a capacidade de identificar afinidades genéticas e migratórias, especialmente com populações exógenas, como a africana. A análise genética ajudaria a compreender as origens da comunidade inumada e se ocorreu mistura com outros grupos, enquanto a mobilidade humana seria capaz de indicar padrões de troca e deslocamento entre diferentes regiões (OLALDE *et alii* 2020: p. 991)

Estas investigações ajudariam a confirmar as interações comerciais e culturais entre diferentes grupos e oferecer uma visão mais clara das influências externas nas práticas funerárias e na sociedade local, potenciando o enriquecimento da nossa compreensão acerca das dinâmicas de convivência entre populações cristãs e islâmicas no período medieval.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território que engloba a necrópole do Laranjal e o Cemitério dos Mouros apresenta diversas vantagens estratégicas. Embora a área esteja situada em zonas suscetíveis a inundações, a sua elevação oferece uma proteção natural contra as enchentes anuais do rio Sabor, garantindo assim a estabilidade e a segurança da população. Esta localização também conferia um valor defensivo, uma vez que, pela sua parca visibilidade na paisagem circundante, o espaço ficaria menos exposto a ameaças externas. A proximidade de recursos hídricos e a possibilidade de desenvolver atividades agrícolas reforçavam ainda mais o potencial deste território, tornando-o ideal para a subsistência. Essa combinação de segurança e abundância de recursos naturais sustentava as comunidades ali estabelecidas, proporcionando um equilíbrio fundamental para a sua sobrevivência (PRATA 2012: p. 13). Desta forma, pode-se concluir que esta localização foi cuidadosamente escolhida, não apenas pela sua acessibilidade e recursos, mas também pela proteção que oferecia à população local. A organização espacial de ambos os locais e a sua proximidade revelam uma conexão funcional clara, sugerindo uma relação direta entre eles.

Os espaços funerários rurais atribuídos a cronologias entre os séculos V e VIII ainda carecem de informações detalhadas, especialmente no que se refere à sua articulação com os “lugares dos vivos” (AZKARATE GARAI-OLAUN 2002: p. 131). Contudo, há já algumas exceções a esse cenário, como as que decorrem das intervenções em La Indiana e Gózquez de Arriba, em Madrid, onde foi identificada uma forma de ocupação dos povoados rurais que incluía uma diversidade de estruturas domésticas negativas (VIGIL ESCALERA GUIRADO, 2000: p. 229). É plausível que estruturas semelhantes existissem em outros locais já escavados na Península Ibérica. No entanto, a dificuldade em identificá-las arqueologicamente resultou em problemas interpretativos, o que levou à “invisibilidade” destes locais na bibliografia especializada (AREZES, 2017: p. 179). No Cemitério de Mouros, para além de estruturas negativas como os buracos de poste e possíveis silos, foram documentadas estruturas habitacionais pertencentes a uma comunidade com clara vocação camponesa. Estas evidências que refletem uma parte significativa da longa diacronia de Cilhades, não nos permitem ir muito longe na interpretação de todo o povoado. Ainda assim, representam um quadro que nos aproxima da configuração da área habitada, a qual não pode ser dissociada do Laranjal.

A presença de elementos materiais comuns sugere uma troca ou reutilização de objetos entre os dois espaços. A cerâmica encontrada na necrópole, com características semelhantes à recuperada no assentamento, sugere que os materiais funerários eram, em grande parte, produzidos ou

utilizados pelos mesmos grupos sociais; a islâmica pode indicar uma convivência de diferentes influências culturais. No entanto, a pesquisa deixa em aberto a necessidade de investigações complementares que poderiam aprofundar a compreensão da complexidade cultural e social dessa região, nomeadamente através de estudos de ADN e de mobilidade humana.

No entanto, a situação atual é marcada pela submersão do território pela barragem do Sabor, o que representa uma grande perda para o estudo arqueológico e histórico. Embora as escavações realizadas tenham proporcionado valiosos dados sobre os materiais e as práticas funerárias da época, o estado do local limita as possibilidades de estudos futuros, prejudicando a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e comerciais da comunidade.

Por fim, apesar dos desafios impostos pela imersão da área e limitações de tal decorrentes, os trabalhos realizados representam não só uma contribuição importante para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais da Alta Idade Média na região, mas também uma evocação da fragilidade do património arqueológico face às mudanças no território.

#### AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Andreia Arezes por toda a orientação e ajuda prestada, e ao Dr. Filipe Santos por toda a documentação cedida referente à intervenção do Laranjal e Cemitério de Mouros. Ao Dr. Néilson Campos Rebanda e ao Doutor Thierry Aubry por toda a atenção e cuidado com que me acolheram na fase de estudo do acervo material.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADÁN ÁLVAREZ, G., (2003), Las transformaciones del material osseo en el “Castiello de Cellagú” (Latores, Oviedo): La arqueofauna y el utillaje óseo desde el siglo V a.C. al II d.C. en Asturias (España), *Zephyrus*, Universidad de Salamanca. Salamanca, pp. 85-115.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. e PONTE, S. da (1979), *Trouvailles Diverses Conclusions Générales (Fouilles de Conimbriga, VII)*, Paris.
- ALBA, M.; FEIJOO, S. (2001), *Cerâmica emiral de Mérida*, GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, pp. 329-376.
- ALBUQUERQUE, E.; BÁEZ GARZÓN, B.; ROSSELLÓ, M.; SANTOS, C. (2014), *Estudo etno-arqueológico de Cilhades. Relatório final do sítio arqueológico do Laranjal –EP148, volume II, Estudo do Material Arqueológico*, Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
- ALMEIDA, C. A. B. de (2003), As ocupações romano-visigóticas da bacia inferior do rio Neiva, in JORGE, V. O. (Dir. de), *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 113-130.
- AREZES, A. (2015), Formas cerâmicas e o seu significado simbólico na Alta Idade Média, *Actas do X Congresso Internacional - A cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves e Mértola: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 236-241.
- AREZES, A. (2017), *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “Teses Universitárias”, n.º 9 Prémio Citcem / Afrontamento, Porto.
- AZKARATE GARAIOLAUN, A. (2002), De la Tardoantigüedad al medievo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerário, in VAQUERIZO, D. (Coord. de), *Espacios y usos funerarios en El Occidente Romano*, Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5 9 junio, 2001), Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 115 140.
- BRANCO, Isa (2024), *A Necrópole Altimedieval do Laranjal (Cilhades, Torre de Moncorvo). Um estudo das práticas funerárias e dos materiais*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de mestrado.

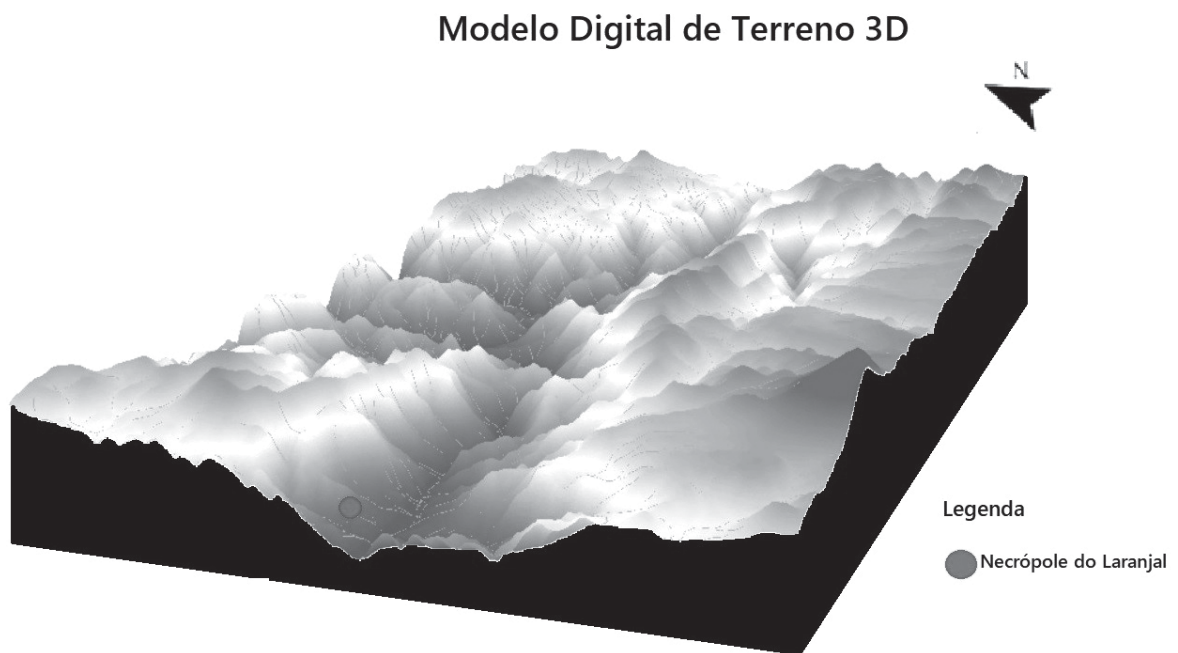
- CARDOSO, J. L. (2000), A cerâmica como indicador de cronologia e cultura nos sítios arqueológicos portugueses. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(1), pp. 45-58.
- CATARINO, H.; SANTOS, C.; GÓMEZ S.; GONÇALVES M.; INÁCIO I.; LOPES G.; BUGALHÃO J.; CAVACO S.; COVANEIRO J.; FERNANDES I.; GOMES A. (2020), Cerâmicas islâmicas no Garb setentrional “português”: algumas evidências e incógnitas, *Arqueologia em Portugal 2020*, 15(1), Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 97-116.
- COLOMINAS, L.; SCHLUMBAUM, A.; SAÑA, M. (2013), The impact of the Roman Empire on animal husbandry practices: study of the changes in cattle morphology in the north-east of the Iberian Peninsula through osteometric and ancient DNA analyses. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 6(1), Springer, pp. 1–16.
- CURWEN, E. C. e HATT, G. (1961), *The origin of agriculture in Plough and Pasture. The Early History of Farming*, New York, Callier Books.
- CUSTÓDIO, J. (2002), *As Minas de Ferro de Moncorvo: uma fonte arqueológica inesgotável*, Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, Centro de Interpretação e Estudos, Torre de Moncorvo, pp. 64-95
- DAVIS, S. (2008), Zooarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal, *Journal of Archaeological Science*, 35(4), pp. 991-1010.
- DORDIO, P. (2015), O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS). 2010–2015. Com o Baixo Sabor ameaçado de submersão, a oportunidade de elaborar uma narrativa histórica, *Côavisão: Economia, Ciência e Cultura*, (17), pp. 132–169.
- FERNANDES, I. C. (2004), *O Castelo de Palmela: do Islâmico ao Cristão*, Palmela, Colibri.
- FIGUEIREDO, S.; NEVES, D. (2015), Quinhentas placas gravadas da Idade do Ferro do sítio fortificado do Castelinho (Nordeste Portugal): temas figurados e padrões de distribuição, *ARKEOS* 37, pp. 1589-1605.
- FIGUEIREDO, S.; SANTOS, G. (2014), *Estudo Etno-arqueológico de Cilhades, Relatório final do Sítio arqueológico do Cemitério dos Mouros – EP.148, volume III: Estudos: arte rupestre, zooarqueologia e arqueobotânica*, Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
- FONSECA, J.; RORIZ, A.; LUZ, S. (2013), *Estudo etno-arqueológico de Cilhades. Relatório final do sítio arqueológico do Laranjal – Ep.148, volume I, 2ª fase*. Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
- GRAU, R.; ROLDÁN, A. (2007), Fornos e produção cerâmica na Antiguidade: aspectos ambientais e sociais, in *Actas del Congreso Internacional de Arqueología de la Antigüedad*, Madrid, pp. 123-135.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1990-91), Panes, hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pane en al-Andalus: el hornillo (tannûr) y el platô (tabaq)”. *Lvcentvm*, IX-X. Alicante, pp. 161-175.
- LUÍS, L. (2009), “Per petras et per signos”: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história, in SANABRIA MARCOS, P. J., *Lusitanos y vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo*, Cáceres: Junta de Extremadura/ Museo de Cáceres, pp. 213-240.
- NAZARÉ, M. (2013), *Cerâmicas Medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz), depositadas no museu municipal Dr. Santos Rocha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OLALDE, I.; GARCÍA-REDONDO, D.; CIVIT, M.; SCHLICHTING, C.; VELÁZQUEZ, D.; HAAK, S.; GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, B.; BERENQUER, M.; GONZÁLEZ-HERNÁNDEZ, M.; FERNÁNDEZ-MUÑOZ, J. (2020), The genomic history of the Iberian Peninsula over the past 8000 years. *Science*, 369(6503), Washington, D.C, pp. 991-995.

- ORTIGARA, C. (2009), Carne suína: à luz da ciência o que faz mal é o mito. *Revista Agrogeoambiental*, 1(1), UNESP, pp. 23-36.
- ORTNER, D. e PUTSCHAR, W. (1981), *Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains*, Smithsonian Contributions to Anthropology, Washington D.C.
- PRATA, S. (2012), *As Necrópoles alto-medievais da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado.
- RODRIGUES, M. (1994), *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (Sécs. XII-XIII)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- RODRIGUES, Z. (2013), *Estudo Etno-arqueológico de Cilhades - Relatório final do Sítio arqueológico do Cemitério dos Mouros – EP.148, volume IV, Relatório Final dos trabalhos antropológicos, 2ª fase*, Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
- ROSSELLÓ MESQUIDA, M.; SANTOS, C.; CARVALHO, L.; SANTOS, F. (2016), Contributo para o conhecimento das ocupações Tardo Antiga e Alto-Medieval do vale do Sabor: O caso de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), à luz do estudo da sua componente cerâmica. *Arqueologia Medieval*, 13, pp. 35-63.
- SANTOS, F.; LADRA, L. (2016), Cilhades e a Cabeça Antropomorfa do Castelinho. Um novo elemento da estatuária proto-histórica de Trás-os-Montes achado no vale do Baixo Sabor – *Al-Madan online*, 2 (21), Tomo1, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Edições CAA, pp. 52-70.
- SANTOS, F.; ROSSELLÓ, M.; SANTOS, C.; CARVALHO, L.; ROCHA, F. (2016), Aspetos da morte no vale do Sabor. O mobiliário funerário tardo antigo das inumações do laranjal de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo). Achegas à cronologia de uma necrópole de longa duração, *Arqueologia Medieval*, 13, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp. 17-45.
- SANTOS, F.; ROSSELLÓ, M.; SANTOS, C.; CARVALHO, L. (2016), Contributo para o conhecimento das ocupações Tardo-Antiga e Alto-Medieval do Vale do Sabor. O caso de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), à luz do estudo da sua componente cerâmica – *Arqueologia Medieval*, 13, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp. 35-63.
- SANTOS, S.; TEIXEIRA, R.; FONSECA, J.; FALCÃO, T. (2014), *Estudo Etno-arqueológico de Cilhades-Relatório final do sítio arqueológico do Cemitério dos Mouros – EP.148, volume I, Resultados da intervenção arqueológica*, Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
- SILVA, R. (2014), A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra), in DE MAN, A.; TENDE (Dir. de), *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - sécs. IX a XII*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 79-97.
- TEJERIZO GARCÍA, C. (2017), *Arqueología de las sociedades campesinas en la cuenca del Duero durante la primera Alta Edad Media*, Bilbao, Universidade do País Basco.
- TERESO, S.; BRITO, A.; UMBELINO, C.; COSTA, M.; ANDRÉ, C.; CARVALHO, P. (2013), O espaço funerário alto-medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança), in *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*, Mértola: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 258-272.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44.
- VAZ, F.; TERESO, J.; BRAGA, C.; FONTES, L. (2021), O Mobiliário Funerário de Madeira da Necrópole da Via XVII em Bracara Augusta: exemplo de um processo de preservação por mineralização, *Al-Madan online*, tomo 2, pp. 113-117.

- VIANA, Teixeira A. (1970), *Os Suínos - Criação Prática e Econômica*, Livraria Nobel, São Paulo.
- VIGILESCALERA GUIRADO, A. (2000), Cabañas de época visigoda: evidencias arqueológicas del sur de Madrid. Tipología, elementos de datación y discusión, *Archivo Español de Arqueología*, 73, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 223-252.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2013), El registro arqueológico del campesinado del interior peninsular en época altomedieval, in QUIRÓS CASTILLO J. A. (Dir. de), *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania: Arqueología del campesinado en el interior peninsular*, Universidad del País Vasco, pp. 65-258.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J.; MADRID BALANZÁ, M. (2006), Ajuar simbólico de la necrópolis tardoantigua del sector oriental de Cartagena, *Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía. Antigüedad Cristiana* (Murcia), 23, pp. 437-463.
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, J.; LARRÉN IZQUIERDO, H.; GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.; HERNÁNDEZ, F. M. (2012), *Asentamientos andalusíes en el Valle del Duero: el registro cerámico*. IX Congreso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo, Venezia, pp. 217-229.



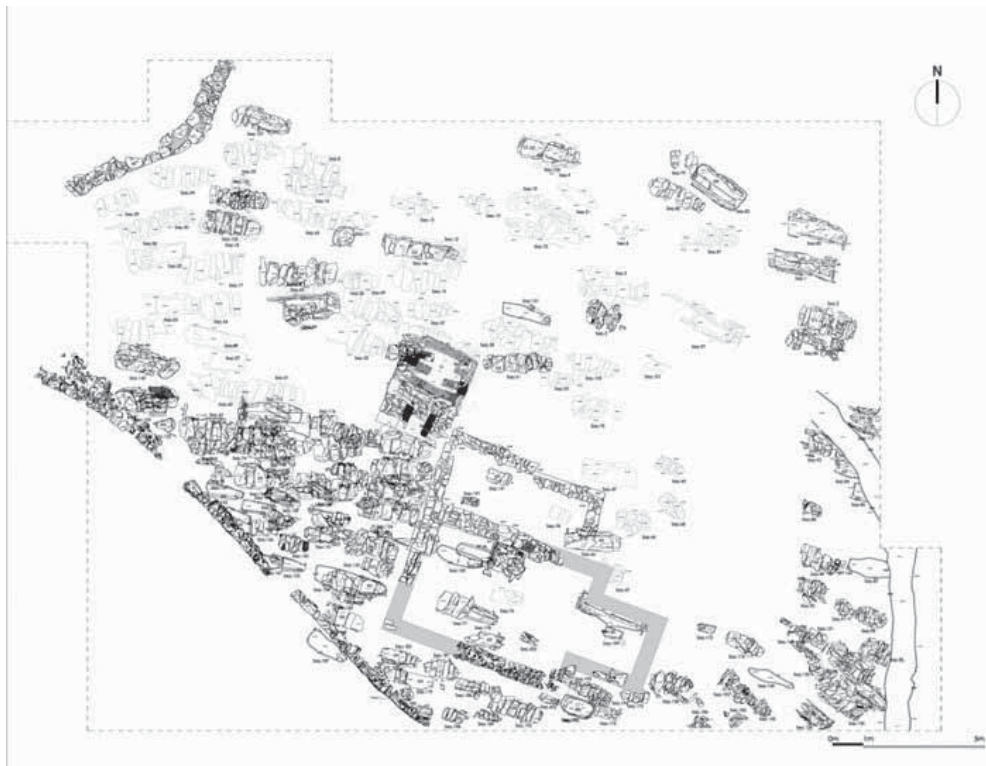
**Fig. 1:** Implantação da necrópole do Laranjal, do Cemitério de Mouros e do “povoado fortificado” do Castelinho. Imagem obtida a partir do Google Earth. Permite aferir a relação entre os sítios e o rio Sabor.



**Fig. 2:** Modelo digital do terreno em 3D, com a localização da necrópole do Laranjal assinalada.



**Fig. 3:** Em cima, estrutura em negativo da II Idade do Ferro. Em baixo, forno romano de produção cerâmica (FONSECA et alii 2013: p. 31).



**Fig. 4:** Planta geral do Laranjal, onde é visível a estrutura do forno romano e do possível edifício religioso (SANTOS *et alii* 2016: p. 15)



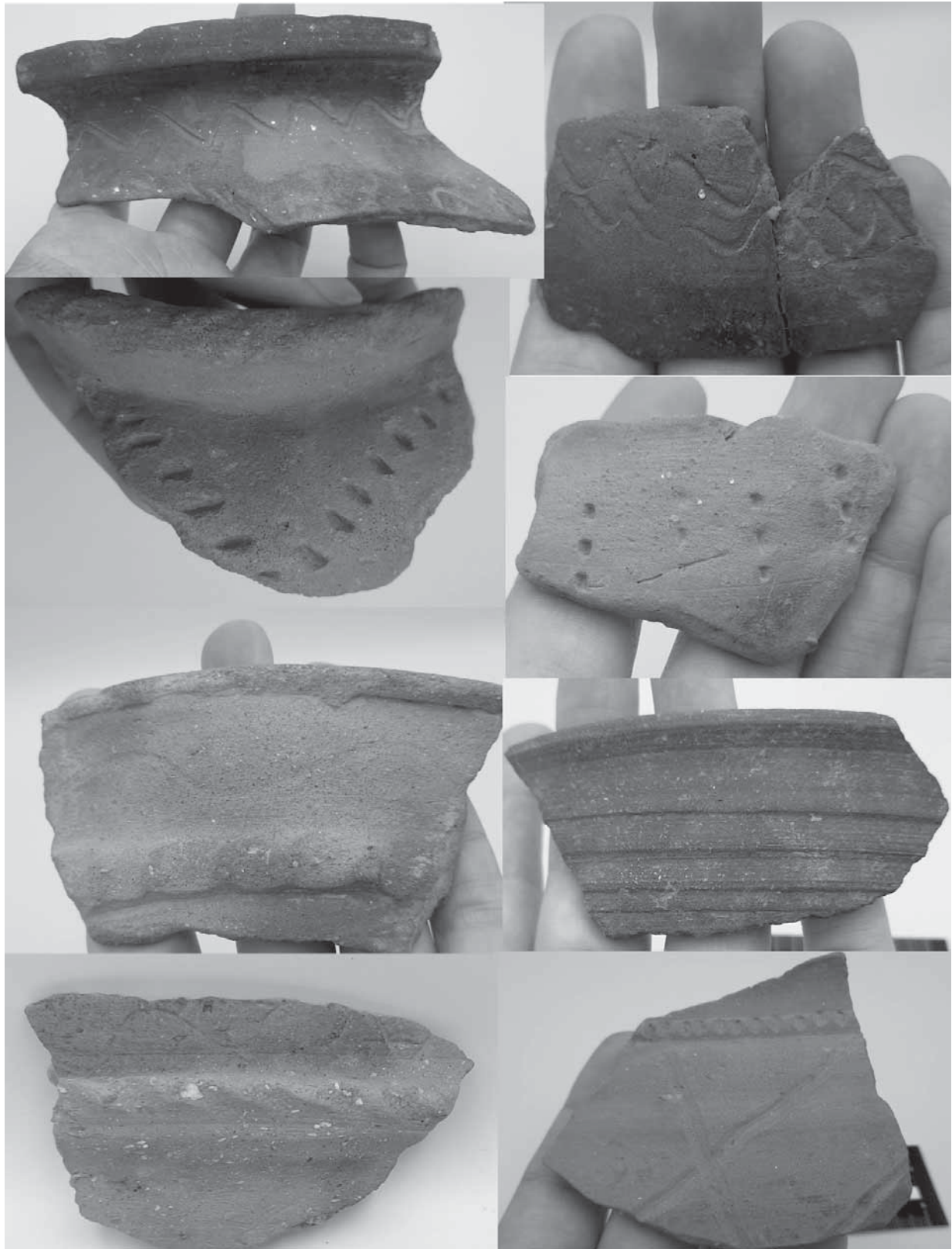
**Fig. 5:** Vista da necrópole a partir de Oeste, durante os trabalhos arqueológicos (FONSECA *et alii* 2013: p. 8).



**Fig. 6:** Fragmento de um bordo esvasado e sem ressalto, com lábio sub triangular pertencente a forma fechada feita a torno.



**Fig. 7:** Fragmento de coador ou braseiro, com pasta de coloração acinzentada, fruto de cozedura redutora.



**Fig. 8:** Alguns dos padrões decorativos do acervo cerâmico do Laranjal.

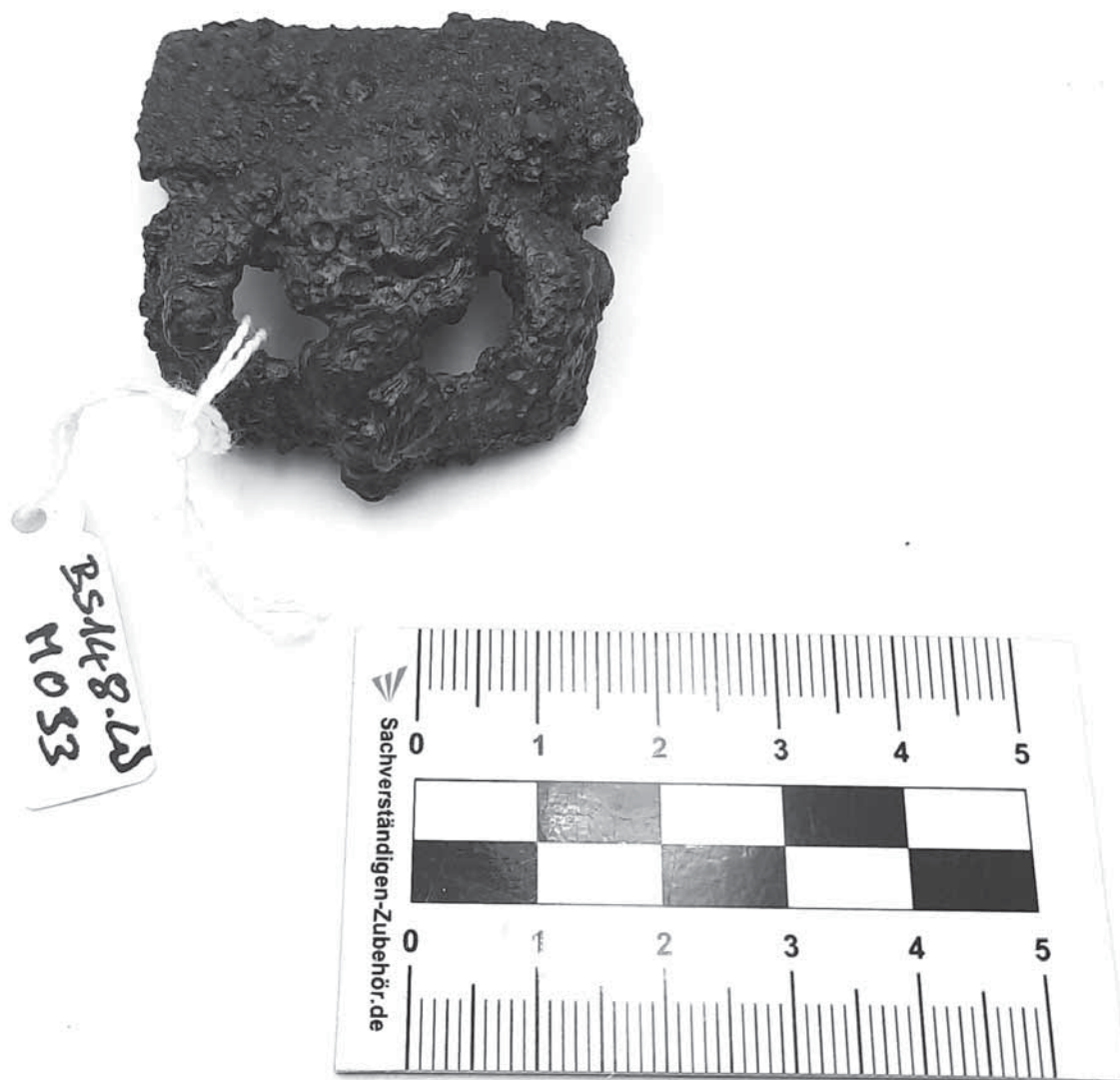


Fig. 9: Placa de cinturão com fivela articulada de ferro, com aro em "D", ainda na posse do fuzilhão.



**Fig. 10:** Fivela de bronze, apresentando aro oval, largo, conservando fuzilhão escutiforme. Ostenta decoração muito fina, concernente a pequenas linhas paralelas.



**Fig. 11:** Vista aérea de Cilhades antes da construção da barragem do Sabor:  
1- Castelinho; 2- Necrópole do Laranjal; 3- Cemitério dos Mouros (SANTOS *et alii* 2016: p. 15).



**Fig. 12:** Vários fragmentos de jarro fabricado a torno, de colo longo, lábio boleado, bordo não diferenciado, destacando-se do colo na sequência de um ressalto pouco pronunciado. O colo é vertical cilíndrico e canelado e a base é plana.

# UM ELEMENTO DE ARCADA ROMÂNICA NO MOSTEIRO DE S. MIGUEL DE REFOJOS

Francisco Manuel Veleza Reimão Queiroga  
CITCEM<sup>1</sup> - FLUP  
fqueiroga@letras.up.pt

Francisco Sá Reimão Queiroga  
Mestre em Arqueologia pela FLUP, Perennia Monumenta Ltda.  
pmonumenta@gmail.com

## RESUMO

Referências documentais sugerem a existência de um templo em época medieval, o qual foi obliterado pela construção do mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto. Algumas intervenções arqueológicas realizadas ao longo dos anos no espaço do mosteiro permitiram descobrir alguns elementos funerários e arquitectónicos enquadráveis no período medieval, os quais documentam esta fase mais antiga do mosteiro. Além do magnífico cálice doado por D. Gueda Mendes, as peças mais representativas são sepulturas escavadas na rocha, elementos de um sarcófago em granito, um fragmento de arcada de cornija, e silhares com siglas de canteiro reutilizados nas paredes do refeitório do mosteiro.

Palavras-chave: Mosteiro de S. Miguel de Refojos; Beneditinos; Arquitectura Românica; Glifotografia

## ABSTRACT

Written sources suggest the existence of a temple in medieval times, which was demolished during the construction of the monastery of S. Miguel de Refojos de Basto. Some archaeological work carried out throughout a substantial lapse of time brought to light both funerary and architectural evidence dating to middle age, thus documenting the existence of the oldest phase of this monastery. In addition to the magnificent medieval chalice donated by D. Gueda Mendes, the most significant items are the rock carved graves, the fragment of a granite sarcophagus, part of a cornice decorated arch, and medieval wall stones with mason's marks, which were reused in the monastery dining hall.

Keywords: Monastery of S. Miguel de Refojos; Benedictine Order; Romanesque Architecture; Glyptography

---

1 DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>

## 1. O MOSTEIRO DE S. MIGUEL DE REFOJOS

O Mosteiro de S. Miguel de Refojos é uma estrutura monástica com particular imponência arquitectónica, e de grande relevo no quadro da ordem beneditina portuguesa. Localizado em Refojos, Cabeceiras de Basto, está implantado num espaço topograficamente discreto<sup>2</sup>: uma linha de água pela qual corre a ribeira de Regadinhas, encaixada entre as encostas acentuadas de dois cabeços sobranceiros, as quais se vão abrindo para nascente em pendores mais suaves, na direcção do rio Peio.

Detentor de um vasto património fundiário espalhado pela região, e sempre gerido por relações de enfiteuse, o mosteiro foi o epicentro da área envolvente, intervindo na configuração e no desenvolvimento económico, e mesmo no administrativo (SOEIRO 2017), do que hoje é Cabeceiras de Basto.

A história do mosteiro está ligada à ordem à qual pertenceu: a Ordem de S. Bento, sobre a qual se destaca a “Benedictina Lusitana” (SÃO TOMÁS 1644-51) como obra de referência não apenas para o historial da ordem como também para a descrição das suas instituições dispersas pelo território nacional. Como tal, evocamos algumas das considerações nela veiculadas sobre as fases antigas deste mosteiro, conscientes das críticas históricas e documentais que sobre elas recaem<sup>3</sup>.

Refere Frei Leão de São Tomás que, na inexistência de documentação, uma vez que o cartório do mosteiro teria sofrido incêndios (SÃO TOMÁS 1644: p. 494)<sup>4</sup>, importa recorrer a testemunhos pessoais e ao que hoje consideramos vestígios arqueológicos, fontes que evidencia no seu relato. A primeira fonte é Frei Bernardo de Braga, que era de opinião (“[...] *teve pera si [...]*”) que o mosteiro teria sido fundado pelos Barroso, linhagem nobre que remonta ao tempo de D. Afonso Henriques. Maior antiguidade é atribuída à sua fundação por outros informantes (“[...] *outros tem pera si [...]*”), esta remontando ao tempo de São Frutuoso. Ambos os informantes emitem opinião, em detrimento de apresentar factos. Neste ponto, Frei Leão de São Tomás introduz uma ordem diferente de evidência (“[...] *Porque se as Escrituras faltão, as pedras falão [...]*”), aludindo a pedras epigrafadas que terão sido encontradas na “Igreja Velha”, segundo informação de um outro monge, de seu nome Frei João do Apocalipse. Este faz referência a duas epígrafes funerárias com a seguinte transcrição: “*D. GOMES SOEIRO, ERA DCCVIII*”, e “*HIC IACET F. PELAGIUS SOEIRO PRIOR, ERA DCCXXXVIII*”, às quais atribui as datas respectivamente de 670 e 701<sup>5</sup>.

Em acréscimo a estas referências, são também transcritos textos de documentos então existentes no cartório do mosteiro (SÃO TOMÁS 1644: pp. 494-495), configurando cartas de doação *pro anima*, nomeadamente um, que descreve estar cerceado pelo seu mau estado de conservação, e será do ano 825, e ainda um outro documento, datado de 1017.

Os elementos arqueológicos invocados nesta obra, e independentemente da discussão em torno da sua leitura e cronologia, parecem indicar a existência de um templo neste local em época anterior à fundação da nacionalidade, isto é, presumindo que a carta de couto que D. Afonso Henriques outorga a D. Gueda Mendes (MARQUES 1988: p. 614) em 1131, e este por sua vez doa ao Mosteiro, na qualidade de seu patrono, é feita tendo em conta que já então aqui existiria um cenóbio dotado das inerentes infraestruturas. De resto, esta linha de raciocínio é aventada por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, que propõe a possibilidade de o mosteiro ter sido fundado no final do século XI (SOUSA *et alii* 2005: p. 73), não deixando, contudo, de notar que o primeiro documento que atesta a sua existência é posterior, datado do aludido ano de 1131. A tenência deste couto foi a partir de então mantida pelo mosteiro, mercê de sucessivas reconfirmações, como informa Francisco Craeesbeck:

---

2 “[...] *em um sítio baixo & de pouca vista [...]*”, segundo Frei Leão de São Tomás (SÃO TOMÁS 1644: p. 493, opinião corroborada pelo cônego Manuel Coelho (FERRO 1987: p. 197) “[...] *esta em hu baxo entre huns montes grandes e cuberto dos ares [...]*”.

3 Remetemos para a edição facsimilada da *Benedictina Lusitana* comentada por José Mattoso, na qual são postas em causa tanto algumas das fontes como as interpretações de Frei Leão de São Tomás (nota 493 e segs.).

4 Terão ocorrido outros incêndios, mas salientam-se os de 1445 e 1662.

5 Cf. nota 2. Esta cronologia da inscrição tumular é refutada liminarmente também por Mário Barroca (BARROCA 2000 vol. II, T1: pp. 339-341; BARROCA 2017, N° 154: pp. 406-407), que propõe a data 1170 (ERA 1208).

*“Foi este couto dado e feito ao mosteiro de Relligiosos do Patriarcha S. Bento (cito no dito concelho, entitulado de S. Miguel de Refoios) por o Infante D. Affonço Henriques ...” “El Rei D. Affonso 2.º e a Rainha D. Urraca, sua mulher e seos filhos, os Infantes D. Sancho, D. Affonço, D. Fernando, e D. Leonor confirmarão esta doação (a do couto) em esta villa de Guimarães, no primeiro de Março da era de 1227 que são annos de Christo de 1189.” (CRAEESBECK 1992: p. 257)*

## 2. AS FASES CONSTRUTIVAS DO MOSTEIRO

No âmbito da presente abordagem, as fases construtivas do mosteiro podem agrupar-se em quatro momentos. O primeiro é maioritariamente sugerido pela documentação e por evidências materiais dispersas, pois dele nada resta no edificado actual, salvo alguns elementos arqueológicos que aqui intentamos compilar e interpretar.

No século XVI é implementado um amplo programa de construção, que obliterou completamente o preexistente, do qual temos relato a partir do inquérito que Frei Bartolomeu dos Mártires mandou realizar em 1568, e é feito pelo cónego Manuel Coelho (FERRO 1987: p. 194) após auscultados os informantes D. João Pinto, administrador do mosteiro, e os antigos recebedores e feitores Gonçalo Pinto e Baltazar Campos. Neste precioso relato é traçado um panorama sumariado do edificado do mosteiro e das suas inúmeras propriedades e rendas. Interessa-nos por agora a constatação lacónica: *“Tinha este oratório hua igreja pequena e soturna antiga que se arruinou por hua das bandas e o senhor administrador dom João fes hua nova que ora serve grande e comprida [...]”* (FERRO 1987: p. 195) o qual revela que uma construção anterior, que estava derruída, fora substituída por um templo mais amplo e airoso, obra essa promovida pelo comendador D. João, ou talvez mesmo encetada pelo seu tio D. Diogo de Murça, falecido em 1560, o que implica que teria ocorrido recentemente, pois estavam ainda em curso os trabalhos em algumas peças, como a livraria do coro e a sala de administração do couto. A este momento corresponderá a grande maioria do complexo hoje visível, uma vez que foram edificadas a igreja e o claustro com o respectivo sobrado, onde se encontravam as celas, secretaria, enfermaria, barbearia e hospedaria, e na ala nascente o capítulo e refeitório com cozinha anexa. Os anexos agrícolas adjacentes são negligenciáveis para o que ora nos ocupa.

Uma outra informação importante contida neste inquérito *“Da banda do meo dia corre a dita varanda e claustro de cima e baixo ao longuo das costas das igrejas nova e velha do dito mosteiro.”* (FERRO 1987: p. 196, § 692) denuncia que o tramo sul do claustro e respectivo sobrado, encostavam à parede lateral da igreja antiga e à nova. Não nos parece ver nesta expressão ambígua que ambos templos coexistissem como estruturas individuais, mas sim que partilhariam as costas, isto é, que a parede norte coincidia em ambas as plantas, ou dito de outra forma, foi reutilizada pela nova construção. Recordemos que, segundo a descrição acima, a igreja antiga era “pequena e soturna”, portanto incompatível com o novo programa de edificação quinhentista, que certamente privilegiaria a altura, a elegância e a luz. Já a reutilização do pano de parede norte pelo novo templo parece mais exequível, à luz deste relato. Contudo, a indicação que D. Diogo de Murça terá sido sepultado na Capela-mor da igreja velha (DIAS 2009: p. 63) aponta para que este espaço tenha sobrevivido, integrado na gramática do templo quinhentista.

Na segunda metade do século XVII enceta-se a construção de nova igreja *“fermosa e clara”*, nas palavras de Frei Leão de S. Tomás (1644: p. 493), bem assim como de alguns anexos agrícolas, tulha, oficinas e dormitório. Recordemos um outro grande incêndio, ocorrido em 1662-65, que muito destruiu, e certamente motivou algumas das obras referidas. Na padieira da portaria de acesso ao claustro está inscrita a data de 1690, que consigna a conclusão destas obras de remodelação do mosteiro.

Ao longo do século XVIII continuaram as intervenções, com particular incidência na igreja (1756-66), sendo estas obras as que implementaram a estética barroca no mosteiro, e o dotaram da imagem actual, bem merecendo a classificação que lhe atribuiu Frei Geraldo Dias (2009) de “Jóia do Barroco”, em virtude da sua monumentalidade e estilo.

### 3. OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Apresentamos agora os vestígios arqueológicos associados à fase medieval do mosteiro, que temos vindo a recolher, aproveitando para visitar os já anteriormente conhecidos para uma visão conjunta da evidência disponível.

Creemos ser obrigatório encetar este arrolamento com uma alusão ao cálice doado ao Mosteiro por D. Gueda Mendes, porque além do seu grande valor artístico é uma peça que se afirma como evidência coeva tanto sobre a existência como do prestígio de um cenóbio beneditino em Refojos. São inúmeras as referências a esta prestigiada alfaia litúrgica<sup>6</sup> proveniente do Mosteiro de S. Miguel, e depositada no Museu Machado de Castro. Dispensando considerações adicionais em virtude de ter já sido exaustivamente escrutinada, fixamo-nos agora apenas na data que ostenta: 1152 (ERA 1190), a qual serve como referente cronológico para a sua produção.

Ao longo das últimas três décadas temos vindo a tomar contacto esporádico com o mosteiro de S. Miguel de Refojos, e com o seu percurso histórico e arquitectónico, a propósito das várias intervenções que os respectivos promotores, mormente a Autarquia local e o Externato de S. Miguel de Refojos, foram realizando e nos foram pedindo para acompanhar. Intervenções distribuídas pelos vários espaços, desde os anexos agrícolas ao claustro, colégio e refeitório, com abordagens centradas nos contextos arqueológicos, é certo, mas tendo sempre como pano de fundo o conhecimento histórico sobre este imponente complexo, nomeadamente o de origem documental e bibliográfica, e a natural expectativa de estes trabalhos trazerem dados novos (QUEIROGA 2020: p. 59 e p. 61) sobre as fases antigas do mosteiro, para as quais já estávamos devidamente sensibilizados. Alguns destes momentos foram anteriormente divulgados em publicações temáticas (QUEIROGA 2020; QUEIROGA e LEMOS 2021), retirando delas agora o que possa contribuir para o tema em apreço. Em todas as abordagens realizadas se manteve a atenção sobre o aparecimento de quaisquer evidências arqueológicas que pudessem documentar as fases mais antigas do mosteiro, dando eco às sugestões veiculadas pelos textos acima referidos, no que fomos discernindo sobre as dinâmicas dos contextos arqueológicos, mas também, e sobretudo, sobre as práticas recorrentes de utilização e de descarte de elementos construtivos de fases anteriores. Naturalmente que apenas evocaremos aqui as intervenções nas quais foram recolhidos elementos relevantes sobre este tema.

No ano de 2013 foi realizada uma intervenção arqueológica no pátio do claustro, como medida de avaliação arqueológica prévia, na sequência do plano de reformulação e ajardinamento deste espaço, obra essa promovida pela Autarquia. O conjunto de sondagens realizadas estendeu-se por todo o jardim (QUEIROGA 2020: p. 50), e permitiu constatar que apenas o seu extremo sul apresentava evidências arqueológicas, sendo estas referentes a um cemitério. No restante espaço apenas se detectaram valas e canalizações, associadas a drenagens de várias épocas.

Foi realizada a escavação de todo o espaço ocupado com enterramentos, e naturalmente que delimitado pelo recorte da planta do claustro, tendo sido contabilizadas trinta e cinco sepulturas (QUEIROGA 2020: p. 54), parte das quais será atribuível aos séculos XII-XIV<sup>7</sup>, sendo outras mais tardias, porque já articuladas com alicerces de muros datáveis do século XVI, com cronologias apoiadas por datações C14 (QUEIROGA 2020: pp. 56-59). Estando anexo à antiga igreja, este cemitério coexistiu com pelo menos uma reformulação do edificado, pois continuou em utilização após a intersecção de sepulturas

---

<sup>6</sup> Remetemos para a abordagem actualizada apresentada por Mário Barroca (2020), na qual articula de forma abrangente a análise formal e a histórica desta peça com a vida do seu doador, sendo aqui referenciada a bibliografia pertinente.

<sup>7</sup> Mantém-se em aberto a possibilidade de recuar a cronologia do conjunto das sepulturas mais antigas, uma vez que nenhuma possui qualquer mobiliário funerário associado (QUEIROGA e LEMOS 2021: p. 347), ou qualquer elemento de datação. Recordamos que a preservação dos restos ósseos ocorreu apenas nos sepultamentos mais tardios, portanto aqueles que foi possível datar pelo método C14 (QUEIROGA e LEMOS 2021: p. 348), saldando-se este facto em cronologias absolutas excessivamente tardias para o conjunto deste cemitério.

pelos alicerces de dois muros paralelos, que alinham entre N/S. Estes documentam edificações anteriores ao actual claustro, sendo claramente anteriores à remodelação do século XVI. Ajuizando, por este lado norte, da distância a que se estendeu o cemitério a partir do muro da igreja antiga, e sabendo da distribuição uniforme das sepulturas em seu redor, não podemos deixar de notar o grande número de sepultamentos que conteria o adro desta igreja.

A utilização deste cemitério terminou com a reformulação do mosteiro operada nos meados do século XVI, e acima comentada, uma vez que é claramente recoberta pelo pavimento e colonada do claustro, tendo começado a ser inumados no claustro todos os que o não eram no interior da igreja.

Em 2020 decidiu a Autarquia reformular o interior do espaço do refeitório do mosteiro, no qual tinha sido instalado um auditório em 1996<sup>8</sup>.

Foram surgindo evidências de fases construtivas anteriores, e de infraestruturas de abastecimento e saneamento (JORGE 2020), como uma conduta, ou cloaca, provinda do claustro e que atravessa o refeitório na direcção da parede nascente. A análise do paramento das paredes do refeitório, bem como do relevo dos apoios dos arcos quebrados (Figuras 5 e 6), e das aberturas das janelas e portas, tudo nos sugere que as suas superfícies foram concebidas desde o início para receber cobertura de reboco. Esta técnica, de recobrir as superfícies das construções com argamassas de cal hidráulica, foi-se generalizando gradativamente após o período românico, e permitia obliterar ao olhar as imperfeições dos aparelhos, e algumas irregularidades das cantarias<sup>9</sup>. Este facto terá avalizado a reutilização de silhares, e outras peças, provenientes de construções preexistentes, as quais não perturbavam a gramática dos aparelhos, nem tampouco se destinavam a ser vistas. As Figuras 5 e 6 ilustram alguns tramos da parede do refeitório, após a remoção dos rebocos de argamassa pobre que os recobriam. Trata-se de um aparelho muito irregular, que recorre a cantaria de diversas dimensões e configuração. Ao longo das paredes estão disseminados amiúdes silhares em granito cuja uniformidade de talhe, configuração e dimensões os enquadram na ordem isódoma e pseudo-isódoma. A regularidade das suas faces obrigou ao talhe de sulcos a pico grosso, para propiciar a aderência das argamassas. Entendemos que estes elementos terão provindo de construções de fases anteriores, entretanto demolidas. O facto de algumas destas pedras ostentarem siglas de canteiro sugere que corresponderão à demolição de um edifício religioso de época românica.

São poucas as siglas encontradas nas paredes do refeitório, e por sinal encontram-se apostas em silhares de configuração e dimensões discretas.

Uma das pedras sigladas encontra-se na parede fronteira ao primeiro lanço de escada (Fig. 3) que conduz ao “púlpito do leitor”. Trata-se de uma pedra de bom aparelho, com a superfície alisada, na parte média da qual ostenta uma sigla representando um “E”, feita com incisão profunda e esquinas laterais boleadas, nas quais vemos algumas irregularidades que sugerem a gravação com ponteiro, e talhe arastado. Na parede esquerda do nicho do púlpito encontra-se uma outra sigla, esta representando um “T” com lados iguais (Fig. 3), sobre peça com um trato ligeiramente mais grosseiro do que a anterior. A sigla tem uma gravação mais fina e menos profunda, e o talhe é menos regular em cada um dos lados.

Nas paredes do refeitório encontramos pedras reutilizadas com três outras siglas diferentes. Na parede do lado poente temos um silhar de pequenas dimensões (Fig. 5-B), quiçá uma pedra de testa, com uma cruz de lados iguais, e talhe semelhante à sigla anterior. Uma outra representa uma chave de

---

8 Só tivemos oportunidade de observar o espaço após a intervenção realizada no subsolo, altura em que se constatou a presença de elementos cerâmicos de construção, mormente tubagens e azulejaria, e alguns silhares e peças de corrimão e de degrau de escada, materiais que não despertaram atenção.

9 A vulgarização deste método ao longo das épocas moderna e contemporânea deu origem a exemplos de aparelhos perfeitamente indignos em construções de pretensões monumentais, como igrejas e solares, só visível aquando da remoção dos rebocos. Com efeito, a pedra, que hoje tanto valorizamos, era então o material construtivo dominante, e não conferia imagem de cuidado e limpeza, pelo que amiúde se rebocava com argamassa, ou se pintava directamente com cal ou pigmentos naturais.

fechadura (Fig. 4-1, e Fig. 5-A), sobre pedra que indicia bom talhe da face, mas que foi muito degradada em vários momentos de rearranjo deste espaço. O recorte da sigla possui um perfil bastante mais boleado do que qualquer um dos outros, e com os bordos mais esbatidos, não deixando, contudo, de resultar num grafismo bem definido. Este tipo de representação, que é menos comum nos edifícios românicos, existe no mosteiro de S. João de Tarouca (CASTRO e SEBASTIAN 2010: Figs. 4, 8, 14), representada por grafismo diferente.

A quinta sigla é um simples círculo (Fig. 4-2), gravado em silhar colocado na primeira fiada sobre o alicerce da parede do lado sul. O sulco é pouco profundo, mas regular, e parte dos bordos laterais foram bastante lascados, e posteriormente recobertos com argamassa pobre.

As siglas de canteiro de época medieval são um curioso e importante vestígio da identidade dos construtores dos edifícios. Presume-se que cada sigla representará um artífice, pelo que o seu estudo conjunto poder-nos-ia conduzir ao contributo de cada indivíduo, ou equipe de indivíduos, na construção de cada edifício. O estudo destes símbolos tem vindo a merecer amplos esforços de investigação por toda a Europa, em particular nos casos nos quais existe documentação que as complementa (ALEXANDER 2008: p. 22), nomeadamente a referente a contratos, folhas de pagamento a obreiros, descrição das peças executadas e até mesmo sanções por atraso na obra e registos corporativos. Registam-se contextos nos quais a abundância de informação já permitiu a elaboração de um *corpus* biográfico de artífices (HARVEY 1984)<sup>10</sup> a partir do qual se podem identificar os percursos e as obras dos pedreiros, bem assim como as suas marcas individuais. Contudo, não é esse o caso português, onde o intenso e profícuo volume de trabalho realizado ainda enfrenta dificuldades na identificação dos autores das siglas, e sua dispersão regional (CASTRO e SEBASTIAN 2010: pp. 79-80), e na articulação das siglas com as obras<sup>11</sup>.

Fica, contudo, registada a ocorrência destes modestos exemplos de siglas em S. Miguel de Refojos, esperando que outros se lhe venham a somar no futuro.

Nos momentos finais da intervenção, e no decurso da arrumação de alguma terra e pedras junto ao canto noroeste do refeitório, chamou a atenção uma peça em cantaria, encostada à parede nascente e ao nível do seu alicerce, com a face trabalhada voltada para baixo. Exposta a face, revelou tratar-se de uma peça de arcada, com dois arcos adossados, estando fragmentada na parte média do arco do lado direito, e tendo sofrido ainda algum desbaste intencional por toda a sua superfície superior e traseira (Fig. 9), onde se notam os sulcos de pico grosso. A descoberta desta peça causou natural entusiasmo ao reconhecer nela uma evidência material para as fases antigas do mosteiro<sup>12</sup>.

Em ambos os arcos o tímpano apresenta-se muito rebaixado (Fig. 7 e 8), sendo aí a espessura da peça reduzida a uns meros cinco centímetros, faixa que representa a superfície de assentamento sobre a parede que integraria. Os arcos parecem ser ligeiramente ultrapassados, pese o facto de a sua curvatura não ser inteiramente regular (Fig. 7 e 10).

O aparelhamento da peça é de técnica primorosa, com alisamento cuidado das faces visíveis com talhadeira fina, e bom recorte das esquinas. Os planos de assentamento que se conservaram, mormente o inferior, revelam igualmente bom trabalho de alisamento (Fig. 8), o qual é requerido para o eficaz assentamento a seco. Na base da união dos dois arcos nota-se um fino risco escavado que marca o alinhamento da superfície de cada um dos tímpanos (Fig. 8), deixado pelo canteiro/escultor empenhado em cuidar da sua simetria.

---

10 Poder-se-á ajuizar o volume de informação contido neste trabalho tendo em conta as cerca de 1700 entradas, cobrindo sobretudo as profissões de pedreiro e carpinteiro.

11 Recordamos o trabalho exaustivo realizado por César Guedes (2019: p. 86, pp. 96-98) na igreja de Boelhe, através da compilação e tratamento da totalidade das siglas, com ensaio de interpretação dos ritmos da obra e do contributo individual de cada obreiro.

12 Manifestamos o nosso reconhecimento a Lúcia Rosas e a Mário Barroca (FLUP-CITCEM), pelos conselhos e orientação bibliográfica para o seu estudo. Naturalmente que as opiniões aqui expressas são de nossa responsabilidade.

Encimando cada um dos dois arcos temos uma banda definida por dois sulcos profundos, paralelos, ao longo da qual se estende um encordoado. A irregularidade dos elementos do encordoado parece sugerir que não terá sido traçado com rigor, isto é, decalcado de bitola, mas talvez desenhado à mão dentro da faixa definida pelos dois sulcos, pois nem o processo de talhe explicaria as assimetrias que ostenta. A execução do elemento decorativo recorre a sulcos profundos para melhor definir o tema, e parece apresentar um talhe mais grosseiro da pedra, como que sugerindo a sua execução por um outro artífice.

Algumas volutas do encordoado do arco do lado esquerdo possuem pequenos indícios de ter sido pintado (Fig. 7) com coloração aproximada do ocre, ou óxido de ferro, tendo em mente que os pigmentos naturais tendem a alterar a tonalidade, normalmente por escurecimento, com a idade e exposição aos elementos.

A função arquitectónica desta peça não parece oferecer dúvidas, pela sua analogia formal e dimensões, que são consentâneas com os exemplos de arcadas de cornija que encontramos um pouco pelas igrejas dos vales dos rios Sousa, Ave e Vizela, onde muitas ostentam amplas arcaturas ao longo de todo o alinhamento do beiral. Como tal, propomos a reconstituição hipotética de uma cornija com este elemento decorativo na Fig. 11. A rudeza do talhe pode não ser sintomáticas de descuido na execução da peça, uma vez que a sua posição numa cornija, a apresentava em olhar distanciado, onde ganharia mais utilidade a expressividade da representação, sendo colorida e com contornos delineados em traços fundos.

Esta peça destaca-se pela originalidade da sua gramática decorativa, no contexto dos exemplos conhecidos da região. Com efeito, um rápido rastreio a algumas das igrejas do românico dos vales dos rios Ave e Sousa que possuem elementos de arcatura de cornija, não permitiu encontrar paralelos, apesar da reconhecida individualidade e originalidade de cada um dos seus templos, em nenhum se conhecem arcaturas de cornija com decoração. Em acréscimo, este tipo de representação de corda também não é frequente. No espólio do Museu Pio XII existe uma representação de encordoado duplo, com dimensões aproximadas a este, num possível friso (FONTES e PEREIRA 2009, vol. I: p. 34) que foi trazido da igreja paroquial de S. Mamede de Escariz, em Vila Verde, e atribuível ao pré-românico (séculos IX-XI). Temos um outro exemplo num friso, provindo de S. Frutuoso, em Braga, e datável dos séculos IX-XI (FONTES e PEREIRA 2009, vol. I: p. 63) mas nesta peça o encordoado é tipologicamente mais diferenciado, no estilo e na execução, até porque utiliza o calcário como suporte, pedra que permite outra desenvoltura de talhe.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço com enterramentos situado no interior do claustro documenta um momento de ocupação anterior, medieval, a fase do edifício “soturno” que a documentação refere. Saliente-se que tanto a igreja barroca como o claustro ostentam no seu programa uma clara preocupação cemiterial, documentada tanto pelo amplo reticulado de espaços de enterramento visível no corpo principal da igreja, como pelas abundantes pedras sepulcrais que lajeiam o claustro, algumas das quais com os entalhes de suspensão.

O achado do fragmento de cornija agora apresentado prenuncia a existência de outros elementos construtivos da fase românica deste mosteiro, os quais estarão obliterados nos níveis de reforço de alicerce, ou algures nos cernes ou faces rebocadas de algumas paredes, convicção que temos vindo a alimentar (QUEIROGA 2020: p. 59 e p. 61), e justifica a atenção redobrada nos elementos construtivos do Mosteiro e áreas adjacentes, que esperamos nos permitam classificar caracterizar os seus edifícios das fases mais antigas.

As características deste elemento arquitectónico conduzem às hipóteses de ter pertencido a um templo pré-românico<sup>13</sup>, ou então a uma expressão regional do românico, o qual, como é sabido, pode adoptar representações de épocas anteriores e dotar-se de grande individualismo e criatividade. Em qualquer dos casos, fica registado um contributo interessante da Arqueologia em abono da existência de fases antigas do Mosteiro de S. Miguel de Refojos. Poderão estes elementos contribuir para consubstanciar a sugestão de Frei Geraldo Dias: “*Nas suas origens, o Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto, remonta, por certo, a um centro monástico pré-benedictino, de monaquismo autóctone [...]*” (DIAS 2009: p. 29) e incentivar a um estudo mais atento dos vestígios arqueológicos deste mosteiro, e da sua área envolvente, que possam contribuir para clarificar esta questão.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jennifer S. (2008), *Masons' marks and the working practices of medieval stone masons*, in BARNWELL, P.S.; PACEY, Arnold (Coord. de), *Who built Beverley Minster?* Reading, Spire Books, pp. 21-40.

AZEVEDO, Rui (Dir. de) (1958-1962), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (1095-1185)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História. (DMP, DR)

BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (4 vols.).

BARROCA, Mário Jorge (Dir. de) (2017), *Inscriptiones: corpus epigraphicum portugalensium: pars prima, IX-XII saecula. Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post christum vsqve ad qvintvdecimv m ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponesis*. Nova série T.8, Vol.1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (2020), *Ainda o Cálice de D. Gueda Mendes. O doador e a obra. IV Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Natureza e meio natural na vida, linguagens e imaginário da vida monástica”»*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 241-50.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN; Luís C. Pereira (2010), *Estudo gliptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca. Promontoria Monográfica 13, Actas do IV Congresso de Arqueologia Medieval (Faro 2004)*, Faro, FCHS- Universidade do Algarve, pp. 79-90.

CRAEESBECK, Francisco Xavier da Serra (1992), *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto.

CUNHA, Vítor (1958), *Monografia de Cabeceiras de Basto*, Cabeceiras de Basto.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (2009), *O mosteiro de S. Miguel de Refojos. Jóia do Barroco em terras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal.

FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo (1987), *Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Tomo III-3, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, pp. 161-206.

FONTES, Luís; PEREIRA, Belisa (2009), *Museu Pio XII. Coleção de Arquitetura e Epigrafia Medievais (séculos IX - XIV)*, Braga, IHAC, 2 vols.

GUEDES, César (2019), *As siglas da igreja de Boelhe. Portvgália 40*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 85-117.

HARVEY, John (1984), *English Mediaeval Architects: A Biographical Dictionary down to 1550*, Gloucester, Alan Sutton (1st. edition 1954).

---

<sup>13</sup> De resto, o aparecimento de vestígios anteriores aos edifícios românicos não é invulgar, como constatou Manuel Real (1982: pp. 10-11) na igreja de Roriz.

JORGE, Virgolino Ferreira (2020), *Abastecimento de Água ao Mosteiro de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto)*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.

MARQUES, José (1988), *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional.

QUEIROGA, Francisco M.V. R. (2020), Monges, corpos e Claustros - A necrópole e o mosteiro de S. Miguel de Refojos. *IV Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Natureza e meio natural na vida, linguagens e imaginário da vida monástica”*», Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 49-62.

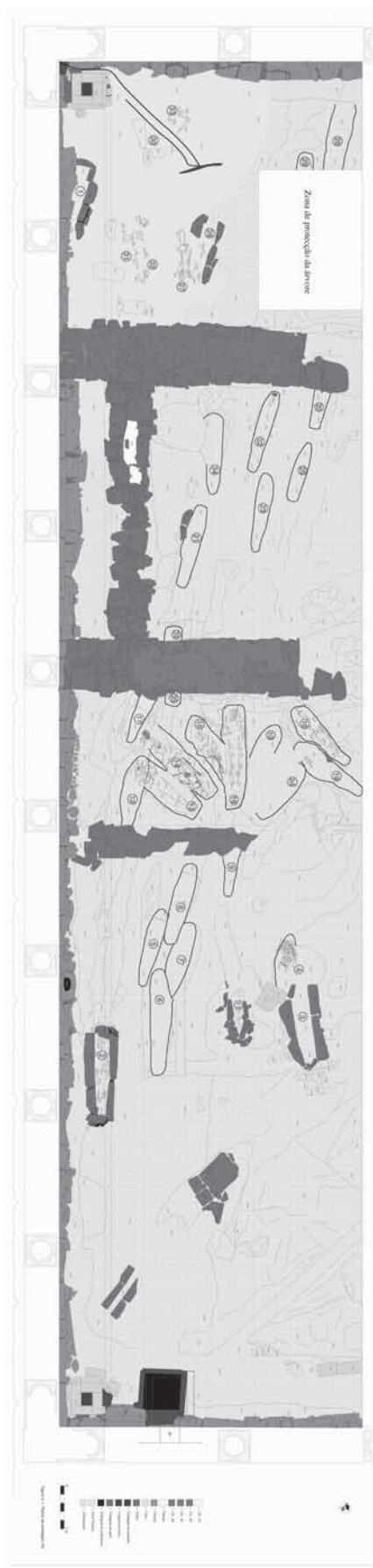
QUEIROGA, Francisco M.V.R.; LEMOS, Cláudia M.M. (2021), A necrópole medieval do mosteiro de S. Miguel de Refojos, Cabeceiras de Basto, in BARROCA, Mário J. (Dir. de), *Congresso Internacional «Sepulturas Escavadas na Rocha da Fachada Atlântica da Península Ibérica»*, Porto, CITCEM, pp. 337-63.

REAL, Manuel Luís; SÁ, Pedro (1982), *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*. Santo Tirso, Sep. de Actas do Colóquio de História Local e Regional.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-51), *Benedictina Lusitana*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro (T1: 1644; T2: 1651), (2 vols.). Idem: reprodução fac-similada de 1974, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, com introdução e notas críticas de José Mattoso.

SOEIRO, Teresa (2017), Território e labor da terra em Cabeceiras de Basto na época moderna. *II Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto”*», Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 239-64.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos, et al. (2005), *As ordens religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte.



**Fig. 1 :** Planta esquemática do cemitério escavado no interior do claustro (fonte: Queiroga e Lemos 2024, Fig. 2)



**Fig. 2:** Exemplo de algumas peças reutilizadas no alicerce da arcada do claustro, nomeadamente a cabeceira de um sarcófago, fragmentos de frisos e cornijas, e lajes de pavimento ou tampas de sepulturas.



Fig. 3: Siglas em silhares situados no interior do “púlpito do leitor” do refeitório.



**Fig. 4:** Pormenor das siglas em pedras reutilizadas na parede do refeitório.  
1- Sigla em forma de chave, 2- Sigla em formato circular.



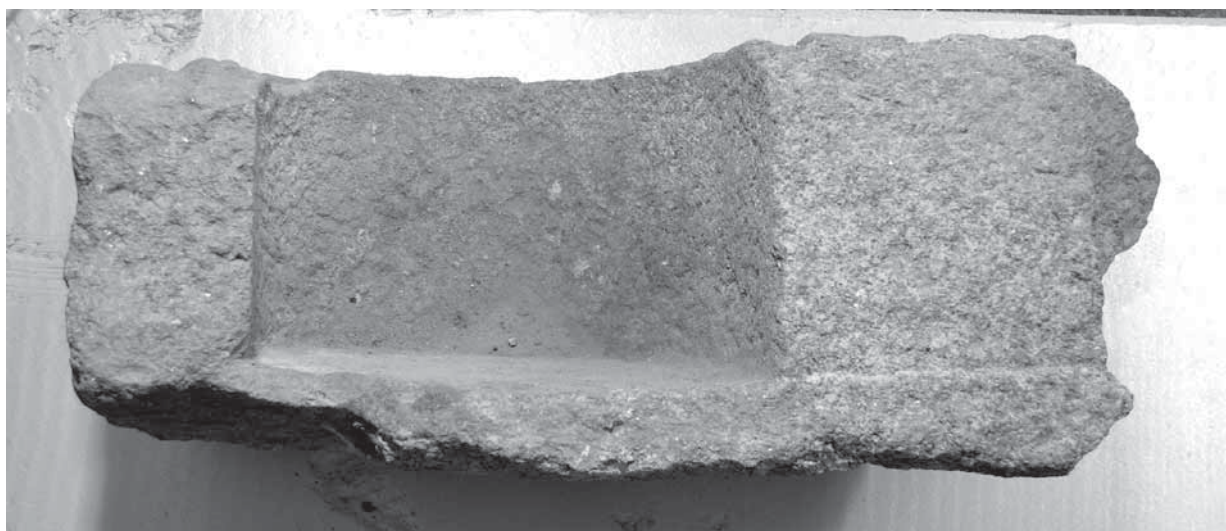
**Fig. 5:** Parede poente do refeitório depois de removida a camada de reboco. Localização da sigla em formato de chave (A), e de outra com formato cruciforme (B).



**Fig. 6:** Vista geral da parede sul do refeitório, depois de removida a camada de reboco. Nota-se um arco entaipado. Na parte média da parede, junto ao alicerce, situa-se a sigla circular ilustrada acima (Figura 4-2).



**Fig. 7:** Vista frontal da arcada. Note-se as manchas de pintura, aparentemente a ocre ou óxido de ferro, mais visíveis do lado esquerdo da banda decorada com encordoado.



**Fig. 8:** Pormenor da base da peça, notando-se toda a superfície de apoio, a canelura que define o plano do tímpano, bem como a sua espessura.



**Fig. 9:** Evidência da degradação intencional da arcada.

- 1- Lado traseiro, notando-se os rasgos de desbaste feitos a pico grosso por altura da sua reutilização.
- 2- Lado superior, notando-se um grande número de sulcos de desbaste, e manchas de argamassa.

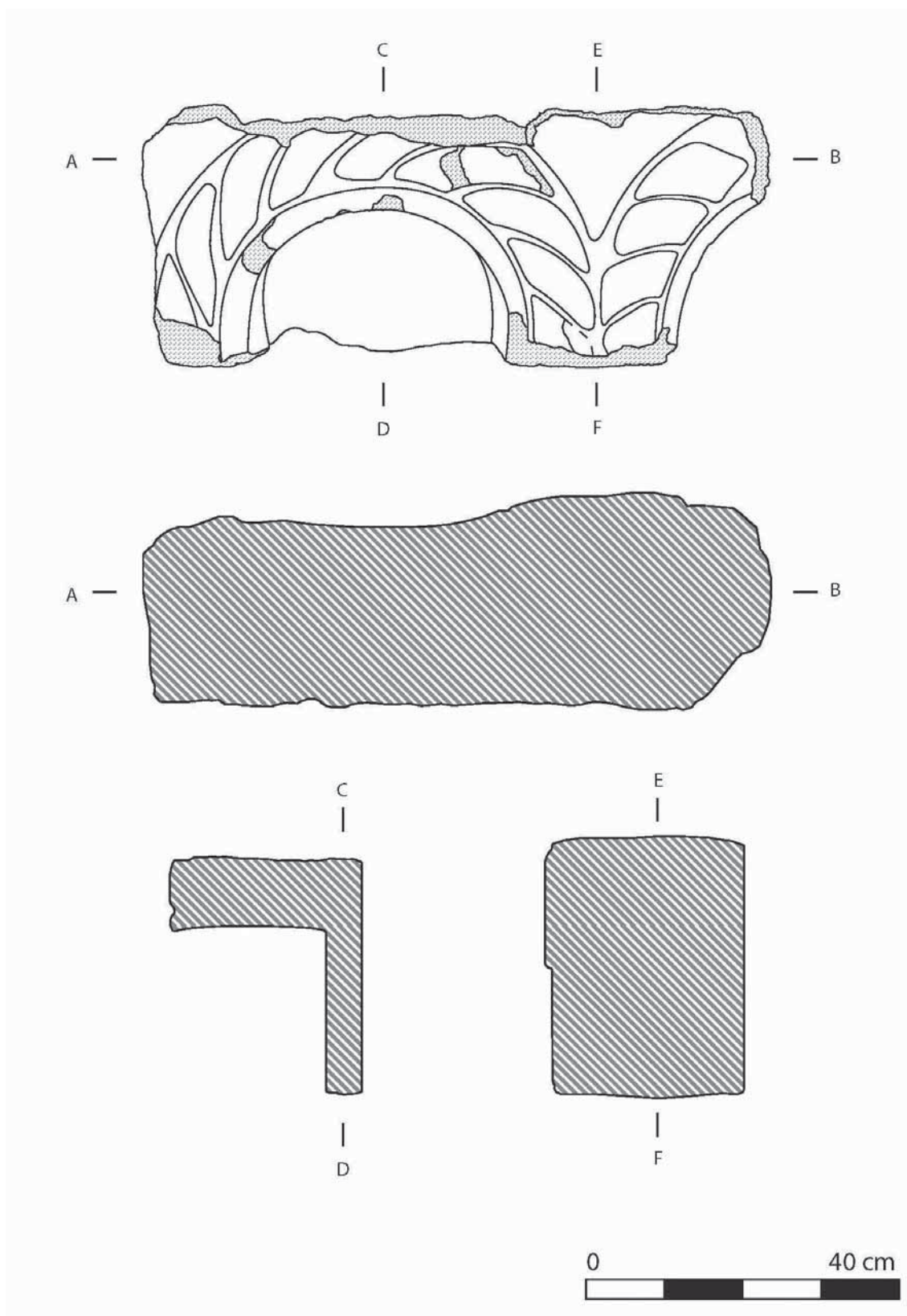
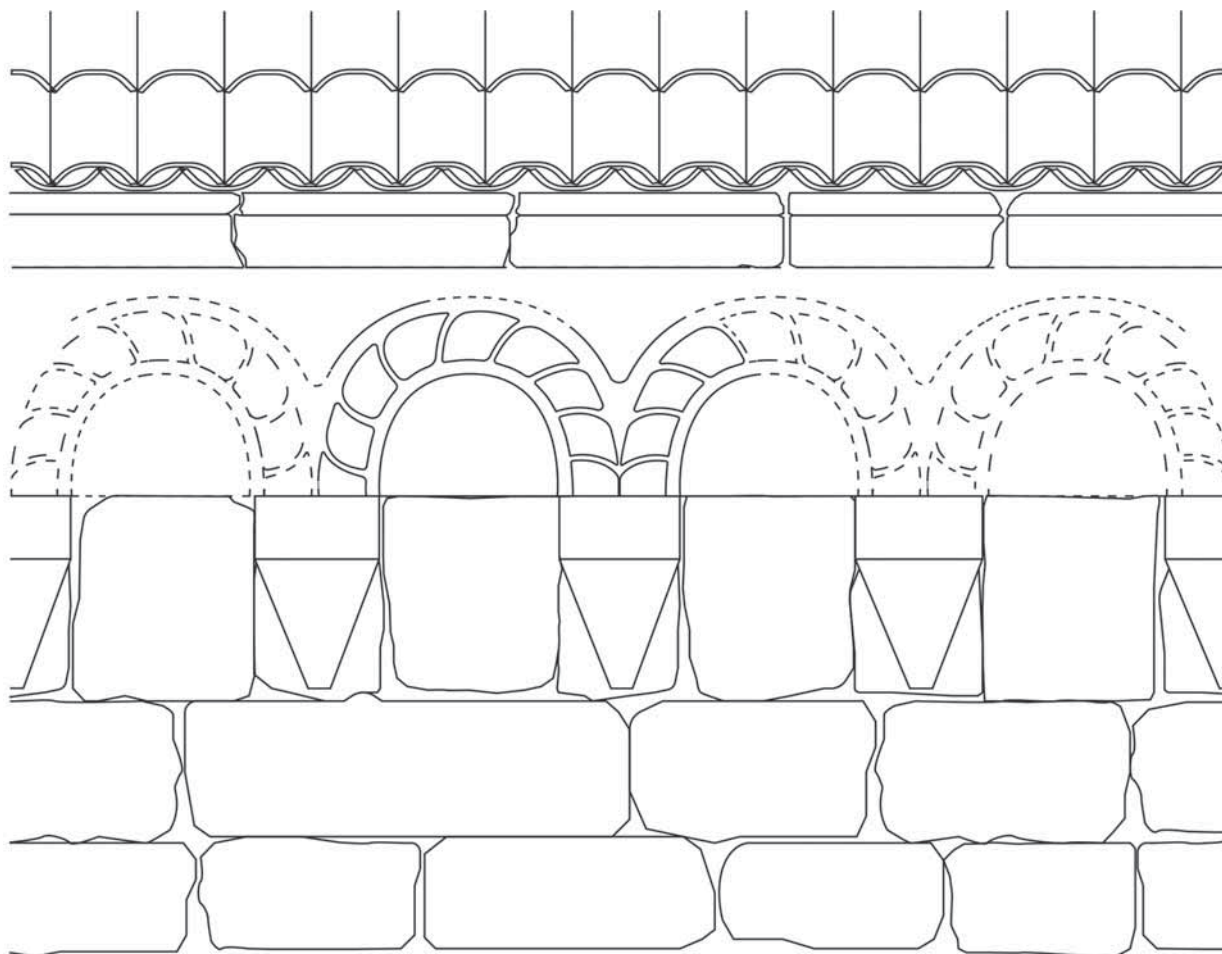


Fig. 10: Desenho de alçado e cortes da arcada (desenho de FSRQ).



**Fig. 11:** Proposta de reconstituição da posição da peça na cornija de um edifício (desenho de FSRQ).

# UM SELO CISTERCIENSE NA BASE DO BRASÃO DO ANTIGO CONCELHO DE EIRAS (COIMBRA)

Saul António Gomes  
CHSC – FLUC  
sagcs@fl.uc.pt; saulggomes@gmail.com

## ABSTRACT

This article focuses on a heraldic piece or coat of arms of the old municipality of Eiras (now part of the municipality of Coimbra), whose composition is based on the reproduction of a Cistercian matrix seal, associated with the abbey of Santa Maria de Celas de Guimarães (Coimbra), landlord of the village. Considerations are made, also, about the decipherment of its inscription and a plausible reading of it is proposed. The text concludes with an appreciation of the use of medieval sigillography elements in epigraphs resulting from the casting of bells.

Keywords: Heraldry; Cîteaux; Coimbra; Sigillography; Bells.

## RESUMO

Considera-se, neste artigo, uma peça heráldica ou brasão do antigo concelho de Eiras (hoje integrado no município de Coimbra), cuja composição assenta na reprodução de um modelo matricial cisterciense, associável à abadia de Santa Maria de Celas de Guimarães (Coimbra), senhorio da antiga vila. Tecem-se considerandos acerca da decifração da sua inscrição e propõe-se uma leitura plausível da mesma. O texto conclui com uma apreciação do uso de elementos sigilográficos medievais em epígrafes resultantes da fundição de sinos.

Palavras-chave: Heráldica; Cister; Coimbra; Sigilografia; Sinos.

Na localidade de Eiras, antigo concelho de origens medievais, hoje sede de freguesia do mesmo nome e parcela administrativa integrante do concelho de Coimbra, no Terreiro da Fonte, ao lado de uma ampla igreja matriz dedicada a Santiago, encontra-se um fontenário monumental mandado construir pelo rei D. João V (PINHO 2008: pp. 401-403; RIBEIRO 2005).

Uma lápide exposta sobre o muro sobranceiro ao tanque da água, ornamentada por moldura de feição barroca, apresenta a seguinte epígrafe (Fig. 1):

ESTA . OBRA MANDOV . FA-  
ZER . EL REI . DOM . IOÃO . V . DOS  
SOBEIOS . DO CABESAM . DAS  
SIZAS DESTA VILA DE EI  
RAS . ANNO DE MDCCXXXIII

Interessa considerar que, por cima dessa lápide setecentista, se encontra uma pedra de armas de lavor mais antigo, tida como o brasão do concelho de Eiras. As insígnias do município, então, repetiam-se no respetivo selo concelhio. Uma memória histórica redigida, entre 1728 e 1741, por Fabião de Paredes, refere-se ao selo da câmara de Eiras nos seguintes termos:

«O Çelo da Camara he hua torga de Latão no meio tem uma Senhora com hũ Menino no braço direito sobre trez colunas que fazem hũ Altar e das ilhargas duas pyramides por fora de hũ Arco que a cerqua, em roda de toda esta targe cita hũ letereyro com as Letras seguintes:

S.I.G.L.D.V.H:D.O.H.K(?).V.E.N.V.S.D.I.V.I.T.(?).A(?).H.S.I.S.

E para que se veja com mais clareza vai esta relação cellada com elle no fim aqui estampado» (PINHO 2008: p. 155; p. 175 e p. 177).

A imagem estampada junto à descrição, publicada por João Pinho, é efetivamente idêntica à pedra-de-armas hoje patente no chafariz. Os caracteres transcritos por Fabião de Paredes, no século XVIII, todavia, não permitem uma leitura satisfatória. Seria de esperar que as siglas da legenda do selo concelhio correspondessem a algo como “Selo do Concelho de Eiras” ou alguma outra variante que afirmasse a autoridade jurídica municipal.

O exame atento da peça heráldica esculpida permite concluir que a legenda estava escrita em latim. São claras as abreviaturas de SIGIL- (Sigillum) e -VENUS (sugerindo a leitura do termo *Conventus* e não tanto a palavra *Concillii*, como seria mais lógico, aliás, num selo municipal antigo), todavia as demais letras não conjugam palavras evidentes e devem ter resultado de deficiente interpretação paleográfica já naquele tempo. Mas a decifração da legenda, efetivamente, deverá remeter a outra hipótese interpretativa.

Nessa pedra de armas apresenta-se, na verdade, a reprodução de um selo ogival de temática mariana, envolto por cartela preenchida por decoração frondosa, ao modo de grinalda de volutas, frequente em peças heráldicas tardo-quincentistas, abrindo com uma concha, no topo, e fechando com uma rosa na parte inferior. Dentro desta moldura floral, no campo do escudo de dupla ogiva, gótico, com fundo enxaquetado, aparece, dentro de um nicho ou retábulo de arcada trilobada, encimado por pequenos gorgulhos flamejantes, a Virgem Mãe, sem coroa nem véu, de túnica e manto envolvente preso por um belo fimal, com o Menino Jesus no seu braço esquerdo. Ladeiam a composição duas pequenas pilastras triangulares rematadas cada qual por um globo. No terço inferior da cena, sustentando a narrativa mariana, vêem-se três salientes colunas.

A composição, de matriz sigilográfica, como se referiu, apresenta uma legenda, em maiúsculas romanas, em que se pode ler:

SIGILDVH ~ C .... /  
.... T ~ EHSIS

Uma boa parte do filactério encontra-se apagado. O canteiro, ou quem lhe forneceu os dados, parece não ter compreendido inteiramente a inscrição sigilográfica. As letras finais DVH deviam corresponder a -LVM (Sigillvm). O C que inicia a palavra seguinte, faz todo o sentido que fosse de C(onventus). Depois, o final da legenda, com um espaço vazio de permeio, com um -T ilegível, por não ter significado, lêem-se as letras -EHSIS.

Da impressão do selo que foi feita no manuscrito setecentista citado, publicada por João Pinho, parece possível ler-se ainda as letras RIE [Ma]Rie (?), sendo que as letras finais podem ser interpretadas como -ANIS e não -EHSIS. É nossa hipótese que possa corresponder, na matriz original, a [Guimar]ANIS ou [Gimar]ANIS.

Ou seja, estaremos perante uma reprodução ou adaptação, em pedra de armas, do selo conventual cisterciense de Santa Maria de Celas de Guimarães, de Coimbra, em uso certamente nos finais do século XV ou ao longo do século XVI. A leitura correta do selo ou da matriz deveria ter sido muito provavelmente a que aqui se propõe:

SIGILLVM ~ C[onventus Sancte Marie] /  
[De CELLIS GUIMAR]ANIS  
ou, em alternativa, [GIMAR]ANIS ou [VIMA]RANIS.

Corresponderia muito provavelmente, assim sendo, a um antigo selo do Convento de Santa Maria de Celas de Guimarães, abadia fundada pela Infanta D. Sancha, vindo as religiosas cistercienses a tornar-se justamente senhoras de Eiras por doação que lhes fez o rei D. Dinis em 1306 (MORUJÃO 2001: p. 67 e doc. 158, pp. 392-394). O concelho de Eiras tê-lo-á assumido, a dado momento, como matriz das suas próprias armas heráldicas e insígnias municipais. Se as armas heráldicas de Eiras fossem originalmente próprias, seria de esperar que o santo eleito da representação fosse o orago da freguesia, Santiago, e não Santa Maria.

Os selos conventuais de monges e monjas de S. Bernardo, todavia, eram sempre marianos. Obrigatórios, como se referiu, desde 1335, sendo que, de acordo com a normativa cisterciense, deveriam ser redondos e não ovais (GOMES 2007b; GOMES 2008). Mas com o tempo, foram adotadas outras formas, como poderá ter sucedido, e parece demonstrar-se, em Santa Maria de Celas de Coimbra<sup>1</sup>. A composição corresponde ao quadro devocional cisterciense, profundamente mariano, mas também de devoção à Santíssima Trindade. Esta estará simbolicamente recordada nas três colunas que sustentam o retábulo ocupado pela Virgem Santa Maria, figura com modelação da tradição escultórica tardo-gótica coimbrã (Fig. 2 e 3).

A proposta de leitura que avançámos tem em consideração o conhecimento dos formulários sigilográficos correntes nas chancelarias de Cister em Portugal (GOMES 2007b; GOMES 2008). Na verdade, num selo do convento de Santa Maria de Celas de Guimarães (Coimbra), cuja composição segue já os ditames aprovados por Roma, em 1335, para as selagens da documentação das chancelarias das abadias cistercienses, vemos a Senhora sentada e coroada, entretecendo um diálogo maternal com o Menino Deus. A sua legenda, por seu lado, avança formulário proposto (Fig. 4):

---

1 Naturalmente que esta hipótese obrigará a explorar aprofundada e oportunamente a documentação produzida e chancelada por Santa Maria de Celas de Coimbra sobretudo depois de Quatrocentos.

### S(igillum). CONVENTUS. DE CELLIS DE. GIMARANIS

A apropriação por parte de municípios portugueses medievos e modernos, nos seus brasões e insígnias, de heráldica senhorial, especialmente a régia, foi uma realidade (AZEVEDO 1897: pp. 3-7; COELHO 1934: pp. 246-250; TÁVORA 1983; COELHO 1996: pp. 563-565; GOMES 2005; GOMES 2012: pp. 107-114). Também no universo religioso cisterciense se descortinam apropriações, transferências e partilhas de iconografias de representação simbólica nos domínios da heráldica e da sigilografia (COCHERIL 1961; IGNACIO RODRIGUEZ 2018). Prática que se encontrará, por outro lado, noutros brasões de concelhos com senhorios eclesiásticos como terá sucedido, cremos, com o antigo município de Eiras.

O recurso a selos de chancelaria para usos epigráficos documenta-se igualmente na fundição sineira portuguesa medieval e moderna. Mário Barroca estudou já alguns desses casos, como sucedeu com a gravação sigilar no antigo sino, datado de 1292, do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Almoester, onde aparece o selo de D. Berengária Aires, fundadora desse claustro (BARROCA 2000: n.º 421, pp. 1080-1081; TEIXEIRA 1992: pp. 110-113; SEBASTIAN 2008: p. 56; MENDES e HENRIQUES 2015: pp. 79-100)<sup>2</sup>. No campo aparecem as suas armas heráldicas referindo a legenda:

+ SIGILLVM BERENGARIE . ARIE

Tanto no seu campo, quanto na legenda, é um selo inteiramente nobiliárquico e laico, escapando, assim e significativamente, de um ponto de vista do contexto histórico fundacional daquela abadia, aos padrões sigilares cistercienses, de maior simbologia espiritual, próprios dos cânones medievais<sup>3</sup>.

Num outro sino, com data de 1391, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi gravado um *Agnus Dei*, reproduzindo a iconografia própria do selo conventual do mosteiro (DIAS e COUTINHO 2003: p. 148; SEBASTIAN 2008: p. 60; GOMES 2007a: pp. 1008-1009). Mais divulgado é o selo gravado, também no ano de 1391, num sino mandado fundir pela abadessa cisterciense de S. Bento de Cástris, D. Maior Pais. Sem omitir a referência à linhagem nobiliárquica da prelada, o selo conforma-se ao figurino gótico cisterciense, mostrando uma abadessa, com o hábito desta Ordem, o livro e o báculo. A sua legenda, escrita em português, refere:

SELLO DE DONA / MAIOR ABADESA

(BARROCA 2000: pp. 1934-1935; FRANCA e ROSA: 2020).

No sino do Mosteiro de Lorbão, produzido em 1487, foi gravado o selo do convento dessa abadia cisterciense, em uso já desde a década de 1340, com a Virgem, rainha dos Céus, com o Menino Deus sentado no braço, rodeados de caprúdeos, e a inscrição:

S(igillum) : CONVENTUS : MONASTERII : DE LORBANO

(BORGES 2001: estampas 68, 84 a 86, pp. 80 e 93-94).

---

<sup>2</sup> Penhoradamente se agradece ao Doutor Luís Miguel Rêpas todas as informações disponibilizadas sobre esta peça epigráfico-sigilar.

<sup>3</sup> De notar que a legenda do selo gravado no sino não entronca na outra legenda que aparece, ainda que em caracteres unciais goticizantes, que diz: +MENTEM . SANCtAM . SPONtANEm : HONOREm : DEO : ET PAT(ri)E . Liberacionem : + Era : M<sup>a</sup> : CCC<sup>a</sup> : XXX<sup>a</sup>.

A aplicação de elementos sigilográficos medievos, geralmente num contexto de interpretação histórica do passado de uma instituição eclesiástica e numa atitude de resignificação dos elementos simbólicos a ele associados, nas (re)fundições de sinos, não foi uma prática exclusiva de claustros cistercienses.

Também num sino do mosteiro dominicano de Nossa Senhora da Vitória, da Batalha, fundido em 1784 por ordem do prior da comunidade, Fr. José de S. Tomás Vasconcelos (Fig. 5), se encontra uma gravação de tipologia sigilográfica, composta pelo escudo real sobre cruz de Avis (anterior, portanto à reforma heráldica real de 1485), suportado por uma figura tenente, talvez Santa Maria, e rodeado pela inscrição, em caracteres góticos minúsculos, seguinte: “*hac : est : victoria : qui : vinc[it] / mundum : fides : nostra*” (GOMES e REDOL 2014: p. 20-21). Trata-se de uma citação da I Carta de S. João 5, 4 “(...) *Et haec est victoria, quae vincit mundum, fides nostra*” (E esta é a vitória que vence o mundo, nossa fé), assaz apropriada ao título de Santa Maria da Vitória pelo qual este claustro real era designado nos seus primeiros séculos de existência.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Mosteiro de Celas de Coimbra, maço 8, doc. 11

Estudos

AZEVEDO, Pedro de (1897), Alguns selos antigos do Concelho de Santarem, *Archeologo Portuguez*, III, pp. 3-7.

BARROCA, Mário (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II. *Corpus Epigráfico Medieval Português*, tomo 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BORGES, Nelson Correia (2001), *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e Realidade. I. Das Origens a 1737*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

COCHERIL, P. Maur (1961), *L'héraldique cistercienne portugaise*, Braga.

COELHO, Constantino (1934), O Sêlo da Câmara de Braga, *Revista de Guimarães*, 44, Guimarães, pp. 246-250.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1996), Concelhos, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*. Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras*, Lisboa, Presença, pp. 563-565.

DIAS, Pedro e COUTINHO, José Eduardo (2003), *Memórias de Santa Cruz*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra.

FRANCA, Pedro Villa; ROSA, Maria de Lurdes (2020), Configurar os espaços monásticos no feminino: inclusão familiar, protagonismo e devoção, in *O Claustro e o Século*, Ed. CONDE, Antónia Fialho et al., Évora, CIDEHUS, <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.10221>.

GOMES, Saul António (2005), Ideologia e representação nas práticas das chancelarias concelhias medievais portuguesas, in *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações*, Viseu, Palimage.

GOMES, Saul António (2007a), *In Limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII a XIV*, Viseu, Palimage Editores e CHSC da Universidade de Coimbra.

GOMES, Saul António (2007b), Sigillis abbatis et conventus muniantur. A sigilografia cisterciense medieval em Portugal, in *Signum. Revista da ABREM*, 9, São Paulo, pp. 9-52.

- GOMES, Saul António (2008), *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria do Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, CHSC e Palimage.
- GOMES, Saul António (2012), *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, 2ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GOMES, Saul António; REDOL, Pedro (2014), Os antigos sinos do Mosteiro da Batalha, in *Boletim do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*, 3, pp. 20-21. [Acessível em linha em: <http://www.museubatalha.com/boletim>].
- IGNACIO RODRÍGUEZ (2018), José, *El Patrimonio heráldico de la Orden Cisterciense en Portugal*. (Prefácio de Miguel Metelo Seixas), São Cristóvão de Lafões – Arouca, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões e Real irmandade da Rainha Santa Mafalda.
- MENDES, Tiago de Sousa; HENRIQUES, António Castro (2015), Ffeuras & Sinaees III – A Heráldica do Mosteiro de Almoester, *Armas e Troféus*, 32, pp. 79-100.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2001), *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (Século XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- PINHO, João Carlos Santos (2008), *Freguesia de Eiras: a sua História (Do Século Décimo ao Séc. XXI)*, Eiras-Coimbra, Junta de Freguesia de Eiras.
- RIBEIRO, Ana Isabel (2005), *A Comunidade de Eiras nos finais do séc. XVIII. Estruturas, redes e dinâmicas sociais*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SEBASTIAN, Luís (2008), *Subsídios para a História da Fundação Sineira em Portugal. Do sino medieval da Igreja de São Pedro de Coruche à actualidade*, Coruche, Museu Municipal de Coruche.
- TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes) (1983), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa. I: Panorama dos estudos sigilográficos no nosso País e normas para a sua sistematização. II: Esboço de um Corpus Esfragístico Medieval Português*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- TEIXEIRA, Francisco (1992), *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém.



Fig. 1: Epígrafe do fontenário de Eiras (1743) e brasão do antigo concelho (finais do séc. XVI). (Foto do autor)



Fig. 2: Detalhe da pedra de armas e da legenda sigilográfica. (Foto do autor)



Fig. 3: Detalhe da escultura da Virgem com o Menino. (Foto do autor)



**Fig. 4:** 1361.05.30: Selo do convento da abadia de Santa Maria de Celas de Guimarães (Coimbra). (ANTT: Mosteiro de Celas de Coimbra, maço 8, doc. 11). (Foto de José António Silva)



**Fig. 5:** Moldagem da marca emblemática quatrocentista gravada no sino de 1784 existente no Mosteiro da Batalha, na chamada Torre da Cegonha. (Fotografia de Joaquim Ruivo)

# PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA – GESTÃO E FRUIÇÃO DE UM SÍTIO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

João Carlos Cardoso dos Santos  
CITCEM – Bolseiro da FCT  
Morph World, Lda.  
jccsantos.92@gmail.com

## ABSTRACT

The Côa Valley Archaeological Park, created by Decree-Law no. 117/97, of May 14th, was the first archaeological park in Portugal. Its main guidelines were the study, preservation and dissemination of the rock art of the Côa Valley, as well as its archaeological and natural heritage. However, there is still no management plan that allows for integrated management of the various heritages that exist in the archaeological park. This article aims to summarize the legal framework, based on the application of national and international regulations, which protects and legitimizes the park's heritage; to discuss some perspectives for better management and enjoyment of this space and to reflect on the current lack of a land use plan for the Park.

Keywords: Côa Valley Archaeological Park; legal framework; land use planning; management and fruition.

## RESUMO

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, criado através do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio, constituiu o primeiro parque arqueológico em território português, tendo como linhas orientadoras principais, o estudo, preservação e divulgação da arte rupestre do Vale do Côa, assim como do património arqueológico e natural afeto ao mesmo. Não existe ainda, no entanto, um plano de ordenamento que permita a gestão integrada dos vários patrimónios existentes na área do parque arqueológico. O presente artigo pretende abordar, em jeito de síntese, o enquadramento legal, com base na aplicação de normativas nacionais e internacionais, que protege e legitima o património do parque; abordar ainda algumas perspetivas para uma melhor gestão e da fruição deste espaço, e refletir sobre a ausência, atualmente, de um plano de ordenamento do território para o Parque.

Palavras-chave: Parque Arqueológico do Vale do Côa; enquadramento legal; ordenamento do território; gestão e fruição.

## 1. INTRODUÇÃO

Os primeiros sítios com arte paleolítica ao ar livre do Vale do Côa foram descobertos em 1982, por uma equipa da Universidade do Minho, durante os trabalhos de prospeção realizados no âmbito da construção da barragem do Pocinho (BAPTISTA 1983). Posteriormente, ao abrigo da construção da barragem do Côa, Nélon Rebanda identifica, em 1991, a rocha 1 da Canada do Inferno (LUÍS 2000, 2008a). Esta intervenção enquadrou-se nos princípios decorrentes dos colóquios de Florença (1984) e Nice (1987), baseada na “Arqueologia de Salvamento”, numa perspetiva de minimizar os efeitos de grandes obras públicas sobre o património arqueológico e construído (REBANDA 1995a). À data, em Portugal, os trabalhos de arqueologia estavam enquadrados pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (doravante RTA), instituídos pela Portaria n.º 269/78, de 12 de Maio, retificada pela Portaria n.º 195/79, de 24 de Abril. Assim, formalizou-se, em 1993, um protocolo entre o já extinto Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e a empresa EDP, promotora da obra, com vista ao “aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista da barragem de Vila Nova de Foz Côa, até à conclusão da obra, apontada para 1998, assim como para a eventual trasladação de valores culturais que se justificas- se” (REBANDA 1995b: p. 5). Estes “valores culturais” encontravam-se definidos pela Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, que constituía, à data, a Lei de Bases do Património Cultural Português e na qual já se estabeleciam definições que se poderiam aplicar ao caso do Côa. No artigo 8.º (definição do conceito de monumentos, conjuntos e sítios), ponto 1, alínea c) da referida Lei, referia-se que “c. Sítios: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social” (Lei n.º 13/1985: p. 1866).

Em novembro de 1994, os sítios do Côa são amplamente divulgados na imprensa (CARVALHO 1994), tendo a sua revelação ocorrido paralelamente à construção da barragem que os iria submergir, colocando assim em risco a sua preservação e desencadeando um grande debate científico, com repercussões no debate político nacional e gerando também impacto internacionalmente (LUÍS 2008; SACCHI 2021).

Os primeiros textos científicos sobre os sítios recentemente descobertos são da autoria de Nélon Rebanda (REBANDA 1995a, 1995b), onde se referem já uma série de locais e rochas com arte atribuídas, estilisticamente, ao Paleolítico Superior. A reboque das primeiras publicações vieram também as primeiras objeções à cronologia paleolítica da arte do Côa, plasmadas num artigo de Robert Bednarik (BEDNARIK 1995), que, baseando-se em “resultados advindos da utilização de métodos de datação absoluta de fiabilidade discutível” (SANTOS 2019: p. 62), afirma que a cronologia Paleolítica não se aplica à arte rupestre do Côa. Todavia, os resultados publicados pelo autor são rebatidos de forma contundente por João Zilhão (ZILHÃO 1995a, 1995b) e Monge Soares (SOARES 1995a, 1995b), sendo que ainda na mesma altura, conceituados investigadores estrangeiros publicam uma série de artigos nos quais aceitam as cronologias avançadas inicialmente pelos seus pares portugueses, sugeridas mediante critérios estilísticos (BAHN 1995a, 1995b; BELTRÁN 1995; CLOTTE 1995; CLOTTE *et alli* 1995; SACCHI 1995). Atualmente, através dos inúmeros estudos desenvolvidos ao longo das últimas três décadas no Vale do Côa, é possível afirmar que a arte paleolítica do Côa se enquadra numa diacronia que vai desde o período Gravettense ao Azilense (AUBRY 2009; SANTOS 2019), surgindo ainda muitos grafismos realizados durante os chamados “períodos históricos”.

Em 1996, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro, o Governo português opta pela manutenção dos sítios com arte rupestre, em detrimento da construção da barragem. No ponto 6 da dita Resolução, é referida a necessidade de “Tornar claro que, terminada a avaliação dos achados e concluindo-se pela verificação de que nos encontramos perante um património mundial de valia indiscutível, este deverá ser preservado na sua inserção natural, eliminando em definitivo a hipótese de construção da barragem” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/1996: p. 80).

Posteriormente, através do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio, procedeu-se à criação do PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa), do IPA (Instituto Português de Arqueologia) e do CNART (Centro Nacional de Arte Rupestre), com sede no PAVC. Em simultâneo, foram aprovados uma série de regulamentos, com enfoque na arqueologia de salvaguarda e preventiva. A descoberta da arte do Côa marcou o paradigma da arqueologia em Portugal: «*La révélation de l'art du Côa et son impact ont été bien caractérisés en définissant dans l'histoire de l'archéologie au Portugal une période AC (avant le Côa) et une période DC (depuis le Côa)*» (RAPOSO 1995 apud SANTOS e AUBRY 2024: p. 2). Os mesmos autores afirmam que: «*La période “depuis le Côa” a donné lieu non seulement à une meilleure connaissance de l'art rupestre de la vallée et de son contexte [...] mais aussi à une multiplication du nombre de découvertes des sites d'art paléolithique dans le pays.*» (*idem*: p. 3).

É, sobretudo, depois do Côa que se assiste ao desenvolvimento mais acentuado de legislação na área do património cultural. Tal legislação, grande parte elaborada com base em cartas e convenções internacionais, da qual Portugal é signatário, enquadram legalmente o património cultural, contribuindo para o seu estudo, preservação e divulgação, promovendo a sua fruição por parte da sociedade.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Após a descoberta da arte rupestre do Vale do Côa, o primeiro passo dado no sentido da sua preservação corresponde à publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de janeiro, na qual o governo decide preservar os sítios com arte rupestre em detrimento da construção da barragem. Determinou-se a “realização de um relatório” de forma a sintetizar o “conhecimento existente” e que esclarecesse de forma definitiva o “verdadeiro valor e efetiva dimensão dos achados”, devendo ser transmitidos ao público regular a evolução dos trabalhos. Daí resultou um relatório científico, sob a coordenação de João Zilhão, que permitiu demonstrar, não só a importância, mas também a antiguidade das descobertas que se tinham vindo a fazer<sup>1</sup>. Ainda no mesmo ano, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, de 16 de abril, que cria o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa, enquadrado no programa PRODOURO, refere a necessidade de um “projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em torno do qual se devem desenvolver projectos e acções específicas de dimensão local, orientadas essencialmente do Parque mas sobretudo a geração de riqueza e a criação de emprego” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/1996: p. 869).

Em 1997 é publicado o Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio, no qual se estabelece a criação do IPA, do CNART e do PAVC. Ao PAVC compete, conforme o Artigo 13.º “gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os monumentos incluídos na zona especial de protecção do Vale do Côa.” (Decreto-Lei n.º 117/1997: p. 2356). Decorrente dos princípios estabelecidos na Carta de Lausanne (1990) e da Convenção de Malta (1992) é publicado, no mesmo ano, o Decreto n.º 32/97, de 2 de Julho, que classifica como monumento nacional o “conjunto dos Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa”, considerando que “O seu estudo pode permitir, no futuro, informações sobre a natureza e significado religioso, económico e social dessas imagens que, hoje, valorizamos principalmente pela sua beleza e antiguidade, tornando-se assim essencial a sua preservação para as gerações vindouras.” (Decreto n.º 32/1997: p. 3237).

Este decreto constitui uma pedra basilar na proteção e enquadramento legal destes sítios arqueológicos. Com base nos princípios estabelecidos pela UNESCO na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), a arte rupestre do Côa é inscrita, em 1998, na Lista

---

1 Ver CARVALHO *et alii* 1998.

do Património Mundial, com base nos seguintes critérios: “*Critério i: The Upper Palaeolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development. Critério iii: The Côa valley rock-art throws light on the social, economic, and spiritual life of the early ancestors of humankind in a wholly exceptional manner.*” (ZILHÃO 2005: p. 20). É neste quadro de instrumentos legais de proteção que fica consagrada a irreversibilidade do abandono da barragem, garantindo assim a preservação do conjunto para “efeitos de investigação e de usufruto pelo público.” (ZILHÃO 2005: p. 20). Posteriormente, em 2010, também os sítios com arte rupestre de Siega Verde, em Espanha, são adicionados à Lista do Património Mundial, como extensão dos sítios do Vale do Côa.

Decorrente de um conjunto de aspetos específicos que à época se consideravam “desregulados e geradores de disfunções na actividade arqueológica” (BUGALHÃO 2021: p. 66), surge a necessidade de revisão do RTA em vigor, que datava de 1979. Alguns desses aspetos prendiam-se com “a definição de trabalhos arqueológicos [...]; a salvaguarda do Património arqueológico e a consequente necessidade de implementação de procedimentos de Arqueologia preventiva; a adaptação do RTA à Convenção de Malta aprovada em 1992 [...]; a regulação do financiamento da actividade arqueológica, nomeadamente através do estabelecimento de planos plurianuais de financiamento à investigação” (BUGALHÃO 2021: p. 67), entre outros. Assim, através do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho, posteriormente retificado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro, publica-se o novo RTA, que pretende “acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por intervenções humanas de diversa natureza e dimensão, que passa, assim, a merecer atenção prioritária” (Decreto-Lei n.º 270/1999: p. 4412). Outros objetivos deste documento prendiam-se com a “desburocratização, o incentivo à interdisciplinaridade, a conservação dos sítios arqueológicos, a gestão adequada dos espólios recolhidos, o estudo e publicação dos resultados dos trabalhos arqueológicos” (BUGALHÃO 2021: p. 67).

Em 2001 é publicada a Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Ainda que abrangente, esta lei reveste-se de muita importância para o contexto nos quais os sítios arqueológicos do Vale do Côa estão inseridos. O ponto 2 do Artigo 44.º refere que “2. [...] o Estado, [...] e as autarquias locais promoverão [...] a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem.” (Lei n.º 107/2001: p. 5815).

Já no ponto 4 do Artigo 74.º é referido que “4. Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam estar determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.” (Lei n.º 107/2001: p. 5821).

No artigo 75.º, relativo às formas e regimes de proteção, são referidas normas relativas aos parques arqueológicos, ficando estabelecido que: “3. Sempre que o interesse de um parque arqueológico o justifique, o mesmo poderá ser dotado de uma zona especial de protecção [...] por forma a garantir-se a execução futura de trabalhos arqueológicos no local. [...] 7. Com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos [...] a administração do património arqueológico competente deve [...] elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico.” (Lei n.º 107/2001: p. 5821).

É só com a publicação do Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, que se estabelecem as diretivas para a criação e gestão de parques arqueológicos. O Artigo 3.º estabelece quais os seus objetivos: “a) Proteger, conservar e divulgar o património arqueológico; b) Desenvolver acções ten-

dentos à salvaguarda dos valores culturais e naturais existentes na área do parque arqueológico; c) Promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas” (Decreto-Lei n.º 131/2002: p. 4430).

É também aqui abordada a necessidade da criação de um Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico. O Artigo 6.º, refere que: “1 – Os parques arqueológicos dispõem obrigatoriamente de um plano especial de ordenamento do território [...]; 2 – Os planos de ordenamento de parque arqueológico estabelecem regimes de salvaguarda do património arqueológico e asseguram a permanência dos sistemas indispensáveis ao ordenamento e gestão da área do parque” (Decreto-Lei n.º 131/2002: p. 4430).

Pretendia-se que, através da criação do parque arqueológico, se pudesse agir mais eficazmente na preservação e divulgação do património que lhe está afeto e que se integra numa paisagem mais ou menos preservada. A premissa é “salvar” o património arqueológico não de maneira isolada, mas sim “com o seu contexto envolvente, com a sua vida natural, animal e vegetal” (PAU-PRETO e LUÍS 2003: p. 78). No caso específico do Côa, é evidente que “[...] o conjunto compreende a paisagem e o ambiente humanizado das rochas gravadas que não se podem de modo algum separar da sua circunstância histórica. Trata-se também de ordenar e racionalizar o território e dar à arte rupestre o sentido educativo e o valor social que lhe correspondem como parte viva da nossa história.” (PAU-PRETO e LUÍS 2003: p.78).

Havia-se definido, em 2001, a elaboração de um Plano Especial de Ordenamento de Parque Arqueológico, sem que o mesmo alguma vez se tenha efetivado. De facto, só em 2009 é que se reconheceu a componente territorial da arte do Côa, para além da classificação dos núcleos já classificados. Os sítios classificados passavam a integrar uma Zona Especial de Proteção (n.º3 do art.º 72.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro), o que seria concretizado para o Vale do Côa no ano seguinte, através do Aviso n.º 15168/2010, de 30 de Julho, passando o território que enquadra a arte rupestre do Vale do Côa a existir, finalmente, na lei portuguesa (LUÍS 2021).

Em 2005, Portugal ratifica, através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, a Convenção Europeia da Paisagem. Logo no preâmbulo constata-se a importância que a paisagem desempenha no interesse público e em diversos campos, incluindo o cultural, e que esta contribui para a “formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu” (Decreto n.º 4/2005: p. 1025). Adiante, na alínea a) do Artigo 1.º, assume-se que a paisagem “designa parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (Decreto n.º 4/2005: p. 1025), enquadrando assim o território do Vale do Côa.

Anos mais tarde, em 2012, através do Anúncio n.º 13471/2012, de 16 de Setembro, publica-se o Projeto de Decisão relativo à alteração da classificação do Conjunto dos Sítios Arqueológicos do Vale do Rio Côa, no qual se redefinem os limites de um conjunto de sítios arqueológicos/núcleos de arte rupestre e integrando-se outros, como a Canada da Moreira, Vermelha, Foz do Côa, Vale de Cabrões, Vale de José Esteves, Alto da Bulha, Canada do Amendoal e Vale do Forno, no processo de classificação (Anúncio n.º 13471/2012: p. 32392). Posteriormente, em 2013, através do Decreto n.º 6/2013, de 6 de Maio, dá-se continuidade à integração no processo de classificação de novos sítios no Vale do Côa, justificando-se esta adição com “o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso, o seu interesse como testemunho notável de vivências e fatos históricos, o seu valor estético, técnico e material intrínseco, a sua conceção paisagística, a sua extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva, a sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica e as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou integridade” (Decreto n.º 6/2013: p. 2709).

Para a temática que aqui estamos a abordar, é importante referir ainda o Novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, instituído pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro. Em preâmbulo, refere-se que “a presença crescente da arqueologia em áreas tão diversas como as políticas de gestão do ambiente, do ordenamento do território ou da reabilitação urbana impõem a adoção de um novo e eficiente corpo de normas que garanta o cumprimento de procedimentos e preceitos técnicos de trabalhos arqueológicos” (Decreto-Lei n.º 164/2014: p. 5614). Todavia, para o caso do Vale do Côa, houve pouco impacto. Anos mais tarde, em Dezembro de 2020, foi anunciado o lançamento do Programa Especial do Parque Arqueológico do Vale do Côa (LUÍS 2021), através do Despacho n.º 12285/2020, de 17 de Dezembro. O prazo para a sua elaboração foi posteriormente prorrogado, pelo Despacho n.º 1952/2023, até 31 de Dezembro de 2023, não havendo, até à data, mais desenvolvimentos.

### 3. GESTÃO E FRUIÇÃO DO(S) PATRIMÓNIOS DO VALE DO CÔA

A gestão integrada do património do Vale do Côa assume-se, seguramente, como complexa e desafiante. A criação da Fundação Côa Parque foi uma forma encontrada para a partilha dos encargos financeiros do Museu e Parque Arqueológico com outros Ministérios, passando o orçamento da Fundação a ser partilhado por um lote de fundadores que, com fatias diferentes, são as entidades que a financiam (BAPTISTA 2014).

É de notar que, no ano a seguir à sua criação, esteve prevista a sua extinção, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de Setembro, o que travou desde logo a dinâmica criada pela suspensão das transferências [monetárias] por parte dos fundadores e das parcerias locais entretanto estabelecidas, constituindo um impacto significativo e diminuindo a eficácia do projeto criado. Este processo arrastou-se até 2016, ano em que, finalmente, se reconhece a importância do envolvimento de outras entidades, públicas ou privadas, na valorização das diferentes vertentes da Fundação, destacando-se, “no âmbito da transferência do conhecimento, a relevância das instituições científicas e de ensino superior” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016: p. 4254). Nesse sentido, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros 79/2016, de 30 de Novembro, definiram-se as “orientações de ação para os diferentes organismos da Administração Pública com envolvimento direto no projeto [...] no sentido da revitalização da Fundação Côa Parque” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016: p. 4254). Os objetivos, de forma breve, eram os de encontrar mecanismos que promovessem a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas, promovendo um maior envolvimento da população nos projetos, reforçando o investimento e a cooperação entre instituições científicas e de ensino superior na valorização patrimonial, científica e ambiental, e promovendo a criação de condições para a melhoria da fruição pública dos locais.

Nos anos seguintes, destaca-se a abertura, por parte da FCT, em 2019<sup>2</sup>, de uma linha de financiamento para a investigação científica sobre o Vale do Côa, de cariz multidisciplinar, mas cujos projetos de investigação incidem, sobretudo, sobre o património natural. Importa ainda referir o financiamento de diversos projetos que abrangem diferentes áreas de atuação da Fundação e do Museu. Destacámos aqui os projetos “*Valorização turística do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa, Património da Humanidade*”<sup>3</sup>; o projeto “*Dinamização da fruição sustentável e acessível do Parque Arqueológico do Vale do Côa*”<sup>4</sup>, que, grosso modo, permitiu a melhoria das condições de segurança e visitação aos núcleos de arte rupestre, especialmente a público com mobilidade condicionada; o

---

2 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2023/03/Projetos-FCT.pdf>

3 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2020/04/Valorizar.pdf>

4 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2021/10/DESIGN1.pdf>

projeto “Houdini”<sup>5</sup>, para dinamizar as experiências imersivas e interativas através de tecnologias de realidade aumentada; o projeto transfronteiriço “Textour”<sup>6</sup>, direcionado para a inovação social e tecnológica, promovendo o crescimento sustentável através do turismo cultural participativo; o projeto de dinamização científico-pedagógica do Museu através do Centro Ciência Viva<sup>7</sup>; mas também, no que respeita à monitorização de locais sensíveis dentro da área de atuação da Fundação, como é o caso do projeto “RRADCOA – Recuperação e Reabilitação das áreas desertificadas e de escombrelras existentes no Vale do Côa”<sup>8</sup>, com o propósito de recuperar as áreas paisagísticas e ecologicamente degradadas resultantes do abandono das obras de construção da barragem do Côa e da sobre-exploração agrícola.

Não obstante os diversos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos no Vale do Côa, surpreende, à data de hoje, a inexistência de um plano de ordenamento para o PAVC. Integrado num território com uma matriz de solo diversa, com ecossistemas naturais protegidos (Zona de Protecção Especial, no âmbito da REDE NATURA 2000 e Reserva da Faia Brava, no interior do próprio parque arqueológico) e uma notoriedade turística crescente, o mesmo carece de uma gestão e ordenamento capazes de enfrentar novos desafios e perigos, numa paisagem que se encontra em transformação. O facto de a arte rupestre ao ar livre do Vale do Côa estar inscrita como Património Mundial, integrando-se esta na região demarcada do Douro, também inscrita como Património Mundial, revela a problemática da aparente ausência de articulação entre estratégias de desenvolvimento que se alicercem nos dois bens, e que prejudicam os escassos habitantes destas zonas (PAU-PRETO 2008). Efetivamente, segundo Sabaté (2004), a gestão inteligente dos diversos recursos patrimoniais constitui, em diversos territórios, um dos fatores chave para o seu desenvolvimento económico, atraindo turismo, gerando atividades, postos de trabalho, e ainda reforçando a autoestima das populações.

Do ponto de vista legal, o plano de ordenamento constitui a única ferramenta capaz de gerir as diferentes valias patrimoniais. Efetivamente, a falta de articulação entre as várias entidades que se pronunciam sobre a gestão do património e o PAVC não permitem uma avaliação prévia dos potenciais impactos negativos que possam pôr em causa a salvaguarda do património, sendo exemplo disso o ato de vandalismo realizado na rocha 2 da Ribeira de Piscos, no dia 25 de Abril de 2017 e amplamente noticiada no nosso país (CORREIA *et alli* 2018). Na última alteração efetuada à Lei bases do património (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), através da publicação da Lei n.º 36/2021, de 14 de Junho, a problemática dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis ao património cultural é mencionada de forma genérica, não se notando uma evolução do seu conceito e respetiva aplicação prática. De facto, a alínea C) do Art. 6.º refere a necessidade de “Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas [...] em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo” (Lei n.º 36/2021: p. 2); mais adiante, o Art. 13.º aborda a importância do estabelecimento de relações na aplicação de instrumentos de cooperação entre diversos setores, referindo na alínea e) a “Definição dos modelos de articulação da política do património cultural com as demais políticas sectoriais” (Lei n.º 36/2021: p. 4); já no Art. 44.º é referida a defesa da qualidade ambiental e paisagística, mencionando, na alínea c) do ponto 3, que a legislação em desenvolvimento estabelecerá “os sistemas de incentivo e apoio à gestão integrada e descentralizada” (Lei n.º 36/2021: p. 10). Nesta lei, a definição de parque arqueológico, descrita no ponto 4 do Art. 74.º mantém-se inalterada,

---

5 Ver: [https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2021/10/Houdini\\_69902.pdf](https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2021/10/Houdini_69902.pdf)

6 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2023/04/TEXTOUR-PUBLICITACAO-2023.pdf>

7 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2023/01/Final-.pdf>

8 Ver: <https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2022/11/RRADCOA.pdf>

referindo-se apenas, nos pontos 7 e 8 do Art. 75.º: “7 – Com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos [...], a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico. 8 – Os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano referido no número anterior serão definidos na legislação de desenvolvimento” (Lei n.º 36/2021: p. 18). Por aqui se consegue perceber o entrave ainda existente ao dia de hoje. Nesse sentido, expomos de seguida, ainda que de maneira breve, um conceito de gestão de património(s) já em vigor há algumas décadas.

Sendo o património cultural do Vale do Côa indissociável da paisagem no qual está integrado, pode constatar-se que a mesma possibilita a criação de determinados serviços que geram diversos tipos de benefícios económicos, essencialmente ligados à indústria do turismo. Englobando os conceitos de Parque Arqueológico e Parque Natural, é passível de ser aplicado ao caso do Vale do Côa o conceito de “Parque Cultural” (FRANCISCO 2011). Por Parque Cultural, entenda-se “um instrumento de projecto e gestão, de reconhecimento e valorização de uma determinada paisagem cultural que procura, não só a preservação do património ou a promoção da educação, mas também favorecer o desenvolvimento económico local” (FRANCISCO 2011): p. 522). Aqui ao lado, em Espanha, há exemplos concretos da aplicação deste conceito.

Referimo-nos ao Parque Cultural de Aragão (estabelecido pela *Ley 12/1997, de 3 de Diciembre, de Parques Culturales de Aragón*)<sup>9</sup>, que se situa numa zona essencialmente rural e com um decréscimo acentuado de população, à semelhança da zona onde se implanta o PAVC (PAU-PRETO 2005). É definido como “*Un territorio que contiene elementos relevantes del patrimonio cultural, integrados en un marco físico de valor paisagístico y/o ecológico singular que gozará, de promoción y protección global en su conjunto, con especiales medidas de protección para dichos elementos relevantes*” (FRANCISCO 2011: pp. 522–523). Aqui, o propósito é o de salvar a arte rupestre e o contexto que a integra. No fundo, o “conjunto compreende a paisagem e o ambiente humanizado das rochas gravadas que não se separam da sua circunstância histórica”, tratando-se também de “ordenar e racionalizar o turismo e de dar à arte rupestre o sentido educativo e o valor social que lhe correspondem como parte viva da nossa história” (PAU-PRETO 2005: p. 11).

Da experiência deste parque cultural, retira-se “a mais-valia da coordenação intersectorial necessária para o seu funcionamento, que assenta numa ferramenta, o plano de parque cultural, essencialmente de cariz estratégico. Ressalta também o envolvimento dos municípios, sendo transversal a todo o processo, visto que estão representados em praticamente todas as etapas, bem como na própria gestão do parque. Através de uma única figura legal, o Governo de Aragão, salvaguarda o seu património cultural, independentemente de ser arqueológico, o seu património natural e ainda toda a paisagem que os compreende” (PAU-PRETO 2008: p. 106).

No caso do PAVC, apesar de não se lhe aplicar o conceito acima abordado, é notório que a sua gestão, pela Fundação Côa Parque, assume diretrizes que se podem considerar semelhantes, no que respeita, sobretudo, aos objetivos subjacentes à sua criação. Relativamente aos processos decisórios, e tendo em conta os estatutos que regem a Fundação<sup>10</sup>, é de ressaltar o envolvimento, a par de outras instituições, dos municípios locais, assumindo competências no Conselho Consultivo e podendo pronunciar-se sobre as políticas e as linhas orientadoras da mesma. No entanto, com tantas semelhanças contextuais entre o caso português e o espanhol, dificilmente se compreende a ausência, ao dia de hoje, de um plano de ordenamento dirigido a uma zona tão importante como o Vale do Côa.

---

9 Ver: <https://derechoaragones.aragon.es/bvda/es/consulta/registro.do?id=396500>

10 Ver (Decreto-Lei n.º 35/2011), atualizado pelo (Decreto-Lei n.º 70/2017).

#### 4. O PAPEL DA FUNDAÇÃO CÔA PARQUE E DO MUSEU DO CÔA

Com a extinção, em 2007, do IPA e do CNART, cria-se, em 2011, através da publicação do Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março, a Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, que passa a gerir o PAVC e o recém-criado Museu do Côa (2010), tendo como fundadores o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I. P., entretanto extinto), a Entidade Regional de Turismo do Douro, a Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., o município de Vila Nova de Foz Côa e a Associação de Municípios do Vale do Côa. De acordo com a Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012), assume-se como uma fundação pública de direito-privado, regendo-se por normas de administração pública, mas com uma gestão autónoma que lhe confere flexibilidade operacional. No Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de Março, são estabelecidos como fins principais: «1- [...] a salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre e demais património arqueológico, paisagístico e cultural [...]; 2 – [...] o desenvolvimento de acções em matéria de valorização, exploração e gestão integrada do património e dos recursos naturais do Vale do Rio Côa, dinamização de actividades culturais, artísticas, turísticas, de lazer [...] que contribuam para o desenvolvimento económico e social da área prevista [...]» (Decreto-Lei n.º 35/2011: pp. 1326–1327).

Desde a sua criação que, para além do enquadramento e do apoio a fornecido a uma pluralidade de projetos de investigação que incidem sobre o Vale do Côa, lhe cabe a organização das visitas aos sítios com arte rupestre, adotando o esquema que decorrente do PAVC, encontrando-se abertos ao público, atualmente, três dos principais sítios com arte rupestre: a Canada do Inferno, a Penas-cosa e a Ribeira de Piscos (BAPTISTA 2014). Atendendo aos particularismos tecnomorfológicos e de distribuição espacial da arte paleolítica, foram criadas fichas de rocha com a desmontagem dos motivos individualizados através de um sistema de cores diferentes, sendo que as visitas a qualquer um dos sítios visitáveis continuam a ser asseguradas por um corpo de guias do próprio Parque, restringindo-se o número de visitantes de forma a evitar uma acumulação excessiva dos mesmos nos locais, reduzindo a pressão sobre estes (BAPTISTA 2015), e permitindo uma melhor fruição do património visitável.

Após a abertura do Museu do Côa, inaugurado em 2010, é por aqui que, desde então, os visitantes são aconselhados a começarem os seus percursos. O museu constitui um marco importantíssimo na preservação e divulgação do património cultural e natural do Vale do Côa. A sua museografia assentou integralmente no trabalho quer dos investigadores do extinto CNART, quer do PAVC (BAPTISTA 2014). No âmbito das categorias museológicas definidas pelo ICOM, assume-se como polinucleado, distribuído territorialmente por diferentes núcleos museológicos, incluindo no seu projeto expositivo: “a musealização in situ de parte dos núcleos arqueológicos do PAVC que integrarão assim o seu acervo complementando a visita ao núcleo-sede com um número [...] crescente, de núcleos museológicos, assim constituindo cada vez mais, um recurso equilibrado de desenvolvimento económico e social, lugar com elevado potencial educativo [...] atrativo para a comunidade científica, espaço de conhecimento e lazer, motivo de autoestima para as populações [...]” (FUNDAÇÃO CÔA PARQUE 2023: p. 3).

O próprio museu assume como vocação “o estudo, inventário, musealização e divulgação dos bens culturais e naturais inseridos no território do parque”, funcionando como “agente de ligação entre o parque arqueológico e os diversos tipos de público”, pretendendo ainda “auxiliar e alicerçar políticas de desenvolvimento sustentado de salvaguarda e valorização do património cultural integrado no Vale do Côa, partindo da arte rupestre” (FUNDAÇÃO CÔA PARQUE 2023: p. 2).

De acordo com Artigo 5.º do seu Regulamento, assumem-se como objetivos gerais: «a) Garantir o destino de um conjunto de bens culturais que lhe esteja afeto (móveis e imóveis), valorizando-os através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, expo-

sição e divulgação; b) Assegurar os compromissos assumidos pelo Governo Português perante os organismos internacionais, na área do Património Cultural [...]; c) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado, no quadro das políticas europeias para o século XXI, nas áreas da cultura, turismo e ambiente» (FUNDAÇÃO CÔA PARQUE 2023: p. 9).

Pretende-se, por isso, que o museu consiga acolher todos os visitantes, reduzindo os constrangimentos inerentes à visita aos núcleos arqueológicos, mas tentando sempre garantir o condicionamento das visitas às especificidades e normas de conservação dos seus valores patrimoniais (FUNDAÇÃO CÔA PARQUE 2023).

Destacámos o facto de que o Museu assume, declaradamente, uma vertente interativa, através do recurso a tecnologias digitais e de realidade aumentada que gozam de grande sucesso junto dos visitantes. Esta aposta foi possível através da concretização de alguns projetos cofinanciados (ver ponto 3). Aqui importa referir a importância do Centro Ciência Viva. O projeto, cofinanciando por fundos públicos e europeus, visa a promoção da cultura científica e tecnológica, direcionado a um público mais jovem, na tentativa de impulsionar o seu papel enquanto defensores do(s) património(s) do Vale do Côa. Também a utilização das redes sociais, como forma de divulgação e de educação patrimonial, veio permitir a criação de “uma cultura participativa cujos princípios constituem o fundamento para o desenvolvimento de diversas estratégias educativas, baseadas na cooperação e participação do público” (FRANCISCO 2015: p. 42), o que permite “abrir os processos de decisão interna, de desenho de estratégias e da resolução de problemas a uma comunidade de participantes que acrescentem diversidade de ideias [...] conhecimentos e visões” (FRANCISCO 2015: p. 42).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso do Côa constitui um marco importante no desenvolvimento e na aplicação de políticas de gestão patrimonial em Portugal. As suas particularidades políticas, económicas e sociais, tornaram este sítio um caso singular, contribuindo para uma maior consciencialização social dirigida ao património cultural. Destaca-se o papel que diversas comunidades (científica, local, público geral) tiveram na “construção” de uma pressão mediática exercida no sentido da preservação da arte rupestre, algo que levou à decisão do Governo português de optar pela sua preservação em detrimento da construção de uma barragem que prometeria o desenvolvimento económico de uma região periférica e deprimida.

Ao longo dos anos, e após a inscrição do sítio na Lista do Património Mundial da UNESCO, assistiu-se ao desenvolvimento de legislação específica na área do património que permitiu a proteção, através do enquadramento legal, não só da arte rupestre do Vale do Côa, mas também de muitos outros sítios de interesse patrimonial (cultural e natural), revelando o compromisso de Portugal em aplicar as diversas cartas e convenções, europeias e mundiais, das quais é signatário.

Com efeito, o “caso Côa” contribuiu, à data, para a reformulação da arqueologia e da atividade arqueológica em Portugal, tanto ao nível do seu enquadramento legal, como dos seus diversos contextos de aplicação prática, e ainda ao nível das estruturas orgânicas que tutelavam o património cultural e, em particular, o arqueológico (v.g. Decreto-Lei n.º 117/1997; Decreto-Lei n.º 270/1999). Todo este contexto promoveu uma consciencialização sobre o património arqueológico inédita em Portugal, que levou a que, para além da decisão governativa de preservar a arte rupestre do Côa em detrimento da construção da barragem, se criasse o primeiro parque arqueológico em território nacional (v.g. Decreto-Lei n.º 117/1997; Decreto-Lei n.º 131/2002).

É de ressaltar o papel que a Fundação e o Museu têm desempenhado na boa gestão do(s) património(s) que lhes estão afetos. Destacámos, sobretudo, a concretização de diversos projetos (ver pontos 3 e 4) que permitiram o melhoramento das infraestruturas do PAVC, bem como a relevân-

cia que tem sido dada à investigação científica no Vale do Côa, que se debruça sobre problemáticas que vão muito para além do património cultural. Aqui, para além da linha de investigação específica aberta, em 2019, pela FCT, mencionámos a abertura, em 2024, do “Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento em ambiente não académico, nos domínios científicos definidos pela Fundação Côa Parque 2024”<sup>11</sup>, fruto de uma parceria entre esta e a FCT. Já o Museu, para além da sua inovadora componente digital, assume-se como polinucleado, encontrando-se espalhado pelos diversos núcleos de arte rupestre, visitáveis pelo público através de visitas guiadas e controladas, sempre tendo em atenção, e de acordo com a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (1999), os “impactes deste tipo de visita sobre a integridade e as características físicas, naturais e culturais dos sítios (LOPES e CORREIA 2014). Ao mesmo tempo, a realização contínua de diversas exposições e iniciativas que envolvem as comunidades locais, permite o fomento do desenvolvimento de uma política de educação patrimonial, por forma a permitir que estas se assumam como “primeiras defensoras” do património. Destaca-se ainda a integração do Museu da rede de Centros Ciência Viva, que tem permitido, não só a divulgação da arte rupestre, mas também a criação de uma consciencialização para a problemática da defesa do património do Vale do Côa no seio do público mais jovem.

Contudo, muito ainda pode e deve ser feito para melhorar a gestão e a fruição destes locais por parte do público em geral. Acima de tudo, no nosso entender, há a carência de um plano de ordenamento para o PAVC, algo que, como referido anteriormente, já vem sendo abordado há décadas, sem que se tenha concretizado. A falta de enquadramento legal cria um perigoso vazio na gestão que, atualmente, não é admissível. Tem-se assistido, nos últimos anos, a uma nova dinâmica de desenvolvimento no território onde se integra o PAVC o que, apesar de ser bem-vinda numa região demográfica e economicamente deprimida, acarreta também novos desafios e perigos (CORREIA *et alli* 2018). A aparente falta de articulação entre as diversas entidades que se pronunciam sobre a gestão do território e o PAVC, não permite a avaliação de potenciais impactes negativos, colocando em causa, dessa forma, a salvaguarda do património (CORREIA *et alli* 2018).

Dalila Correia e os investigadores associados escreviam, em 2018, no rescaldo da notícia de vandalismo de um sítio com arte rupestre (ver ponto 3) que “Neste quadro, urge iniciar-se a revisão da proposta do Plano de Ordenamento e a sua promulgação legal. Tal revisão deveria também atualizar os limites da área do PAVC, tendo em conta a ampliação territorial entretanto sobrevinda das numerosas ocorrências patrimoniais [...] extravasando já um pouco para fora da área atualmente definida (CORREIA *et alli* 2018: p. 174). Esta ausência de plano de ordenamento torna-se ainda mais surpreendente tendo em conta que o PAVC se encontra no centro de um conjunto de áreas protegidas por diferentes valias e com diferentes planos de ordenamento e gestão, como são os casos do Parque Natural do Douro Internacional, a Região do Alto Douro Vinhateiro e as Zona Especial de Proteção do Vale do Côa e Reserva Privada Natural da Faia Brava (CORREIA *et alli* 2018: p. 175).

Já em 2020 foi anunciado o Programa Especial do Parque Arqueológico (PEPA) do Vale do Côa (LUÍS 2021), através do Despacho n.º 12285/2020, de 17 de Dezembro. Com efeito, no ano seguinte estabeleceu-se um protocolo de cooperação entre a Fundação Côa Parque e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para a elaboração do dito programa, e que deveria estar concluído até ao final do ano de 2022. Todavia tal parece não aconteceu dentro do prazo estipulado pois, através da publicação do Despacho n.º 1952/2023, o mesmo foi prorrogado até ao final de Dezembro de 2023. Até à data, não surgiram mais desenvolvimentos relativamente a este tema, pelo que o plano, pelo menos na sua forma definitiva e passível de ser aplicado, continua a não existir.

---

11 Ver: [https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2024/03/AvisoAberturaConcurso\\_Bolsas-Doutoramento\\_FCP\\_2024.pdf](https://arte-coa.pt/wp-content/uploads/2024/03/AvisoAberturaConcurso_Bolsas-Doutoramento_FCP_2024.pdf)

No ponto 3 abordámos, ainda que de maneira breve, o exemplo do Parque Cultural de Aragão, em Espanha, dotado de um plano de gestão e ordenamento específico, já desde 1997, altura que, em Portugal, se publica o Decreto que estabelece a criação do PAVC. Apesar de atualmente a gestão deste, pela Fundação, partilhar de algumas das premissas, diretivas e orientações do caso espanhol, destacámos aqui, relativamente a este último, a mais-valia da coordenação intersectorial necessária para o seu bom funcionamento. Ora, aparentemente, no caso português, o que poderia ser uma mais-valia, parece constituir um entrave. No caso espanhol destaca-se ainda o envolvimento em todas as fases do processo dos municípios que o enquadram. É verdade que o PAVC faz parte, não só do município de Vila Nova de Foz Côa, como também da Associação de Municípios do Vale do Côa. Estes têm, segundo os estatutos da Fundação, representação no conselho consultivo, acompanhando, dessa forma, a gestão do Parque. Contudo, no despacho que determina a elaboração do PEPA, refere-se que é a (já extinta) DGPC – Direção-Geral do Património Cultural, em articulação com a Fundação, que estão encarregues de tal, estando assim todo o processo dependente da administração central.

Ainda que, neste processo, os municípios também se encontrem integrados, também o estão um conjunto alargado de entidades (algumas de cariz público) com diversos interesses na área em questão. Em jeito de reflexão, cremos que uma hipótese que pode, no nosso entender, contribuir para a resolução deste aparente impasse, possa passar, por um maior nível de descentralização nas tomadas de decisão e permitir que aqueles que têm uma maior ligação com o território em questão (*i.e.*, Fundação, Municípios) tenham mais liberdade no delineamento de estratégias de gestão e de ordenamento para o mesmo. Não pretendemos com isto dizer que se devem excluir todas as outras entidades deste processo. Tal seria impossível e nada recomendável. No entanto, com interesses tão divergentes em jogo e com diferentes ritmos de atuação por parte das diversas entidades e instituições, cremos que, face à dificuldade em descentralizar o processo, urge, pelo menos, a existência urgente de uma articulação efetiva de todas as partes envolvidas, pois só assim é possível proteger, de forma eficaz, o património do Côa, considerado Património Mundial pela UNESCO.

Finalizando com as palavras de Sabaté: «A utilização dos recursos culturais e naturais, de modo sustentável, a partir de uma ideia de força territorial, dotando esses recursos de uma estrutura, e construindo uma hipótese de interpretação de uma época histórica relevante, de modo a estabelecer critérios para o desenvolvimento do território, é fundamental para uma gestão coerente desses mesmos recursos» (SABATÉ 2004 *apud* PAU-PRETO 2005: p. 15).

## BIBLIOGRAFIA

- AUBRY, T. (2009), Abordagem tipológica dos conjuntos líticos: contribuição para a definição da sequência crono-estratigráfica de ocupação humana do Vale do Côa, in 200 séculos da história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores artistas do Paleolítico, *Trabalhos de Arqueologia*, 52, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp. 348-356, <http://hdl.handle.net/10400.26/23406>
- BAHN, P. G. (1995a), Cave art without the caves. *Antiquity*, 69, pp. 231–237, <http://hdl.handle.net/10400.26/24222>
- BAHN, P. G. (1995b), Paleolithic Engravings Endangered in Côa Valley, Portugal, *La Pintura*, 21 (3), pp. 1–3
- BAPTISTA, A. M. (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa – (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, 8, pp. 57-69, <http://hdl.handle.net/10400.26/24180>
- BAPTISTA, A. M. (2014), O Vale do Côa - Estudo e gestão de um complexo de sítios de arte rupestre Património Mundial, *Cuadernos de Arte Rupestre*, 7, pp. 113–135, <http://hdl.handle.net/10400.26/23307>

- BAPTISTA, A. M. (2015), Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). O sistema de visita aos sítios rupestres, in *Arte Rupestre do Vale do Côa*, Ulsan Petroglyph Museum, pp. 36-42, <http://hdl.handle.net/10400.26/23313>
- BEDNARIK, R. (1995), The Côa petroglyphs: an obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock-art, *Antiquity*, 69 (266), pp. 877–883
- BELTRÁN, A. (1995), Reflexiones sobre el conjunto de grabados rupestres de Foz Côa, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 779–781, <http://hdl.handle.net/10400.26/24256>
- BUGALHÃO, J. da C. M. (2021), *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/50041>
- CARVALHO, A. F. de; BAPTISTA, A. M.; ALMEIDA, F.; ZILHÃO, J.; GOMES, M. V.; AUBRY, T. (1998), in ZILHÃO, J. (Dir. de), *Arte rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*, Ministério da Cultura, <http://hdl.handle.net/10400.26/23253>
- CARVALHO, M. (1994), Barragem de Foz Côa ameaça achado arqueológico, *Público* (21 de Novembro)
- CLOTES, J. (1995), Les Gravures Paléolithiques de Foz Côa (Portugal), *International Newsletter on Rock Art*, 10, pp. 2–3
- CLOTES, J., LORBLANCHET, M., & BELTRÁN, A. (1995), Les Gravures de Foz Côa sont-elles ou non Holocenes?, *International Newsletter on Rock Art*, 12, pp. 19–21, <http://hdl.handle.net/10400.26/24398>
- CONSELHO DA EUROPA (1992), *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista)*, Malta
- CORREIA, D.; MAGALHÃES, C.; SAMPAIO, J.; REIS, M. (2018), Da longa ausência de um Plano de Ordenamento no Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Anuário do Património 2016|2018*, 3, pp. 172–175, <http://hdl.handle.net/10400.26/23554>
- FRANCISCO, J. P. (2011), As expectativas da “rentabilidade social” da paisagem no âmbito da gestão do património das “Paisagens/Espaços Culturais”, in RODRIGUES, M. A.; LIMA, A. C.; SANTOS, A. T. (Dir. de), *Actas do V Congresso de Arqueologia - Interior Norte e Centro de Portugal*, (1.ª edição), Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 519-532, <http://hdl.handle.net/10400.26/24981>
- FRANCISCO, J. P. (2015), Pensar no presente, o futuro do Parque Arqueológico/Museu do Côa no horizonte 2020, *Coavisão*, 17, pp. 42–50, <http://hdl.handle.net/10400.26/24986>
- FUNDAÇÃO CÔA PARQUE (2023), *Regulamento do Museu do Côa*
- ICOMOS (1990), *Charter for the Protection and Management of the Archaeological Heritage*
- LOPES, F.; CORREIA, M. B. (2014), Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural - ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999 (LOPES, F. & CORREIA M. B., Trads.), in *Património Cultural, critérios e normas internacionais de proteção*, Editora Caleidoscópio, pp. 333-340
- LUÍS, L. (2000), Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal, *Les Nouvelles de l'Archéologie*, 82 (4), pp. 47–52. <http://hdl.handle.net/10400.26/23635>
- LUÍS, L. (2008a), Os Tempos do Vale do Côa, *Al-Madan*, 16 (2), p. 144
- LUÍS, L. (2008), *A Arte e os Artistas do Vale do Côa*, Parque Arqueológico do Vale do Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa
- LUÍS, L. (2021), *A caminho do Programa Especial do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. *uniarq digital*, 48, <http://hdl.handle.net/10400.26/37342>

- PAU-PRETO, F. (2005), Protecção patrimonial & desenvolvimento territorial: Três casos internacionais: Stonehenge, Dordonha, Aragão, 9.<sup>a</sup> Mesa-redonda de Primavera - A Cultura Light. FLUP/DCTP, 22 e 23 de Abril de 2005, pp. 21–34, <http://hdl.handle.net/10400.26/23571>
- PAU-PRETO, F. (2008), Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento, in LIMA, A. C.; SANTOS, A. T.; BAPTISTA, A. M.; SÁ COIXÃO, A.; LUÍS, L. (Dir. de.), *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 104-118, <http://hdl.handle.net/10400.26/23572>
- PAU-PRETO, F.; LUÍS, L. (2003), Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico: Uma nova figura de planeamento, *Planeamento*, 1, pp. 73–79, <http://hdl.handle.net/10400.26/23570>
- PORTUGAL, Assembleia da República (1985), Lei n.º 13/85, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 153, (1985-07-06), pp. 1866-1874
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (1996a), Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série B, 14, (1996-01-17), p. 80
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (1996b), Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série B, 90, (1996-04-16) pp. 869–873
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (1997a), Decreto-Lei n.º 117/97, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série A, 111, (1997-05-14), pp. 2352–2358
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (1997b), Decreto n.º 32/97, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série B, 150, (1997-07-02), pp. 3237–3238.
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (1999), Decreto-Lei n.º 270/99, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série A, 163, (1999-07-15), pp. 4412-4417
- PORTUGAL, Assembleia da República (2001), Lei n.º 107/01, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série A, 209, (2001-09-08), pp. 5808–5829
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (2002), Decreto-Lei n.º 131/2002, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série A, 109, (2002-05-11), pp. 4429–4431
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (2005), Decreto n.º 4/2005, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série A, 31, (2005-02-14), pp. 1017-1028
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (2009), Decreto-Lei n.º 309/2009, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 206, (2009-10-23), pp. 7975-7987
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (2010), Aviso n.º 15168/2010, *Diário da República* 2.<sup>a</sup> Série, 147, (2010-07-30), pp. 40948-40949
- PORTUGAL, Ministério da Cultura (2011), Decreto-Lei n.º 35/2011, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 47, (2011-03-08), pp. 1326–1333
- PORTUGAL, Assembleia da República (2012), Lei n.º 24/2012, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 131, (2012-07-09), pp. 3550-3564
- PORTUGAL, Direcção-Geral do Património Cultural (2012), Anúncio n.º 13471/2012, *Diário da República* 2.<sup>a</sup> Série, 187, (2012-09-16), p. 32392
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (2013), Decreto n.º 6/2013, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 86, (2013-05-06), pp. 2709-2716
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (2014), Decreto-Lei n.º 164/2014, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 213, (2014-11-04), pp. 5633-5640
- PORTUGAL, Conselho de Ministros (2016), Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, *Diário da República* 1.<sup>a</sup> Série, 230, (2016-11-30), pp. 4253-4255

- PORTUGAL, Ministério da Cultura (2017), Decreto-Lei n.º 70/2017, *Diário da República* 1.ª Série, 117, (2017-06-20), pp. 3105-3116
- PORTUGAL, Cultura, Ambiente e Ação Climática (2020), Coesão Territorial e Agricultura, Despacho n.º 12285/2020, *Diário da República* 2.ª Série, 244, (2020-12-17), pp. 48-51
- PORTUGAL, Assembleia da República (2021), Lei n.º 36/2021, *Diário da República* 1.ª Série, 113, (2021-06-14), pp. 3-25
- PORTUGAL, Cultura, Coesão Territorial e Agricultura e Alimentação (2023), Despacho n.º 1952/2023, *Diário da República* 2.ª Série, 29, (2023-02-09), pp. 48-49
- REBANDA, N. (1995a), Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre, *Boletim da Universidade do Porto*, 5, pp. 11–16
- REBANDA, N. (1995b), *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*: Vol. N.º 1a, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, <http://hdl.handle.net/10400.26/23556>
- SABATÉ, J. (2004), Paisajes culturales, el patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrollo, *Urban*, 9 (8)
- SACCHI, D. (1995), Brèves remarques à propos du site d'art rupestre de Foz Côa (Portugal), de son importance et de son avenir, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 519–522, <http://hdl.handle.net/10400.26/27986>
- SACCHI, D. (2021), L'art du Côa, d'une émotion l'autre. Em AUBRY, T., SANTOS, A. T., & MARTINS, A. (Eds.), *Côa Symposium. Novos Olhares sobre a Arte Paleolítica*, Associação dos Arqueólogos Portugueses & Fundação Côa Parque, pp. 362-373
- SANTOS, A. T. (2019), *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*, AAP, Associação dos Arqueólogos Portugueses
- SANTOS, A. T., & AUBRY, T. (2024), L'art paléolithique du Portugal une quarantaine d'années après la publication des gravures de Mazouco, *L'Anthropologie*, 128 (5), <https://doi.org/10.1016/j.anthro.2024.103309>
- SOARES, A. M. (1995a), Os charlatães do Côa, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 727–730.
- SOARES, A. M. (1995b), Os métodos de “datação directa” aplicados no Côa, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 499–507.
- UNESCO (1972), Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural
- ZILHÃO, J. (1995a), The age of the Côa Valley (Portugal) rock art: Validation of archaeological dating to the Paleolithic and refutation of «scientific» dating to Historic or Proto-Historic times, *Antiquity*, 69 (266), pp. 883–901, <http://hdl.handle.net/10400.26/23444>
- ZILHÃO, J. (1995b), The Stylistically Paleolithic Petroglyphs of the Côa Valley (Portugal) are of Paleolithic Age: a Refutation of their 'Direct Dating' to Recent Times, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 424–462, <http://hdl.handle.net/10400.26/23445>
- ZILHÃO, J. (2005), Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial, *Arqueologia e História*, 56/57, pp. 15–30, <https://www.bristol.ac.uk/archanth/staff/zilhao/coa200405.pdf>

## NOTA DA REDAÇÃO

A revista PORTVGALIA publicou, no volume 45, respeitante ao ano de 2024, um artigo da autoria de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, intitulado «*Onde está a Mesquita Aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia*» (pp. 61-87). No seguimento da edição deste volume da PORTVGALIA, a Direção da revista recebeu, da parte de Hermenegildo Fernandes – um dos autores diretamente visados no referido artigo – um pedido de publicação do texto que se segue, ao abrigo do Direito de Resposta. Com a publicação deste texto a revista PORTVGALIA cumpre o direito consagrado na Lei, dando por encerrada esta polémica.

# AINDA A SÉ DE LISBOA: EM TORNO DA QUESTÃO DA REVERSIBILIDADE DOS ESPAÇOS SAGRADOS

Hermenegildo Fernandes  
Centro de História da Universidade de Lisboa – FLUL  
[hermenegildo.f@letras.ulisboa.pt](mailto:hermenegildo.f@letras.ulisboa.pt)

No anterior número desta revista, a cujos editores agradeço aqui o direito de resposta, publicaram Mário e Rosa Varela Gomes um artigo em que sou explicitamente visado. Emprego aqui a primeira pessoa porque todo o tom do artigo, ao arremetimento das mais elementares regras de distanciamento científico, prefere o ataque pessoal à discussão das ideias. Escolhe ignorar que o texto criticado da minha autoria é um artigo de intervenção num periódico de circulação nacional destinado ao grande público e que procurava salvar restos muito importantes (qualquer que fosse a sua atribuição) representativos da Lisboa islâmica num período transicional que ocupa o último século de domínio islâmico e o primeiro cristão. Escolhe ainda, para defender um argumento que há décadas mantêm, passar ao lado das conclusões que toda a comunidade dedicada à História e Arqueologia do al-Andalus e de todo o mundo islâmico tem vindo a produzir sobre o assunto da permanência dos espaços sagrados, a que num Colóquio recente de que fui primeiro organizador (no Centro de História da Universidade de Lisboa), chamei “reversibilidade dos espaços sagrados”. Escolhe finalmente a via da insinuação soez, quando declara ter havido movimentos obscuros para impedir a publicação do seu texto, pérfida conspiração a que corajosos revisores teriam bravamente resistido.

Nada disto mereceria evidentemente qualquer resposta, ainda que os autores fossem valores seguros na Arqueologia ou na História medieval, não fora a consideração que tenho pela direcção, presente e passada, desta Revista e pelo seu papel neste domínio de estudos enquanto representante de uma muito importante Escola nacional, assim como pelos leitores que são a razão dela ser. Vou-me concentrar apenas no segundo ponto, o da reversibilidade e o do impacto dela na leitura do sítio da sé de Lisboa, utilizando aqui argumentos que, resultando de uma longa meditação, serão retomados de forma colectiva (com Jacinta Bugalhão e Manuel Fialho) na publicação, em curso na Brepols e num dossier especial da revista *Arqueologia y Territorio Medieval* de parte dos textos desse colóquio<sup>1</sup>. Por

---

<sup>1</sup> Uma das organizadoras entendeu já publicar uma resposta individual na revista *Medievalista* a este mesmo artigo: BUGALHÃO, Jacinta (2025), Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa, *Medievalista* [Online], 37, posto online no dia 01 janeiro 2025, consultado a 21 janeiro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/9317>; DOI: <https://doi.org/10.4000/134bg>. Os textos do Colóquio sairão em FERNANDES, Hermenegildo; BUGALHÃO, Jacinta, SILVA, Manuel Fialho (Dir. de), *Reversing Sacred Spaces: Al-Andalus and the Western Mediterranean, Cultural Encounters in Late Antiquity and the Middle Ages* (CELAMA) Series, Brepols, 2026, no prelo; e em FERNANDES, Hermenegildo; BUGALHÃO, Jacinta, SILVA, Manuel Fialho (Dir. de), *Reversibilidad de los Espacios Sagrados: el caso de Lisboa, Arqueología y Territorio Medieval*, Universidad de Jaen, 2025 (no prelo).

essa mesma razão a minha argumentação será breve, reservando o texto mais extenso e as abonações para esses locais a que já foi prometido. Escuso de dizer que estas observações são do ponto de vista da História, isto é, resultam da frequentação dos textos escritos, dos sítios arqueológicos e de um ensino de três décadas na cadeira de História do al-Andalus que me levou à inevitabilidade da História comparada e à utilização sistemática dos resultados da Arqueologia e da História da Arte. Os outros dois pontos deixarei sem resposta. Nem faço qualquer tenção de voltar a eles.

Centrarei a minha argumentação em dois momentos: no primeiro discutirei o problema da reversibilidade no Mediterrâneo e no al-Andalus, a partir de matrizes omíadas, mostrando como, no caso da Península Ibérica, a conquista cristã acabou por gerar fenómenos de dupla reversibilidade; no segundo abordarei o caso de Lisboa, para mostrar que, mesmo tendo em conta a sua singularidade (todos os casos são singulares por isso é que são casos), na cidade do Tejo se produz um fenómeno de reversibilidade em tudo análogo ao que ocorreu em muitas cidades do al-Andalus conquistadas pelos reinos cristãos do Norte. Como da comparação não decorre nenhuma transferência automática, o mesmo é dizer, por ter acontecido noutras locais não se infere necessariamente que tenha acontecido também em Lisboa, examinarei sumariamente uma série de indícios que tornam virtualmente impossível outra solução para compreender o problema do sítio da Sé.

No princípio talvez fosse conveniente lembrar que a reversibilidade dos espaços sagrados está na própria matriz do Islão pela historicidade imanente à própria natureza da pregação do Profeta, das revelações e da “recitação” que é o Alcorão. A imersão na tradição abraâmica determina uma incorporação e aceitação da história sagrada anterior no âmbito das religiões do livro e uma erradicação dos sistemas religiosos que lhe são exteriores. Isso explica a diferença entre a islamização da Kaaba e a relação de apropriação gradual com outros sítios fundamentais para o judaísmo (*podium* do Templo judaico, islamizado pela construção da cúpula do Rochedo e depois pela da mesquita al-Aqsa) e para o cristianismo (compra pelo califa al-Walid da basílica de São João Baptista em Damasco, seguida de transformação na mesquita aljama que será o modelo para todas as outras no Ocidente). A prática da reversibilidade, tão do gosto dos omíadas, estendida ao al-Andalus depois da conquista e, sobretudo, pela fundação de um emirado omíada quando o mundo oriental se inclinava para o Iranshahr (Iraque, Irão), deverá assim ser vista como parte de uma matriz do Islão que não faz senão acentuar uma coisa que todos os arqueólogos sabem: os espaços sagrados, como os fortificados tendem para a reutilização e, no limite, para a perpetuação. Os próprios autores árabes, como Ibn Idhari, mostram consciência dessa apropriação, relacionando-a com o modelo damasceno, quando se referem à substituição da Basílica de São Vicente em Córdoba pela aljama. Esse relato reporta ainda a situações de duplo uso, pelas comunidades cristã e islâmica, prévias à construção da mesquita, assinaladas também para o caso de Damasco. Noutro paradigma (ou no mesmo) tenderia a inscrever os enigmáticos edifícios rupestres erigidos por Umar Ibn Hafsun em Bobastro, que anos mais tarde ‘Abd al-Rahman III, assumindo-se como defensor da ortodoxia, transformará em parte do seu libelo demonstrativo da apostasia dos Banu Hafsun, e, talvez também, a acreditarmos na interpretação dada por Cláudio Torres num artigo da revista *Arqueologia Medieval*, a Sé catedral da Idanha. Creio que estas considerações, ainda que muito genéricas, fazem falta a este argumento, mostrando a porosidade de usos dos espaços sagrados nos primeiros contextos islâmicos.

O contexto do al-Andalus é, no entanto, mais complexo que o do restante mundo islâmico. Isso fica a dever-se ao facto de, ao contrário do que sucedeu em todos os outros territórios conquistados pelo Islão, tanto o al-Andalus como a Sicília terem sido objecto, em cronologias diferentes, de uma conquista cristã. Isso originou que templos que haviam sido basílicas islamizadas (alguns deles anteriores aliás à própria cristianização) voltassem a um uso cristão, no mesmo sítio, mas não necessariamente no mesmo edifício. Essa substituição não é, de resto, como sabemos, exclusiva dos

espaços que sofreram processos de reversibilidade de uso: também naqueles que se mantiveram sempre cristãos, a arqueologia revelou a sobreposição de sucessivas igrejas no mesmo sítio. Que pelo meio esteja uma mesquita já constitui manifestação de uma dupla reversibilidade.

Ora é esse o resultado da apropriação feita pelos cristãos das cidades do al-Andalus a partir de finais do século XI. Conhece-se bem o enredo em torno das promessas goradas de Afonso VI à comunidade muçulmana de Toledo que conduzem à cristianização da mesquita aljama. O mesmo sucedeu na coroa de Aragão, em Lleida (é irresistível não pensar no exótico plano da sua catedral tendo por base o plano de uma mesquita com o seu pátio de abluções), ou, aí de forma certificada, em Balaguer, a igreja de Santa Maria substituindo a antiga mesquita da *madina* (em acrópole porque toda a cidade estava então aí). Finalmente, todo o ciclo de ocupação das maiores cidades do al-Andalus, as do vale do Guadalquivir, nos anos 30 e 40 de Duzentos, segue o mesmo pressuposto: assim em Jaén, Córdoba, claro, Carmona e Sevilha, todas elas com capitalidade durante o período taifa ou dos impérios berberes. No Sharq (Levante), obedece-se ao mesmo esquema, como os casos de Valência e Múrcia bem demonstram. A enumeração poderia continuar se descêssemos na escala urbana, mas por razões de economia ficamos-nos por aqui.

Que, neste quadro, Lisboa, não sendo a Sé construída no lugar da mesquita aljama mas noutro lugar, fosse uma excepção, seria um facto assaz maravilhoso e capaz de traçar para a cidade e o seu novo rei um destino singular. Essa possibilidade merece assim um exame mais atento.

Começarei por centrar-me na tese que a dupla de autores que originou este direito de resposta vem defendendo há anos: a mesquita não era no sítio da Sé porque era na Alcáçova. Vou passar à frente da circularidade deste raciocínio, assente numa convicção (as convicções são em si mesmas respeitáveis) mas em nenhuma prova científica. Explico-me: existe sem margem para dúvida uma mesquita na alcáçova e com toda a probabilidade ela estava no sítio onde se encontra a igreja de Santa Cruz do Castelo. A proximidade ao bairro áulico já escavado e a existência de uma *rawdā*, como foi notado já por Manuel Fialho no decisivo capítulo dedicado à Alcáçova na sua importantíssima tese sobre Lisboa, apontam nesta direcção. O problema, aliás os problemas, porque são dois, cada um deles exclusivo da hipótese que os autores transformaram em certeza, é que: *primo*, a alcáçova é tardia, como são quase todas, muito posterior à ocupação islâmica da cidade, tendo ficado durante os primeiros dois séculos o topo da acrópole tão vazio como estivera durante o período romano, por contraste com a Idade do Ferro e o período fenício (onde seria então a mesquita entre o século VIII e o X?); *secundo*, a própria natureza do que é uma alcáçova exclui a presença de uma mesquita aljama; é que as alcáçovas servem para definir um espaço áulico que protege uma elite, representante do poder central, como acontece no período califal, ou mais frequentemente de si mesma, como acontece durante o período taifa, da população que habita a *madina*. Dito por outras palavras, não está lá para fortificar a cidade contra o exterior, mas os seus habitantes contra a cidade. Não pode por isso acolher a totalidade dos habitantes da *madina*, como é suposto que aconteça todas as sextas-feiras. Sabemos aliás, através de muitos outros testemunhos, como essas reuniões das sextas-feiras nas aljamas desempenhavam um papel decisivo nos mecanismos de comunicação política no interior da comunidade (isto é, da aljama). Foi assim que, na sequência da revolução abássida, esta proclamou um abássida em Kufa, depondo *ipso facto* o último califa omíada no oriente (o relato de al-Tabari sobre o facto é um ponto alto da narrativa histórica). Foi assim que na mesma sexta-feira em todo o al-Andalus, 'Abd al-Rahman III fez ler aos imams das aljamas a carta em que se auto-proclamava califa. Uma mesquita aljama é um espaço político para além de religioso. Não há de resto qualquer diferença entre os dois planos. Por isso não pode situar-se num espaço de uso tão regulado e diferenciado da comunidade como uma alcáçova. Repito: isso não exclui a presença aí de uma importante mesquita. É o caso da grande cidadela de Alepo durante o período de Salah al-Din. E é também o caso de Lisboa.

Neste sentido creio ter mostrado que o problema da mesquita é em grande medida um falso problema. Havia decerto muitas mesquitas em Lisboa, como em todas as cidades do al-Andalus. Algumas seriam pequenas como aquela que foi recentemente descoberta na Baixa, por ocasião de uma operação de arqueologia preventiva, que tanto tem revolucionado a arqueologia lisboeta (e portuguesa e europeia). Dela ouviremos falar no volume a que me referia. E também igrejas: estamos certos disso pela referência do pseudo-Osberno ao santuário peri-urbano de matriz alto-medieval dedicado aos Santos Máximo, Veríssimo e Júlia. E pelas inscrições e outros testemunhos dispersos que serviram a Paulo Almeida Fernandes para a tentativa de reconstrução da história cristã da Lisboa islâmica. Nesse sentido parece ser de rever a cronologia das paróquias proposta há muito por Pradalié num ensaio pioneiro sobre a primeira Lisboa cristã. Como sugere M. Fialho na tese já citada é provável que várias dessas paróquias existissem já (no quadro do que é uma paróquia nos séculos XI e XII) antes da conquista cristã. A analogia com as paróquias documentadas para a Toledo islâmica não pode aqui ser deixada de lado e parece particularmente iluminadora. E a célebre referência na saga que descreve a viagem pelo Mediterrâneo do rei normando Sigurd, em 1109, em que se fala da população de Lisboa como meio pagã (muçulmana) e meio cristã, dá a este quadro a confirmação de um observador externo e desinteressado. Isso é tanto mais significativo quanto a cidade parece imune ao clima anti-cristão que se vive durante o período almorávida, ainda que os estuques das casas da alcáçova não deixem nenhuma margem para dúvidas acerca da origem norte-africana dos seus habitantes. É possível que isso decorra das circunstâncias reais que moderam na região o jihadismo interno, o que talvez se prenda com o crescente protagonismo da fronteira ocidental, já demonstrado por Inês Lourinho numa tese recente. Aliás o consentimento para a trasladação para Lisboa das relíquias de São Vicente é já do período almóada, o que terá determinado a desactivação do santuário da *Qanizat al-Gurab*, que Idrisi ainda pôde visitar nas vésperas da conquista cristã de Lisboa.

Este contexto torna impossível, mesmo numa cidade duplamente periférica (periferia do al-Andalus, periferia do Gharb), mesmo numa cidade com uma população cristã tão importante ainda no século XII, mesmo numa cidade que mantém o seu bispo até à conquista (é uma das baixas dela), que o sítio da Sé de Afonso Henriques seja o da sede moçárabe. Existia de certeza uma sede episcopal da comunidade moçárabe numa das igrejas que emergem da documentação das primeiras décadas portuguesas (Manuel Real propôs a hipótese de Santa Maria de Alcamim), mas o poder político era islâmico e em nenhum outro lugar esse poder permitiu que os cristãos mantivessem uma catedral num sítio tão central, como é o do sítio da Sé.

Chegamos assim a uma parte central desta discussão: refiro-me àquilo a que chamarei o argumento topográfico. A posição das mesquitas aljamas no interior das cidades islâmicas (utilizarei aqui o termo habitual de *madina*, para distinguir o núcleo urbano da alcáçova) é, entendamo-nos, muito variável. Raramente ocupam o centro geométrico daquela, já por razões que se prendem com a topografia, já porque buscam a proximidade ao alcáçer, isto é, ao palácio, ou a uma saída da cidade, servida ou não por uma ponte. O caso de Córdova, situada numa várzea, cumpre estas duas últimas condições; o de Sevilha também, mas apenas no período almóada. Ora em Lisboa existiria uma *Dar al-Imara* na alcáçova, como já se viu tardia, que em nenhum momento acomoda, permanentemente, um poder principesco. Restam os dois outros argumentos, o da ligação aos eixos urbanos centrais e a posição topográfica. O cruzamento destes dois dá o sítio da Sé como a posição ideal. Nem, neste caso, dada a adaptação dos eixos viários à topografia, é possível separar os dois vectores. Com efeito já há muito sabíamos que o principal eixo de al-Ushbuna partia da porta do Ferro atravessando a *madina* num movimento transversal moderadamente ascendente, para terminar na *Bab al-Maqbara* ou Porta do Sol. Esse trajecto é de resto o habitual, porque articula a porta ocidental com a oriental, num traçado que em muitas cidades islamizadas (Damasco é mais uma vez aqui um excelente exemplo), replica ou adapta o antigo *decumanus*. E é algures ao longo desse trajecto que se implanta habitualmente a mesquita aljama. Qualquer investigador que tenha um mínimo de familiaridade com

o urbanismo a que à falta de melhor chamamos islâmico sabe disso. Ora no caso de al-Ushbuna essa lógica urbana tem de lidar com um condicionalismo que existe desde o período romano e que estes haviam resolvido de outras formas melhor adaptadas à desejada ortogonalidade (um célebre exemplo disso poderá ser visto no sítio arqueológico do claustro da Sé, na rua em degraus perpendicular ao rio que foi objecto de um processo de privatização na Antiguidade tardia). Refiro-me, claro, às curvas de nível. A tese de M. Fialho reconhece nelas um elemento estruturante do urbanismo lisboeta da *madina*, introduzindo o conceito de “patamares”, em torno deles se organizando todo o espaço urbano. O sítio da Sé, perto da porta do Ferro, que dava acesso ao arrabalde ocidental e à Ribeira e daí ao Tejo, excêntrico posicionalmente, mas colocado no eixo viário que articulava as duas portas, assim como no patamar intermédio da cidade, apresenta-se assim como o ideal para a localização de uma mesquita. A ela teriam acesso fácil os habitantes do grande arrabalde ocidental todas as sextas-feiras, sem comprometer a centralidade do edifício nos eixos estruturantes da *madina*. Aliás algo de muito parecido acaba por suceder com a localização da Sé na *madina* de Coimbra.

Nesse mesmo contexto se pode entender a associação da mesquita aljama de al-Ushbuna com os açougues (mercados), situados a Ocidente e a Noroeste, provada pela tese de M. Fialho num exercício regressivo a partir da documentação cristã e que uso aqui como um indício suplementar para a localização da mesquita. A localização do *sug* na envolvência da mesquita aljama constituindo um clássico do urbanismo islâmico, a presença dos açougues na vertente ocidental da *madina*, mais uma vez em conexão com o arrabalde ocidental onde no período cristão se tenderá a concentrar a actividade comercial, reforça a articulação do sítio da Sé com o da mesquita aljama. Aliás, o *Bayan* de Ibn Idhari, referindo-se no caso à fundação da mesquita almóada de Sevilha, contém a esse respeito informação sobre a regulação das tendas (produção/venda) permitidas nas imediações da mesquita, facto que deve ser associado a critérios de pureza ritual.

Um penúltimo argumento prende-se com a atestação documental presente com detalhes no texto do pseudo-Osberno. Esses detalhes relativos à mesquita aljama são inequívocos quanto à sua dimensão: sete naves, contra as 11 da primeira fase (‘Abd al-Rahman I) da aljama de Córdova, o que é considerável tendo em vista o lugar relativamente secundário que al-Ushbuna ocupava na hierarquia das cidades do al-Andalus (mesmo que no Gharb fosse em 1147 provavelmente a mais extensa). São também esclarecedores, pelo detalhe, sobre a impressão que o edifício islâmico deixou em conquistadores vindos da Europa do Norte, o que diz por si só da sua escala. São por último inequívocos quanto ao processo de cristianização, isto é, quanto à reversão do espaço sagrado islâmico para o culto cristão, precedida por uma purificação ritual feita pelos conquistadores. Esta reversão é mesmo um momento decisivo na apropriação simbólica da cidade depois da conquista, a par da ocupação da alcáçova (dela me ocupo num artigo a meias com Maria João Branco no livro que aqui anunciei). Por si só isso não prova que a mesquita aljama seja a Sé. Mas em que outro local se poderia alojar uma mesquita de sete naves? E porque razão, poucas décadas depois da conquista teriam os mesmos conquistadores decidido desperdiçar o capital simbólico resultante da cristianização da aljama construindo noutro local? E porque o teriam feito apenas aqui, ao arrepio do que era prática dominante, no resto da Hispânia, mas também nos territórios de conquista portuguesa?

Creio, por essa razão, que para terminar valeria a pena deixar algumas notas soltas sobre a cristianização de mesquitas centrais no reino português. Começaria, de forma regressiva, pelo caso de Mértola. Aí não pode haver dúvidas, porque temos o testemunho da memória da Igreja de Santa Maria o ter sido preservado por Duarte d’Armas na legenda da vista do respectivo castelo e vila. A ele se acrescenta o testemunho material do *mihrab*. Outro testemunho directo é o da Sé de Silves, realinhada sobre a mesquita, também na *medina* e não na alcáçova, como uma escavação recente de Maria José Gonçalves provou, ao colocar a descoberto um muro cuja dimensão e orientação deixam poucas dúvidas sobre a sua associação à aljama. Em Beja, a anterioridade da paróquia de San-

ta Maria sobre todas as outras, assim como a delimitação da sua área de influência fez-me suspeitar, depois da refundação cristã da responsabilidade de Afonso III, numa reafectação dos bens de *habus* da mesquita aljama. Mesmo que alicerçada em testemunhos indirectos, essa hipótese entronca nas conclusões propostas por Mikel de Epalza sobre a coincidência entre antigas aljamas e a invocação a Santa Maria no orago de tantas matrizes ibéricas. Estes últimos dois exemplos são pertinentes para o caso de Lisboa, visto tratar-se aqui de duas das principais cidades do Gharb antes da conquista cristã (superiorizando-se de resto em número de *'ulemah* documentados nos séculos anteriores, o que testemunha do seu grau de islamização e posição na hierarquia dos lugares centrais, como já mostrei num mapa de 2019 e Ana Luísa Miranda em tese de doutoramento publicada pelo CSIC em 2024). Vários outros casos estudados em comunicações apresentadas no referido encontro apontam na mesma direcção. Não me anteciparei aqui às conclusões apresentadas pelos autores.

Limito-me a sublinhar que as analogias, mesmo em território português, reforçam para o caso de Lisboa e do sítio da Sé, a plausibilidade dos argumentos topográficos e as provas substantivas dos testemunhos documentais, sobretudo porque revelam um método constante por parte dos conquistadores cristãos, assente na apropriação simbólica e material de realidades pré-existentes, como já, muitos séculos antes, haviam feito os conquistadores árabo-berberes. Essa apropriação teve aqui um ritmo mais rápido do que noutros lugares. Mesmo descontando o caso de Mértola, onde a sobrevivência íntegra do edifício almóada é assegurada até ao início do século XVI pela regressão urbana que amiúde caracteriza o domínio das ordens militares (neste caso os santiaguistas) e pelo carácter muito periférico da vila, agora separada de um contexto urbano mais alargado que era o de todo o Gharb al-Andalus, e, no polo oposto da escala urbana, o de Córdova, cuja mesquita transformada em catedral sobrevive até hoje (com a amputação determinada pela intervenção maneirista de Quinhentos), a generalidade dos exemplos de reversibilidade revelam em território português uma maior celeridade que no resto do al-Andalus. Falando apenas em cidades de primeira grandeza, em Toledo a mesquita aljama, transformada em catedral ainda no tempo de Afonso VI, só começará a dar lugar ao edifício gótico por iniciativa do arcebispo Rada na terceira década de Duzentos, 140 anos depois da conquista; em Sevilha o edifício da mesquita almóada continuará ao serviço como catedral até ao início do século XV, tendo a fábrica gótica preservado o pátio das abluções e a almenara com que os almóadas tinham entendido deixar na silhueta da cidade a marca ideológica do seu programa, numa triangulação com a torre de Hassan em Rabat e a *Kutubiyya* de Marraqueche. Talvez que a opção por uma atitude mais rupturalista, que parece timbre da monarquia portuguesa, se relacione com uma menor monumentalidade das mesquitas, típica de cidades de segunda ou mesmo terceira ordem, julgada por isso insuficiente para albergar o programa de uma Sé importante (Lisboa, por exemplo, nunca foi de forma persistente centro de um reino taifa). Ou ainda com uma menor adesão à estética islâmica, pelo menos no que diz respeito à arquitectura religiosa: não será por acaso que exemplares islâmicos (a que se convencionou chamar mudéjares, por terem sido feitos por artífices muçulmanos) como o do convento de Tordesilhas ou o das Huelgas de Burgos viram a luz na coroa de Castela/Leão, onde o gosto continua em Duzentos e Trezentos a ser tão marcado pelo al-Andalus e não na portuguesa. Ou finalmente, com um programa de Afonso Henriques e dos seus clérigos (sobretudo destes), em que a influência de além-Pirenéus, sobretudo depois da segunda cruzada, assente na obliteração simbólica do passado islâmico, é tão evidente.

Esse programa rupturalista não implica, porém, uma obliteração de posição, mas exclusivamente estética e programática. Os almoádas tinham aliás dado um modelo para esse procedimento ao arrasarem a mesquita almorávida em Marraqueche para a substituir por outra que se lhe justapõe (sem se sobrepor) no mesmo sítio. O mesmo terá acontecido com as construções de novas sés na segunda metade do século XII por iniciativa da jovem dinastia portuguesa. Assim terá acontecido também em Lisboa. Não imediatamente, sabemos-lo, porque o edifício sacralizado da mesquita (não pode haver sobre isso nenhuma dúvida) continuará em funções até ao começo da construção da Sé.

Se, como muitas vezes ocorria, ela principiou pela cabeceira, é plausível que o oratório da mesquita (hoje, proponho, debaixo das naves da Sé) tenha mantido a sua função até que a capela-mor inicial estivesse terminada. Os arruamentos islâmicos e os edifícios do mesmo período vizinhos (anexos?) manter-se-iam em uso depois disso, como mostram os esgrafitos nas paredes, revelados na escavação das arqueólogas Ana Gomes e Alexandra Gaspar (+) que parecem preparatórios da obra da catedral. Isso é perfeitamente natural. E só uma singular ingenuidade, partilhada aliás por historiadores e arqueólogos, justifica a crença num corte imediato operado no urbanismo e na estrutura institucional das cidades islâmicas pela conquista cristã. Pelo contrário, um e outras perduram, pela sua utilidade para os conquistadores, quando não porque esse é seu gosto e o seu desejo (o caso da ocupação dos palácios almóadas em Sevilha, ou dos alcáceres, velho e novo em Évora é bem sugestivo), enquanto não são engolidos pelas novas construções dos finais da Idade Média. A questão, por isso, não está no que muda com a conquista, mas no que vai mudando. Creio ser esse ponto de vista indispensável para compreender o sítio da Sé. Resta a questão da interpretação dos vestígios escavados no claustro, nas duas principais fases de escavação, que não quero iludir. Refiro-me à grande sala, que não tem, no entanto, escala nem tipologia para ser o oratório; ao arranque de uma torre e a parte de uns banhos; ao arruamento, talvez o mais bem preservado do período islâmico em Portugal. Se a mesquita está por debaixo das naves da Sé (ou de parte delas) este conjunto de edifícios estavam na sua proximidade e podiam fazer parte do seu complexo. A discussão destas hipóteses fica guardada para o artigo colectivo a que me referi antes.

Reconheça-se não ter esta interpretação sobre o sítio da Sé nas suas relações com a aljama islâmica o potencial dissonante de outras. Mas ao contrário delas apresenta a vantagem de ser a mais consentânea com os paralelos urbanísticos traçáveis face a várias cidades mediterrânicas e andaluzas e com os informes textuais. Em suma, com a razoabilidade. O que não é pouco. Em ciência a hipótese mais simples e económica arrisca-se sempre a ser a verdadeira.

## PROJETO EDITORIAL

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é recetiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica. Os artigos são submetidos a peritagem junto de especialistas de reconhecido mérito, na modalidade de *open peer review* (i.e. sem ocultação da identidade de autores e revisores).

A PORTVGALIA está registada no *Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal)*, no *ERIH Plus (European Reference Index for Humanities)*, no *Academic Search Complete/EBSCO*, no *Fonte Académica/EBSCO*, no *DOAJ (Directory of Open Access Journals)* e na *DIALNET (Universidad de Rioja, Espanha)*.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos para publicação devem ser submetidos em ficheiro Word e carregados na plataforma digital da revista, disponível em OJS (*Open Journal System*): <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/login?source=%2Findex.php%2FPort%2Fsubmissions> O ficheiro de texto, em versão própria para impressão, deve ser acompanhado dos ficheiros de imagens, em alta resolução. A PORTVGALIA não aceita textos que não cumpram rigorosamente estas Normas, que não tenham sido submetidos na plataforma OJS, ou textos submetidos em formato PDF.

2. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
3. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens. A submissão de artigo para publicação implica a cedência desses direitos à revista. A PORTVGALIA mantém edição em papel e disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
4. Os artigos terão uma dimensão máxima de 30 páginas de texto, em formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página), correspondentes a um máximo de 80.000 caracteres com espaços. No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
5. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, centrado, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14). Segue-se a indicação do(s) autor(es), paginados à direita, e, em linhas autónomas, a sua filiação institucional e o endereço eletrónico.
6. A abrir o artigo será apresentado um resumo em inglês (“Abstract”), com palavras-chave (“Keywords”), seguido de um resumo em português (“Resumo”), acompanhado de palavras-chave (“Palavras chave”). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave deverão ser quatro a seis.
7. As citações bibliográficas deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).
8. Os textos poderão compreender notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se para informações complementares. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
9. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra coletiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELLIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma coleção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

10. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELLIDO do primeiro autor seguido da expressão “*et alii*”. Na Bibliografia final podem aparecer todos os autores.
11. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
12. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
13. Ao longo do texto utilizar-se-á o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
14. As imagens deverão ser organizadas em dossier, publicado no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto, nem desdobráveis, nem imagens a cores.
15. As imagens devem ser fornecidas em versão digital de alta definição (300 dpi ou mais), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).
16. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig. 3, 2).
17. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão do seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo nunca poderá exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Editorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.

18. A acompanhar os ficheiros de imagens deverá figurar um documento em Word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
19. Todos os artigos são submetidos à avaliação por pares na modalidade de *open peer review*. Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, submetendo a versão definitiva na plataforma digital da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
20. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correções de gralhas tipográficas.